



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella,
Bairro Ininga, Teresina, Piauí, Brasil; CEP 64049-550
Telefones: (86) 3215-5525/3215-5526

E-mail: assessoriaufpi@gmail.com ou comunicacao@ufpi.edu.br

BOLETIM DE SERVIÇO

Nº 437 - Abril/2025
Resoluções - Nº 773, 774, 775, 776, 777, 783 e
785/2025
(CEPEX/UFPI)

Teresina, 09 de abril de 2025



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 773, DE 20 DE MARÇO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Oncologia Experimental e Clínica, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância, da Universidade Federal do Piauí.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 17 de março de 2025 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.016802/2024-66;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Oncologia Experimental e Clínica, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí, por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), conforme Projeto Pedagógico do Curso, em anexo, e processo acima mencionado.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CEPEX/UFPI nº 724, de 18 de novembro de 2024.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 20 de março de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA

Reitora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM ONCOLOGIA EXPERIMENTAL E CLÍNICA

NADIR DO NASCIMENTO Assinado de forma digital por
NOGUEIRA:1825713537 NADIR DO NASCIMENTO
2 NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.04.09 12:33:34 -03'00'

Teresina – Piauí

2024



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM ONCOLOGIA EXPERIMENTAL E CLÍNICA

Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Oncologia Experimental e Clínica, a ser realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

Teresina – Piauí

2024



GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA ARAÚJO

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA

Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/PRPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

Diretora do Centro de Educação Aberta e à Distância

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA

Coordenador de Pós-Graduação a Distância do CEAD

PAULO MICHEL PINHEIRO FERREIRA

Coordenador do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Oncologia Experimental e Clínica

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

PAULO MICHEL PINHEIRO FERREIRA (Presidente)

JOÃO MARCELO DE CASTRO E SOUSA LEAL (Membro)

FRANCISCO LEONARDO TORRES LEAL (Membro)



SUMÁRIO

1	Identificação	4
2	Coordenação	4
3	Fundamentação e justificativa	6
4	Histórico da instituição	11
5	Objetivos	18
6	Público-alvo e perfil do egresso	19
7	Vagas, critérios de seleção e requisitos de admissão de alunos	20
8	Carga horária	20
9	Período e periodicidade	21
10	Estrutura curricular	21
11	Conteúdo programático	22
12	Corpo docente	28
13	Encargos docentes	30
14	Cronograma	30
15	Metodologia	31
16	Infraestrutura física e tecnológica	32
17	Sistemática de avaliação da aprendizagem	36
18	Controle de frequência	40
19	Trabalho de conclusão de curso	41
20	Autoavaliação de curso e disciplinas/atividades	46
21	Certificação	46
	Referências	47



1 IDENTIFICAÇÃO

1.1 Denominação do curso: Pós-Graduação *lato sensu* em Oncologia Experimental e Clínica

1.2 Área/subárea de conhecimento: Citologia e Biologia Celular (20601000)

1.3 Unidade de ensino: Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD)

1.4 Unidade acadêmica: Departamento de Biofísica e Fisiologia

1.5 Instituições parceiras: Hospital Universitário da UFPI

1.6 Modalidade de oferta: Gratuito

1.7 Modalidade de ensino: Educação a Distância

1.8 Titulação a ser conferida: Especialista em Oncologia Experimental e Clínica

2 COORDENAÇÃO

2.1 Coordenador:

Nome: Paulo Michel Pinheiro Ferreira

CPF: 835.051.213-04

SIAPE: 1638239

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

Sector de lotação: Departamento de Biofísica e Fisiologia/CCS/UFPI

E-mail: pmpf@ufpi.edu.br

Telefone: (86) 9.99653830

Área/subáreas de atuação: Oncologia, Biologia celular, Fisiologia Humana e Farmacologia.

Graduação: Bacharelado em Ciências Biológicas (2004) e em Farmácia (2018)

Titulação: Doutorado em Farmacologia

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Possui Especialização em Bioquímica Clínica e Biologia Molecular (Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas, Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem – UFC/2006). É mestre (2007) e doutor em Farmacologia (2010) (Departamento de Fisiologia e Farmacologia, Faculdade de Medicina - UFC) e Pós-Doutor em Oncologia Translacional (Centro de Investigación del Cáncer, Facultad de Medicina, Universidad de Salamanca - CIC / USAL, España, 2020). É Professor Associado III da Universidade Federal do Piauí de Fisiologia



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD**

Humana e Oncologia, coordena o Laboratório de Cancerologia Experimental e Toxicologia Pré-Cínica (LabCancer) da UFPI desde 2013 e trabalha, principalmente, com técnicas celulares e teciduais e modelos animais usando ferramentas fisiofarmacológicas de interface para a análise de mecanismos antineoplásicos e anti-inflamatórios de moléculas protótipos naturais ou sintéticas ou de medicamentos em uso clínico com possibilidade de reposicionamento terapêutico contra desordens crônicas de base proliferativa. É membro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia RENNOFITO, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas, Farmacologia e da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO, Ponto Focal Piauí). Possui colaborações com a UFC, UFDPAr, UFMA, UNESP, UNCISAL, UFPE, UFMT, UFOP, UFMG, UTFPR, FIOCRUZ-Bahia, FIOCRUZ-Piauí, University of Naples Federico II (Napoli, Italy), Universidade do Porto (Portugal) e com o Centro de Investigación del Cáncer (Universidad de Salamanca, España). É bolsista de Produtividade do CNPq desde 2014, membro da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA-UFPI), vice-chefe do Departamento de Biofísica e Fisiologia, representante departamental no Colegiado do Curso de Nutrição e na RENORBIO e revisor de periódicos internacionais nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas (PPGCF, 2014-2018), idealizador e coordenador do primeiro curso multiprofissional em Oncologia -- Oncologia Experimental e Clínica (2018-2019) -- em nível de Pós-Graduação do UFPI e fez parte do Comitê Institucional de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq/UFPI - 2014 a 2019), do Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos de Enfermagem e Ciências Biológicas e da Comissão de Biodiversidade (2018-2022). Atualmente é membro do Comitê de Assessoramento do CNPq na área de Biofísica, Bioquímica, Farmacologia, Fisiologia e Neurociências -- CA-BF (2023-2026).

Endereço eletrônico do currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/4897632187244463>

2.2 Coordenador adjunto:

Nome: João Marcelo de Castro e Sousa

CPF: 007.274.803-67

SIAPE: 1731057

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

Setor de lotação: Departamento de Bioquímica e Farmacologia/CCS/UFPI



E-mail: j.marcelo@ufpi.edu.br

Telefone: (86) 98100-6336

Área/subáreas de atuação: Genética, Toxicologia e Bioquímica

Graduação: Bacharelado em Ciências Biológicas (UFPI/2006)

Titulação: Doutorado em Ciências Ambientais

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas. Tem experiência na área de mutagênese ambiental, citogenética humana e cultura celular.

Endereço eletrônico do currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/5551042924769063>

3 FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

3.1 Justificativa para oferta do curso de Pós-graduação *lato sensu* em Oncologia Experimental e Clínica

O câncer continua sendo uma das principais causas de morte, com cerca de 12,7 milhões de casos em todo o mundo afetando ambos os sexos igualmente. Este número deverá aumentar para 21 milhões até 2030. É uma doença complexa, heterogênea e altamente dinâmica, que é caracterizada como um conjunto de quase 200 tipos de enfermidades complexas com múltiplos constituintes moleculares em evolução. A sequência de eventos subjacentes que impulsionam a gênese e a progressão do câncer continua sendo um grande desafio para pesquisadores e clínicos (MOSES et al., 2018).

Hoje, é reconhecido que as capacidades adquiridas pelas células tumorais durante a carcinogênese, incluindo a sustentação constante da sinalização proliferativa, evasão dos supressores de crescimento e fuga do ataque do sistema imune, permitem a imortalidade replicativa, promovem a inflamação, ativação da invasão e metástase, induzem a angiogênese, instabilidade genômica e mutação e resistência à morte (**Figura 1**) (HANAHAN; WEINBERG, 2011). A capacidade evolutiva rápida adquirida pelas células tumorais devido à instabilidade genômica permite que tais unidades celulares se adaptem a novos ambientes, metastatizem, escapem do sistema imunológico e, assim, resistam até mesmo aos tratamentos (NILSSON; NIELSEN, 2017). De fato, a característica biológica mais importante de uma neoplasia maligna é sua capacidade de metastatizar, uma característica ausente em neoplasias



benignas, mas as benignas também podem comprimir o tecido normal adjacente (TANAKA, 2009; TANAKA; ISHIGAMORI, 2011; TANAKA, 2013).



Figura 1 – Capacidades adquiridas pelas células tumorais. Adaptado de Hanahan; Weinberg (2011).

Assim, um ponto importante a ser ressaltado é a ausência de um Programa de Pós-graduação em nível de especialização em Oncologia em Instituição Pública de Ensino Superior, além do fato de que praticamente não existe disciplinas de Oncologia nas cursos de graduação, o que demonstra uma carência latente provocada pela inexistência de tais Pós-graduações e a incapacidade de absorver parte do contingente formado anualmente. Isso deve-se, provavelmente à expansão do REUNI (Reestruturação das Universidades), observando-se que houve o acréscimo de diversas áreas e recursos humanos formados em nossa região que necessitam de aprofundamento de estudos fisiopatológicos, bioquímicos e celulares. Por isso, a primeira turma dessa especialização foi montada em 2018 e devidamente formada. Atualmente, a utilização de tecnologias modernas e diversificadas é a busca por estratégias para aperfeiçoar a qualidade do processo formativo e da construção do conhecimento.

Frente à busca latente local e regional de profissionais capacitados na área de Cancerologia e aspectos clínicos e sociais relacionados, a linha de pesquisa em Cancerologia foi instalada em 2013 no Departamento de Biofísica e Fisiologia com o intuito de atender a demanda piauiense na pesquisa oncológica. A partir desse momento, foram notórios o interesse de profissionais e estudantes por essa linha e a carência de profissionais capacitados



para atuar em órgãos públicos e privados. Diante do crescimento dessa linha de pesquisa, o grupo de pesquisa Fisiofarmacologia Translacional e Toxicologia Pré-clínica (<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2420298103441460>) já possui, dentro do seu quadro docente da UFPI, 6 professores que trabalham em diferentes vertentes da Oncologia, seja clínica, laboratorial, epidemiológica ou ocupacional, embora uma dezena de outros professores locais e nacionais também colaborem devido à rede de colaborações montada ao longo dos anos com a UFC, UFDPAr, UFMA, UNESP, UNCISAL, UFPE, UFMT, UFOP, UFMG, UTFPR, FIOCRUZ-Bahia, FIOCRUZ-Piauí, University of Naples Federico II (Napoli, Italy), Hospital AC Camargo, Universidade do Porto (Portugal) e com o Centro de Investigación del Cáncer (Universidad de Salamanca, España).

Diante dos mais de 200 tipos de câncer existentes e da multidisciplinaridade exigida para atender pacientes oncológicos, egressos de vários cursos terão a oportunidade de continuar os estudos através da aquisição de conhecimento e do desenvolvimento de pesquisas específicas em diferentes frentes relacionadas à pesquisa básica e aplicada à clínica oncológica, como citologia, farmacologia, toxicologia, assistência, epidemiologia e prevenção. Os egressos incluem biólogos, farmacêuticos, médicos, enfermeiros, nutricionistas, psicológicos, dentistas e educadores físicos.

Nesse sentido, sente-se a necessidade de um curso de especialização que una vários eixos norteadores e que tenha uma relação direta com a formação universitária desses profissionais.

3.2 Justificativa para oferta do curso na modalidade Educação a Distância (EaD)

Experiências com a oferta de disciplinas a distância - *on-line*, *off-line*, semipresenciais - ou mesmo com ambientes virtuais que apoiam estudantes e professores em disciplinas e atividades presenciais mediante realização de fóruns, chats e grupos colaborativos precisam ser mais divulgadas e debatidas. Diante disso, o Edital CAPES/UAB nº 25/2023 fomentará até 290.000 novas vagas em cursos de graduação e especialização *lato sensu* na modalidade EaD nas instituições públicas de ensino superior integrantes do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o objetivo de implementar turmas nos municípios mantenedores dos Pólos EaD UAB, no período de julho de 2024 a dezembro de 2026.

Para tal, a Resolução CNE nº 001/2018 regulamenta os cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil e a Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019 regulamenta a criação de Cursos de



Especialização na UFPI. Tais resoluções nortearão todos os passos de criação, instalação e funcionamento do curso de especialização.

Particularmente em relação à formação em saúde, ainda se faz necessário discutir ampla e sistematicamente o papel da mediatização técnica - na qual os materiais multimídia participam da relação pedagógica - sem desvinculá-la das especificidades das formações profissionais, entendidas como a construção da competência humana daqueles que atuam ou atuarão no cuidar das pessoas e coletividades. As rápidas mudanças tecnológicas envolvendo a sociedade, tanto nas formas de trabalhar, como na vida doméstica dos cidadãos, exigem o uso de táticas educacionais inovadoras que permitam a todos os brasileiros alcançarem seu pleno potencial, bem como acabar com o sentimento de isolamento do aluno separado por distância na esfera da educação formal em todos os níveis.

A socialização dessas práticas pode possibilitar maior conhecimento e impulsionar a coragem de experimentar as possibilidades dessa mediatização na construção das habilidades e atitudes requeridas pelo perfil profissional contido nas diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação na área de saúde, por exemplo.

A estratégia denominada *Aprender SUS* representou uma política proposta pelo Ministério da Saúde para a mudança na formação dos profissionais de saúde no âmbito do ensino de graduação e pós-graduação. De acordo com tal política, a formação para a área da saúde deve ter como objetivo a "transformação das práticas profissionais e da própria organização do trabalho e estruturar-se a partir da problematização do processo de trabalho e sua capacidade de dar acolhimento e cuidado às várias dimensões e necessidades em saúde das pessoas, dos coletivos e das populações".

As vivências e os estágios nas realidades do SUS fazem parte da estratégia do Ministério da Saúde para aproximar os estudantes universitários dos desafios inerentes à implantação do SUS em todo o território nacional. Uma vivência em que os profissionais em formação problematizam a organização dos serviços de saúde nas diferentes regiões do país. Essas estratégias complementam-se, na medida em que estão voltadas para egressos e seus atores docentes, gestores e discentes, na interlocução com gestores e usuários do sistema de saúde. As ofertas na modalidade a distância são parte da realidade, merecendo o mesmo cuidado quanto a sua qualidade e legalidade.

Em universidades públicas e privadas, são oferecidos também cursos de especialização de docentes em Ciências da Saúde para realizar o planejamento e coordenar o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

desenvolvimento de cursos a distância, com aplicações nas áreas básica e clínica. Assim, entende-se que as experiências em educação à distância, sejam complementares ou parte integrante dos currículos de graduação ou pós-graduação, não podem ignorar os processos, as diretrizes, os movimentos políticos que promovem a política de educação para o SUS, o que implica de forma especial as instituições promotoras dessa modalidade.

Além da quebra de fronteiras que o ensino a distância pode proporcionar, essa modalidade de ensino tem gerado novas oportunidades para aqueles alunos que evadiram da universidade para ingressar no mercado de trabalho sem concluir o ensino superior. Essa evasão ocorre principalmente devido à impossibilidade do aluno conciliar as atividades de estudante com as de profissional, essas últimas, muitas vezes, necessárias à própria sobrevivência do aluno. Na Universidade Federal do Piauí, é grande a quantidade de alunos que deixam de concluir o curso para entrar no mercado de trabalho.

Em regiões pobres como o Nordeste, torna-se imperativo, para que se dê um salto de qualidade, o encurtamento das distâncias entre os centros de conhecimento, os alunos e os professores. Daí a necessidade de ampliação e manutenção de um programa educacional capaz de propiciar ganhos não apenas em termo de regiões geográficas, mas também de velocidade de aprendizagem, sem comprometer a qualidade.

O Brasil está em uma fase de expansão da EaD na produção de conhecimento. Muitas instituições já dispõem de plataformas EaD próprias a partir de experiências e adaptações do ensino presencial: chats, fóruns de discussão, videoaulas, videoconferência, entre outros recursos. Até mesmo os cursos presenciais, atualmente, já realizam parte de suas cargas horárias a distância (o que foi autorizado pela Portaria MEC Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004). Dessa forma, o ensino a distância está usando as novas tecnologias de informação e comunicação na medida do disponível, fazendo e aprendendo.

Além disso, com o surgimento do coronavírus (SARS-COV-2) em 2019 e, conseqüentemente, a pandemia da Covid-19, as universidades, empresas e demais estabelecimentos, precisaram se adequar para não fechar suas portas, o que causou muita controvérsia, principalmente por não estarem abertos às novas formas de vivências on-line. Assim, percebeu-se que as ferramentas ensino à distância são úteis, adequadas e de indiscutível eficiência, não somente ao momento presente, mas ao seu uso em momentos não pandêmicos, com objetivos específicos e a públicos que outrora não teriam oportunidade de estudar, como foi mencionado anteriormente.



4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

4.1 Identificação

NOME UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI		CNPJ 06.517.387/0001-34	
LOGRADOURO (Sede) <i>Campus</i> Universitário Ministro Petrônio Portela		NÚMERO S/N	BAIRRO Ininga
CIDADE Teresina	UF PI	CEP 64049-550	(DDD) FONE (86) 3215-5511

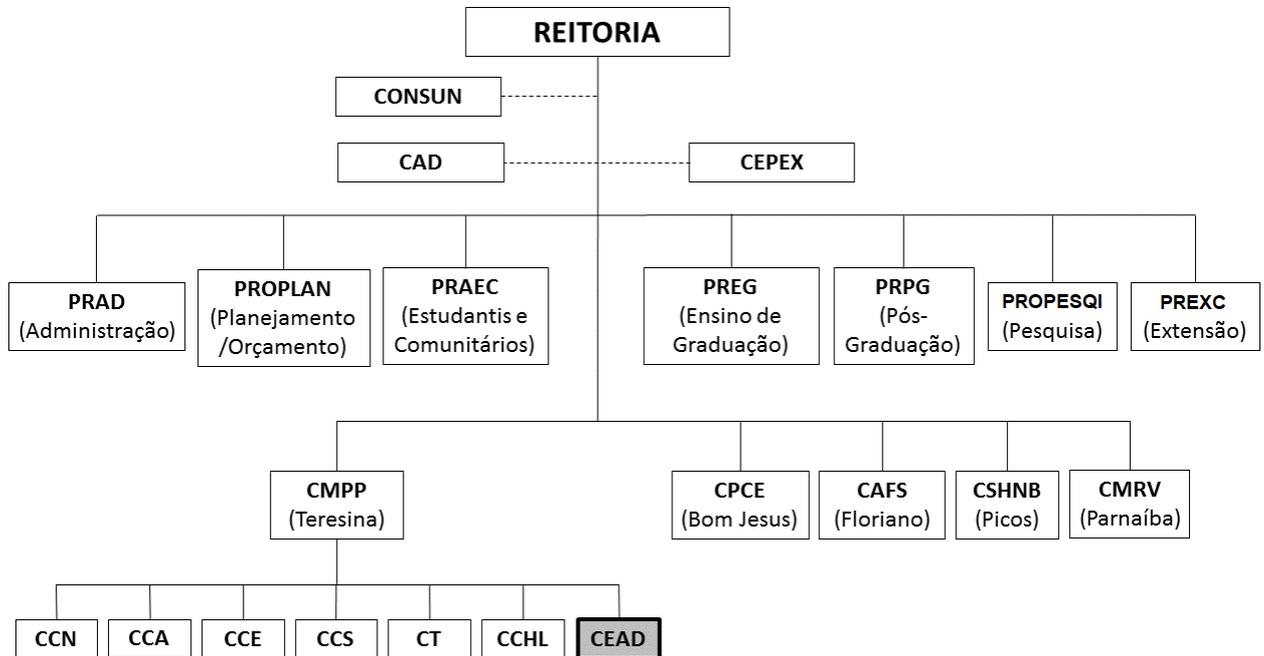
4.2 Constituição da UFPI

A Universidade Federal do Piauí é uma instituição de ensino superior, mantida pela Fundação Universitária Federal do Piauí (FUFPI), criada pela Lei no 5.528 de 12 de novembro de 1968, com sede na cidade de Teresina, estado do Piauí. A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial, que é exercida na forma da legislação vigente, de seu Estatuto e seu Regimento Geral.

É constituída de onze unidades de ensino: sete centros situados no campus sede em Teresina (Centro de Ciências da Natureza – CCN, Centro de Ciências Agrárias – CCA, Centro de Ciências da Educação – CCE, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, Centro de Ciências da Saúde – CCS, Centro de Tecnologia – CT e Centro de Educação Aberta e a Distância – CEAD), e quatro *campi* no interior do estado (Bom Jesus – CPCE, Floriano – CAFS, Parnaíba – CMRV e Picos – CSHNB), e de sete Pró-Reitorias (PRAD, PRAEC, PREG, PROPESQI, PROPLAN, PREXC e PRPG) para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.



Organograma da UFPI



4.2.1 Contextos interno e externo da UFPI

Para definição dos objetivos institucionais, torna-se importante conhecer o contexto da UFPI nas dimensões internas e externas. O modelo de gestão administrativo que norteia o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI é instrumento para elevar a consciência dos problemas, potencializar os sentidos dos fenômenos e projetar novas possibilidades de construção e, assim, contribuir para a emancipação intelectual e social da comunidade acadêmica.

O estudo avaliativo do contexto interno da UFPI vem sendo realizado pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional (CPA), desde 1999, que analisa as ações desenvolvidas para o cumprimento da missão institucional, a partir das seguintes variáveis: política de inserção da comunidade; política de contratação e capacitação do corpo docente e técnico-administrativo; política de aquisição e manutenção do acervo bibliográfico; compromisso social, junto à comunidade acadêmica e à sociedade.

No contexto externo, a UFPI apresenta-se, junto à sociedade civil e à comunidade universitária, como uma instituição de elevada credibilidade. Há uma consciência da sua importância para o estado e para o país, que pode ser comprovada pela demanda na procura de



ingresso em seus cursos, nas dimensões da graduação, da pós-graduação, da extensão e de outros serviços.

Assim, a UFPI procura cumprir sua missão, ao qualificar profissionais com perfis adequados ao atendimento às exigências da sociedade contemporânea.

4.2.2 Objetivos institucionais

O artigo 3º do Estatuto da Universidade Federal do Piauí explicita que esta instituição tem por objetivo cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, de forma a:

- a) Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- b) Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na formação contínua;
- c) Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em consonância com os desafios da sociedade brasileira;
- d) Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação de resultados de pesquisas e de outras formas de comunicação;
- e) Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e possibilitar a correspondente concretização e integração dos conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração;
- f) Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade; e,
- g) Promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

4.2.3 Missão e princípios institucionais da UFPI

É missão da Universidade Federal do Piauí propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente



adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.

4.2.4 Avaliação institucional da UFPI

A autoavaliação da Universidade Federal do Piauí possibilita uma leitura sobre o estado dessa IES em alguns aspectos de suas funções. O ponto forte desse estudo aponta como aspecto positivo o ensino, a pesquisa e a extensão, que são desenvolvidos de forma consistente numa escala de ascensão, contribuindo para o engrandecimento da sociedade piauiense. Os desafios mais presentes consistem no replanejamento de ações, que possam otimizar o fluxo acadêmico dos alunos da graduação, de forma a contribuir para aumentar o grau de sucesso do ensino.

O processo de autoavaliação institucional é realizado pelas Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs), existentes em cada campus e centros de ensino, o qual é efetivado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que posta, anualmente, relatórios de autoavaliação no sistema e-Mec, contemplando as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A metodologia da autoavaliação da UFPI se baseia nos princípios de adesão voluntária, avaliação total e coletiva, unidade de linguagem e competência técnico-metodológico, sendo realizada pela CPA com o apoio da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional (DIAI), obedecendo às normas propostas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

4.2.5 Princípios de avaliação da UFPI

De forma geral, os objetivos do Programa de Avaliação Interna da UFPI consistem em:

- Avaliar a eficácia e efetividade acadêmica e social das ações educacionais desenvolvidas pela UFPI para definir seu perfil institucional;
- Manter-se em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior;
- Subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e administrativa e, ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais.



Para a consecução dos objetivos gerais do Programa de Avaliação Interna faz-se necessária a realização de ações de caráter específicos, tendo em vista os objetivos e a missão institucional. São, portanto, analisados:

- O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) enquanto instrumento norteador para o cumprimento da missão da UFPI;
- O Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) enquanto instrumento norteador para o cumprimento da missão do CEAD;
- A política de formação acadêmico-científico-profissional, bem como o grau de articulação entre a iniciação científica, a extensão e a formação profissional dos alunos;
- As políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento social, enquanto instituição portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural;
- A infraestrutura e sua relação com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da UFPI;
- O planejamento e avaliação, instrumentos centrados no presente e no futuro institucional, a partir do conhecimento de fragilidades, potencialidades e vocação institucional;
- As formas de acesso dos alunos à UFPI;
- Programas que buscam atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil no âmbito da UFPI;
- A capacidade de administrar a gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas no PDI/UFPI e PDU/CEAD.

4.3 Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da UFPI

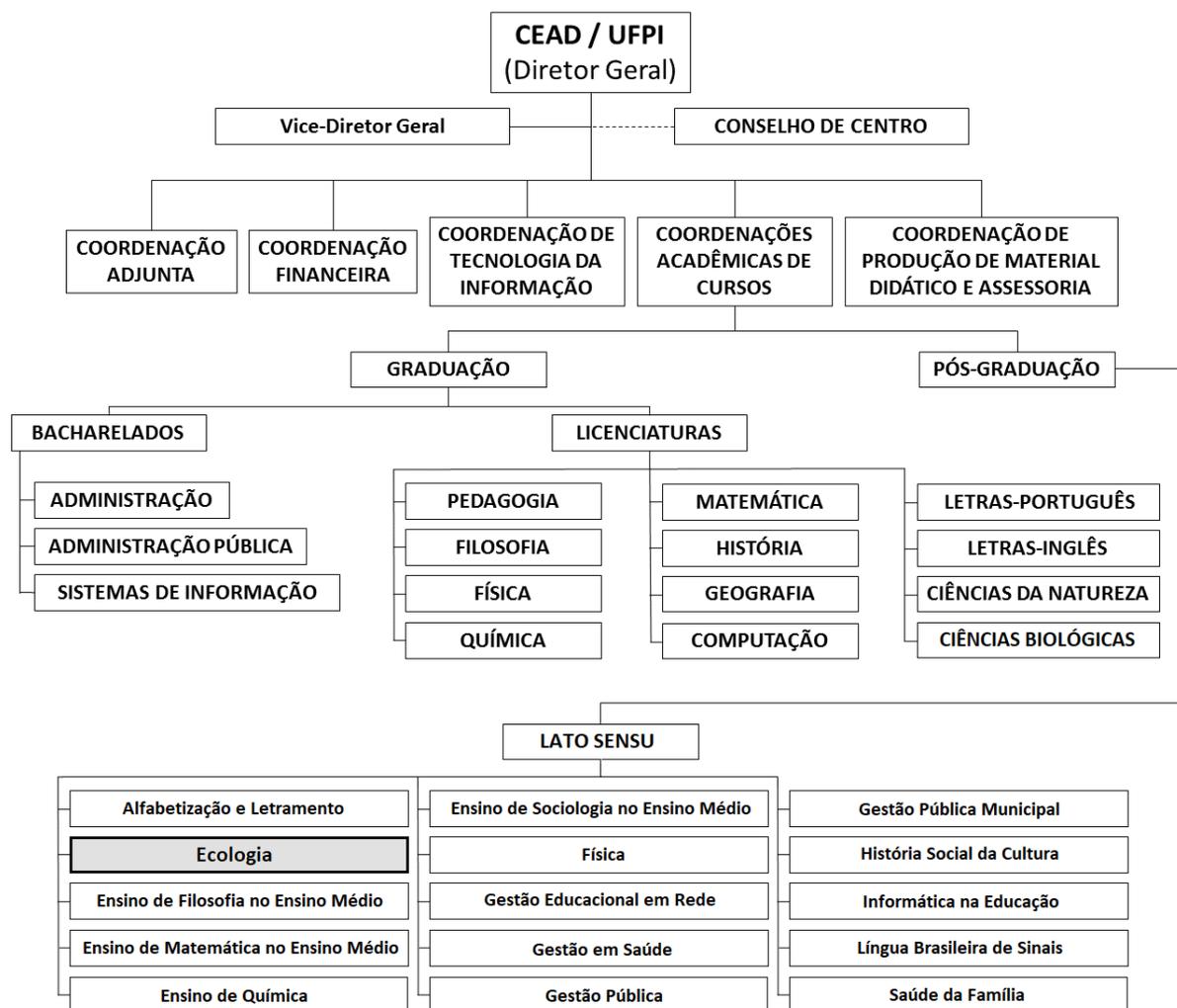
O Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da UFPI começou a funcionar em 2006, chegando a ter outras denominações (Ex: Universidade Aberta do Piauí – UAPI), sendo incorporado como unidade de ensino (Centro) da UFPI em 2013 (Portaria MEC Nº 97, de 05/03/2013).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

A missão do CEAD é promover a democratização do ensino superior, oferecendo cursos de graduação e de pós-graduação, na modalidade a distância, qualificando profissionais aptos a contribuírem com o desenvolvimento local, regional e nacional.

Organograma do CEAD – UFPI





5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

Capacitar profissionais de diferentes áreas das Ciências Biológicas e da Saúde quanto à aquisição e utilização de conceitos e aplicações diretas e indiretas da biologia celular, da biologia molecular e da patologia do câncer na sua prática clínico-laboratorial, acadêmica e assistencial para tratamento e diagnóstico de neoplasias, contribuindo, assim, com a formação de agentes públicos de modo a atender, preferencialmente, demandas dos municípios piauienses na perspectiva do desenvolvimento econômico e social local/regional, conforme previsto no Edital n. 25/2023 – CAPES/UAB.

5.2 Objetivos específicos

- Aperfeiçoar os fundamentos técnico-científicos dos profissionais das áreas de Ciências Biológicas e da Saúde quanto aos conceitos e aplicações diretas e indiretas da biologia celular, da biologia molecular e da patologia do câncer;
- Qualificar agentes públicos das áreas de Ciências Biológicas e da Saúde quanto à atualização e aprofundamento de conhecimentos teóricos e práticos no âmbito da Oncologia Geral com vistas à iniciação à pesquisa científica e ao exercício profissional;
- Oportunizar aquisição de conceitos e aplicações diretas e indiretas da biologia celular, da biologia molecular e da patologia do câncer aos docentes da Educação Básica nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, das redes públicas de ensino localizadas no território piauiense;
- Sistematizar, produzir e disseminar conhecimentos teóricos e práticos no âmbito da Oncologia Geral, favorecendo a constituição de grupos e redes de pesquisa articulados com os cursos de graduação e os programas de pós-graduação *stricto sensu* da UFPI nas áreas de Ciências Biológicas e da Saúde;
- Expandir e interiorizar a oferta de formação continuada de qualidade para profissionais das áreas de Ciências Biológicas e da Saúde, por meio da modalidade de Educação a Distância, especialmente nos municípios piauienses com acesso restrito ou que não possuem acesso ao Ensino Superior em nível de pós-graduação.



6 PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO

6.1 Público-alvo

O Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Oncologia Experimental e Clínica se destina, prioritariamente, a agentes públicos das áreas de Ciências Biológicas e da Saúde que atuam no território piauiense, admitindo-se graduados em cursos de bacharelado ou licenciatura em Ciências Biológicas, Farmácia, Enfermagem, Medicina, Terapia Ocupacional, Fonoaudiologia, Psicologia, Odontologia, Fisioterapia, Educação Física e demais áreas afins, interessados na aquisição e utilização de conceitos e aplicações diretas e indiretas da biologia celular, da biologia molecular e da patologia do câncer na sua prática clínico-laboratorial, acadêmica e assistencial para tratamento e diagnóstico de neoplasias.

6.2 Perfil do egresso

- a) Atuar com consciência das condições históricas, sociais, políticas e culturais que perpassam o contexto de sua prática profissional;
- b) Demonstrar capacidade crítica e de criação no exercício profissional;
- c) Articular teoria e prática e diferentes saberes e conhecimentos técnico-científicos no exercício profissional;
- d) Ter consciência da necessidade de buscar formas de atualização e aperfeiçoamento profissional;
- e) Atuar, coletivamente, partilhando experiências profissionais;
- f) Estabelecer o diálogo entre a Oncologia e as demais áreas do conhecimento, articulando o saber científico à realidade;
- g) Desenvolver, com autonomia, processos investigativos sobre fenômenos patológicos e fisiológicos;
- h) Planejar, executar e avaliar pesquisa científica em Cancerologia.

6.3 Definição

Curso com foco em atender à demanda detectada em regiões do estado sede do polo UAB para a formação de pessoal em nível superior em articulação com o setor econômico e sanitário, industrial, das inovações tecnológicas digitais, do comércio, dos negócios e



administração e empreendedorismo, entre outras áreas de desenvolvimento econômico social regional.

7 VAGAS, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REQUISITOS DE ADMISSÃO DE ALUNOS

Inicialmente, serão ofertadas **150 (cento e cinquenta) vagas**, conforme previsto no plano de adesão do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da UFPI ao Edital n. 25/2023 – CAPES/UAB, distribuídas em 5 (cinco) polos de apoio presencial, os quais serão definidos posteriormente, a partir de critérios estabelecidos no âmbito do Sistema UAB no Piauí, considerando a articulação entre CEAD/UFPI e SEDUC-PI e as demandas apresentadas pelos municípios sede dos pólos.

O acesso ao curso deverá ser efetuado através de processo seletivo próprio conforme previsto na Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019, que poderá ter formato simplificado. A forma de seleção será indicada no edital específico para esse caso, mas as etapas poderão estar dentre as seguintes: inscrição (eliminatória), pontuação em currículo, de preferência lattes ou modelo próprio (classificatória) e entrevista (classificatória)

Observar-se-á o que dispõe a Resolução CEPEX/UFPI Nº 451/2023, segundo a qual “das vagas ofertadas pelos cursos de especialização realizados pela UFPI (autossustentados, patrocinados e gratuitos), até 10% (dez por cento) do total será destinado aos servidores docentes e técnico administrativos efetivos e ativos da UFPI, através do Programa de Capacitação Interna (CPI), até 20% (vinte por cento) das vagas para candidatos(as) pretos(as), pardos(as) e candidatos(as) indígenas, além de até 10% (dez por cento) das vagas para candidatos(as) com deficiência”.

8 CARGA HORÁRIA

- Carga horária total do curso: 450 h/aula
- Equivalência em créditos: 30 créditos
- Disciplinas obrigatórias: 360 h/aula
- Atividades obrigatórias: Trabalho de Conclusão de Curso (90 h/aula)



9 PERÍODO E PERIODICIDADE

Cada turma do curso tem previsão de duração mínima de 1,5 ano para execução das disciplinas e finalização das defesas de TCC. Desta forma, as atividades do curso têm previsão de início em 2024.2 e término em 2025.2, tais períodos coincidindo com os períodos letivos do CEAD/UFPI. As disciplinas serão ofertadas sequencialmente, sendo uma disciplina por vez, conforme cronograma a ser definido posteriormente pela Coordenação do Curso. Em cada disciplina deverá ser realizado pelo menos um encontro virtual, sendo que cada aula virtual deverá ter entre 3-4 horas de duração.

Após a finalização de uma turma, ou logo após o encerramento desta, nova seleção poderá ser feita para início de novas turmas.

10 ESTRUTURA CURRICULAR

Disciplinas	Carga Horária	Estrutura curricular
Bases da Biologia Celular e Molecular, Receptores e Sinalização	45 h/a	3.0.0
Metodologia da Pesquisa, Biossegurança e Bioética	45 h/a	3.0.0
Laboratório em Cancerologia Experimental	60 h/a	1.3.0
Genética Oncológica: Técnicas e Aplicações Médicas	30 h/a	2.0.0
Epidemiologia, Prevenção e Promoção da Saúde em Oncologia	30 h/a	2.0.0
Neoplasias Hematológicas e Tumores Sólidos	45 h/a	3.0.0
Terapias Anticâncer e Efeitos Adversos	45 h/a	3.0.0
Aspectos Psicossociais e Nutricionais do Paciente Oncológico	30 h/a	2.0.0
Farmácia Clínica e Hospitalar aplicada à Oncologia	30 h/a	2.0.0
Trabalho de Conclusão de Curso	90h/a	0.3.0
TOTAL	450h/a	

11 CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Disciplina I	Bases da Biologia Celular e Molecular, Receptores e Sinalização
Carga Horária: 45 h/a	Créditos: 3.0.0

Conteúdo Programático

Dinâmica da Célula animal: citoesqueleto: dinâmica dos filamentos; motilidade dependente de microfilamentos e de microtúbulos. Membranas: Compartimentalização e tráfego integrado. Secreção, endocitose, exocitose e fagocitose. Mitose e citocinese. Meiose. Reconhecimento celular e adesão. Matriz extracelular. Natureza do material genético (DNA), características e propriedades. Base molecular da mutação, reparo do DNA e recombinação. Bases da hereditariedade. Hibridação de ácidos nucléicos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

Transcrição e processamento de RNA. Fatores reguladores da transcrição. Código genético e biossíntese de proteínas. Controle da expressão gênica em procariotos e eucariotos. Processamento pós-traducional de proteínas. Classificação dos receptores. Vias de sinalização celular mediadas por receptores acoplados à proteínas G (GPCRs). Vias de sinalização celular mediadas por canais iônicos. Vias de sinalização celular mediadas por receptores associados a enzimas. Vias de sinalização celular que utilizam receptores intracelulares. Integração entre sinais e vias de resposta. Proteínas quinase e fenômenos fosforilativos e defosforilativos.

Bibliografia

- ALBERTS, B.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. **Biologia Molecular da Célula**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- DE ROBERTIS, E. D. P.; HIB, J. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.
- CAVALLARO, U.; CHRISTOFORI, G. Cell adhesion and signalling by cadherins and Ig-CAMs in cancer. **Nature Reviews Cancer** v.4, p.118-132, 2004.
- JIANG, B. H.; LIU, L. Z. PI3K/PTEN signaling in angiogenesis and tumorigenesis. **Advances in Cancer Research**, v.102, p.19-65, 2009.
- JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular**. 8ª ed. Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
- KINGWELL, K. Receptor pharmacology: The many faces of G protein-coupled receptors. **Nat. Rev. Drug Discov.**, v.15, p.602-603, 2016.
- KROEMER, G.; POUYSSEUR, J. Tumor cell metabolism: cancer's Achilles'heel. **Cancer Cell**, v.13, p.472-482, 2008.
- LEHNINGER, A. L.; NELSON, D. L.; COX, M. M. **Lehninger: princípios de bioquímica**. São Paulo: Sarvier, 2006.
- LEMMON, M. A.; SCHLESSINGER, J. Cell signaling by receptor tyrosine kinases. **Cell**, v.141, p.1117-1134, 2010.
- LEWIN, B. **Genes VII**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- PIERCE, B. A. **Genética: um enfoque conceitual**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
- PONTING, C. P.; OLIVER, P. L.; REIK, W. Evolution and functions of long noncoding RNAs. **Cell**, v. 136, p.629-641, 2009.

Disciplina II	Metodologia da Pesquisa, Biossegurança e Bioética
Carga Horária: 45 h/a	Créditos: 3.0.0

Conteúdo Programático

Conhecimento, Ciência e Pesquisa. Problemática, formas de conhecimento. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Metodologia do trabalho acadêmico e científico. Etapas para elaboração de projetos de pesquisa. Etapas para submissão ao comitê de ética animal e humano. Normas da ABNT. O laboratório e a biossegurança. Segurança química, microbiológica. OGM, CNTbio e CIBio. Bioterismo/Segurança em Biotério. Bioética na Biossegurança. Segurança em trabalho de campo. Gerenciamento de resíduos. Mapa de risco. Primeiros socorros. Doenças Ocupacionais. Aspectos legais e éticos da pesquisa com animais e seres humanos.

Bibliografia

- ALMEIDA, R. N.; CARLINI, E. L. A. **Aspectos Éticos da Experimentação com Animais**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
- ANDREOLLO, N. A.; SANTOS, E. F.; ARAÚJO, M. R.; LOPES, L. R. Rat's age versus human's age: what is the relationship? **Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva**, v.25, p.49-51, 2012.
- CIENFUEGOS, F. **Segurança no Laboratório**. São Paulo: Ed. Interciência, 2001.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Aprova normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos**. Brasília: Diário Oficial da União, 2013.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

CONSELHO NACIONAL DE CONTROLE DE EXPERIMENTAÇÃO ANIMAL (CONCEA). **Diretriz nº 187, de 26 de setembro de 2013 da Prática de Eutanásia do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal**. Brasília - DF, 2013.

COHEN C.; GARCIA M. **Questões de Bioética Clínica: pareceres da Comissão de Bioética** do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo. 1ª. ed. Elsevier: Rio de Janeiro, 2007.

MASTROENI, M. F. **Biossegurança Aplicada a Laboratório e Serviços de Saúde**. Porto Alegre: Ed. Atheneu, 2004.

MINOZZO, R Manual de biossegurança. **Instituto de Ciências da Saúde**. São Paulo: Ed. Feevale, 2005.

MORITA, T.; ASSUMPTÃO, R.M.V. **Manual de solução, reagentes e solventes: padronização, preparação, purificação, indicadores de segurança e descarte de produtos químicos**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Blucher, 2007.

SILVESTRINI, A. A.; SCHERRER, L. R.; MOREIRA, W. B. O ensino de oncologia na graduação: panorama brasileiro. **Revista Brasileira de Oncologia Clínica**, v.8, p.125-129, 2012.

Disciplina III	Laboratório em Cancerologia Experimental
-----------------------	---

Carga Horária: 60 h/a

Créditos: 1.3.0

Conteúdo Programático

Características morfológicas e cinéticas da célula normal e tumoral. Cultivo de células animais. O laboratório, a biossegurança e o controle de qualidade. Aplicações da cultura celular na descoberta e desenvolvimento de novos quimioterápicos antitumorais. Modelos *in vivo* e *in vitro* de tumores experimentais.

Bibliografia

COSTA, P. M.; COSTA, M. P.; CARVALHO, A. A.; CAVALCANTI, S. M. T.; CARDOSO, M. V. O.; BEZERRA-FILHO, G. O.; VIANA, D. A.; FECHINE-JAMACARU, F. V.; LEITE, A. C. L.; MORAES, M. O.; PESSOA, C.; FERREIRA, P. M. P. Improvement of *in vivo* anticancer and antiangiogenic potential of thalidomide derivatives. **Chemico-Biological Interactions**, v.239, p.174-183, 2015.

CURI, R.; PERES, C. M. **Como Cultivar Células**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

FERREIRA, P. M. P.; BEZERRA, D. P.; SILVA, J. N.; COSTA, M. P.; FERREIRA, J. R. O.; ALENCAR, N. M. N.; FIGUEIREDO, I. S. T.; CAVALHEIRO, A. J.; MACHADO, C. M. L.; CHAMMAS, R.; ALVES, A. P. N. N.; MORAES, M. O.; PESSOA, C. Preclinical anticancer effectiveness of a fraction from *Casearia sylvestris* and its component Casearin X: *in vivo* and *ex vivo* methods and microscopy examinations. **Journal of Ethnopharmacology**, v.186, p.270-279, 2016.

FERREIRA, P. M. P.; MILITÃO, G. C. G.; LIMA, D. J. B.; COSTA, N. D. J.; MACHADO, K. C.; SANTOS, A. G.; CAVALHEIRO, A. J.; BOLZANI, V. S.; SILVA, D. H. S.; PESSOA, C. Morphological and biochemical alterations activated by antitumor clerodane diterpenes. **Chemico-Biological Interactions**, v.222, p.112-125, 2014.

KRYSKO, D.V.; BERGHE, T. V.; D'HERDE, K.; VANDENABEEL, P. Apoptosis and necrosis: detection, discrimination and phagocytosis. **Methods**, v.44, p.205-221, 2008.

OTTER, W. D.; STEERENBERG, P. A.; LAAN, J. W. V. Testing therapeutic potency of anticancer drugs in animal studies: a commentary. **Regulatory Toxicology and Pharmacology**, v.35, p.266-272, 2002.

Disciplina IV	Genética Oncológica: Técnicas e Aplicações Médicas
----------------------	---

Carga Horária: 30 h/a

Créditos: 2.0.0

Conteúdo Programático

A arquitetura do cromossomo. Mecanismos de divisão celular e consequências da mitose e meiose. Aberrações cromossômicas estruturais e numéricas e câncer. Aplicabilidade da citogenética: técnicas, estudos e análise de cromossomos humanos. Avaliação do potencial mutagênico e carcinogênico de agentes químicos, físicos e biológicos. Danos ao DNA e sistemas de reparação. Síndromes mais comuns de predisposição hereditária ao câncer (mama, ovário, cólon, Li-Fraumeni e variantes, Lynch, polipose adenomatosa



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

familiar e outras formas de polipose colônica hereditária, retinoblastoma hereditário, síndromes de neoplasia endócrina múltipla, melonoma hereditário, neurofibromatose, Von Hippel Lindau, síndromes de predisposição a tumores na infância). Aconselhamento genético no câncer.

Bibliografia

- CLINE, S. D.; HANAWALT, P. C. Who's on first in the cellular response to DNA damage? **Nature Reviews Molecular Cell Biology**, v.4, p.361-372, 2003.
- GUERRA, M. **Introdução à Citogenética Geral**. Editora Guanabara Koogan, 1988.
- GUERRA, M.; DE SOUSA, M. J. **Como Observar Cromossomos**. Editora FUNPEC, 2002.
- LEWIN, B. **Genes VII**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.
- LINDOR, N. M.; McMASTER, M. L.; LINDOR, C.; GREENE, M. H. Consise handbook of familial cancer susceptibility syndromes. 2ª ed. **Journal of the National Cancer Institute. Monographs**, v.38, p.1-93, 2008.
- LOEB, L. A.; LOEB, K. R.; ANDERSON, J. P. Multiple mutations and cancer. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v.100, p.776-781, 2003.
- OFFIT, K. **Clinical Cancer Genetics: risk counseling and management**. Bethesda: Wiley-Liss, 1998.
- RIBEIRO, L. R., SALVADORI, D. M. F. MARQUES, E. K. **Mutagênese Ambiental**. Canoas: Editora ULBRA, 2003.
- VOGEL, F. **Genética Humana**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
- WEINBERG, R. A. **Biologia do Câncer**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Disciplina V	Epidemiologia, Prevenção e Promoção da Saúde em Oncologia
---------------------	--

Carga Horária: 30 h/a	Créditos: 3.0.0
------------------------------	------------------------

Conteúdo Programático

Fatores químicos, físicos, biológicos e genéticos. Vírus tumorais. Idade e câncer. Políticas nacionais de saúde relacionadas à prevenção dos tumores. Adesão aos programas de prevenção. Identificação das neoplasias passíveis de prevenção e os métodos apropriados para a rastreamento das mesmas. Incidência, prevalência, fatores de risco para desenvolvimento da neoplasia e intervenção em fatores de risco para o câncer. Pesquisas clínicas e medicina baseada em evidências.

Bibliografia

- CALLE, E.E.; KAAKS, R. Overweight, obesity and cancer: epidemiological evidence and proposed mechanisms. **Nature Reviews Cancer**, v.4, p.579-591, 2004.
- COLDITZ, G. A., DEJONG, D., HUNTER, D. J., TRICHOPOULOS, D., WILLETT, W. C. Harvard report on cancer prevention. Causes of human cancer. **Cancer Causes Control**, 7: 1-59, 1996.
- BALDUCCI, L.; ERSHLER, W. B. Cancer and ageing: a nexus at several levels. **Nature Reviews Cancer**, v.15, p.655-662, 2005.
- BLASCO, M. A. Telomeres and human disease: ageing, cancer and beyond. **Nature Reviews Genetics**, v.6, p.611-622, 2005.
- BURKHART, D.L.; SAGE, J. Cellular mechanisms of tumour suppression by the retinoblastoma gene. **Nature Reviews Cancer**, v.8, 671-682, 2008.
- DAWSON, B.; TRAPP, R. G. **Basic & Clinical Biostatistics**. 4ª ed. New York: Lange Medical Books-McGraw-Hill, Medical Pub. Division, 2004.
- FLECHER, R. H.; FLETCHER, S. W.; WAGNER, E. H. **Epidemiologia Clínica: elementos essenciais**. 3ª ed. Ed. Artes Médicas, 1996.
- GREENBERG, R. S.; DANELS, S. R.; FLANDERS, W. D.; ELEY, J. W.; BORING, J. R. **Medical Epidemiology**. 3ª ed. Mc Gray Hill 2001.
- HANAHAH, D.; WEINBERG R. A. Hallmarks of Cancer: The Next Generation. **Cell**, v.144, p. 646-674, 2011.
- HANAHAH, D.; COUSSENS, L.M. Accessories to the crime: functions of cells recruited to the tumor microenvironment. **Cancer Cell**, v.21, p.309-322, 2012.
- KROEMER, G.; POUYSSEGUR, J. Tumor cell metabolism: cancer's Achilles'heel. **Cancer Cell**, v. 13, p.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

472-482, 2008.

MALUMBRES, M.; BARBACID, M. Cell cycle, CDKs and cancer: a changing paradigm. **Nature Reviews Cancer**, v.3, p.153-166, 2009.

MOODY, C. A.; LAIMINS, L. A. Human papillomavirus oncoproteins: pathways to transformation. **Nature Reviews Cancer**, v.10, p.550-560, 2010.

RIBEIRO, L. R., SALVADORI, D. M. F. MARQUES, E. K. **Mutagênese Ambiental**. Canoas: Editora ULBRA, 2003.

WEINBERG, R. A. **Biologia do Câncer**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Publicações científicas atuais (últimos 10 anos)

Disciplina VI	Neoplasias Hematológicas e Tumores Sólidos
----------------------	---

Carga Horária: 45 h/a	Créditos: 3.0.0
------------------------------	------------------------

Conteúdo Programático

Neoplasias mieloides e linfoides: leucemias, linfomas, síndromes mielodisplásicas, policitemias e sarcomas associados. Marcadores plasmáticos de neoplasias hematológicas. Patologias secundárias associadas. Interações celulares homotípicas e heterotípicas. Biologia da angiogênese. Invasão e metástase. Transição epitélio-mesenquimal. Marcadores para tumores sólidos. Etapas de imortalização e carcinogênese. Manutenção da integridade genômica e o desenvolvimento de câncer. Oncogenes e genes supressores de tumor. pRb e o controle do relógio do ciclo celular. p53 e Apoptose.

Bibliografia

ALMEIDA, J. R. C.; PEDROSA, N. L.; LEITE, J. B.; FLEMING, T. R. P.; CARVALHO, V. H.; CARDOSO, A. A. A. Marcadores tumorais: revisão de literatura. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 53, n. 3, p. 305-316, 2007.

DENKO, N. C. Hypoxia, HIF1 and glucose metabolism in the solid tumour. **Nature Reviews Cancer**, v. 8, p. 705-713, 2008.

FOKAS, E.; ENGENHART-CABILLIC, R.; DANILIDIS, K.; ROSE, F.; NA, H. X. Metastasis: the seed and soil theory gains identity. **Cancer Metastasis Reviews**, v. 26, p. 705-715, 2007.

GRIVENNIKOV, S. I.; GRETEN, F. R.; KARIN, M. Immunity, inflammation, and cancer. **Cell**, v.140, p.883-899, 2010.

HANAHAAN, D.; COUSSENS, L. M. Accessories to the crime: functions of cells recruited to the tumor microenvironment. **Cancer Cell**, v.21, p.309-322, 2012.

HENRY, J. B. **Diagnóstico clínico e tratamento por métodos laboratoriais**. 20ª ed. São Paulo: Manole, 2008.

HOFFBRAND, A. V., MOSS, P. A. H., PETTIT, J. E. **Fundamentos em Hematologia**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2008.

HOFF, P. M.; MACHADO, K. K. Role of angiogenesis in the pathogenesis of cancer. **Cancer Treatments Reviews**, v. 38, p. 825-833, 2012.

LUDWIG, J. A.; WEINSTEIN, J. N. Biomarkers in cancer staging, prognosis and treatment selection. **Nature Reviews Cancer**, v.5, p.845-856, 2005.

MAIOLI, M. C. P.; SOUZA, M. H. F. Síndromes mielodisplásicas (SMD). **Revista do Hospital Universitário Pedro Ernesto**, v.11, p.24-36, 2012.

KESSENBROCK, K.; PLAKS, V.; WERB, Z. Matrix metalloproteinases: regulators of the tumor microenvironment. **Cell**, v.141, p.52-67, 2010.

SHIBUE, T.; WEINBERG, R. A. Metastatic colonization: settlement, adaptation and propagation of tumor cells in a foreign tissue environment. **Seminars in Cancer Biology**, v. 21, p. 99-106, 2011.

ZERBINI, M. C. N.; SOARES, F. A.; VELLOSO, E. D. R. P.; CHAUFAILLE, M. L. L. F.; PAES, R. P. Classificação da Organização Mundial da Saúde para os tumores dos tecidos hematopoético e linfóide, 4ª edição, 2008: principais modificações introduzidas em relação à 3ª edição, 2001. **Revista da Associação Médica Brasileira**, v.57, p.6-73, 2011.

WEINBERG, R. A. **Biologia do Câncer**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

ZUMSTEG, A.; CHRISTOFORI, G. Corrupt policemen: inflammatory cells promote tumor angiogenesis.

Current Opinion in Oncology, v. 21, p. 60-70, 2008.



Disciplina VII	Terapias Anticâncer e Efeitos Adversos
Carga Horária: 45 h/a	Créditos: 3.0.0
Conteúdo Programático	
História da quimioterapia tumoral. Fármacos citotóxicos e citostáticos. Controle populacional: Imunologia tumoral e imunoterapia. Terapia alvo dirigida e terapia personalizada. Aplicações da radioterapia. Efeitos colaterais da quimioterapia e radioterapia. Resistência tumoral e recidivas. Cuidados paliativos na doença avançada.	
Bibliografia	
ALLAN, J. M.; TRAVIS, L. B. Mechanisms of therapy related carcinogenesis. Nature Reviews Cancer , v.5, p.943-955, 2005.	
ADAM, J. K.; ODHAV, B.; BHOOLA K. D. Immune responses in cancer. Pharmacology & Therapeutics , v.99 p. 113-132, 2003.	
GOODMAN; GILMAN. As Bases Farmacológicas da Terapêutica . 12ª ed. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill, 2012.	
FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L. Farmacologia Clínica - Fundamentos da Terapêutica Racional . 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.	
HALPERIN, E. C.; PEREZ, C. A.; BRADY, L. W.; WAZER, D. E. Principles and Practice of Radiation Oncology . 5ª ed. USA: Lippincott Williams and Wilkins, 2007.	
LOLLINI, P. L.; CAVALLO, F.; NANNI, P.; FORNI, G. Vaccines for tumour prevention. Nature Reviews Cancer , v.6, p.204-216, 2006.	
SIMÕES, J. C.; GAMA, R. R.; WINHESKI, M. R. Câncer - Estadiamento & Tratamento . São Paulo: Editora Lemar, 2008.	
SHUPTRINE, C.; SURANA, R.; WEINER, L. M. Monoclonal antibodies for the treatment of cancer. Semin. Cancer Biol. , v.22, p.3-13, 2012.	
SRIVASTAVA, V., NEGI, A. S., KUMAR, J. K., GUPTA, M., KHANUJA, S. P. S. Plant-based anticancer molecules: a chemical and biological profile of some important leads. Bioorg. Med. Chem. , v.13, p.5892-5908, 2005.	

Disciplina VII	Aspectos Psicossociais e Nutricionais do Paciente Oncológico
Carga Horária: 30 h/a	Créditos: 2.0.0
Conteúdo Programático	
Metabolismo normal e no paciente oncológico. Terapias nutricionais oral, enteral e parenteral nos pacientes oncológicos clínico e cirúrgico. Obesidade e câncer. Avaliação do risco nutricional utilizados em pacientes oncológicos. Cuidados paliativos na doença avançada. Aspectos psicológicos do paciente oncológico e a atuação da psico-oncologia no hospital. Cuidados paliativos.	
Bibliografia	
CALLE, E.E.; KAAKS, R. Overweight, obesity and cancer: epidemiological evidence and proposed mechanisms. Nature Reviews Cancer , v.4, p.579-591, 2004.	
CARVALHO, M. M. Psico-oncologia: história, características e desafios. Psicol. USP , v.13, n.1, 2002	
FERREIRA, D.; GUIMARAES, T. G.; MARCAGENTI, A. Aceitação de dietas hospitalares e estado nutricional entre pacientes com câncer. Einstein , v.11, p.41-46, 2013.	
FRUCHTENICHT, A. V. G.; POZIOMYCK, A. K.; KABKE, G. B.; LOSS, S. H.; ANTONIAZZI, J. L.; STEEMBURGO, T.; MOREIRA, L. F. Avaliação do risco nutricional em pacientes oncológicos graves: revisão sistemática. Revista Brasileira de Terapia Intensiva , v. 27, p.274-283, 2015.	
GAROFALO, A.; AVESANI, C. M.; CAMARGO, K. G.; BARROS, M. E.; SILVA, S. R. J.; TADDEI, J. A. A. C.; SIGULEM, D. M. Dieta e câncer: um enfoque epidemiológico. Revista de Nutrição , v.17, p.491-505, 2004.	
INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER. Consenso nacional de nutrição oncológica: paciente pediátrico oncológico . Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. INCA: Rio de Janeiro, 2014.	



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

Disciplina IX	Farmácia Clínica e Hospitalar Aplicada à Oncologia
----------------------	---

Carga Horária: 30 h/a

Créditos: 2.0.0

Conteúdo Programático

Atribuições do farmacêutico na Oncologia. Manipulação de quimioterápicos. Esterilidade, conservação e biossegurança dos medicamentos. Critérios laboratoriais para aplicação da quimioterapia. Interações medicamentosas. Intervenção farmacêutica na prevenção e minimização dos eventos adversos. Cuidados farmacêuticos com o paciente oncológico.

Bibliografia

- BREMBERG, E. V. An evaluation of pharmacist contribution to an oncology ward in a Swedish hospital. **Journal of Oncology Pharmacy Practice**, v.12, p.75-81, 2006.
- GOODMAN; GILMAN. **As Bases Farmacológicas da Terapêutica**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Mc Graw Hill, 2012.
- FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L. **Farmacologia Clínica - Fundamentos da Terapêutica Racional**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.
- LEÃO, A. M; NEVES, E.; DIAS, J. P.; SANTOS, P. K. Atenção farmacêutica no tratamento oncológico em uma instituição pública de Montes Claros-MG. **Revista Brasileira de Farmácia Hospitalar e Serviços de Saúde**, v.3, p.11-14, 2012.
- OLIVEIRA, A.B.; OYAKAWA, C.N.; MIGUEL, M.D.; ZANIN, S.M.W.; MONTRUCCHIO, D.P. Obstáculos da atenção farmacêutica no Brasil. **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v.41, p.409-413, 2005.
- PEREIRA, L.R.L; FREITAS, O. A evolução da Atenção Farmacêutica e a perspectiva para o Brasil. **Brazilian Journal of Pharmaceutical Sciences**, v. 44, p.601-612, 2008.
- VALGUS, J. M. Integration of a clinical pharmacist into the hematology–oncology clinics at an academic medical center. **American Journal of Health-System Pharmacy**, v.68, p.613-619, 2011.
-



12 CORPO DOCENTE

12.1 Quadro-síntese e descrição dos docentes

Docentes E-mail Titulação	CPF SIAPE	Vínculo Empregatício / Regime de Trabalho	Link do Lattes, títulos e resumo da experiência acadêmico-profissional
Dalton Dittz Junior daltondittz@ufpi.edu.br Doutor	063.584.916-01 3107513	Professor Adjunto da UFPI / DE	http://lattes.cnpq.br/9605636726174224 Pós-doutor (2019), doutor (2015) e mestre (2011) em Fisiologia e Farmacologia (UFMG) e farmacêutico (2008) pela UFMG. Atualmente é Chefe do Departamento de Bioquímica e Farmacologia da UFPI e Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Plantas Medicinais (NPPM/UFPI).
Hilris Rocha e Silva hilrisrocha@yahoo.com.br Doutora	819.105.503-10 4546016	Professora Adjunta da UFPI / DE	http://lattes.cnpq.br/4708535398714671 Graduação em Farmácia pela Universidade Federal do Piauí (2003) e mestrado em Química pela Universidade Federal do Piauí (2006). Concluiu em 2011 o Doutorado em Ciências Farmacêuticas, na área de Desenvolvimento de Fármacos e Medicamentos na Faculdade de Ciências Farmacêuticas - UNESP/Araraquara. Atuou como Farmacêutica na área hospitalar (Hospital São Paulo) e magistral (Pharmavitta e Galeno).
Felipe Carneiro Cavalcanti da Silva felipebio@ufpi.edu.br Doutor	044.862.236-08 2128442	Professor Adjunto da UFPI / DE	http://lattes.cnpq.br/1858627515654076 Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2003) e Doutor pelo A. C. Camargo - Fundação Antônio Prudente (FAP). Tem experiência em Genômica e Biologia Molecular do Câncer
João Marcelo de Castro e Sousa j.marcelo@ufpi.edu.br Doutor	007.274.803-67 1731057	Professor Adjunto da UFPI / DE	http://lattes.cnpq.br/5551042924769063 Graduação em Ciências Biológicas, mestre em Genética e Biologia Molecular e Doutor em Ciências Ambientais pela Universidade Estadual de Maringá - UEM (2015). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas. Tem experiência na área de Mutagênese ambiental, Citogenética humana, Cultura celular, Genética toxicológica e do câncer.
Francisco Leonardo Torres	650.584.023-00	Professor Associado	http://lattes.cnpq.br/7925244568222989



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD



Leal torresleal@ufpi.edu.br Doutor		da UFPI / DE	Doutor em Fisiologia Humana pelo Instituto de Ciências Biomédicas da Universidade do São Paulo e Mestrado em Nutrição Humana Aplicada na FCF-USP. Coordenador do Grupo de Pesquisa de Doenças Metabólicas, Exercício e Nutrição (DOMEN) e o Laboratório de Doença Metabólica Glauco Tuquarre (LabGT). Atualmente está tentando descobrir como regular o metabolismo do tumor e como certos nutrientes podem prevenir o início, propagação e metástase do câncer. http://lattes.cnpq.br/3262521030310185
José Roberto de Oliveira Ferreira ferreirajro@gmail.com Doutor	008.813.564-09	Professor Adjunto UNCISAL / 20h	Graduação em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas, Mestrado em Farmacologia e Doutorado em Ciências - área de concentração Oncologia - pela Fundação Antônio Prudente (2014). Tem experiência na área de Cancerologia Experimental, Farmacologia Celular e Molecular, Dano ao DNA e mecanismos de reparo, Clonagem gênica, Mutagênese sítio-dirigida. http://lattes.cnpq.br/6987596570822675
Luciano da Silva Lopes lucianofarmaco@ufpi.edu.br Doutor	755.423.233-91 3302639	Professora Adjunta da UFPI / DE	Graduação em Farmácia-Bioquímica pela Universidade Federal do Piauí, especialista em Farmacologia pela Universidade Federal de Lavras, Mestre em Farmacologia Clínica pela UFC e Doutor em Biotecnologia pela RENORBIO - UFPI atuando na área de Farmacologia da Dor. Coordena o Laboratório de Pesquisa em Neuroquímica Experimental – LAPNEX. http://lattes.cnpq.br/7262253606812486
Maria do Perpetuo Socorro de Sousa Coêlho socorrinhacoelho@hotmail.com Mestre	749.699.003-53	Hospital de Urgências de Teresina (HUT)	Graduação em Nutrição e especialização em Distúrbios Metabólicos e Nutrição, em Oncologia Multiprofissional pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC) e em Nutrição Oncológica pelo Instituto Nacional do Câncer (INCA-RJ) em 2016. Mestre em Ciências da Saúde. É membro da Sociedade Brasileira de Nutrição Oncológica. http://lattes.cnpq.br/4897632187244463
Paulo Michel Pinheiro Ferreira pmpf@ufpi.edu.br Doutor	835.051.213-04 1638239	Professor Associado da UFPI / DE	Especialização em Bioquímica Clínica e Biologia Molecular (2006). É mestre (2007) e doutor em Farmacologia (2010) (Departamento de Fisiologia e Farmacologia, Faculdade de Medicina - UFC) e Pós-Doutor em Oncologia Translacional (Centro de Investigación del Cáncer, Facultad de Medicina, Universidad de Salamanca - CIC / USAL, España, 2020).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

13 ENCARGOS DOCENTES

Disciplinas	Carga Horária	Professor
Bases da Biologia Celular e Molecular, Receptores e Sinalização	45 h/a	Dalton Dittz Junior
Metodologia da Pesquisa, Biossegurança e Bioética	45 h/a	Luciano da Silva Lopes
Laboratório em Cancerologia Experimental	60 h/a	Paulo Michel Pinheiro Ferreira
Genética Oncológica: Técnicas e Aplicações Médicas	30 h/a	João Marcelo de Castro e Sousa
Epidemiologia, Prevenção e Promoção da Saúde em Oncologia	30 h/a	Francisco Leonardo Torres Leal
Neoplasias Hematológicas e Tumores Sólidos	45 h/a	Felipe Carneiro Cavalcanti da Silva
Terapias Anticâncer e Efeitos Adversos	45 h/a	José Roberto de Oliveira Ferreira
Aspectos Psicossociais e Nutricionais do Paciente Oncológico	30 h/a	Maria do Perpetuo Socorro de Sousa Coêlho
Farmácia Clínica e Hospitalar aplicada à Oncologia	30 h/a	Hilris Rocha e Silva
Trabalho de Conclusão de Curso	90h/a	Professores do curso
TOTAL	450h/a	

14 CRONOGRAMA

Atividade	Período/Data
Lançamento do edital	Maio/2024
Fase de inscrições	Maio e Junho/2024
Processo de seleção	Julho/2024
Fase de matrículas	Julho/2024
Aula inaugural	Agosto/2024
Execução das disciplinas/atividades	
Bases da Biologia Celular e Molecular, Receptores e Sinalização	2024.2
Metodologia da Pesquisa, Biossegurança e Bioética	2024.2
Laboratório em Cancerologia Experimental	2024.2
Genética Oncológica: Técnicas e Aplicações Médicas	2024.2



Epidemiologia, Prevenção e Promoção da Saúde em Oncologia	2025.1
Neoplasias Hematológicas e Tumores Sólidos	2025.1
Terapias Anticâncer e Efeitos Adversos	2025.1
Aspectos Psicossociais e Nutricionais do Paciente Oncológico	2025.2
Farmácia Clínica e Hospitalar aplicada à Oncologia	2025.2
Trabalho de Conclusão de Curso	2025.2
Defesas de TCC	2025.2
Encerramento das atividades acadêmicas	2025.2
Entrega do relatório final	2026.1

15 METODOLOGIA

O Curso de Especialização em Oncologia Experimental e Clínica adotará a metodologia própria da educação à distância, que contempla processos de ensino e aprendizagem baseados em princípios e características como qualidade, equidade, seletividade, interação social, comunicação intencional, colaboração, aprendizagem não-linear, responsabilidade pela autoaprendizagem, autoavaliação e acessibilidade. O processo de ensino e aprendizagem será mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a partir de atividades assíncronas e síncronas com apoio de um conjunto amplo e diversificado de recursos e ferramentas próprios de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Entre as atividades assíncronas, destacam-se as que serão realizadas na turma virtual do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA):

- a) Produção e envio de sínteses, resenhas, mapas conceituais, linhas do tempo, listas de exercícios e outros trabalhos acadêmicos por meio da ferramenta tarefa *online*;
- b) Debates e discussões temáticas por meio das ferramentas *fórum* e *chat*;
- c) Questionários e provas eletrônicas realizadas diretamente na sala virtual do SIGAA;
- d) Pesquisas em bibliotecas virtuais disponibilizadas no SIGAA, com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos, *slides*, vídeos e *podcasts*;



- e) Aulas previamente gravadas, em formato de videoaulas ou em formato de áudio-aulas (*podcasts*);
- f) Roteiros de estudos e leituras comentadas por meio de *slides*, *padlets* e *handouts* disponibilizados na turma virtual do SIGAA.

Outras TDIC serão utilizadas para o desenvolvimento das atividades assíncronas, como plataformas virtuais de organização, gerenciamento e compartilhamento de conteúdo (*Google* Formulários, e-mail, *YouTube*, redes sociais e mídias em geral). As atividades síncronas serão realizadas em plataformas virtuais, externas ou integradas ao SIGAA, que possibilitam a conectividade de centenas de alunos simultaneamente, como *Google Meet*, *Zoom* e *YouTube*, entre as quais destacam-se: a) Aulas dialogadas, por meio de videoconferências; b) Seminários, palestras, encontros, simpósios e outros eventos acadêmicos e científicos por meio de *Webnários*; e c) Rodas de conversas, *workshops*, minicursos, estudos de casos, análise de situação-problema, jogos, simulações e outras atividades acadêmicas do gênero com suporte nas plataformas virtuais.

A articulação teoria-prática será viabilizada também pelos laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, com recursos de simulação, experimentação, aplicação e avaliação das aprendizagens práticas, a partir da ação dos alunos sob orientação e supervisão dos professores formadores e dos tutores. O material de ensino de cada componente curricular, que engloba textos de referência, tarefas, fóruns de discussão, exercícios, videoaulas, provas, entre outros, será elaborado pelos professores formadores e disponibilizado na turma virtual do SIGAA. O acompanhamento de estudos dos alunos, que inclui orientação, esclarecimento de dúvidas quanto à organização e ao conteúdo das disciplinas, correção e devolutiva de atividades, entre outros, será feito pelos tutores sob supervisão dos professores formadores.

16 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O Curso será desenvolvido na modalidade de Educação a Distância, por meio dos recursos humanos e toda a infraestrutura física e tecnológica do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI, construídos no decorrer de 15 anos de experiência com oferta de 17 cursos de graduação e dezenas de cursos de pós-graduação *lato sensu* nas mais diversas áreas do conhecimento, em 42 polos de apoio presencial.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

O CEAD conta com Equipe Multidisciplinar completa, incluindo equipes de assessoria e orientação pedagógica, produção de material didático, revisão de texto, multimídia, tecnologia educacional, comunicação, suporte técnico, biossegurança e apoio acadêmico-administrativo. Também compõem o quadro de recursos humanos do CEAD a direção geral, secretaria administrativa, coordenação adjunta, coordenação financeira, coordenação de tecnologia da informação, coordenação de produção de material didático, assessoria de comunicação, serviço de administração acadêmica, serviço de apoio ao aluno, coordenação de ensino de graduação a distância, coordenação de pesquisa e extensão a distância, coordenações de polo e secretarias acadêmicas de polo, além de pessoal de apoio administrativo nas áreas de segurança e limpeza na sede e nos polos. Os recursos humanos diretamente relacionados à organização dos cursos do CEAD incluem: coordenações de curso de graduação, coordenações de curso de pós-graduação, coordenações de tutoria, coordenações de estágio, professores formadores, tutores presenciais, tutores à distância e pessoal de apoio administrativo-acadêmico.

O Centro dispõe de salas com recursos multimídia para aulas presenciais, espaço individualizado para coordenações de curso, sala de trabalho coletivo do corpo docente e da tutoria, auditórios, sala de reuniões e equipamentos para videoconferências, estúdios e equipamentos multimídia para produção e edição de material didático audiovisual, laboratórios de informática e de ensino e biblioteca física com acervo amplo, diversificado e atualizado. Os polos de apoio presencial, localizados em 42 municípios, sendo 40 no Piauí e dois na Bahia, são equipados com sala de coordenação administrativa e pedagógica, secretaria acadêmica, salas de aula, sala de trabalho de professores e tutoria, biblioteca física, laboratórios de informática e de ensino, espaço multimídia para reuniões presenciais e videoconferências, entre outros.

O CEAD possui seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com condições adequadas de acessibilidade metodológica e tecnológica, hospedado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA), que disponibiliza um amplo conjunto de recursos e ferramentas de apoio ao desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão na modalidade de educação a distância, por meio de atividades síncronas e assíncronas: tarefas *online*, fóruns de discussão, *chats*, listas de exercícios, questionários e provas eletrônicas, bibliotecas virtuais com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos e vídeos, suportes de compartilhamento de videoaulas, *podcasts*, entre outros.



Além disso, o Centro tem licença para utilização de salas em plataformas virtuais, com acessibilidade diretamente pelo SIGAA e capacidade de garantir a participação de centenas de alunos simultaneamente em atividades síncronas (aulas, videoconferências, seminários *online*, eventos científicos, entre outros). O corpo docente e discente tem ainda à disposição laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas, desenvolvidos por empresa de tecnologia educacional e integrados ao próprio ambiente virtual de aprendizagem do CEAD.

16.1 Estrutura acadêmica e laboratorial

O LabCancer – **Laboratório de Cancerologia Experimental** (LabCancer) – tem caráter multiusuário e dispõe de técnica de laboratório e equipamentos (cabines de fluxo laminar, hemocitômetro, micrótomo, incubadora de células, sistema para *western blotting*, microscópio óptico invertido simples etc.). O LabCancer dar suporte acadêmico-científico, pedagógico e tecnológico a alunos de graduação (Ciências Biológicas, Farmácia, Medicina, Química), mestrado, doutorado (Ciências Farmacêuticas, Ciências e Saúde, Farmacologia, Química, Biotecnologia) e pós-doutorado na pesquisa, incluindo aulas práticas, considerando suas 2 linhas de pesquisa:

a) Oncologia translacional (experimental e clínica) aplicada ao estudo do potencial citotóxico e antitumoral de protótipos a fármacos anticâncer: cultura de células, padrões de proliferação e morte celular, vias de sinalização citoplasmática, expressão de receptores e modelos *in vivo* de tumores humanos e murinos;

b) Análises pré-clínicas de parâmetros fisiológicos, anti-inflamatórios e toxicológicos de insumos anticâncer: métodos tradicionais e alternativas ao uso de animais de laboratório, danos teciduais e marcadores bioquímico-funcionais, neurotoxicidade, genotoxicidade, citologia e bioquímica da inflamação e dor associada ao câncer.

Nos seus 10 anos de existência, o LabCancer, ao disponibilizar sua infraestrutura, formou ou treinou, direta ou indiretamente, uma enorme quantidade de recursos humanos para o mercado profissional nacional: foram pelo menos, 50 alunos de graduação, 35 mestres e 20 doutores, o que se converteu em mais de 100 artigos publicados desde 2013, além de cartas patentes, capítulos de livros e congressos nacionais e internacionais.



16.2 Material didático

O material didático (livros, apresentações de slides, videoaulas etc.) será produzido por professores conteudistas especialistas em cada área do curso e/ou adquiridos a partir do Sistema de Informação da Universidade Aberta do Brasil (SISUAB), bem como livros de domínio público, artigos e revisões publicados em revistas e eventos especializados. Adicionalmente, os alunos têm acesso às bibliotecas virtuais, dos polos de apoio presencial e dos *campi* da UFPI. Além dessa atualização, poderão ser elaborados materiais para as novas disciplinas das reformulações do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A elaboração do material didático ocorrerá de acordo com o ementário apresentado neste PPC. Após a elaboração do texto pelo professor conteudista, o manuscrito deverá passar pela equipe de revisores, composta por profissionais aptos a realizar a correção do texto na forma e gramaticalmente. Em seguida, será encaminhado de volta ao professor conteudista e, por fim, à equipe de diagramação.

16.3 Bibliotecas Presenciais dos *campi* e polos

A Biblioteca possui um papel proeminente em virtude do valor da própria Instituição ou Universidade, pois, nenhuma outra instituição ultrapassa em magnitude a contribuição universitária, a qual torna possível acompanhar o grande avanço tecnológico e científico que se registra atualmente em todos os campos do conhecimento. Torna-se decisiva, dessa forma, a influência da Biblioteca, que pode constituir-se num dos principais instrumentos de que a instituição de ensino superior dispõe para atingir suas finalidades, tornando-se um acervo de fonte de informação para suporte ao ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão universitária.

O aluno regularmente matriculado em qualquer curso (graduação e pós-graduação) na UFPI tem direito ao acesso a todos os seus serviços, incluindo às bibliotecas dos *campi* e polos UAB.

Salienta-se que, em um curso a distância, além da biblioteca presencial, é importante disponibilizar uma **biblioteca virtual** com conteúdo de fácil acesso. Atualmente, a UFPI já disponibiliza um repositório para trabalhos de conclusão de curso (monografias, dissertações e teses).

A instituição mantém convênio firmado com o sistema de periódicos científicos da CAPES (www.periodicos.capes.gov.br), com os artigos eletrônicos mais atualizados, além de estar em processo de aquisição de outras bibliotecas virtuais. Na internet, são disponibilizados



também, para livre acesso público, portais científicos como Scielo, Google Acadêmico, Science Direct, EduCAPES, dentre outros.

O curso também disponibiliza em pdf para os alunos, por meio das turmas virtuais de cada disciplina organizada na plataforma SIGAA, os livros didáticos específicos adotados como material didático básico, além de material complementar necessário.

Os laboratórios de informática dos polos e *campi* da UFPI poderão ser utilizados para atividades, sempre com supervisão.

17 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A abordagem pedagógica do curso pressupõe o aluno como construtor de seu conhecimento e da sua história, buscando a necessária relação entre a teoria e a prática. Desde o início do curso, os discentes terão oportunidade de vivenciar práticas pedagógicas que os estimulam a ler e interpretar textos, analisar e criticar informações, extrair conclusões por indução e/ou dedução, estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações, detectar contradições, fazer escolhas valorativas avaliando consequências, questionar a realidade e argumentar coerentemente, de forma a proporcionar-lhes competências e habilidades para propor ações de intervenção e de soluções para situações-problema, elaborar perspectivas integradoras e sínteses e, também, administrar conflitos dentro da temática pertinente ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Oncologia Experimental e Clínica.

Para avaliação da aprendizagem no âmbito do curso, serão utilizados metodologias e critérios para o acompanhamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, em consonância com os procedimentos e instrumentos da avaliação discente, em atendimento ao disposto no § 2º do Art. 4º do Decreto MEC Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005a), que regulamenta o Art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), caracterizando a educação a distância como modalidade educacional. Considerou-se também a dinâmica curricular definida pela Pró-Reitoria de Pós-graduação da UFPI (PRPG), aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e embasados nos referenciais de qualidade para os cursos de pós-graduação – Resolução CEPEX/UFPI Nº 100/2019, que regulamenta os cursos de Pós-graduação *lato sensu* da UFPI (UFPI, 2019a).



O processo de avaliação de aprendizagem na EaD requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos, embora esta deva ser considerada uma forma de ensino em vez de uma modalidade (LEMGRUBER, 2009):

- a) Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que lhes apresentem.
- b) Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de trabalho que oportunizem ao aluno: buscar interação permanente com os professores e com os tutores todas as vezes em que sentir necessidade; obter confiança frente ao trabalho realizado, possibilitando-lhe não só o processo de elaboração de seus próprios juízos, mas também de desenvolvimento da sua capacidade de analisá-los.

Será estabelecida uma rotina de **observação**, **descrição** e **análise** contínuas da produção do aluno, que embora se expresse em diferentes níveis e momentos, não deve alterar a condição processual da avaliação.

As avaliações serão realizadas a distância através dos registros da rotina no ambiente virtual de aprendizagem (plataforma), com critérios para análise do envolvimento do aluno no processo com proposições, questões e temáticas que lhe exijam não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções. As avaliações escritas ocorrerão no AVA típico da UFPI, o SIGAA, por meio da ferramenta de questionários on-line.

As questões ou proposições serão elaboradas pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento na criação de um banco de questões. O professor irá elaborar um banco com no mínimo 30 questões, sendo que na configuração da prova on-line será escolhida a forma de sorteio aleatório tanto de questões como das alternativas que as compõem. A prova terá duração específica e possibilidade de mais de uma tentativa (determinados tempo e quantidade de tentativas pela Coordenação do curso), sendo assim o aluno poderá fazê-la mais de uma vez, e o melhor resultado nas tentativas será computado como nota da referida avaliação. Ao final da disciplina, o professor encaminhará as questões gabaritadas em arquivo WORD ou PDF para arquivamento na Coordenação do curso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

A aprovação em um componente curricular (disciplina) está condicionada ao rendimento acadêmico do aluno, mensurado através da avaliação da aprendizagem e da assiduidade às atividades didáticas do curso.

Entende-se por avaliação da aprendizagem o processo formativo de diagnóstico, realizado pelo professor sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como sobre os conhecimentos por estes adquiridos.

Entende-se por assiduidade do aluno a frequência às atividades didáticas (fóruns, grupos de estudo, aulas teóricas e práticas e demais atividades exigidas em cada disciplina realizadas presencialmente no polo ou no ambiente virtual), programadas para o período letivo. Não haverá abono de faltas, ressalvados os casos previstos em legislação específica, não sendo computada, porém registrada como falta justificada.

Para efeito de registro, as notas das disciplinas do Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Ecologia que compõem a média parcial serão divididas em 03 (três) unidades avaliativas representadas a seguir. É importante frisar que a proposição abaixo é uma forma de organização do curso geralmente utilizada no CEAD (em acordo com os preceitos da UAB, projeto que o centro sempre adotou), mas que não é uma forma engessada de avaliação podendo os itens “b” e “c” comunicar-se, com atividades variadas, desde que atendam às demandas do curso e de sua coordenação; o item “a” deve manter seu rigor, podendo ter pequena parte de sua porcentagem atrelada a outra atividade (e.g. síncronas na aula on-line), de acordo com a legislação em vigor:

- a) Avaliação individual on-line pelo SIGAA (peso de 60% da média parcial da disciplina);
- b) Atividades on-line (fóruns de discussão) através da plataforma virtual SIGAA (peso 20% da média parcial da disciplina);
- c) Atividades escritas (exercícios, estudos dirigidos) ou discursivas (seminários, grupos de discussão) através do SIGAA ou plataformas digitais, (peso 20% da média parcial da disciplina).

Obs.: 1) A Coordenação do curso indica que sejam aplicados no máximo dois fóruns de discussão por disciplina, podendo ser somente um, desde que uma atividade seja feita em sua substituição, observando-se o caráter da disciplina e as orientações da coordenação;



2) Seminários e outras atividades que demandem tempo deverão ser realizadas em data fora do calendário das aulas on-line, pois essas devem acontecer integralmente.

A avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob forma de prova virtual, oral ou prática, fóruns de discussão, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina, em consonância com a Coordenação.

Os registros do rendimento acadêmico serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados. Cada unidade avaliativa, que pode ou não ser subdividida, bem como o exame final (quando for o caso), deverá apresentar média expressa em valores de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

A modalidade, o número e a periodicidade das avaliações parciais deverão considerar a sistemática de avaliação definida neste Projeto Pedagógico do Curso e estar explícito no Plano de Disciplina do docente formador (coordenador de disciplina), de acordo com a especificidade da mesma. Além disso, o docente deverá especificar as funções (atribuições) de cada membro da equipe de trabalho vinculado à sua disciplina, no que diz respeito à avaliação da aprendizagem.

As avaliações deverão verificar o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina. Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados pelo professor, de forma clara para os alunos, a começar pelo Plano de Disciplina.

O professor deve discutir, no ambiente virtual (SIGAA), os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação junto aos alunos. Essa discussão será realizada por ocasião da publicação dos resultados.

A divulgação do rendimento acadêmico será obrigatoriamente feita no sistema de registro e controle acadêmico, sendo o professor responsável pela disciplina e devendo este fazer o registro do rendimento no sistema acadêmico (SIGAA).

Impedido de participar da prova on-line, o aluno tem direito de requerer a oportunidade de realizá-la em segunda chamada. O aluno poderá requerer exame de segunda chamada por si ou por procurador legalmente constituído, por meio de requerimento dirigido à Coordenação do curso, devidamente justificado e comprovado, enviado para o e-mail da Coordenação do curso, no prazo de 03 (três) dias antes da data de realização da avaliação de segunda chamada.



Os detalhes relacionados à solicitação citada devem ser verificados junto à Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019 e demais legislações pertinentes e vigentes. Considerando-se a forma remota utilizada no curso, as justificativas do aluno deverão ser pautadas em provas que garanta o julgamento pela coordenação, para que não sobre dúvidas quanto ao direito de requisitar a segunda chamada.

As avaliações de segunda chamada serão previamente agendadas, conforme planejamento bimestral ou semestral do curso e em conformidade com o Calendário Acadêmico. A avaliação de segunda chamada deverá contemplar o mesmo conteúdo da avaliação presencial ou exame final a que o aluno não compareceu. Ao aluno que não participar de qualquer avaliação, não tendo obtido a permissão para fazer outra, é atribuída a nota 0,0 (zero).

Quanto à avaliação da aprendizagem, aproveitamento/dispensa de créditos ou de estudos, deve ser considerada a Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019 e legislações vigentes.

A avaliação da aprendizagem transcende o período de formação do aluno, sendo feito o acompanhamento do destino do egresso, através de várias ferramentas (questionários, análise de currículo, informações da Coordenação de Polo, dentre outras).

18 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Entende-se por assiduidade do aluno a frequência às atividades didáticas (fóruns, grupos de estudo, aulas teóricas e práticas e demais atividades exigidas em cada disciplina realizadas presencialmente no polo ou no ambiente virtual), programadas para o período letivo. Não haverá abono de faltas, ressalvados os casos previstos em legislação específica, não sendo computada, porém registrada como falta justificada.

Na Educação a Distância, a frequência não acontece da forma tradicional, sendo colocada qualitativamente como ferramenta apenas em atividades presenciais, de acordo com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), quando coloca no seu artigo 47, parágrafo 3º que “É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância”.

Quando os cursos são executados na forma semipresencial, o controle de frequência acontece no momento das atividades e avaliações presenciais. Porém os cursos que atendem apenas ao modelo de Ensino Remoto ou Ensino a Distância, a depender da oferta e nível do



curso, as atividades apresentam-se apenas na forma on-line, não tendo atividades ou avaliações presenciais, salvo casos específicos. Nesse caso, o controle de frequência é feito mediante participação nas atividades do AVA/SIGAA ou outros meios utilizados. A presença na aula on-line pode ou não ser considerada avaliativa e, independente dessa prática, isso contará como controle de frequência qualitativa.

19 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é a uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso. O TCC deverá ser desenvolvido nos últimos períodos, na execução da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, com carga horária de 90 h.

Os trabalhos deverão ser relacionados à **pesquisa científica com a solução de problemas em qualquer área da Oncologia**, buscando-se entender seus fenômenos, teorias e leis biológicas (para melhor direcionamento, pode-se considerar as disciplinas específicas de formação ecológica da matriz curricular como um norte). Deverão ser desenvolvidos em campo e/ou laboratório, com a participação do professor orientador e de acordo com as disponibilidades e necessidades do curso. **Revisões de literatura** deverão ser encorajadas e consideradas caso apresente tema e objetivos que direcionem a conclusões novas e sólidas.

Trabalhos com temáticas em educação em saúde devem ser desencorajados, visto que um dos objetivos do curso é a produção de pesquisas inerentes à transdisciplinaridade, o que não impede que qualquer tema ou ideia possam ser discutidos na execução da disciplina de TCC e na Coordenação do curso.

O TCC deverá ser elaborado considerando-se, na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2011 e/ou subsequentes) para apresentação, citações e referências. O texto deve ser escrito (independente das normas vigente da ABNT) em letra tipo Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5, margens superior e esquerda 3 cm, margens inferior e direita 2 cm, tamanho A4.

A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso compõe-se de capa, folha de rosto, anteverso (ficha catalográfica), folha de aprovação, epígrafe (opcional), dedicatória



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

(opcional), agradecimentos (opcional), resumo na língua portuguesa e inglesa (abstract), sumário, introdução (contendo necessariamente problema, objeto, objetivos, justificativas e revisão bibliográfica), material e métodos, resultados, discussão, considerações finais (ou conclusões), referências, apêndices e anexos (quando for o caso). As normas específicas a cada item serão disponibilizadas no manual de TCC do curso.

A regulamentação do TCC será definida, e reformulada, quando necessário, pela Coordenação do curso, e terá como objetivos:

- a) Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- b) Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- c) Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- d) Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado.

As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- a) Elaboração e desenvolvimento do projeto de TCC, culminando na modalidade monografia (no formato de artigo científico) na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso;
- b) Apresentação pública do TCC, que será feita remotamente, podendo ainda ser feita de forma presencial (sem riscos pandêmicos), mediante aprovação da Coordenação do curso, também na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso. A apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES; as exceções devem ser apreciadas pela Coordenação do curso e restritas à comissão avaliadora.

Os agentes envolvidos no Trabalho de Conclusão de Curso serão o professor coordenador de TCC, o professor orientador de TCC e o aluno/orientando.

A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor efetivo, o qual obedecerá ao regime estatutário da UFPI quanto às suas funções e carga horária semanal para o exercício



dessa coordenação, ou por um professor colaborador convidado, designado pela Coordenação do curso.

A orientação do TCC é de responsabilidade de docente efetivo do curso ou docentes colaboradores com no mínimo título de Mestre. Cada professor lotado no CEAD poderá orientar, no máximo, cinco trabalhos concomitantes por semestre. **Para os professores colaboradores, deverão ser observadas as resoluções vigentes, mas orienta-se a mesma quantidade (5 alunos) ou, no caso de bolsista, de acordo com as resoluções que o regem.**

A coorientação do TCC, caso necessária, e em acordo com o professor orientador, poderá ser exercida por qualquer profissional, com titulação mínima de especialização *lato sensu*, que possa contribuir com o trabalho do aluno, em acordo com a coordenação.

Será preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem, à Coordenação do TCC ou Coordenação do curso, mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, desde que outro docente assuma formalmente a orientação, junto à coordenação.

Compete ao Coordenador de TCC:

- a) Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;
- b) Elaborar e divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisa, devendo ser levadas em consideração as necessidades dos alunos, as demandas do curso e as normas vigentes para a Educação a Distância;
- c) Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- d) Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;
- e) Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos, bem como para a comunidade em geral;
- f) Elaborar um relatório ao final de cada período letivo, contendo informações referentes às atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências, que deverá ser entregue na Coordenação do curso.



Compete ao Professor Orientador de TCC:

- a) Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- b) Contatar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho;
- c) Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos, compostas por mestres ou doutores;
- d) Participar na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC.

Compete ao aluno/orientando:

- a) Participar de reuniões e atividades relativas ao TCC para as quais for convocado;
- b) Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade dos professores orientadores e oferta do curso;
- c) Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação do professor orientador;
- d) Cumprir as normas e prazos, de acordo com o cronograma do curso para o semestre letivo e o plano aprovado pelo professor orientador;
- e) Entregar 1 (uma) cópia impressa, aprovada pelo professor orientador, para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da apresentação;
- f) Apresentar, publicamente, o TCC conforme normas e recomendações do curso;
- g) Entregar, à Coordenação do curso, as versões finais do TCC conforme recomendações e prazos previstos, após avaliação do professor orientador.

A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- a) Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- b) Avaliação pela Banca Examinadora (trabalho escrito e apresentação oral).

A aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso está condicionada à validação do projeto de TCC pelo professor orientador e pela Coordenação do curso e de TCC, como também mediante avaliação do seu trabalho escrito e da sua apresentação (como descrito adiante).

Na defesa, o aluno terá no máximo 30 minutos para apresentar seu trabalho e a banca examinadora até vinte minutos para fazer sua arguição, inclusas as respostas do discente aos



questionamentos dos examinadores. No caso de serem realizadas em evento próprio do curso, esse tempo poderá ser reduzido.

A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora, com nota mínima para aprovação de acordo com a legislação vigente na UFPI, porém esta não será divulgada, apenas o aluno saberá da sua nota no acesso a seu histórico. Apenas o conceito referente à defesa será divulgado.

Utilizar-se-ão, para a atribuição de notas, fichas de avaliação individuais, onde cada membro da banca avaliadora/examinadora disponibilizará sua nota. A nota final do aluno será o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora. A banca avaliadora/examinadora emitirá um dos seguintes conceitos: (1) **Aprovado** ou (2) **Reprovado**. No caso de ser reprovado, o aluno terá um período determinado pela Coordenação do curso juntamente com o orientador para que ele reapresente seu trabalho perante a mesma banca, ou uma outra, caso seja necessário.

Caso o trabalho tenha sido publicado ou aceito para publicação em periódico científico (revista científica) com qualis e ISSN, avaliado pelos pares, não será exigida a sua defesa para uma banca examinadora, entretanto, deverá ser apresentado publicamente e a nota aprovativa será atribuída pelo orientador. Porém é importante comunicado formal prévio à coordenação da submissão do trabalho a periódicos.

Os alunos que não entregarem o TCC, que não se apresentarem para a sua defesa oral ou forem reprovados (inclusive na reapresentação), na forma da legislação em vigor, estarão reprovados na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora/avaliadora, com as correções finais, o aluno encaminhará ao professor orientador o seu trabalho na forma digital para última avaliação.

A versão definitiva do trabalho deve ser encaminhada ao Coordenador de TCC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da defesa, em cópia digital (CD/DVD ou via e-mail específico) em formato doc/docx (*Word-Office*). O CD/DVD (quando for o caso) deverá ser entregue acondicionado em capa plástica própria para DVD, com arte própria do curso e deverá conter nome da instituição, centro, curso, nome do aluno, título (subtítulo se houver),



orientador, local e ano, de acordo com o modelo disponibilizado. A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para solicitação e recebimento do certificado.

As apresentações de TCC poderão ter o formato diferenciado, de acordo com a necessidade do curso, podendo ser feita no formato de evento, mas mantendo toda a formalidade descrita acima.

As eventuais omissões serão objeto de deliberação das Coordenações de TCC e do curso de Oncologia Experimental e Clínica.

20 AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO E DISCIPLINAS/ATIVIDADES

Os processos de avaliação no Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Oncologia Experimental e Clínica visam verificar se e em que medida os objetivos e metas propostas foram alcançados, assim como conhecer os pontos fortes e fracos do sistema, visando contínua retroalimentação e aprimoramento do mesmo.

O curso manterá um processo de autoavaliação junto aos seus membros constituintes (alunos e professores). Essa avaliação acontecerá na forma das disciplinas, que são avaliadas dentro do ambiente de aprendizagem, o SIGAA, juntamente com a atividade do professor.

Poderão ser utilizados ainda questionários on-line através do *Google Forms*, de forma anônima, para uma melhor aproximação da realidade e assim buscar a resolução das inquietações apontadas.

21 CERTIFICAÇÃO

Os alunos concludentes do curso deverão ser certificados através da UFPI e da Pró-reitoria de Pós-graduação, na competência da Coordenadoria de Pós-graduação *Lato Sensu* e Residências, solicitando seu certificado, via protocolo geral, depois que tiverem cumprido todos os requisitos do curso, sendo aprovado em todas as disciplinas e no TCC. Para tanto, os alunos devem observar os trâmites legais de solicitação, documentos e prazos pertinentes e vigentes.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14.724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. **Lei Federal Nº 5.528**, de 2 de novembro de 1968. Dispõe sobre a criação da Fundação Universitária Federal do Piauí – FUFPI. Brasília, 1968.

_____. **Lei Federal Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. **Decreto Federal Nº 5.296**, de 02/12/2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004a.

_____. **Portaria MEC Nº 4.059**, de 10 de dezembro de 2004. Autoriza às IES a implantação de 20% de carga horária a distância nos cursos presenciais. Brasília, 2004b.

_____. **Decreto MEC Nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005a.

_____. **Edital SEED/MEC Nº 1**, de 16 de dezembro de 2005. Chamada pública para seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de instituições federais de ensino superior na modalidade EaD para o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Brasília, 2005b.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE): 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) do interstício 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CEAD. **Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU): 2020-2022**. Teresina: EDUFPI, 2020.

HANAHAN, D.; WEINBERG, R. A. Hallmarks of Cancer: the next generation. **Cell**, v. 144, n. 5, p. 646-674, 2011.

LEMGRUBER, M. S. Educação a distância: expansão, regulamentação e mediação docente. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 145-159, mar./ago. 2009.

NILSSON, A.; NIELSEN, J. Genome scale metabolic modeling of cancer. **Metabolic Engineering**, v. 43, p. 103-112, 2017.

TANAKA, T. Colorectal carcinogenesis: Review of human and experimental animal studies. **Journal of Carcinogenesis**, v. 8, n. 5, p. 1-12, 2009.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS *LATO SENSU* E RESIDÊNCIAS
CENTRO DE EDUCAÇÃO ABERTA E A DISTÂNCIA – CEAD

TANAKA, T.; ISHIGAMORI, R. Understanding carcinogenesis for fighting oral cancer. **Journal of Oncology**, v. 2011, p. 1-11, 2011.

TANAKA, T.; SHIMIZU, M.; KOCHI, T.; MORIWAKI, H. Chemical-induced Carcinogenesis. **Journal of Experimental & Clinical Medicine**, v. 5, n. 6, p. 203-209, 2013.

UFPI. **Estatuto Interno da Universidade Federal do Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1971a.
_____. **Regimento Geral**. Teresina: EDUFPI, 1971b.

_____. **Resolução CEPEX N° 100**, de 09 de julho 2019. Regulamenta a Pós-Graduação *Lato Sensu* na Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Teresina, 2019a.

_____. **Projeto pedagógico de curso de especialização: diretrizes para elaboração/reformulação**. Teresina: UFPI, 2019b.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2020-2024**. Teresina: EDUFPI, 2020.

_____. **Resolução CEPEX N° 54**, de 05 de abril de 2017. Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2017.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 774, DE 20 DE MARÇO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância, da Universidade Federal do Piauí.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 17 de março de 2025 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.021845/2024-93;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí, por meio de convênio com a Secretaria de Educação Básica/MEC, conforme Projeto Pedagógico do Curso, em anexo, e processo acima mencionado.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CEPEX/UFPI nº 713, de 12 de novembro de 2024.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 20 de março de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA

Reitora

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO
RELIGIOSO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:1825713
5372**

Assinado de forma digital
por NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.04.09 12:36:00
-03'00'

TERESINA/PI

2024

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO
RELIGIOSO NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a ser realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI, por meio de convênio com a Secretaria de Educação Básica/MEC, submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

TERESINA/PI

2024

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA-ARAÚJO

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA

Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/PRPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA

Coordenador de Pós-Graduação a Distância do CEAD/UFPI

ZORAIDA MARIA LOPES FEITOSA

**Coordenadora do Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do
Ensino Fundamental**

Responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

ZORAIDA MARIA LOPES FEITOSA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Curso

Denominação do curso: Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental

Área/subárea de conhecimento: Educação/Ensino Religioso

Unidade de ensino: Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI

Modalidade de ensino: EAD

Titulação a ser conferida: Especialista em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental

1.2 Coordenação

Nome: Zoraida Maria Lopes Feitosa

CPF: 24110574315

Unidade de lotação: Departamento de Filosofia/CCHL/UFPI

Titulação: Doutorado

E-mail: zoraida@ufpi.edu.br / zmlfeitosa@hotmail.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7729963390009107>

1.3 Coordenação adjunta

Nome: José Ricardo Barbosa Dias

CPF: 28231597387

Unidade de lotação: Departamento de Filosofia/CCHL/UFPI

Titulação: Doutorado

E-mail: jrbdias@ufpi.edu.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7442580994989914>

2. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

O ensino religioso é parte importante na formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica, assegurando o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo, como se refere a Lei nº 9394/1996. Dessa forma, também a Resolução CNE/MEC nº 1, 06/04/2018) e na UFPI (Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022), que “regulamenta a criação de cursos Especialização, em nível de Pós-Graduação *Latu Sensu*, a serem realizados pelo CEAD/UFPI em parceria com a Secretaria do MEC”, assim como às normas que instituíram as novas diretrizes curriculares no âmbito da organização dos Anos Finais do Ensino Fundamental (BNCC) e da formação de professores (Resolução CNE/MEC nº 1, de 27/10/2020 – BNCC Formação Continuada).

Sentimos a necessidade da oferta de um curso de especialização em ensino religioso aos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental, por considerarmos de suma importância uma educação voltada para o humanismo. O curso procura refletir sobre questões de cunho filosófico relacionadas à ética, moral e nossa postura mediante a apropriação de culturas diversas. Os alunos terão espaço para aprender a ter empatia com as diferenças tão peculiar ao ser humano.

Considerando que são múltiplas as possibilidades que permitem a criação de ações e estratégias didáticas, não se pretende apresentar nesta formação uma prescrição a ser seguida e sim, provocar os sujeitos diretamente envolvidos nesse processo, para que trilhas de aprendizagem sejam construídas, considerando a realidade local, a diversidade, a defesa dos direitos humanos, as diferentes linguagens, a importância das tecnologias, dentre outras variáveis. A implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a educação básica constitui a materialização de tal processo em que novas perspectivas teóricas e metodológicas passam a ser lançadas como desafios para os educadores de todo o país.

Nesse sentido, a formação procura contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem, a partir da formação continuada para os professores de ensino religioso que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental, tendo como finalidade o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras, sobretudo, que possam abarcar a construção de práticas integradas entre diferentes áreas do conhecimento.

3. OBJETIVOS

GERAL: Proporcionar aos professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental que atuam na área de Ensino Religioso um aprofundamento das matrizes teórico-conceituais do ensino religioso, procurando “circunscrevê-lo” em torno de temáticas fundamentais no atual contexto sócio-histórico, com o olhar especialmente direcionado à novas demandas didático-pedagógicas decorrentes do processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de modo a ressignificar a abordagem do fenômeno religioso nas práticas escolares.

ESPECÍFICOS:

- Revisitar e aprofundar as matrizes teórico-conceituais do ensino religioso, ressaltando suas relações com temáticas fundamentais do mundo contemporânea, no âmbito da escola e da sociedade de modo geral;
- Ressignificar a abordagem do fenômeno religioso nas escolas de Educação Básica, de modo a atender as novas demandas didático-pedagógicas decorrentes do processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC);
- Reconhecer a importância do exercício da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos e da cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades sem preconceitos de qualquer natureza, nos processos de educação escolar;
- Desenvolver a capacidade de agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, nas práticas escolares;
- Propiciar experiências formativas que contemplem o Eixo Formação para a Carreira por meio dos aspectos gerais sobre a educação para a carreira, seus principais atores, elementos essenciais para as boas práticas, bem como concepções, relevância e elementos centrais do projeto de vida;
- Conhecer as concepções, princípios e diretrizes da formação para o trabalho nos Anos Finais do Ensino Fundamental, com foco nas relações entre trabalho e educação, formação e emprego, escolaridade, trabalho e juventude no Brasil;

- Garantir nos estudos de pós-graduação dos docentes dos Anos Finais do Ensino Fundamental, a homologia de processos formativos, destacando as boas práticas presentes no protagonismo estudantil durante o seu processo de aprendizagem ao desenvolver as suas capacidades de abstração, reflexão, interpretação, proposição e ação, que são essenciais para sua autonomia pessoal, profissional, intelectual e política;
- Compreender as questões inerentes à escolha profissional e os projetos de vida da juventude, considerando a inclusão pelos sistemas de ensino do componente curricular Projeto de Vida em seus currículos nos Anos Finais do Ensino Fundamental e posteriormente durante o Ensino Médio;
- Desenvolver práticas pedagógicas relacionadas à formação docente, envolvendo temas como: autoconhecimento, relações interpessoais, mundo do trabalho, profissões e ocupações, cidadania e vida em sociedade, planejamento, processos de escolha e aprendizagem, tomada de decisão e adaptabilidade;
- Valorizar os papéis sociais desempenhados pelos jovens, para além de sua condição de estudante, qualificando os processos de construção de sua identidade e de seu Projeto de vida, por meio de atitudes cooperativas e propositivas para o enfrentamento dos desafios da comunidade, do mercado e da sociedade em geral;
- Identificar propósitos e projetar objetivos de desenvolvimento relacionados à profissão educacional e à realização pessoal dos pós-graduandos, considerando talentos individuais, competências profissionais e motivações de cunho pessoal e social, enquanto docente dos Anos Finais do Ensino Fundamental, oportunizando a homologia de vivências formativas na lida com os dilemas dos estudantes no desenvolvimento de seus projetos de vida.

4. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO

O curso se destina, prioritariamente, a professores dos Anos Finais do Ensino Fundamental que atuam na área de Ensino Religioso, admitindo-se também outros profissionais, preferencialmente aqueles engajados na prática de educação religiosa em espaços escolares e não escolares. O perfil do egresso projeta um profissional capaz de promover práticas de Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental com domínio das matrizes teórico-conceituais do ensino religioso e suas relações com temáticas fundamentais do mundo contemporânea, no âmbito da escola e da sociedade de modo geral, de modo a atender

as novas demandas didático-pedagógicas decorrentes do processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

5. CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO

Conforme previsto na Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, o Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental terá carga horária total de 360 horas/aulas, distribuídas em dois eixos e 14 disciplinas. A duração do curso será de 12 meses de atividades didático-pedagógicas, o que não inclui o prazo para a finalização dos demais procedimentos acadêmico-administrativos. A carga horária e a duração do curso poderão ser flexibilizadas, considerando a possibilidade de certificação por meio de aproveitamento de estudos, restrito aos profissionais que concluírem cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo Ministério da Educação, nos termos da referida Resolução.

6. ESTRUTURA CURRICULAR

EIXO	DISCIPLINA	CH
ENSINO RELIGIOSO	ASPECTOS LEGAIS DO ENSINO RELIGIOSO	30H
	HUMANISMO E RELIGIÃO	15H
	SABERES, ÉTICA E ENSINO RELIGIOSO	15H
	DIVERSIDADE RELIGIOSA E ENSINO RELIGIOSO	15H
	ENSINO RELIGIOSO NA BNCC	30H
	NOVAS PERSPECTIVAS DE ENSINO RELIGIOSO	30H
	DIDÁTICA DO ENSINO RELIGIOSO	30H
	ENSINO RELIGIOSO E INTERDISCIPLINARIDADE	15H
EDUCAÇÃO PARA A CARREIRA E PROJETOS DE VIDA	PROFISSÃO, TRABALHO, EMPREGO, CARREIRA E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	30H
	ATORES DA EDUCAÇÃO PARA A CARREIRA E SEU PAPEL	30H
	BOAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO PARA A CARREIRA	30H
	ASPECTOS HISTÓRICOS E CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA	30H
	OFICINA PROJETOS DE VIDA I	30H
	OFICINA PROJETOS DE VIDA II	30H

7. QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

Nos termos da Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, a oferta e distribuição de turmas e vagas do Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental nos núcleos de apoio do CEAD/UFPI serão definidas conforme necessidade e decisão da referida unidade de ensino, observando as condições previstas no convênio estabelecido com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC),

destinado à qualificação de profissionais da educação na de Ensino Religioso, para atender às novas demandas didático-pedagógicas e necessidades de formação continuada dos professores que atuam nos Anos Finais do Ensino Fundamental, em decorrência reorganização curricular provada pela implementação da BNCC.

Nestas condições, o Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental ofertará até 300 (trezentas) vagas, distribuídas nos núcleos de apoio presencial do CEAD/UFPI. A quantidade de vagas e os núcleos de apoio para cada oferta serão definidos por meio de Edital de Seleção e/ou de Chamada Pública, com ampla divulgação nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

Do total de vagas previstas nos Editais de seleção de alunos ou que vierem a surgir durante sua validade, até 10% (dez por cento) será reservado para servidores efetivos e ativos da UFPI, por meio do Programa de Capacitação Interna (PCI), até 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas e até 10% (dez por cento) será reservado para pessoas com deficiência, nos termos da Resolução CEPEX/UFPI nº 451/2023.

Conforme previsto na citada Resolução, uma vez aprovado pelo CEPEX/UFPI, o Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental poderá ofertar turmas e vagas a qualquer tempo, sem necessidade de submeter novamente a proposta ao referido Conselho, desde que não apresente mudanças relevantes no Projeto Pedagógico original.

8. FORMAS DE SELEÇÃO E INGRESSO

Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, a seleção e matrícula de alunos no Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental ocorrerá mediante processo de seleção pública e/ou de chamada pública, cujas regras e condições serão previstas em edital divulgado nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

9. CONTEÚDO

EIXO: ENSINO RELIGIOSO			
DISCIPLINA	CH	EMENTA	REFERÊNCIAS
ASPECTOS LEGAIS DO ENSINO RELIGIOSO	30h	Enfocar os aspectos em destaque na legislação educacional, tais como o ensino religioso na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, principalmente na Lei 9394/96 e em outros marcos normativos	CARNEIRO, Moacir Alves. LDB Fácil , 24ª Edição revista, atualizada e ampliada, Editora Vozes, 2015 OLIVEIRA, Angelina Correa de. Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Desafios e perspectivas . Revista da Graduação, Nº 1, Vol.5, 2012. SANTOS, Taciana Brasil dos. O Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular: algumas considerações . Educação em Revista. Belo Horizonte, v.37, 2021.
HUMANISMO E RELIGIÃO	15h	Abordagens das concepções de homem com suas culturas religiosas na filosofia ocidental.	NOGARE, Pedro Dalle. Humanismos e anti-humanismos: introdução à Antropologia Filosófica , 10ª edição, Editora Vozes, 1985. REALE, Giovanni. Corpo, alma e saúde: O conceito de homem de Homero a Platão , São Paulo, Paulus, 2002. ROSA, Merval. Antropologia Filosófica: Uma perspectiva cristã , 2ª edição, Rio de Janeiro, 2004.
SABERES, ÉTICA E ENSINO RELIGIOSO	15h	Evidenciar temas tais como empatia, alteridade, autonomia, cooperação, valorização da diversidade que são comuns tanto à ética quanto à religião	VAZQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética , Editora José Olympio Ltda., 2018 OLIVEIRA, Angelina Correa de. Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Desafios e perspectivas . Revista da Graduação, Nº 1, Vol.5, 2012. SANTOS, Taciana Brasil dos. O Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular: algumas considerações . Educação em Revista. Belo Horizonte, v.37, 2021.
DIVERSIDADE RELIGIOSA E ENSINO RELIGIOSO	15h	Enfocar a importância de grupos religiosos diferenciados convivendo num mesmo espaço social. Abordar no ensino religioso a tolerância para que se permita, nessas diferenças um diálogo mais profícuo.	CARNIATO, Maria Inês. Diversidade religiosa no mundo atual , 1ª edição, Editora Paulinas, 2010. OLIVEIRA, Angelina Correa de. Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Desafios e perspectivas . Revista da Graduação, Nº 1, Vol.5, 2012. TEIXEIRA, Carlos Flávio. Repensando a Religião , 1ª edição, Editora UNASPRESS, 2011.
ENSINO RELIGIOSO NA BNCC	30h	Trabalhar o ensino religioso na forma interdisciplinar.	BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular . Brasília, 2018. SANTOS, Taciana Brasil dos. O Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular: algumas considerações . Educação em Revista. Belo Horizonte, v.37, 2021. OLIVEIRA, Angelina Correa de. Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Desafios e perspectivas . Revista da Graduação, Nº 1, Vol.5, 2012.

NOVAS PERSPECTIVAS DE ENSINO RELIGIOSO	30h	Inserir aos adolescentes formações diferenciadas do ensino religioso com práticas capazes de identificar cada sujeito em sua cultura própria, contemplando diferentes modos de inserção social.	CARNIATO, Maria Inês. Diversidade religiosa no mundo atual , 1ª edição, Editora Paulinas, 2010. OLIVEIRA, Angelina Correa de. Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental: Desafios e perspectivas . Revista da Graduação, Nº 1, Vol.5, 2012. TEIXEIRA, Carlos Flávio. Repensando a Religião , 1ª edição, Editora UNASPRESS, 2011.
DIDÁTICA DO ENSINO RELIGIOSO	30h	As trilhas de aprendizagens devem ser construídas a partir da realidade local, enfocando a diversidade, a defesa dos direitos humanos, as diferentes linguagens, tecnologias variáveis que envolvam muitas discussões	COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática . São Paulo: Contexto, 2014. GAROFALO, Débora. Como as metodologias ativas favorecem o aprendizado . Nova Escola, 2018. Disponível em: https://novaescola.org.br/conteudo/11897/como-as-metodologias-ativas-favorecem-o-aprendizado MORAN, José; BACICH, Lilian; 2017. Metodologias Ativas para uma educação inovadora . Porto Alegre: Penso, 2018.
ENSINO RELIGIOSO E INTERDISCIPLINARIDADE	15h	Práticas pedagógicas inovadoras que possam abarcar a construção de conexões integradas entre diferentes áreas do conhecimento, enfocando principalmente as ciências humanas.	COSSON, Rildo. Letramento literário: teoria e prática . São Paulo: Contexto, 2014. JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Ensino religioso e a interdisciplinaridade . 1ª edição, Curitiba, IESDE BRASIL S/A, 2015. MORAN, José; BACICH, Lilian; 2017. Metodologias Ativas para uma educação inovadora . Porto Alegre: Penso, 2018.

EIXO: EDUCAÇÃO PARA A CARREIRA E PROJETOS DE VIDA			
DISCIPLINAS	CH	EMENTA	REFERÊNCIAS
PROFISSÃO, TRABALHO, EMPREGO, CARREIRA E PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO	30h	Reflexões sobre profissão, carreira e emprego. Importância para a orientação educacional e teste vocacional. Definição, aspectos históricos e Programas.	DORNELAS, José Carlos Assis. (2005). Transformando ideias em negócios . 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier. DUARTE, M. E., LASSANCE, M. C. P., SAVICKAS, M. L., NOTA, L., ROSSIER, J., DAUWALDER, J.-P., et al. (2010). A construção da vida: Um novo paradigma para entender a carreira no século XXI . Revista Interamericana de Psicologia, 44, 203-217. MELO-SILVA, L. L.; MUNHOZ, I. M. S.; LEAL, M. S. Orientação profissional nos Anos Finais do Ensino Fundamental como política pública no Brasil . Revista Brasileira de Orientação Profissional, n. 20, vol. 1, p. 3-18, 2019. RIBERIO, M.A. (2014). Carreiras: um novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado . Curitiba: Juruá. ROCHA, K. B., SARRIERA, J. C. & PIZZINATO, A. (2004). Significado do trabalho e valores organizacionais . In: J. C. Sarriera, K. B. Rocha & A. Pizzinato (Orgs). Desafios do

			<p>mundo do trabalho: orientação, inserção e mudanças. RODRIGUEZ MORENO, M. L. (2008). A educação para a carreira: aplicações à infância e à adolescência. In M. C. Taveira & J. C. Silva (Orgs.). <i>Psicologia Vocacional Perspectivas para a Intervenção</i> (p.29-58). Imprensa da Universidade de Coimbra.</p>
<p>ATORES DA EDUCAÇÃO PARA A CARREIRA E SEUS PAPÉIS</p>	30h	<p>O papel das escolas e seus atores para o desenvolvimento da carreira.</p>	<p>DAOLIO, C. C., et al. (2017) Escola, escolha profissional e mercado de trabalho. In: Neufeld, C. B. <i>Terapia Cognitivo-Comportamental para Adolescentes: Uma Perspectiva Transdiagnóstica e Desenvolvimental</i>. Porto Alegre: Artmed. FERREIRA, A. F.; NASCIMENTO, I.; FONTAINE, A. M. O papel do professor na transmissão de representações acerca de questões vocacionais. <i>Revista Brasileira de Orientação Profissional</i>, n. 10, vol. 2, p. 43-56, 2009 Instituto Ayrton Senna. (2020). Ideias para o desenvolvimento de competências socioemocionais: Amabilidade. Disponível em: https://institutoayrtonsenna.org.br/content/dam/institutoayrtonsenna/documentos/instituto-ayrton-senna-macrocompetencia-amabilidade.pdf?utm_source=site&utm_medium=hub-2708 MOUTA, A.; NASCIMENTO, I. Os (novos) interlocutores no desenvolvimento vocacional de jovens: Uma experiência de consultoria a professores. <i>Revista Brasileira de Orientação Profissional</i>, n. 9, vol. 1, p. 87-101, 2008. PILATTI, S. C., & POLI, O. L. (2021). Educação para a Carreira e a formação inicial de professores para a educação básica. <i>Interfaces da Educação</i>, 12 (35), 557-582 POCINHO, Margarida Dias. Avaliação de um programa de educação para a carreira no Educação Básica. <i>Revista Brasileira de Orientação Profissional</i>, 2011, 12.2: 253-265.</p>
<p>AS BOAS PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO PARA A CARREIRA</p>	30h	<p>A gestão do tempo de estudo. Educação financeira, empreendedorismo. Elementos para uma educação visando uma carreira transformadora</p>	<p>BZUNECK, José Aloyseo. As crenças de autoeficácia e o seu papel na motivação do aluno. <i>A motivação do aluno: contribuições da psicologia contemporânea</i>, v. 2, p. 116-133, 2001. CAMPOS, E.B.D, VEIGA, H.M.S., & CORTEZA, P.A. (2021). Carreiras Empreendedoras. In: L.C. Oliveira-Silva & E.B.D. Campos (Orgs), <i>Psicologia da Carreira: práticas em orientação, desenvolvimento e coaching de carreira</i>. 1 ed. São Paulo: Vetor Editora. CORDEIRO, N. J. N., COSTA, M. G. V., SILVA, M. N. da. Educação Financeira no Brasil: uma perspectiva panorâmica. <i>Ensino da Matemática em Debate</i>, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 69–84, 2018. Recuperado em 17 de novembro de 2021 de https://revistas.pucsp.br/index.php/emd/article/view/36841. FREIRE, Luiz Gustavo Lima. Autorregulação da aprendizagem. <i>Ciências & Cognição</i>, v. 14, n. 2, p. 276-286, 2009. PIRES, F. M., RIBEIRO, M. A., & ANDRADE, A. L. (2020). Teoria da Psicologia do Trabalho: uma perspectiva inclusiva para orientação de carreira. <i>Revista Brasileira de Orientação Profissional</i>, 21(2), 203-214. https://dx.doi.org/10.26707/1984-7270/2020v21n207</p>
<p>ASPECTOS HISTÓRICOS E CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA</p>	30h	<p>Aspectos históricos, definições, componentes, relevância, valores e estruturação de</p>	<p>BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Brasília, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm.</p>

		projetos de vida.	<p>BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Brasília, 2017b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file.</p> <p>LAPA, L. G. J.; PATO, C. Oficinas pedagógicas na formação de valores pessoais em estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental. Trabalho apresentado no VI Congresso Nacional de Educação, Fortaleza, Ceará, 2019.</p> <p>MACHADO, J. N. (2000). Educação: projetos e valores. (2a ed.). São Paulo: Escrituras.</p> <p>SILVA, K. C. Educação para a Carreira e Projeto de Vida: confluência das representações sociais e do habitus estudantil. 2019. 112 f. il. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: http://repositorio.unb.br/handle/10482/35609.</p>
OFICINA PROJETOS DE VIDA I	30h	Planos de ação e projetos de vida: orientações para a elaboração.	<p>BACICH, L; MORAN, J. (org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora. Uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.</p> <p>BRASIL. Ministério da Educação. Orientação pedagógica para trabalho com Projeto de Vida enquanto componente curricular: Diretrizes para elaboração de material pedagógico. Brasília, 2019b.</p> <p>DE PAULA, G. (2016, 09 de setembro). Plano de Ação – O passo a passo da ideia à concretização de seus objetivos! Retirado de http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2018/07/20180409-Plano-de-Acao-O-passo-a-passo-Etapa_III.pdf</p> <p>MORAN, José. A importância de construir Projetos de Vida na Educação. Blog Educação Transformadora, 2017. Disponível em: http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2017/10/vida.pdf. Acesso em 27 jan. 2020.</p> <p>Projeto de vida: Ser ou existir? (s.d.). Retirado de http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-de-praticas/aprofundamentos/200-projeto-de-vida-ser-ou-existir</p>
OFICINA PROJETOS DE VIDA II	30h	Adaptabilidade da Carreira e projetos de Vida.	<p>AUDIBERT, A.; TEIXEIRA, M. A. P. Escala de adaptabilidade de carreira: evidências de validade em universitários brasileiros. Revista Brasileira de Orientação Profissional, n. 16, vol. 1, p. 83-93, 2015</p> <p>CARDOSO, P.; TAVEIRA, M. C.; TEIXEIRA, M. A. P. O Papel dos Professores no Processo de Orientação. Lisboa: Direção Geral de Educação, Ministério da Educação, 2014.</p> <p>TAVEIRA, M. C.; PAIXÃO, M. P.; GAMBOA, V. Os psicólogos no processo de orientação. Direção Geral de Educação, Ministério da Educação, 2016.</p> <p>ZABALA, A. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre, Artmed, 2010.</p>

10. CORPO DOCENTE E TUTORIAL

10.1 Corpo Docente

DOCENTE	CPF	DISCIPLINA(S)	FORMAÇÃO ACADÊMICA	VÍNCULO	CURRÍCULO LATTES
ZORAIDA MARIA LOPES FEITOSA	24110574315	Humanismo e Religião	Graduação em Filosofia Maior titulação: Doutorado	UFPI	http://lattes.cnpq.br/7729963390009107
JOSÉ RICARDO BARBOSA DIAS	28231597387	Diversidade Religiosa e Ensino Religioso	Graduação em Filosofia Maior titulação: Doutorado	UFPI	http://lattes.cnpq.br/7442580994989914
LUIZIR DE OLIVEIRA	049705348	Novas Perspectivas do Ensino Religioso	Graduação em Economia Maior titulação: Doutorado	UFPI	http://lattes.cnpq.br/5862908010726439
		Profissão, Trabalho, Emprego, Carreira e Programas de Educação			
GERSON ALBUQUERQUE DE ARAÚJO	27376150382	Aspectos legais do Ensino Religioso	Graduação em Filosofia Maior titulação: Doutorado	UFPI	http://lattes.cnpq.br/7598531434239598
		Ensino Religioso na BNCC			
MARIA DAS GRAÇAS MOITA RAPOSO PEREIRA	04788664372	Oficina de Projeto de Vida I	Graduação em Filosofia Maior titulação: Mestrado	UFPI	http://lattes.cnpq.br/9673200112628649
		Oficina de Projeto de Vida II			
JOSÉ VANDERLEY CARNEIRO	75597977334	Didática do Ensino Religioso	Graduação em Filosofia Maior titulação: Doutorado	UFPI	http://lattes.cnpq.br/2313125387563520
		Atores da Educação para a Carreira e seu Papel			
ÁTILA BRANDÃO MONTEIRO	04832822357	Saberes, Ética e Ensino Religioso	Graduação em Filosofia Maior titulação: Doutorado	UFPI	http://lattes.cnpq.br/1203229885388719
		Ensino Religioso e Interdisciplinaridade			
DEYVISON LIMA RODRIGUES	01378220307	Boa Práticas em Educação para a Carreira	Graduação em Filosofia e Direito Maior titulação: Doutorado	UFPI	http://lattes.cnpq.br/7664894688161655
JOSÉ RENATO DE ARAÚJO SOUSA	50413821315	Aspectos Históricos e Construção de Projetos de Vida	Graduação em Filosofia e Direito Maior titulação: Doutorado	UFPI	http://lattes.cnpq.br/2164131833973207

10.1.1 Atribuições do corpo docente

São atribuições do corpo docente junto ao Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental do CEAD/UFPI:

- Planejar a organização didático-pedagógica da disciplina, o que implica selecionar e/ou produzir, definir e adequar conteúdos, objetivos, metodologias, materiais de ensino e procedimentos de avaliação da aprendizagem, considerando a ementa e a bibliografia do PPC do Curso;
- Elaborar e disponibilizar para a Coordenação do Curso, no prazo determinado, o Plano de Disciplina e o Plano de Trabalho com o detalhamento da organização didático-pedagógica da disciplina e o cronograma de execução das atividades, conforme o calendário acadêmico do curso;
- Planejar e conduzir atividades de formação dos tutores quanto à organização didático-pedagógica e à dinâmica de funcionamento da disciplina, em data, horário e local indicados pela Coordenação do Curso.
- Realizar a organização didático-pedagógica da disciplina nas turmas virtuais do SIGAA, disponibilizando, no prazo determinado pela Coordenação do Curso, orientações, conteúdos, materiais de ensino, atividades, tarefas e instrumentos de avaliação da aprendizagem necessários ao desenvolvimento da disciplina;
- Participar de reuniões administrativas e pedagógicas, em data, horário e local definido pela Coordenação do Curso;
- Deslocar-se até os núcleos de apoio presencial do curso para coordenar, supervisionar, acompanhar e/ou conduzir atividades próprios do processo de aprendizagem dos alunos, inclusive ministrar aulas presenciais sobre tópicos gerais e/ou específicos da disciplina, conforme cronograma definido pela Coordenação do Curso;
- Coordenar, orientar e supervisionar, por meio de contatos permanentes, o trabalho dos tutores que atuam na disciplina sob sua responsabilidade, tanto nos Ambientes Virtuais de Aprendizagem quanto nos núcleos de apoio presencial;
- Elaborar e disponibilizar para a Coordenação do Curso, no prazo determinado, os instrumentos de avaliação da aprendizagem dos alunos, conforme previsto no Plano de Disciplina e nos regimentos da UFPI, com gabaritos e orientações quanto à correção e atribuição de nota;

- Preencher o diário eletrônico no SIGAA, o que inclui, entre outros procedimentos, inserir e/ou conferir as notas atribuídas nas atividades e avaliações e consolidar as turmas relativas à disciplina sob sua responsabilidade, conforme calendário acadêmico e/ou no prazo determinado pela Coordenação do Curso;
- Gravar aulas (atividade assíncrona) sobre tópicos gerais e/ou específicos da disciplina, inserir/publicar o vídeo em plataforma virtual de livre acesso para os alunos e/ou própria da Coordenação do Curso/CEAD/UFPI, e disponibilizar o link nas turmas virtuais do SIGAA, quando solicitado, no prazo determinado;
- Ministrar aulas sobre tópicos gerais e/ou específicos da disciplina por meio de web conferências (atividade síncrona), em plataforma virtual de livre acesso para os alunos e/ou própria da Coordenação do Curso/CEAD/UFPI, quando solicitado, no prazo determinado;
- Participar de eventos acadêmicos, projetos de pesquisa, ações de extensão e outras atividades, promovidos pela Coordenação do Curso ou pelo CEAD/UFPI, de interesse dos alunos;
- Orientar monitoria, iniciação à docência, residência pedagógica, iniciação científica e outros programas de apoio à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos, quando solicitado pela Coordenação do Curso;
- Responder instrumentos de avaliação do curso e do CEAD/UFPI e fornecer informações para elaboração de relatórios e documentos solicitados pela MEC;
- Apresentar à Coordenação do Curso relatório de viagens aos núcleos de apoio, com o registro das atividades realizadas nos encontros presenciais.

10.2 Equipe de Tutoria

O curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental contará com tutores que atuarão junto às turmas virtuais e/ou aos núcleos de apoio presencial, que serão selecionados por meio de processo seletivo público realizado pela Coordenação do Curso, sob a responsabilidade do CEAD/UFPI. Os tutores deverão possuir perfil acadêmico e profissional aderente à área do curso, com formação e experiência relacionadas às disciplinas em que atuarão.

10.2.1 Atribuições da Equipe de Tutoria

São atribuições da equipe de tutoria junto ao Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental do CEAD/UFPI:

- Participar, junto aos docentes, do processo de planejamento e organização didático-pedagógica das disciplinas;
- Elaborar e disponibilizar para a Coordenação do Curso, no prazo determinado, o Plano de Trabalho com o cronograma de atividades que desempenhará, conforme o calendário acadêmico do curso;
- Participar das atividades de formação quanto à organização didático-pedagógica e à dinâmica de funcionamento das disciplinas, em data, horário e local indicados pela Coordenação do Curso.
- Familiarizar-se, previamente, da organização didático-pedagógica das disciplinas nas turmas virtuais do SIGAA, no prazo determinado pela Coordenação do Curso, observando orientações, conteúdos, materiais de ensino, atividades, tarefas e instrumentos de avaliação da aprendizagem necessários ao desenvolvimento das disciplinas;
- Orientar e auxiliar os alunos quanto ao uso das ferramentas tecnológicas e recursos didáticos próprios das turmas virtuais do SIGAA ou de outros ambientes virtuais de aprendizagem;
- Participar de reuniões administrativas e pedagógicas, em data, horário e local definido pela Coordenação do Curso;
- Deslocar-se até os núcleos de apoio presencial do curso para coordenar, supervisionar, acompanhar e/ou conduzir atividades próprios do processo de aprendizagem dos alunos, inclusive ministrar aulas presenciais sobre tópicos gerais e/ou específicos da disciplina, conforme cronograma definido pela Coordenação do Curso;
- Compartilhar, por meio de contatos permanentes com os docentes, a Coordenação de Tutoria e/ou a Coordenação do Curso, as condições de trabalho junto aos alunos, relatando possíveis dificuldades na mediação do processo de ensino;
- Mediar, orientar e supervisionar todas as atividades acadêmicas desempenhadas pelos alunos nas turmas virtuais do SIGAA e/ou nos núcleos de apoio presencial, incluindo atividades práticas, como aula de campo, aula de laboratório e estágio supervisionado;

- Verificar constantemente o andamento das atividades nas turmas virtuais do SIGAA e/ou nos núcleos de apoio presencial, estimulando a participação dos alunos e chamando atenção quanto ao cumprimento dos prazos;
- Realizar, no prazo determinado pela Coordenação do curso, correção de atividades e de avaliações da aprendizagem dos alunos, seguindo gabaritos e orientações quanto à correção e atribuição de nota disponibilizados pelos docentes;
- Proceder, no prazo determinado pela Coordenação do curso, à devolutiva da correção de atividades e avaliações da aprendizagem dos alunos, realizadas nas turmas virtuais do SIGAA) e/ou nos núcleos de apoio presencial;
- Preencher o diário eletrônico no SIGAA, o que inclui, entre outros procedimentos, inserir as notas atribuídas nas atividades e avaliações da aprendizagem dos alunos, conforme calendário acadêmico e/ou no prazo determinado pela Coordenação do Curso;
- Participar de eventos acadêmicos, projetos de pesquisa, ações de extensão e outras atividades, promovidos pela Coordenação do Curso ou pelo CEAD/UFPI, de interesse dos alunos;
- Colaborar com a orientação de monitoria, iniciação à docência, residência pedagógica, iniciação científica e outros programas de apoio à aprendizagem e ao desenvolvimento dos alunos, quando solicitado pela Coordenação do Curso;
- Responder instrumentos de avaliação do curso e do CEAD/UFPI e fornecer informações para elaboração de relatórios e documentos solicitados pela SEMESP/MEC;
- Apresentar à Coordenação do Curso relatório de viagens aos núcleos de apoio, com o registro das atividades realizadas nos encontros presenciais.

11. METODOLOGIA

O Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental adotará a metodologia própria da educação à distância, que contempla processos de ensino e aprendizagem baseados em princípios e características como qualidade, equidade, seletividade, interação social, comunicação intencional, colaboração, aprendizagem não-linear, responsabilidade pela autoaprendizagem, autoavaliação e acessibilidade. O processo de ensino e aprendizagem será mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a partir de atividades assíncronas e síncronas com apoio de um conjunto amplo e diversificado de recursos e ferramentas próprios de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Entre as

atividades assíncronas, destacam-se as que serão realizadas na turma virtual do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA):

- Produção e envio de sínteses, resenhas, mapas conceituais, linhas do tempo, listas de exercícios e outros trabalhos acadêmicos por meio da ferramenta tarefa *online*;
- Debates e discussões temáticas por meio das ferramentas *fórum* e *chat*;
- Questionários e provas eletrônicas realizadas diretamente na sala virtual do SIGAA;
- Pesquisas em bibliotecas virtuais disponibilizadas no SIGAA, com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos, *slides*, vídeos e *podcasts*;
- Aulas previamente gravadas, em formato de videoaulas ou em formato de áudio-aulas (*podcasts*);
- Roteiros de estudos e leituras comentadas por meio de *slides*, *padlets* e *handouts* disponibilizados na turma virtual do SIGAA.

Outras TDIC serão utilizadas para o desenvolvimento das atividades assíncronas, como plataformas virtuais de organização, gerenciamento e compartilhamento de conteúdo (*Google* Formulários, e-mail, *YouTube*, redes sociais e mídias em geral). As atividades síncronas serão realizadas em plataformas virtuais, externas ou integradas ao SIGAA, que possibilitam a conectividade de centenas de alunos simultaneamente, como *Google Meet*, *Zoom* e *YouTube*, entre as quais destacam-se: a) Aulas dialogadas, por meio de videoconferências; b) Seminários, palestras, encontros, simpósios e outros eventos acadêmicos e científicos por meio de *Webnários*; e c) Rodas de conversas, *workshops*, minicursos, estudos de casos, análise de situação-problema, jogos, simulações e outras atividades acadêmicas do gênero com suporte nas plataformas virtuais.

A articulação teoria-prática será viabilizada também pelos laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, com recursos de simulação, experimentação, aplicação e avaliação das aprendizagens práticas, a partir da ação dos alunos sob orientação e supervisão dos professores formadores e dos tutores. O material de ensino de cada componente curricular, que engloba textos de referência, tarefas, fóruns de discussão, exercícios, videoaulas, provas, entre outros, será elaborado pelos professores formadores e disponibilizado na turma virtual do SIGAA. O acompanhamento de estudos dos alunos, que inclui orientação, esclarecimento de dúvidas quanto à organização e ao conteúdo das disciplinas, correção e devolutiva de atividades, entre outros, será feito pelos tutores sob supervisão dos professores formadores.

12. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental será desenvolvido na modalidade de educação a distância, por meio dos recursos humanos e toda a infraestrutura física e tecnológica do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI, construídos no decorrer de 15 anos de experiência com oferta de 17 cursos de graduação e dezenas de cursos de pós-graduação *lato sensu* nas mais diversas áreas do conhecimento, em 42 polos de apoio presencial.

O CEAD conta com Equipe Multidisciplinar completa, incluindo equipes de assessoria e orientação pedagógica, produção de material didático, revisão de texto, multimídia, tecnologia educacional, comunicação, suporte técnico, biossegurança e apoio acadêmico-administrativo. Também compõem o quadro de recursos humanos do CEAD a direção geral, secretaria administrativa, coordenação adjunta, coordenação financeira, coordenação de tecnologia da informação, coordenação de produção de material didático, assessoria de comunicação, serviço de administração acadêmica, serviço de apoio ao aluno, coordenação de ensino de graduação a distância, coordenação de pesquisa e extensão a distância, coordenações de polo e secretarias acadêmicas de polo, além de pessoal de apoio administrativo nas áreas de segurança e limpeza na sede e nos polos. Os recursos humanos diretamente relacionados à organização dos cursos do CEAD incluem: coordenações de curso de graduação, coordenações de curso de pós-graduação, coordenações de tutoria, coordenações de estágio, professores formadores, tutores presenciais, tutores à distância e pessoal de apoio administrativo-acadêmico.

O Centro dispõe de salas com recursos multimídia para aulas presenciais, espaço individualizado para coordenações de curso, sala de trabalho coletivo do corpo docente e da tutoria, auditórios, sala de reuniões e equipamentos para videoconferências, estúdios e equipamentos multimídia para produção e edição de material didático audiovisual, laboratórios de informática e de ensino e biblioteca física com acervo amplo, diversificado e atualizado. Os polos de apoio presencial, localizados em 42 municípios, sendo 40 no Piauí e dois na Bahia, são equipados com sala de coordenação administrativa e pedagógica, secretaria acadêmica, salas de aula, sala de trabalho de professores e tutoria, biblioteca física, laboratórios de informática e de ensino, espaço multimídia para reuniões presenciais e videoconferências, entre outros.

O CEAD possui seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com condições adequadas de acessibilidade metodológica e tecnológica, hospedado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA), que disponibiliza um amplo conjunto de recursos e ferramentas de apoio ao desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão na modalidade de educação a distância, por meio de atividades síncronas e assíncronas: tarefas *online*, fóruns de discussão, *chats*, listas de exercícios, questionários e provas eletrônicas, bibliotecas virtuais com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos e vídeos, suportes de compartilhamento de videoaulas, *podcasts*, entre outros. Além disso, o Centro tem licença para utilização de salas em plataformas virtuais, com acessibilidade diretamente pelo SIGAA e capacidade de garantir a participação de centenas de alunos simultaneamente em atividades síncronas (aulas, videoconferências, seminários *online*, eventos científicos, entre outros). O corpo docente e discente tem ainda à disposição laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas, desenvolvidos por empresa de tecnologia educacional e integrados ao próprio ambiente virtual de aprendizagem do CEAD.

13. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem dos discentes será realizada por meio atividades síncronas e assíncronas, como tarefas *online*, fóruns de discussão, lista de exercícios, questionários e provas eletrônicas, entre outros, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com observância aos prazos estipulados. O processo de avaliação da aprendizagem será de natureza qualitativa e quantitativa, observando-se o cumprimento dos prazos, a participação e interação no AVA, a assiduidade, engajamento e colaboração na realização das atividades propostas, a compreensão e o atendimento dos objetivos dos trabalhos e a qualidade das produções. O pré-requisito formal para aprovação será a obtenção de média igual ou superior a 6,0 (seis) pontos em cada componente curricular.

14. REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO

A certificação será conferida nos termos da Resolução CEPEX/UFPI nº 349, de 16/09/2022, podendo ocorrer de duas formas: 1) conclusão do Curso de Especialização em Ensino Religioso, realizado pelo CEAD/UFPI; ou 2) solicitação de aproveitamento de estudos no Curso de Especialização em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental,

realizado pelo CEAD/UFPI, restrito aos egressos de cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Secretaria de Educação Básica/MEC, desde que haja compatibilidade de carga horária e conteúdo em relação ao referido curso do CEAD/UFPI. O Certificado de Conclusão do Curso será emitido pela Universidade Federal do Piauí, conforme suas normas internas e a legislação pertinente. O documento conferirá o título de Especialista em Ensino Religioso nos Anos Finais do Ensino Fundamental, com todos os direitos e prerrogativas legais garantidos pela lei brasileira pertinente à formação superior em nível de Pós-Graduação *lato sensu*.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRETAS, Alex. **Educação Fora da Caixa**, 2015.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2014.
- MORAN, José; BACICH, Lilian; 2017. **Metodologias Ativas para uma educação inovadora**. Porto Alegre: Penso, 2018.
- GAROFALO, Débora. Como as metodologias ativas favorecem o aprendizado. Nova Escola, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/11897/como-as-metodologias-ativas-favorecem-o-aprendizado>. Acesso em 03 de novembro de 2021.
- DODGE, Bernie. WebQuests: A Technique for Internet – Based Learning. The Distance Educator, v.1, n 2, 1995.
- BACICH, Lilian. WebQuest: como organizar uma atividade significativa de pesquisa. **Inovação na educação**. São Paulo, 22 de março de 2020. Disponível em: <https://lilianbacich.com/2020/03/22/webquest-como-organizar-uma-atividade-significativa-de-pesquisa/> Acesso em: 13 de novembro de 2021.
- INOVAEH. Secretaria Geral de Educação a Distância da Universidade Federal de São Carlos. Tutorial WebQuest Fácil: Criando WebQuest, 2018.
- FLECHA, R. Compartiendo palabras. Barcelona: Paidós, 1997.
- LARROSA, J. Literatura, experiência e formação: uma entrevista com Jorge Larrosa. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. Porto Alegre: Mediação, 1996.
- MACHADO, Ana Maria. Menina Bonita do Laço de Fita. Série: barquinho de papel. Ed. Ática, 2000.
- MELLO, Roseli Rodrigues et al. Caminhos Possíveis de Democratização da Leitura pela Tertúlia Literária Dialógica. São Paulo, PBL 2010 Congresso Internacional ,8-12 de fev. 2010. Disponível em: <http://file:///C:/Users/polli/OneDrive/Documents/Mestrado%20UFCA/Txtos%20para%20tertulia/TC0455-1.pdfhtml>.
- _____. Tertúlia Literária Dialógica. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, 2004.
- SANTOS, Taciana Brasil dos. O Ensino Religioso na Base Nacional Comum Curricular: algumas considerações. Educação em Revista. Belo Horizonte, v.37, 2021.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 775, DE 20 DE MARÇO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância, da Universidade Federal do Piauí.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 17 de março de 2025 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.044025/2024-14;

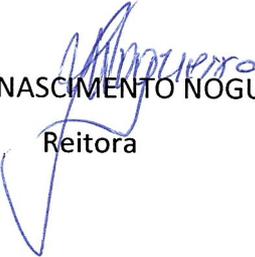
RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí, conforme Projeto Pedagógico do Curso, em anexo, e processo acima mencionado.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CEPEX/UFPI nº 707, de 8 de novembro de 2024.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 20 de março de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA

Reitora

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Diretoria de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica
Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**

**NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135
372**

Assinado de forma digital
por NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.04.09 12:38:32
-03'00'

Teresina, PI
Setembro, 2024

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretária-Executiva

Izolda Cela

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Bregagnoli

Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica

Patrícia Barcelos

Coordenação-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

Marcilene Garcia de Souza

Coordenadora da Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT e do Curso de Pós-Graduação (*lato sensu*) em Docência na EPT

Simone Medeiros

Equipe Técnica da CGPA

Flávia Helena Saraiva Xerez

Luciano Chagas Barbosa

Simone Medeiros

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Denise Pires de Carvalho

Diretora de Educação a Distância

Suzana dos Santos Gomes

Coordenação-Geral de Articulação de Programas e Cursos EaD

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação de Programas e Cursos EaD

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e Monitoramento em EaD

Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação-Geral de Apoio Financeiro a Programas e Cursos EaD

Bruno Teles Nunes

Coordenação de Execução e Acompanhamento Financeiro

Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão e Monitoramento de Bolsas

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

Ana Lúcia Sarmiento Henrique

Lucília Regina de Souza Machado

Ronaldo Marcos de Lima Araujo

Coordenadores/as do Projeto Recursos Educacionais Digitais para Formação Profissional e Tecnológica na Contemporaneidade do Prosa/Lantec/UFSC

Marcelo Gules Borges

Elizandro Maurício Brick

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Coordenadora de Educação Profissional e Tecnológica

Lucília Regina de Souza Machado

Colaboradora da Setec/MEC

Simone Medeiros

Colaboradores/as do Prosa/Lantec/UFSC

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Diego França Vieira

Elizandro Maurício Brick

Francisco Fernandes Soares Neto

Jorge Lucas Simões Minella

Laura Alves

Leandro Peres de Oliveira

Marcelo Gules Borges

Valquíria Machado Cardoso Weiss

Elaboração da Versão de Implementação do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, do Centro de Educação Aberta e a Distância, da Universidade Federal do Piauí

Francisco das Chagas Rodrigues da Silva

Kathia Raquel Piauilino Santos

Isolda Marcia Rocha do Nascimento

Marttem Costa de Santana

Soraya Oka Lôbo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
Centro de Educação Aberta e a Distância

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO
Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA-ARAÚJO
Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA
Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/PRPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA
Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA
Coordenador de Pós-Graduação a Distância do CEAD/UFPI

SORAYA OKA LÔBO
Coordenadora do Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

ISOLDA MARCIA ROCHA DO NASCIMENTO
Coordenadora Adjunta do Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	5
1.1	Identificação do curso	5
1.2	Referenciais políticos e legais	7
1.3	Definição de vagas, formas de ingresso e processo seletivo	8
1.4	Desligamento e reingresso no curso	9
2	CONTEXTUALIZAÇÃO	9
3	PARTICIPANTES	11
4	OBJETIVOS.....	11
4.1	Objetivo geral	11
4.2	Objetivos específicos.....	12
5	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO.....	12
6	JUSTIFICATIVAS	13
7	ORGANIZAÇÃO DO CURSO.....	17
7.1	Princípios pedagógicos.....	17
7.2	Organização curricular	20
7.3	Matriz curricular: unidades temáticas, ementas e bibliografias.....	22
8	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	52
8.1	Sobre o Plano de Formação e o Relatório de Formação.....	53
8.2	Orientações procedimentais	55
9	PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS.....	58
9.1	Orientações práticas aos docentes	59
9.2	Atendimento aos estudantes e orientação.....	60
9.3	Acompanhamento dos docentes	61
9.4	Materiais didáticos	61
9.5	Acompanhamento e avaliação da aprendizagem	62
10	INFRAESTRUTURA	63
10.1	Infraestrutura digital	64
10.2	Infraestrutura física	64
11	AVALIAÇÃO DO CURSO	67
12	EQUIPE RESPONSÁVEL.....	67
12.1	Formação de formadores e equipes locais	74
12.2	Colegiado.....	75
	REFERÊNCIAS.....	76

1 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se do projeto pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de educação a distância, incluído na área de Educação, código 70800006, e na subárea Ensino Profissionalizante, código 70807078, da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Este documento tem a intenção de subsidiar as instituições de ensino que integram simultaneamente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes) na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Curso, os quais deverão ser tramitados nas respectivas instâncias dessas instituições, para aprovação e implementação subsequente, de acordo com o que prevê o Edital Capes nº 25, de 20/09/2023, atualizado em 6 de dezembro do mesmo ano. No âmbito desse edital, o curso contará com 8.450 vagas distribuídas em 40 instituições que manifestaram interesse em participar dessa nova oferta, com previsão de início a partir de setembro de 2024.

O Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, em sua nova edição, integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o [Decreto nº 8.752/2016](#), que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do [Plano Nacional de Educação 2014-2024](#). Além disso, a oferta do curso responde ao que estabelece a [Resolução CNE/CEB nº 6/2012](#), que assegura aos/as professores/as graduados/as, não licenciados/as, um efetivo exercício na profissão docente, e àqueles/as aprovados/as em concurso público, o direito à formação pedagógica, excepcionalmente, por intermédio de Curso de Pós-Graduação *lato sensu* de caráter pedagógico.

1.1 Identificação do curso

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> em Docência na Educação Profissional e Tecnológica
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 – Educação 7.08.07.07-8 – Ensino Profissionalizante

UA Responsável	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI) CNPJ: 06.517.387/0001-34 Natureza jurídica: Fundação Federal Endereço: <i>Campus</i> Universitário Ministro Petronio Portella S/N, Ininga, Teresina-Piauí, CEP: 64.049-550 Telefone: (86) 32155511 Página institucional na internet: www.ufpi.br E-mail: reitor@ufpi.edu.br Código da IES no INEP: 5 Representante legal: Gildásio Guedes Fernandes Resolução de aprovação: Aguardando aprovação pelo CEPEX				
Carga Horária Total	450h	Duração (Meses)	18 meses	Nº vagas	300
Modalidade	Educação a distância				
Título a ser conferido	Especialista em Docência na Educação Profissional e Tecnológica				
Sistema de organização	Núcleo Comum, Núcleo Específico e TCC. Subdivisão em módulos e unidades temáticas.				
Instituições parceiras	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica -Setec/MEC; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes				
Participantes	Profissionais portadores de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo preferencialmente bacharéis/bacharelas e/ou tecnólogos/as que atuam ou pretendem atuar na EPT, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica.				
Início da oferta	Dezembro de 2024				

1.2 Referenciais políticos e legais

A oferta do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica segue a legislação em vigor no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e as instituições participantes da oferta, certificadoras do curso, devem integrar simultaneamente a UAB e a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para a oferta do curso, são utilizados os polos de apoio presencial da UAB, cujas equipes são constituídas de acordo com a [Portaria nº 102/2019](#), que regulamentou a [Portaria nº 183/2016](#); a [Instrução Normativa nº 2/2017](#); dentre outras.

Além disso, a presente proposta de Curso está em conformidade com as orientações políticas e com a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* no Brasil, em particular as citadas abaixo:

- [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- [Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016](#), que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- [Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007](#), que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância;
- [Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017](#), que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- [Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017](#), que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- [Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018](#), que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- [Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018](#), que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e

normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.

- [Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021](#), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- [Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021](#), que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019, de 9 de julho de 2019, que regulamenta a criação e oferta de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, denominados Cursos de Especialização, no âmbito da Universidade Federal do Piauí.
- Resolução CEPEX/UFPI nº 451, de 4 de abril de 2023, que altera a Resolução CEPEX nº 100/2019, de 09 de julho de 2019, que regulamenta os Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* na Universidade Federal do Piauí (UFPI), dispõe sobre a política de ações afirmativas para pretos(as), pardos(as), indígenas e pessoas com deficiência nos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da UFPI.

1.3 Definição de vagas, formas de ingresso e processo seletivo

O processo seletivo deve ser público, em consonância com a legislação em vigor no âmbito do que determina a Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), e deve considerar o quantitativo de vagas acordado com a Setec/MEC e UAB/Capes, no contexto do Edital Capes nº 25/2023.

O ingresso de candidatos/as deve considerar as normas internas das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), bem como a legislação brasileira vigente expressa neste PPC. Importante destacar que os/as candidatos/as ao ingresso no Curso devem atuar no estado ao qual a instituição de ensino está vinculada.

Consoante com estas diretrizes, o Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica ofertará até 300 (trezentas) vagas, distribuídas nos polos de apoio presencial do CEAD/UFPI. A quantidade de vagas e os polos de apoio para cada oferta serão definidos por meio de Edital de Seleção e/ou de Chamada Pública, com ampla divulgação nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

Do total de vagas previstas nos Editais de seleção de alunos ou que vierem a surgir durante sua validade, até 10% (dez por cento) será reservado para servidores efetivos e ativos da UFPI, por meio do Programa de Capacitação Interna (PCI), até 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas e até 10% (dez por cento) será reservado para pessoas com deficiência, nos termos da Resolução CEPEX/UFPI nº 451/2023.

O ingresso de alunos no Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica ocorrerá mediante processo de seleção pública e/ou de chamada pública, cujas regras e condições serão previstas em edital divulgado nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

1.4 Desligamento e reingresso no curso

Dada a forma de oferta da pós-graduação *lato sensu* na UFPI, não haverá possibilidade de trancamento do curso, independentemente da carga horária cumprida. Assim, o aluno que, por qualquer motivo, solicitar desligamento não poderá reingressar na mesma turma/oferta do curso. Contudo, existindo uma próxima oferta, o aluno que tiver cumprido parte da carga horária em turma anterior poderá ingressar na nova turma e pedir dispensa das disciplinas já realizadas, por meio de aproveitamento de estudos.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

A oferta da educação a distância pela UFPI iniciou-se em dezembro de 2005, quando então aconteceu a seleção de polos municipais de apoio presencial para o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e de cursos superiores de instituições federais de ensino superior, na forma de Educação a distância (EaD). Assim, os cursos ofertados na modalidade a distância, pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), através do seu Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) fazem parte do Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), atualmente mantido pela CAPES. Logo em seus primórdios, em 2006, o Sistema UAB foi implantado no Estado do Piauí, por meio do consórcio entre a Universidade Federal do Piauí (UFPI), a Universidade Estadual do Piauí (UESPI), o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí (SEDUC), no

cumprimento de sua missão de disseminação dos saberes das diversas áreas epistemológicas e, assim, colaborar com o desenvolvimento regional e nacional.

A UFPI concorreu à Chamada Pública do Edital n. 01/2005, tendo iniciado suas atividades em 2006, com o lançamento do Projeto Piloto do Curso de Graduação em Administração, em 08 (oito) polos de apoio presencial, sediados em Teresina, Esperantina, Piripiri, Parnaíba, Floriano, Picos, Bom Jesus e São Raimundo Nonato. Esse primeiro curso do CEAD foi financiado pelo Banco do Brasil. Após a implantação do projeto piloto houve a oferta de 2.550 vagas, em 2007, oferecidas em 08 (oito) diferentes áreas. Em 2010 foram ofertadas 2.681 vagas em 30 polos. Dois anos depois, em 2012, foram ofertadas 3.125 vagas, também em 30 polos e, em 2014, foram ofertadas 6.825 vagas em 33 polos. Em 2010, a UFPI foi credenciada para a oferta de curso na modalidade a distância pela Portaria MEC n. 1.369, de 07 de dezembro de 2010, publicada no DOU n. 234, Seção 1, de 08 de dezembro de 2010. E, em 2013, o MEC reconheceu o Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), por meio da Portaria Seres n. 97, de 5 de março de 2013, publicada no DOU n. 44, Seção 1, de 06 de março de 2013. A oferta da educação a distância pela UFPI ocorre por meio do CEAD, situado à Rua Olavo Bilac, 1148, Centro-Sul, Teresina-Piauí. A estrutura utilizada para oferta desses cursos baseia-se na metodologia do Sistema UAB, que envolve a utilização de polos de apoio presenciais UAB. O processo de implantação de polos está relacionado principalmente com os interesses dos mantenedores (em particular, no Piauí, o principal mantenedor é o Governo do Estado), que identificam as demandas locais nos municípios por cursos de nível superior, aliado com a capacidade de suporte acadêmico que as IES possuem para atender as demandas identificadas.

Os cursos na modalidade a distância são ofertados em 48 polos de apoio presencial, sendo 46 polos distribuídos no Estado do Piauí e 02 no Estado da Bahia. O CEAD oferta cursos de graduação: Bacharelados em Administração, Administração Pública, Ciências Contábeis, Sistema de Informação e Turismo; Licenciaturas em Filosofia, Letras-Português, Letras-Inglês, Geografia, História, Pedagogia, Ciências Biológicas, Física, Matemática, Química, Computação, e Ciências da Natureza pelo Programa UAB, além de dois cursos Tecnólogos em nível de graduação ofertados por este Centro, Gestão de Dados e Energias Renováveis. Estes últimos estão sendo ofertados por meio do Programa de Expansão da EaD nas Universidades Federais (Reuni Digital). Somam-se ainda, os cursos oferecidos por meio do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de

Professores e Diretores Escolares (PRIL), do Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Educação Básica (SEB): Pedagogia- Polos de Teresina, Pedro II e Floriano; Letras/Português-Polos de Picos e Floriano; Química-Polo de Teresina; Ciências da Natureza- Polos de Teresina e Picos. Os cursos de pós-graduação lato sensu à distância ofertados em anos anteriores são: História Social da Cultura; Ecologia; Ensino de Matemática; Gestão em Saúde; Gestão Pública; Gestão Pública Municipal; Saúde da Família; Língua Brasileira de Sinais; Informática na Educação; Gestão Educacional em Rede; Ensino de Química; Ensino de Filosofia; Física; Alfabetização e Letramento; Gênero e Raça (UNIAFRO); Gênero e Diversidade na Escola (GDE). Encontram-se em execução os cursos de: Especialização Em Ciências da Natureza, Suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho; Especialização Em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho; Especialização Em Linguagens, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho; Especialização em Ensino de Xadrez e Formação para o Mundo do Trabalho; Especialização em Educação Patrimonial Ambiental no Ensino de Ciências da Natureza; Especialização em Ensino de História do Brasil e do Mundo Contemporâneo; e Especialização Em Matemática, suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho.

3 PARTICIPANTES

Poderão participar do curso profissionais portadores/as de diploma de graduação em qualquer área do conhecimento, obtido em instituições reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC), sendo preferencialmente bacharéis e/ou tecnólogos que atuam ou que pretendem atuar na EPT, com destaque para o magistério nos cursos técnicos de nível médio das redes públicas de Educação Profissional e Tecnológica.

4 OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Promover a formação continuada em docência na Educação Profissional e Tecnológica de profissionais graduados em diferentes áreas do conhecimento, solidamente estruturada em bases científicas, críticas e éticas e articulada a propostas criativas de intervenção educacional, tendo em vista a formação humana integral, a emancipação social e a consolidação do Brasil como um país soberano e democrático.

4.2 Objetivos específicos

- a) Possibilitar a análise e a confrontação de diferentes perspectivas políticas e epistemológicas com relação à função social da Educação Profissional e Tecnológica.
- b) Promover o compartilhamento de experiências, tecnologias educacionais e conhecimentos desenvolvidos no campo da Educação Profissional e Tecnológica.
- c) Oferecer ferramentas teórico-metodológicas para o exercício de práticas educativas na Educação Profissional e Tecnológica.
- d) Subsidiar os discentes no desenvolvimento de produtos educacionais destinados a fortalecer a atividade docente emancipatória na Educação Profissional e Tecnológica.
- e) Contribuir com a expansão, no país, da Educação Profissional e Tecnológica com qualidade social.

5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

Independentemente do curso de graduação de origem, o discente, ao concluir este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, deverá estar em condições de:

- a) dialogar sobre assuntos relacionados à docência na Educação Profissional e Tecnológica, em particular na perspectiva do ensino integrado;
- b) participar da realização de diagnósticos, estudos e análises sobre necessidades, demandas, problemas, oportunidades e recursos relacionados à oferta de EPT;
- c) contribuir para a construção de conhecimentos provenientes das práticas sociais desencadeadas por programas e iniciativas de EPT;
- d) contribuir com os setores que, por motivos diversos relacionados às diversidades culturais ou condição socioeconômica, encontram dificuldade de expressão e de legitimação de seus saberes e necessidades com respeito às atividades de trabalho e formação;
- e) promover a criatividade e os aprendizados tecnológicos destinados à inovação de produtos, processos e técnicas, ao desenvolvimento da consciência ambiental e à elevação da capacidade dos/as egressos/as da EPT de intervir na realidade em que vivem;

- f) participar das chamadas “comunidades ampliadas de saberes”, estruturas em que ocorrem diálogos de diversas naturezas, no intuito de torná-las comprometidas com a valorização do trabalho, dos trabalhadores e trabalhadoras e com o enriquecimento da cultura, da ciência, da tecnologia e da EPT;
- g) participar das iniciativas de articulação da EPT com as políticas setoriais públicas;
- h) propor inovações curriculares tomando como temas transversais e de contextualização a pauta do desenvolvimento integrado, sustentável e solidário, os elementos da realidade do entorno escolar e os saberes do trabalho;
- i) desenvolver materiais e instrumentos pedagógicos que possibilitem aos/às discentes compreenderem de forma crítica a realidade que os/as cerca e nela intervir para concretizar as estratégias de emancipação social;
- j) participar da mobilização social e política de comunidades para a definição de agendas e de planos de mudanças que favoreçam o desenvolvimento da EPT;
- k) alimentar fóruns de debates com informações técnicas e estudos sobre EPT com relevância para a implementação das políticas voltadas a essa modalidade educacional;
- l) contribuir para o fortalecimento da gestão democrática de políticas, programas e projetos de EPT.

6 JUSTIFICATIVAS

A nível nacional, são diversas as razões pelas quais se justifica a oferta de um Curso de Pós-Graduação *lato sensu* dedicado à formação continuada em Docência na Educação Profissional e Tecnológica.

Devem-se considerar as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica, sua condição de modalidade de educação escolar com características próprias, constituídas por processos previamente planejados destinados a desenvolver capacidades de trabalho e a favorecer a produção de bens e serviços.

De modo geral, as capacidades humanas de trabalho são formadas no contexto das relações sociais nas quais os sujeitos estão envolvidos. Essa modalidade educacional se torna específica quando esses processos são intencionalmente pensados e materializados visando ao desenvolvimento dessas capacidades.

Essas práticas intencionalmente pensadas para o desenvolvimento de capacidades de trabalho têm história, instituições próprias, finalidades particulares de acordo com as premissas que seus formuladores assumem, público diferenciado, estratégias variadas e diversas formas de serem avaliadas.

Por isso, é necessária uma formação desse tipo, proposta por este projeto político-pedagógico, para que os profissionais das práticas educativas da Educação Profissional e Tecnológica possam reconhecer essas especificidades visando a um planejamento coerente e a proveitos efetivos.

A docência na Educação Profissional e Tecnológica compreende a articulação dos saberes específicos de cada eixo tecnológico e, caso contenham, suas áreas tecnológicas, com saberes didáticos, amalgamados por uma atitude crítico-reflexiva e orientados por uma finalidade de transformação da condição humana.

Alguns dilemas característicos do exercício da docência nessa modalidade educacional são premissas para um curso dessa natureza. Em primeiro lugar, ser evidência de uma política educacional efetivamente interessada na valorização do magistério e dos/as professores/as, considerando, sobretudo, a diversidade da formação inicial daqueles/as já atuantes nessa modalidade educacional ou motivados/as em fazê-lo.

Nesse contingente, há graduados e graduadas provindos/as de cursos superiores de tecnologia e de bacharelados sem nenhuma ou com pouca formação pedagógica. Há também egressos/as de cursos de licenciaturas que, a despeito da formação destinada à docência, não tiveram oportunidade de conhecer, minimamente, o campo da Educação Profissional e Tecnológica, suas questões políticas e do ensinar e do aprender.

Não faltam aqueles/as que, por diversos motivos, encontram-se nessa docência apenas por razões extrínsecas a ela, como, por exemplo, a oportunidade de auferir ganhos salariais complementares aos obtidos em atividade profissional que consideram como a principal, chegando até uns e outros a não se identificar como professores.

Há outros/as que, ocupados/as em outras atividades, se sentem mais implicados/as no trabalho docente, mas nele veem apenas algo como um prolongamento das atividades que realizam nessas outras esferas, convencidos/as de que a Educação Profissional e Tecnológica tem por função precípua ser um braço das empresas e do chamado setor produtivo.

Assim, pode-se dizer que a discussão sobre o trabalho e o papel do/a professor/a na Educação Profissional e Tecnológica se coloca como de grande seriedade e importância, e, nesses termos, como a justificativa primordial para a oferta de um curso de pós-graduação *lato sensu* em docência nessa modalidade educacional. Ressalte-se, também, como motivo fundamental para tanto, o grande interesse em cursá-lo por muitos/as nela já atuantes ou com vistas a fazê-lo.

Tal propósito concerne, sobretudo, a oferecer contribuições relevantes para a aquisição ou para o aprofundamento de conhecimentos pedagógicos e à melhor estruturação da atividade docente, condições fundamentais à efetivação da Educação Profissional e Tecnológica socialmente referenciada e dos processos de ensino-aprendizagem comprometidos com a produção de novos conhecimentos e com o aprimoramento das relações da escola com a sociedade.

Isso porque se entende ser fundamental o investimento do/a docente da Educação Profissional e Tecnológica em seu desenvolvimento profissional, na sua permanente atualização em conhecimentos pedagógicos, sem se descuidar, naturalmente, dos concernentes à sua requalificação no campo da sua formação específica e de base.

Da mesma forma, concorrem para seu desenvolvimento profissional seu engajamento e participação no trabalho coletivo escolar e nos debates sobre os mundos do trabalho, a dinâmica tecnológica, as políticas educacionais e as articulações da Educação Profissional e Tecnológica com a ciência, a cultura e os movimentos sociais.

Nesse sentido, torna-se indispensável, aos professores e às professoras da Educação Profissional e Tecnológica ou aos/às que querem vir a sê-lo, conhecer como essa modalidade educacional vem se desenvolvendo no Brasil. Para tanto, é preciso que se inteirem das suas contradições e das disputas políticas, teóricas e ideológicas que historicamente a perpassam, das suas especificidades com respeito à docência e suas bases conceituais comprometidas com a perspectiva emancipatória.

Mesmo que de forma amostral, é fundamental que conheçam experiências concretas de práticas educativas nesse campo. Por exemplo, as que tenham propósito integrador da relação teoria e prática ou de conteúdos gerais e específicos, de inclusão social e cultural e de promoção da sua articulação com a Educação de Jovens e Adultos.

De modo premente, também é fundamental que saibam ou se preparem para enfrentar os fenômenos da evasão e do abandono discentes na Educação Profissional e

Tecnológica. Isso significa apoderar-se de estratégias de promoção da permanência e do êxito acadêmico dos/as estudantes, de articulação do ensino com a pesquisa e com a extensão, da práxis ou do processo dialético da ação-reflexão-ação.

Nesses termos, este Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica encontra suas justificativas maiores na formação de educadores e de educadoras socialmente sensíveis, éticos/as, criativos/as, reflexivos/as e comprometidos/as com a realização da função social dessa modalidade educacional, requisitos que influenciam diretamente as práticas pedagógicas nela desenvolvidas e os resultados que se espera obter com a aprendizagem dos/as discentes da EPT.

Portanto, se propõe, neste projeto pedagógico, um curso que não se define pela finalidade da docência restrita a formar meros executores de tarefas exigidas pelo mercado, mas que revele a importância social e educacional das políticas, dos programas e dos projetos de educação profissional e tecnológica emancipatória e que privilegie o atendimento às políticas públicas do país, a superação das desigualdades e a justiça social.

Propõe-se um curso que valorize a formação para o convívio respeitoso com as diferenças sociais e culturais e a compreensão profunda da realidade; que se comprometa com a qualificação da força de trabalho brasileira e, portanto, com o enfrentamento à histórica dualidade da educação nacional revelada no campo da educação profissional, na oferta de cursos instrumentais e apartados de seus fundamentos científico-tecnológicos.

Tal perspectiva requer a busca pela integração entre as capacidades de pensar e de produzir e, portanto, de tomar o ensino integrado como referência. Enquanto conteúdo, o ensino integrado deve ter o sentido “de completude, de compreensão das partes no seu todo” (Ciavatta, 2005, p. 84), podendo, por isso, ser entendido como uma concepção de formação que pressupõe o desenvolvimento amplo e articulado das capacidades humanas nas suas dimensões intelectuais e operacionais, inseridas em um contexto histórico marcado por profundas contradições sociais.

Dessa maneira, a motivação para essa oferta de formação político-pedagógica se respalda no entendimento de que ela pressupõe ir além da capacitação em técnicas didáticas visando à transmissão de conteúdos. Requer, mais do que isso, o incentivo ao diálogo com a educação geral, com o mundo do trabalho, com práticas pedagógicas interdisciplinares e interculturais.

Tais direcionamentos são necessários para que, de fato, o trabalho se materialize como princípio educativo, de forma a concorrer não somente para a emancipação do/a educando/a como também à concernente ao/à educador/a. É para isso que esse curso de pós-graduação *lato sensu*, sob a regência desse princípio, precisa promover fortes articulações entre ciência, tecnologia, cultura, trabalho e sociedade.

A Educação Profissional e Tecnológica se dedica a formar trabalhadores. Deve-se registrar a importância estratégica que tem a qualificação da força de trabalho para o desenvolvimento do país, para a produção de riquezas propiciadoras da satisfação das necessidades humanas, materiais e imateriais, e para o fortalecimento de um projeto de nação democrática e soberana.

Sem a força de trabalho qualificada, promovida e desenvolvida em suas capacidades instrumentais e ético-políticas, tem-se não apenas trabalhadores potencialmente menos produtivos, mas também cidadãos sem a consciência de sê-lo.

É a qualidade dessa formação que está em jogo quando se tem em tela o nível e o valor do trabalho docente, de professores e professoras, também eles/as trabalhadores e trabalhadoras, componentes imprescindíveis a todo e qualquer processo de produção, inclusive quando essa se trata de produzir seres humanos emancipados.

7 ORGANIZAÇÃO DO CURSO

7.1 Princípios pedagógicos

A premissa fundamental deste projeto político-pedagógico é a centralidade da docência na Educação Profissional e Tecnológica, independentemente das diferentes formas e dos conteúdos curriculares que lhes dão especificidades. Ganha relevância, portanto, neste curso de formação de docentes para a Educação Profissional e Tecnológica, a atuação dos professores e das professoras formadores/as, orientadores/as ou tutores/as, como primordiais para a condução com sucesso do processo de ensino-aprendizagem desencadeado.

Para tanto, é preciso que recebam formação adequada e continuada para que possam proporcionar aos/às discentes ricas oportunidades de apropriação daqueles conhecimentos

e experiências historicamente produzidos, que, de fato, sejam de grande relevância social e educacional.

Outra premissa fundante é a importância de se considerarem as origens dos/as estudantes e dos/as profissionais da educação que atuam no curso. Criaram-se, viveram e se encontram em espaços sociais, definidos e concretos. Possuem historicidade, contexto e heranças socioculturais. São sujeitos sociais, que produzem e reproduzem suas existências, experimentam dificuldades, alimentam seus sonhos e comemoram suas conquistas. São seres humanos ativos e criativos. Sensível a tais considerações, a proposta pedagógica deste curso realça o primado do aprender para gerar transformações na realidade educacional e social.

Além disso, este projeto pedagógico tem como ponto de partida a prática social, a sociedade atual com suas discrepâncias e desigualdades, seus antagonismos e lutas de classe e que tem o trabalho como atividade humana central e princípio ontológico do ser social, de cuja objetivação surgem os produtos necessários à reprodução humana, todos de caráter sócio-histórico, inclusive a cultura, a ciência e a tecnologia. Por isso, toma esse princípio como fundamento da proposta educacional aqui apresentada, cujo objetivo é a formação humana integral.

A Educação Profissional e Tecnológica como componente dessa prática social reflete condutas e significados que precisam ser problematizados. Logo, cabe aos professores e às professoras formadores/as estimular o exercício da análise crítica e convidar os/as discentes a desmistificar preceitos e modos de agir; a identificar problemas e desafios. Cabe-lhes incentivar a reflexão crítica, considerando contextos, sobre quem são os beneficiados e os prejudicados por determinadas decisões e medidas, por quais motivos algo se tornou um problema e quais os alcances e os limites das respostas com vistas a solucioná-lo.

Os professores e as professoras da Educação Profissional e Tecnológica realizam a problematização com seus/suas estudantes quando os/as estimulam a retirar da prática social ou da realidade em que vivem problemas que tenham relevância social e relações com aqueles que se manifestam na formação humana em suas diferentes fases etárias e contextos culturais.

Mas cabe aos/às docentes ir além da problematização, por meio da oferta dos instrumentos para que os alunos e alunas deste Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica possam identificar e penetrar, com toda a

radicalidade possível, na realidade em que vivem e atuam, nas questões científicas e tecnológicas relevantes, que afetam a sociedade, o trabalho humano e a educação brasileira.

Trata-se de fornecer-lhes meios para que os/as docentes que atuam na EPT possam se apropriar de conhecimentos e de abordagens fundamentais ao relacionamento do particular e do universal, da estrutura e da conjuntura, da parte e do todo como elementos da totalidade histórica. Enfim, que possam se apropriar de instrumentos que lhes possibilitem adotar um posicionamento crítico em relação aos problemas identificados, o que significa realizar contrapontos com respeito às concepções de educação profissional e tecnológica provenientes do pragmatismo, do idealismo e do senso comum.

Outra premissa importante para este curso é a compreensão da relação entre teoria e prática como uma unidade indissolúvel de elementos que, apesar de sua existência autônoma, mantêm uma relação de interdependência mútua, sendo, pois, indissociáveis. Essa compreensão se diferencia da perspectiva que considera haver dicotomia (dissociativa ou associativa) entre teoria e prática.

A perspectiva dicotômica conduz a uma prática educativa acrítica, na qual o/a docente, baseando-se em prescrições e em normas pré-estabelecidas, sob uma falsa aparência de neutralidade, realiza ações mecânicas e burocratizadas de reprodução de métodos e de técnicas de ensino.

A premissa da unidade indissolúvel entre teoria e prática favorece a constituição de práticas pedagógicas crítico-reflexivas, pois o/a professor/a pode orientar as suas atividades pelas teorias estudadas e, em um movimento dialético, problematizar e revigorar essas mesmas teorias ao confrontá-las com a realidade.

Nessa perspectiva, que toma a práxis como referência, as práticas educativas são entendidas como atividades teórico-práticas, considerando-se a teoria e a prática como elementos constituintes e articuladores da formação do/a educador/a da EPT.

Isso significa que as unidades temáticas da formação em tela não devem ter caráter teórico ou prático, mas constituir-se como identidades teórico-práticas por excelência, que alcançarão o sentido de integração se forem trabalhadas interativamente.

Essa forma de entender e de trabalhar a relação entre teoria e prática em um curso de formação tende a promover intervenções didáticas conscientes, que tenham o trabalho concreto como ponto de partida e de chegada da teoria, e essa como originária das exigências

e dos problemas da realidade. É nessa perspectiva que se pretende, inclusive, que o TCC seja desenvolvido pelo/as cursistas.

7.2 Organização curricular

Este curso é uma ação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica, destinada a estabelecer princípios e objetivos para programas e ações de profissionais para atuação na EPT, a serem implementados em regime de colaboração entre os sistemas de ensino em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, dois outros cursos de pós-graduação *lato sensu* serão oferecidos também na modalidade a distância. Sua organização curricular é compartilhada e se compõe de 02 (dois) núcleos, denominados comum e específico. O núcleo comum integra os três cursos, enquanto o núcleo específico é destinado a abordar as particularidades de cada curso.

A Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, disponibilizará um cronograma nacional para a oferta dos três cursos iniciais no âmbito da Política de Formação de Profissionais para a EPT, nele constando um roteiro de implementação destinado a todas as instituições ofertantes do curso, ajustável de acordo com a realidade e as peculiaridades locais da oferta.

Conforme apresentado no Quadro 1, o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância, se organiza em 02 (dois) núcleos (comum e específico), divididos em 03 (três) módulos, totalizando 10 (dez) disciplinas, doravante denominadas unidades temáticas, além de 03 (três) momentos de TCC.

Em momento prévio ao início do estudo das unidades temáticas do núcleo comum, a IES ofertante deverá apresentar ao/à estudante as principais funcionalidades do Ambiente Virtual do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas múltiplas possibilidades interativas que serão disponibilizadas ao longo do processo formativo do/a educando/a, com ênfase nas características e especificidades da educação a distância.

Quadro 1 - Organização curricular e distribuição de carga horária do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

MÓDULO	NÚCLEO	UNIDADES TEMÁTICAS - UT	CARGA HORÁRIA
MÓDULO 1 (105H) 1º SEMESTRE	NÚCLEO COMUM (90H)	CULTURA DIGITAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA	30H
		TRABALHO-EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E DIDÁTICOS I	30H
		TRABALHO-EDUCAÇÃO: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E DIDÁTICOS II	30H
	TCC 1º MOMENTO (45H)	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	45H
MÓDULO 2 (135H) 2º SEMESTRE	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120H)	A DOCÊNCIA NA EPT: CONTINGÊNCIAS HISTÓRICAS E PRÁTICAS INSPIRADORAS	30H
		PRÁTICAS EDUCATIVAS INTEGRADORAS NA EPT: TEORIAS E DIDÁTICAS	30H
		PRÁTICAS EDUCATIVAS INCLUSIVAS NA EPT: TEORIAS E DIDÁTICAS	30H
		PRÁTICAS EDUCATIVAS NA EJA-EPT: TEORIAS E DIDÁTICAS	30H
	TCC 2º MOMENTO (45H)	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	45H
MÓDULO 3 (120H) 3º SEMESTRE	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (90H)	PRÁTICAS EDUCATIVAS PARA A PERMANÊNCIA E ÊXITO DISCENTE NA EPT: TEORIAS E DIDÁTICAS	30H
		A PESQUISA E A EXTENSÃO NO TRABALHO PEDAGÓGICO DA EPT: TEORIAS E DIDÁTICAS	30H
		PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS, PLANOS DE ENSINO E AVALIAÇÃO DA EPT: TEORIAS E DIDÁTICAS	30H
	TCC 3º MOMENTO (60H)	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO III	60H
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO			450H

O TCC deverá ter o formato de Relatório de Formação a ser construído ao longo do curso, resultante de um Plano de Formação, proposto pelo/a discente, ao término das unidades temáticas do Núcleo Comum (TCC I), em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e com a tutoria, de forma que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da docência na EPT.

A execução desse componente curricular (TCC) ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do/a discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- a) **Primeiro momento - TCC I (45h):** acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo comum com o objetivo de elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse.
- b) **Segundo momento - TCC II (45h):** acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico com o propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas.
- c) **Terceiro momento - TCC III (60h):** elaboração final do Relatório de Formação (TCC).

7.3 Matriz curricular: unidades temáticas, ementas e bibliografias

A seguir, são apresentados os objetivos, as ementas e as bibliografias básica e complementar de cada unidade temática do curso.

a) Unidades temáticas do núcleo comum

Unidade Temática: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica
Carga Horária: 30h
Objetivo: Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura digital. Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.
Ementa: Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.
Bibliografia básica: BIANCHESSI, Cleber (org.). Cultura Digital: novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. <i>E-book</i> . Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258 . Acesso em: 03 mar. 2024.

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2024.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2024.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 80-97, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias | Congresso de Ensino Superior a Distância | Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância, 2022, São Carlos. Anais do CIET:CIESUD:2022*, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria histórico-cultural. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912>. Acesso em: 03 mar. 2024.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias | Congresso de Ensino Superior a Distância | Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. Anais do CIET:CIESUD:2022*, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/download/2108/1923/>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Bibliografia complementar:

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos.; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível

em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642>. Acesso em: 03 mar. 2024.

KLEIMAN, Angela Bustos.; MARQUES, Ivoneide Bezerra de Araújo Santos. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514>. Acesso em: 03 mar. 2024.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p. 202-220, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020>. Acesso em: 03 mar. 2024.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632>. Acesso em: 03 mar. 2024.

ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24-38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6353>. Acesso em: 03 mar. 2024.

Unidade Temática: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I

Carga Horária: 30h

Objetivo: Trazer, em caráter introdutório, discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na

Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.

Bibliografia básica:

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: Diálogos Possíveis. **Educação, Sociedade & Cultura**, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35-51, 2009. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 47, p. 38-45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2024.

GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. *In: Dicionário da Educação Profissional em Saúde*. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, p.2-12, jan.-mar. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 21 jan. 2024.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v. 25, n. 2, p. 18-29, maio-ago. 1999. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 18 jan. 2024.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 21 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l.], v. 2, p. 4-30, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 16 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 21 jan. 2024.

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, n. 39, e37056, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [Internet], v. 1, n. 1, p. 93–114, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Revista Holos**, [s.l.], v. 8, p. 219-232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 jan. 2024.

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico do Senac**, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 516-533, 2023. Disponível em:

<https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Holos**, [s. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. 2013. In: **EMdiálogoamazonia**: Ensino Médio em foco. Disponível em: <http://emdiologoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 jan. 2024.

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppg.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 21 jan. 2024.

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência e coletiva**, v. 25, n.1, dez. 2019-jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso em: 21 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2024.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 jan. 2024.

SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A “cultura extrema” enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio Gramsci. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19-31, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_Itsilvaposella.pdf. Acesso em: 18 jan. 2024.

Recursos educacionais:

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani / **A Pedagogia Histórico-Crítica**. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 26 jan. 2024.

SCHIEDECK, Sílvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT**: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais. Porto

Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** - parte I.

Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>.

Acesso em: 26 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** - parte II.

Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso

em: 26 jan. 2024.

IndustriALL_GU. **Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho**. Youtube,

2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM. Acesso em: 26

jan. 2024.

Unidade Temática: Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II

Carga Horária: 30h

Objetivo: Propiciar, em continuidade à introdução da Unidade Temática I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

Ementa: O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

Bibliografia básica:

Clavatta, Maria. O ensino integrado, a politecnia e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan.-abr. 2014

Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Machado, Lucília Regina de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Revista Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, p. 234-251, 2015.

Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620>. Acesso em: 21 jan. 2024.

Machado, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a

democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

Martins, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>.

Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Revista Cadernos de Pesquisa em Educação**, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 03 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB**, n.40, p. 223–237, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/876>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, mai.-ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 4, n. 2, p. 86 - 113, 2014. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politecnia nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n.18, 2020, p. 1-26. Disponível em:

<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, 2012. Disponível em:

https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341-347, 2012. Disponível em:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. *In*: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.).

Currículo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNHX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 16 jan. 2024.

SILVA, Deise Rosálio. A perspectiva pedagógica de Antonio Gramsci. *In*: BOTO, Carlota.

Clássicos do pensamento pedagógico: olhares entrecruzados [online]. Uberlândia:

EDUFU, História, Pensamento, Educação Collection. Novas Investigações series, v. 9. pp.

141-170, 2019. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/fjnhs/pdf/boto-9786558240273-08.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

BRAGA, Osório Esdras Guimarães; PRATES, Admilson Eustáquio. **O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG**. Montes Claros:

IFNMG/ProfEPT. Youtube, 2021. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=YlgGbzhirg>. Acesso em: 08 jan. 2024.

SILVA, Marilene Veiga da; BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves. **Os sentidos do trabalho e os conceitos essenciais da EPT: um guia para estudantes, professores e gestores**, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740867>. Acesso em: 09 jan. 2024.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil**. Youtube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em: 30 jan 2024.

b) Unidades temáticas do núcleo específico

Unidade Temática: A Docência na EPT: contingências históricas e práticas inspiradoras

Carga Horária: 30h

Objetivo: Aprofundar, em uma perspectiva histórica e interdisciplinar, a temática do trabalho, da formação e da profissionalização docente na EPT.

Ementa: A construção histórico-cultural do trabalho docente na EPT. As especificidades da docência na EPT. A realidade educacional enfrentada pelos docentes da EPT. Configurações do trabalho docente na EPT. A multideterminação das vulnerabilidades da docência na EPT e suas implicações sociais e educacionais. A relação entre identidade profissional, reconhecimento social e ética profissional na docência em EPT. Os saberes da docência e a formação do docente da EPT. Narrativas da experiência em docência na EPT e suas inspirações para mudanças nas situações e rotinas dos profissionais professores dessa modalidade educacional.

Bibliografia básica:

ARROYO, Miguel Gonzalez. Produção de saber em situação de trabalho: o trabalho docente. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 51–61, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8973>. Acesso em: 19 jan. 2024.

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro. Desvelando os saberes da docência na Educação Profissional. **Boletim Técnico do Senac**, v. 40, n. 3, p. 38-57, 19 dez. 2014. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/78>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LORENZET, Deloize; ANDREOLLA, Felipe. Formação de educadores para a educação profissional: a articulação ensino-pesquisa-extensão. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 18, p. e6136, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/6136>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 8–22, 2015. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2862>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O desafio da formação de professores para a EPT e PROEJA. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 32, p. 689-704, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/DDvbwbkydBpTjC4TwYf4gRB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 23–38, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2863>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales. Formação de Professores para a Educação Profissional: concepções, contexto e categorias. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 47–64, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9680>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ORSO, Paulino José. O desafio da formação do educador na perspectiva do marxismo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, número especial, p. 58-73, abr. 2011. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639895/7458>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SAVIANI, Demerval. Os saberes implicados na formação do educador. *In*: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). **Formação do educador: dever do Estado, tarefa da Universidade**. São Paulo: Unesp, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1212495/mod_resource/content/1/Texto%20%20Saviani%20Os%20saberes%20implicados%20na%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20educador.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

URBANETZ, Sandra Terezinha. Uma ilustre desconhecida: a formação docente para a educação profissional. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 12, n. 37, p. 863-883, set./dez. 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v12n37/v12n37a13.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Formação de Docentes para a Educação Profissional e Tecnológica: por uma pedagogia integradora da educação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 17, n. 2, mai./ago. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8586>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARNEIRO, Isabel Magda Said Pierre; CAVALCANTE, Maria Marina Dias; LOPES, Fátima Maria Nobre. Perspectivas para a formação didático pedagógica de bacharéis e

tecnólogos. **Cadernos GPOSSHE On-line**, v. 1, n. 1, 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/235714552.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAIS, João Kaio Cavalcante de; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. O professor licenciado na educação profissional: quais são os saberes docentes que alicerçam seu trabalho? **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 7, p. 66–74, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3499>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PASQUALLI, Roberta; VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Desafio da docência na Educação Profissional e Tecnológica nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia do Brasil. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 39, e73172, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/JBS8tmBKd8gZhKNg8p6w68g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 79–94, 2016. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/142>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Caetana Juracy Rezende; CARVALHO, Olgamir Francisco de. Aspectos epistemológicos e pedagógicos da educação profissional e tecnológica: implicações para a prática docente. **Linhas Críticas**, v. 22, n. 49, set-dez. 2016, p. 598-618. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1935/193551294006.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Fernanda Rebeca Araújo da; CAMPOS, Alessandra Tomé Campos; SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de; LEAL, Davi Avelino; AZEVEDO, Rosa Oliveira Martins. Os saberes docentes para a formação de professores da educação profissional e tecnológica. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 1, n. 1, 2015. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/23>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVEIRA, Renê Trentin. A Relação Professor-aluno de uma Perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 97–114, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYjGyWJMPvwP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Laura Maria Andrade de; MOURA, Maria da Glória Carvalho. A especificidade da docência na educação profissional e tecnológica: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 16, p. e7506, 2019. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7506>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva; RODRIGUES, Iaponira da Silva. Formação de professores para educação profissional no Brasil: percurso histórico e desafios contemporâneos. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 17, n. 2, p. 621–638, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644682>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. Formação de professores da educação profissional: análise de produções acadêmicas. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 243–258, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3160>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

URNAUER, Simone; URBANETZ, Sandra Terezinha. **Trabalho e Educação: uma proposta de formação docente**. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/432148>. Acesso em: 24 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas Integradoras na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Discutir questões conceituais e de implementação da proposta de ensino integrado a partir de experiências práticas e de contribuições de pesquisadores que focalizam essa temática na EPT.

Ementa: Ensino integrado como forma e conteúdo. A práxis como referência pedagógica do ensino integrado. A Integração como princípio de articulação entre teoria e prática, entre escolarização e profissionalização, entre saberes sociais e saberes científicos, entre diferentes disciplinas e áreas de saberes. Arranjos curriculares e ensino integrado. Estratégias de ensinar e de aprender que podem favorecer a formação integrada. A avaliação educacional sob a perspectiva de integração. Experiências inspiradoras de ensino integrado no Brasil contemporâneo.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 19 jan. 2024.

BRAGA, Ialê Falleiros; LOPES, Marcia Cavalcanti Raposo. Uma experiência pedagógica no ensino médio integrado: pesquisando os agentes comunitários de saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, [s. l.], v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.tes.epsjv.fiocruz.br/index.php/tes/article/view/1715>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em:

<https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; NASCIMENTO, José Mateus do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 63–76, 2015. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Saberes tecnológicos, teoria da atividade e processos pedagógicos. **Trabalho & Educação**, v. 22, n. 1, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8933/6423>. Acesso em: 20 jan. 2024.

RAMOS, Marise Nogueira. Currículo Integrado. In: PEREIRA, Isabel; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/curint.html>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Kátia Augusta Curado Pinheiro Cordeiro da. Epistemologia da práxis na formação de professores: perspectiva crítico-emancipadora. **Revista Ciências Humanas**, v. 18, n. 2, p. 121-135, set./dez. 2017. Disponível em:

<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2468>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; COSTA, Ana Maria Raiol da. Lições da experimentação do ensino médio integrado como projeto de emancipação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 115–130, 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9610>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Filosofia da Práxis e Ensino Integrado: para além da questão curricular. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 11–22, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8672php/trabedu/article/view/8672>. Acesso em: 19 jan. 2024.

CASTRO, Angeline Santos; DUARTE NETO, José Henrique. Ensino médio integrado à educação profissional e tecnológica: a relação entre o currículo integrado e a prática pedagógica docente. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 20, p. e11088, 2021. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11088>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, Breno Augusto da; MARTINS, Adriano Eurípedes Medeiros. Lógica dialética e educação: um estudo introdutório a partir do pensamento de Álvaro Vieira Pinto. **Educ Pesqui** [Internet]. 2019; 45:e188483. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201945188483>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GONÇALVES, Lúcia Xavier; MOURA, Dante Henrique; TAVARES, Andrezza Maria Batista do Nascimento. Currículo integrado na Educação Profissional. **Revista Faculdade Famen - Reffen**, [s. /], v. 4, n. 1, p. 130–141, 2023. Disponível em: <https://revistafamen.com.br/index.php/revistafamen/article/view/85>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira; SILVA, Rose Márcia da; SOUZA, Maria de Lourdes Jorge de. Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cad CEDES** [Internet]. 36(99), p. 207–21, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/QpfvxFsPJgZ93xKngG9MPHv/?lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MORAIS, Jaciária de Medeiros; SOUZA, Ana Paula; COSTA, Temilson. A relação teoria e prática: investigando as compreensões de professores que atuam na educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. /], v. 1, n. 12, p. 111–124, 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5720>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PARASKEVA, João Menelau; GARDIN, Luís Armando; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A imperiosa necessidade de uma teoria e prática pedagógica radical crítica: Diálogo com Jurjo Torres Santomé. **Currículo sem Fronteiras**, v. 4, n. 2, p. 5-32, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://jurjotorres.com/?p=4138>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PASQUALLI, Roberta.; SILVA, Vosnei da; SILVA, Adriano Larentes da. Limites e potencialidades de materialização do currículo integrado: uma análise dos planos de ensino e diários de classe. **Revista Contexto & Educação**, [s./], v. 34, n. 109, p. 104-120, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/7631>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAULA, Joaracy Lima de Paula; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. Educação ambiental na educação profissional: caminhando em direção à formação humana integral. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [s. /], v. 2, n. 5, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/844>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Luzinete Moreira da; MELO, Ticiane Gonçalves Sousa de Melo; NASCIMENTO, José Mateus do. Ensino Médio integrado e práticas pedagógicas integradoras: caminhos para a formação humana integral. **Revista Brasileira da Educação Profissional Tecnológica**, v. 1, n. 8, out. 2015. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/3560>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

AGNOLIN, Sandra Lígia; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Reformulação de Proposta Curricular de Cursos do Ensino Médio Integrado**: um caminho possível para a integração curricular. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741169>. Acesso em: 09 jan. 2024.

LOPES FILHO, Evandro José Branches; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Potencializando o ensino médio integrado**: um catálogo de produtos educacionais do ProfEPT. Manaus, 2021. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/642665>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas Inclusivas na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Estimular debates sobre como as diversidades se apresentam no mundo do trabalho, nas relações sociais e na Educação Profissional e Tecnológica considerando as possibilidades de superação das práticas excludentes, discriminatórias e racistas.

Ementa: A educação inclusiva como estratégia de garantia do direito à educação. Diversidade como dimensão constitutiva da condição humana, alteridade e direitos humanos. Educação inclusiva: os enfoques da inclusão e da integração. Desigualdades e diferenças na Educação Profissional e Tecnológica: classe, gênero, raça, etnia, geração, pessoas com deficiência, indígenas, comunidades tradicionais, migrantes. A Educação Profissional e Tecnológica como espaço de interação social, de natureza multi e intercultural. A construção da Educação Profissional e Tecnológica com base na(s) diversidade(s) de pessoas, modos de vida e culturas. A legislação brasileira referente à inclusão escolar. Experiências inspiradoras de combate aos preconceitos e de afirmação dos direitos na Educação Profissional e Tecnológica.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 26, n. 4, p. 107–122, 2019. Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/13051>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Trabalho e educação nas disputas por projetos de campo. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n. 3, p. 81–93, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9092>. Acesso em: 19 jan. 2024.

AZEVEDO, Gustavo Maurício Estevão. Incluir é sinônimo de dignidade humana. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 46–53, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/2868>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GONÇALVES, Suênia Cavalcante Pereira; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. Um estado do conhecimento sobre a inclusão da pessoa com deficiência na educação profissional a partir do NAPNE/IFRN. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 23, p. e15579, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15579>. Acesso em: 30 jan. 2024.

GROPPO, Luís Antonio; SILVEIRA, Isabella Batista. Juventude, classe social e política: reflexões teóricas inspiradas pelo movimento das ocupações estudantis no Brasil. **Argumentum**, v.12, n.1, p. 7–21, 2020. Disponível em: <https://www.unifal-mg.edu.br/ocupacoessecundaristas/wp-content/uploads/sites/207/2021/08/20.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

LOPES, Sabrina Fernandes Pereira; QUIRINO, Raquel. Relações de Gênero e Sexismo na Educação Profissional e Tecnológica. **Cad. Gên. Tecnol.**, Curitiba, v. 10, n. 36, p. 58-71, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistas.utfpr.edu.br/cgt/article/viewFile/7676/4796>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PAIXÃO, Márcia Valéria; MOREIRA, Ruth Mari; FRANDJI, Welington dos Santos. A educação profissional e tecnológica como um dos alicerces para a garantia dos direitos humanos: um resgate histórico nessa relação. **Revista SCIAS. Direitos Humanos e Educação**, Belo Horizonte/MG, v. 5, n. 2, p. 60-79, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sciasdireitoshumanoseduacao/article/view/7113/4401>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Degmar dos; HERINGER, Nídia; WIESE, Iria Raquel Borges; SILVA, Mario Rodrigues da. A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica indo além do tecnicismo: um estudo de questões de gênero e relações étnico-raciais nos PDIS. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, v.7, n.17, p. 102–121, 2015. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/74>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Elza Ferreira; SANTOS, Ieda Fraga; NERY, Marco Arlindo Amorim Melo. Relações de gênero e educação profissional: a presença das mulheres. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 30, n. 63, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1981-81062020000100094&script=sci_arttext. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIANA, Priscila Ribeiro; MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rocha. Estratégias anticapacitistas na educação profissional: concepções que estruturam a escola e a sociedade. **Revista Ciências Humanas**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/993>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima; SILVA, Luciane Teixeira da. A formação por alternância: uma proposta em movimento e em disputa. **Educação e Sociedade**, v. 44, p. e267799, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.267799>. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional e Tecnológica Integrada à Educação Escolar Indígena. **Documento Base**. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_indigena.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

FERRETTI, Celso João; ZIBAS, Dagmar Maria Leopoldi; TARTUCE, Gisela Lobo B. P. Protagonismo juvenil na literatura especializada e na reforma do ensino médio. **Cad. Pesqui.** [online], v. 34, n. 122, pp.411-423, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/CfWXW5h9BRT5twmQQhJpRnM/?lang=pt#>. Acesso em: 20 jan. 2024.

GROPPO, Luís Antonio. Sentidos de juventude na sociologia e nas políticas públicas do Brasil contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, v. 20, n. 1, p. 383–402, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v20n1p383-402>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HONORATO, Tony. Infância, escola e desigualdade social no Brasil. **Revista (Con) Textos Linguísticos**, v. 10, n. 15, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos/article/view/13503>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Ilzimar Gloria Ferreira; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Espaços alternativos de educação para o trabalho, formação e prática dos educadores em contextos de vulnerabilidade social. **Revista LABOR**, Fortaleza, v. 2, n. 24, p. 228-251, jul./dez. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/59581/1/2020_art_igfoliveiraamfteixeira.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Iraneide Nascimento dos; SILVA NETA, Maria de Lourdes da; SANTOS, Carolina da Franca Bandeira Ferreira. Relações étnico-raciais na educação profissional e tecnológica: uma revisão integrativa. **SciELO Preprints**, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4651>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SANTOS, Simone Valdete dos; MÜLLING, Juliana da Cruz. A presença de estudantes indígenas na educação profissional e tecnológica. **Revista Educação (PUCRS)**, v. 42, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1981-2582.2019.3.33245>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOUZA, Ana Cláudia Ribeiro de; NICOLAU, Paulo Roberto Arce. A educação profissional e tecnológica indígena: travessia para a politécnica universal. **Revista Labor**, [s. l.], v. 1, n. 23,

p. 244–259, 2020. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44563>. Acesso em: 19 jan. 2024.

Recursos educacionais:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Saberes da Juventude Amazônia**: um documentário sobre as experiências de jovens egressos da Casa Familiar Rural de Gurupá-Pa. Youtube, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YCd7rgjLXxU>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARAUJO, Claudilena Corrêa; FERNANDES, Déa Nunes. **Proposta didática para estudo de gênero-trabalho-poder na EPT**. Maranhão: IFMA/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/703071>. Acesso em: 11 jan. 2024.

OLIVEIRA, Helder Felipe de; PRESTES, Liliâne Madruga. **Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho**: guia de atividades com oficinas de Letramento Racial para a promoção de uma Educação Antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/732698>. Acesso em: 11 jan. 2024.

MEDEIROS, Milene Soares de; SANTOS, Elza Ferreira. **LGBT e trabalho**: uma jornada de conquista e liberdade. EduCAPES, 2020. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/568184>. Acesso em: 25 jan. 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Aprisionados por promessas a escravidão contemporânea no campo brasileiro**. EduCAPES, [2006-2008]. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/489528>. Acesso em: 25 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas na EJA-EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Propiciar subsídios para a compreensão dos marcos históricos, políticos e legais da Educação Profissional e Tecnológica articulada com a Educação de Jovens e Adultos e dos referenciais pedagógicos emancipatórios para a atuação docente nesse campo.

Ementa: O direito à educação na legislação brasileira com ênfase na Educação de Jovens e Adultos. A diversidade dos sujeitos que participam da Educação de Jovens e Adultos em diferentes contextos sociais e culturais. Processos cognitivos e culturais da aprendizagem dos jovens e adultos. Diferentes possibilidades de materialização dos currículos integrados nos ensinos fundamental e médio da EJA articulada com a EPT. A experiência do Proeja. Procedimentos metodológicos específicos para se trabalhar a aprendizagem em EJA articulada com a EPT. Propostas de avaliação da aprendizagem que contemplem as especificidades dos sujeitos da EJA. Experiências inspiradoras de docência na EJA-EPT.

Bibliografia básica:

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Andragogia: avanço pedagógico ou “pedagogia de resultados” na educação profissional de alunos adultos/ trabalhadores?. **Educação em Revista**, v. 18, n. 36, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/44949>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARANHA, Antônia Vitória Soares. Relação entre o conhecimento escolar e o conhecimento produzido no trabalho: dilemas da educação do adulto trabalhador. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 103–114, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8978>. Acesso em: 19 jan. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos populares? **REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos**, v. 1, n. 0, p. 1-108, ago. 2007. Disponível em: <https://nedeja.uff.br/wp-content/uploads/sites/223/2020/05/Balano-da-EJA-MiguelArroyo.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; NASCIMENTO, José Mateus do. Sobre práticas integradoras: um estudo de ações pedagógicas na educação básica. **HOLOS**, [s. l.], v. 4, p. 63–76, 2015. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/3188>. Acesso em: 31 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, [s. l.], v. 2, p. 114–129, 2012. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/914>. Acesso em: 18 jan. 2024.

OLIVEIRA, Betty Oliveira; DUARTE, Newton. Alguns obstáculos crônicos da educação de jovens e adultos. **Em Aberto**, v. 5, n. 30, p. 1986. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/1957>. Acesso em: 19 jan. 2024.

PAIVA, Jane. Histórico da EJA no Brasil: descontinuidades e políticas públicas insuficientes. **PROEJA: formação técnica integrada ao ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Boletim 16, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Gercivania Gomes da; OLIVEIRA, Francisco Kelsen de. Material didático utilizado na Educação Profissional de Jovens e Adultos: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Semiárido De Visu**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 335–343, 2021. Disponível em: <https://semiariododevisu.ifsertao-pe.edu.br/index.php/rsdv/article/view/308>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento; SILVA, José Moisés Nunes da; BARACHO, Maria das Graças. Práticas pedagógicas de integração no PROEJA-IFRN: o que pensam professores e estudantes. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 36, n. 2, p. 451–468, 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/16717>. Acesso em: 19 jan. 2024.

VIELLA, Maria dos Anjos Lopes; SPESSATTO, Marizete Bortolanza; ALMEIDA, Pamela de. Com o coração na mão! A avaliação e autoavaliação na educação de jovens e adultos. **PerCursos**, Florianópolis, v. 16, n. 31, p. 6–27, 2015. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1984724616312015006>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio**. Documento Base. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

BRASIL. Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. **Formação inicial e continuada/ensino fundamental**. Documento Base. 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/proeja_medio.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

GODINHO, Ana Cláudia Ferreira; EGGERT, Edla. Escola e mundo do trabalho: (des)encontro de saberes na experiência escolar de estudantes de EJA integrada à educação profissional. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 197–208, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9231>. Acesso em: 19 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. O Proeja e a reforma do ensino médio (Lei nº 13.415/2017). **HOLOS**, [s. l.], v. 3, p. 289–302, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7024>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, Luciano; FERREIRA, Maria José de Resende. A questão étnico-racial e a Educação de Jovens e Adultos. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v.2, n.1, p.77-86, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/dect.v2i01.27>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

SILVA, Adriana Barbosa da; VENTURA, Jaqueline Pereira; MARTINS, Shênia Mineiro *et al.* **Caminhos por onde andei - EJA - Iramaia**. Youtube, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H6pdhMfES-Y>. Acesso em: 28 jan. 2024.

Unidade Temática: Práticas Educativas para a Permanência e Êxito Discentes na EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Discutir os fatores da evasão e do abandono discentes na EPT brasileira, dentre eles os de ordem pedagógica, e como os professores dessa modalidade educacional podem contribuir para fazer face a tais problemas considerando as perspectivas das estratégias de permanência e de êxito para a emancipação dos alunos.

Ementa: Evasão e abandono escolares na EPT brasileira: fatores e possíveis consequências. A permanência como objeto de estudo. Como se caracterizam o sucesso e o fracasso escolares na EPT de acordo com as perspectivas de docentes. Desprestígios de saberes e das culturas dos educandos e inadequação de currículos e de métodos como fatores desfavoráveis às práticas educativas na EPT. O adoecimento e o sofrimento estudantil. Processos pedagógicos potencializadores da permanência e do êxito de discentes na Educação Profissional e Tecnológica. O acolhimento e a integração como fatores de permanência. As políticas e os programas de permanência na EPT. Ações institucionais e de docentes que podem inspirar e subsidiar iniciativas de permanência e de êxito acadêmico na EPT.

Bibliografia básica:

CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Cristiana Barcelos da. Da evasão/fracasso escolar como objeto sociomidiático à permanência escolar como objeto de pesquisa: o anúncio de uma construção coletiva. *In:* CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação:** o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016, p. 43-78. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br.go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

CARMO, Gerson Tavares do; ARÊAS, Carlos Artur Carvalho; ARÊAS, Heise Cristine Aires. ENSAIO: luzes e sombras sobre o objeto permanência na educação. *In:* FREITAS, Marinaide; CARMO, Gerson Tavares do; SILVA, Jailson Costa da; MARINHO, Paulo; TORRES, Andressa Marques. **Raízes investigativas II:** a gramática da permanência na educação. São Carlos: Pedro e João Editores, 2022. Disponível em: <https://pedrojoaoeditores.com.br/produto/raizes-investigativas-ii-a-gramatica-da-permanencia-na-educacao/>. Acesso em: 20 jan. 2024.

COSTA, Zora Yonara Torres; RODRIGUES, Marlene Teixeira. Serviço Social, Educação Profissional e Questão Racial: os desafios do acesso e permanência. **Temporalis**, v. 20, n. 40, p. 268–283, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22422/temporalis.2020v20n40p268-283>. Acesso em: 20 jan. 2012.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cad Pesqui** [Internet], v. 41, n. 144, p. 770–89, set. 2011.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742011000300007>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Jéssica Petronilha da; FEITOSA, Lígia Rocha Cavalcante; CORD, Denise. Matizes do acolhimento no ensino superior: apontamentos sobre o estado da arte. **Psicologia, Educação e Cultura**. v.XXVI, n. 2, set. 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.26/42123>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Marcel Freire da; DIAS, Vagno Emygdio Machado. Educação integrada e adoecimento estudantil na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 2, n. 22, p. e11670, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11670>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVEIRA, Renê Trentin. A relação professor-aluno de uma perspectiva Gramsciana. **Educação & Realidade**, v. 43, n. 1, p. 97–114, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/QPNLhBM5344NYiGyWJMPvwP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2012.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; COSTA, Ana Maria Raiol da. O olhar do aluno-trabalhador sobre evasão e permanência na educação técnica. **Educação**, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 127-137, jan.-abr. 2019. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/reveduc/v42n1/1981-2582-reveduc-42-01-0127.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2016. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

CAVALCANTE, Anne Victoria Castro de Moura; SILVA, Alessandro Carneiro da; MENEZES, Aline Beckmann de Castro. Ensino Remoto Emergencial: a perda do sentimento de pertencimento à universidade. **Revista Entreideias: Educação, Cultura E Sociedade**, v. 13, p. 107-123, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/re.v13i02.50893>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e Êxito de Mulheres na EJA-EPT: possibilidades de desafios do IFRS. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; MACHADO, Lucília Regina de Souza; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o

campo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Portugal, Porto, n. 64., 2023. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-cie/article/view/482>. Acesso em: 10 jan. 2024.

FRIAS, Cláudia Helena Martins; GOMES, Mariana Sá Alcantara. O acolhimento de alunos no curso de pedagogia: reflexões e estratégias para uma experiência dialógica e inclusiva. **RevistAleph**, Niterói, v. 3, n.º 39, p. 109-127, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaleph/article/view/54670>. Acesso em: 20 jan. 2024.

HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmiento. Fatores de permanência escolar no IFRN: um olhar sobre cursos PROEJA. In: CARMO, Gerson Tavares do (Org). **Sentidos da Permanência na Educação**: o anúncio de uma construção coletiva. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 133-152, 2016. Disponível em: http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/permanencia_livro_revisaojane.pdf. Acesso em: 31 jan.2024.

PACHECO, Fabiane do Amaral; NONENMACHER, Sandra Elisabet Bazana; CAMBRAIA, Adão Caron. Adoecimento mental na educação profissional e tecnológica: o que pensam os estudantes concluintes de cursos técnicos integrados. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 18, p. e9173, 2020. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9173>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PEREIRA, Tulyana Coutinho Bento; PASSOS, Guiomar de Oliveira Passos. Avaliação da política de assistência estudantil na educação profissional de nível técnico: análise dos indicadores de evasão e retenção no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) – Campus Teresina Central. **Cadernos de Educação UFPEL**, n. 57, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/5337>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SILVA, Francislene Rosas da; SILVA, Ronegildo de Souza; CALIXTO, Patrícia Mendes; AZEVEDO, José Marlo Araújo de. Acolhimento institucional e integração docente: articulação necessária ao início da docência na educação profissional no extremo oeste da Amazônia. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v.4 (Especial), p. 165-189, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.36524/profept.v4iEspecial.639>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

CONCEIÇÃO, Antônio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro. **Boas Práticas**: a inclusão e a permanência do estudante com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, DF.: IFB/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740501>. Acesso em: 10 jan. 2024.

GARCIA, Fernanda Corrêa; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. **Guia de redução da evasão na EPT**. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina/CERFEAD, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574306>. Acesso em: 10 jan. 2024.

MONTEIRO, Cátia Maria Alves; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Acolher para incluir: o acolhimento como prática na cultura escolar inclusiva.** Blumenau: IFC/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574365>. Acesso em: 17 jan. 2024.

NITSCHKE, Alessandra; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de ensino médio integrado.** Blumenau: IFC/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600482>. Acesso em: 17 jan. 2024.

SOUSA, Maria da Graça do Nascimento de; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **Manual de Prevenção à Evasão dos Estudantes dos Cursos Médio Técnico da Rede Federal de Ensino: conhecer para permanecer.** Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575059>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Unidade Temática: A Pesquisa e a Extensão no Trabalho Pedagógico da EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Discutir conceitos e formas de operacionalizar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, os motivos pelos quais ela deve ser implementada no trabalho pedagógico, dentre eles como estratégia para a formação contínua do docente da EPT e a ampliação do significado social dessa modalidade educacional.

Ementa: A importância da pesquisa e da extensão no trabalho pedagógico da EPT para o enriquecimento do ensino e da aprendizagem, a integração de saberes e de experiências, o compartilhamento de saberes de diferentes origens e estatutos epistemológicos, a realização de inovações pedagógicas, científicas e de gestão, a ampliação da inserção social da EPT. A pesquisa como princípio pedagógico. A integração entre educação, trabalho, ciência, tecnologia e cultura como estratégia de superação da cisão entre teoria e prática. Históricos, particularidades e experiências inspiradoras na operacionalização da unicidade entre ensino, pesquisa e extensão na EPT.

Bibliografia básica:

DAMIANI, Magda Floriana; ROCHEFORT, Renato Siqueira; CASTRO, Rafael Fonseca de; DARIZ, Marion Rodrigues; PINHEIRO, Silvia Siqueira. Discutindo pesquisas do tipo intervenção pedagógica. **Cadernos de Educação**, n. 45, p. 57-67, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/3822>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERREIRA, Ilane Cavalcante; HENRIQUE, Ana Lúcia Sarmento. A experiência da pesquisa na formação docente: unindo teoria à prática. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 12, p. 16–35, 2017. Disponível em:

<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/5730>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Rony. Produtos educacionais na área de ensino da Capes: o que há além da forma? **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 5, n. 2, p. 5-20, 2021. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1229>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VALER, Salete; BROGNOLI, Ângela; LIMA, Laura. A pesquisa como princípio pedagógico na Educação Profissional Técnica de Nível Médio para a Constituição do ser social e profissional. **Forum linguistic**, Florianópolis, v. 14, n. 4, p. 2785-2803, out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/forum/article/view/1984-8412.2017v14n4p2785/35788>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Josimar de Aparecido; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; PASQUALLI, Roberta; CASTAMAN, Ana Sara. Ensino com pesquisa na educação profissional e tecnológica: noções, perspectivas e desafios. **Rev. Tempos Espaços Educ.**, São Cristóvão, Sergipe, v. 12, n. 29, p. 279-298, abr./jun. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8640921>. Acesso em: 20 jan. 2024.

OLIVEIRA, João Paulo de; COSTA, Conceição Leal da. O papel da extensão na formação de estudantes do IFRN (*Campus Mossoró*): reflexões em torno de educação para a cidadania a partir de um estudo de caso. In: SANTOS, Simone Costa Andrade; CAVALCANTE, Ilane Ferreira; LEMOS, Elizama das Chagas; FERREIRA, Maria da Conceição; COSTA, Monteiro Leal (Orgs). **Educação e Sociedade: formação profissional, educação a distância e tecnologias**. São Luís, MA: IFMA, 2020, p. 225-262. Disponível em: [4.Educacao-e-Sociedade.pdf](#). Acesso em: 02 fev. 2024.

Bibliografia complementar:

ALMEIDA, Márcia Maria Pereira de; CONCEIÇÃO, Gabriel Luís da. Os espaços do conhecimento e a tríade ensino-pesquisa-extensão na educação profissional e tecnológica. **Revista Valore**, Volta Redonda, v. 7, p. 2-7044, 2022. Disponível em: <https://revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/982>. Acesso em: 20 jan. 2024.

ARBEX, Quéren dos Passos Freire; ARAÚJO, Cláudia Helena dos Santos. Práticas educativas e as tecnologias na tríade Ensino, Pesquisa e Extensão no Ensino Médio Integrado dos Institutos Federais. **Revista Anápolis Digital**, v. 9, n. 2, 2019. Disponível em: <https://portaleducacao.anapolis.go.gov.br/revistaanapolis/?p=180>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MAGALHÃES, Guilherme Lins de; CASTIONI, Remi. A EPT sob a metodologia da alternância: a experiência do IF Brasília - Campus Planaltina. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 1, n. 1, p. 71-87, 3 ago. 2016. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/campo/article/view/2199>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. **Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, v. 7 n. 1, Ed. Esp. 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p. 187-202, jun. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

COUTO, Andressa Freire Ramos; CAVALARI JÚNIOR, Octávio. **O guia indissociável entre ensino, pesquisa e extensão**: dialogando sobre uma prática integradora. ES: Ifes/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585582>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERREIRA, Rosângela; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; SONZA, Andréa Poletto. **Curricularização da Extensão**: um olhar institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717686>. Acesso em: 09 jan. 2024.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. **Prática profissional integrada**: ensino, pesquisa e extensão no ensino médio integrado. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574846>. Acesso em: 09 jan. 2024.

Unidade Temática: Projetos Político-Pedagógicos, planos de ensino e avaliação da EPT: teorias e didáticas

Carga Horária: 30h

Objetivo: Esclarecer, sensibilizar e capacitar os cursistas à participação ativa e crítica nos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino destinados ao desenvolvimento da EPT.

Ementa: A participação do docente da EPT nos processos de formulação, de avaliação e de reformulação de projetos político-pedagógicos e planos de ensino. A importância desses instrumentos e dessa participação para o alcance satisfatório dos objetivos e das finalidades da EPT. A análise do docente da EPT acerca de sua atuação no cotidiano da EPT na perspectiva da autocrítica ética e criativa. A avaliação institucional e escolar na EPT. Experiências inspiradoras sobre a participação de docentes da EPT na formulação, avaliação e reformulação de projetos político-pedagógicos e de planos de ensino.

Bibliografia básica:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Organização do trabalho pedagógico e ensino integrado. *In*: ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Práticas pedagógicas e ensino integrado** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 7, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp->

<content/uploads/sites/11/2016/05/Praticas-pedagogicas-e-ensino-integrado.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise Nogueira. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação** [online], v. 17, n.49, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782012000100002&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 20 jan. 2024.

DUARTE, Newton. A catarse na didática da pedagogia histórico-crítica. **Pro-Posições** [Internet], v. 30, p. e20170035, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2017-0035>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FERRETTI, Celso João. Problemas institucionais e pedagógicos na implantação da reforma curricular da Educação Profissional técnica de nível médio no IFSP. **Educação & Sociedade**, v.32, n. 116, p. 789-806, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n116/a10v32n116.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação: para além da “forma escola”. **Educ. Teoria Prática**, Rio Claro, v. 20, n. 35, dez. 2010. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-81062010000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jan. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Práticas pedagógicas e ensino integrado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia Relação com o ensino médio integrado e o projeto societário de desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda, p. 249-266, 2018. Disponível em: https://proen.ifes.edu.br/images/stories/Institutos_Federais_de_Educa%C3%A7%C3%A3o_Ci%C3%Aancia_e_Tecnologia_-_Rela%C3%A7%C3%A3o_com_o_Ensino_M%C3%A9dio_Integrado_e_o_Projeto_Societ%C3%A1rio_de_Developmento.pdf. Acesso em: 05 fev. 2024.

WACHOWICZ, Lílian Anna. **Avaliação da aprendizagem profissional** [recurso eletrônico]. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 9, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Avaliacao-da-aprendizagem-profissional.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; COSTA, Ana Maria; SANTOS, Manuela Tavares. Organização do trabalho pedagógico e ensino integrado. **Revista Trabalho Necessário**, v. 11, n. 17, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/8453>. Acesso em: 20 jan. 2024.

CAMPOLIN, Luciane da Costa; RAIMUNDO, Gislene Miotto Catolino. A Avaliação da aprendizagem na Educação Profissional e Tecnológica: uma análise das práticas avaliativas nos cursos técnicos subsequentes no IFSC - Campus Caçador. **Educação Profissional E Tecnológica Em Revista**, v. 6, n. 1, p. 113-134, 2022. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/721>. Acesso em: 20 jan. 2024.

MACHADO, Ilma Ferreira; SILVA, Rose Márcia da; SOUZA, Maria de Lourdes Jorge de. Avaliação de aprendizagem nos contornos do currículo integrado no ensino médio. **Cad CEDES** [Internet], v. 36, n.99, p. 207–21, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/CC0101-32622016160336>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PENA, Geralda Aparecida de Carvalho. Prática docente na educação profissional e tecnológica: os conhecimentos que subsidiam os professores de cursos técnicos. **Formação Docente – Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores**, [s. l.], v. 8, n. 15, p. 79–94, 2016. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/view/142>. Acesso em: 20 jan. 2024.

PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHONS, Manuir; SOUZA, Maria José Carvalho de. Utilização das estratégias de ensino-aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Revista Dynamis**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 40-57, jan. 2018. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/dynamis/article/view/6754>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VARGAS, Francisco Beckenkamp. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Cad. CRH**, v. 29, n.77, p. 313-331, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/VTKszS8VFPTzDbzJkpQCRMp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jan. 2024.

VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello; ARAÚJO, Maria Cristina Pansera de; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Práticas formativas na educação profissional: a emergência de uma didática específica? **Revista Espaço Pedagógico**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 186-202, 2020. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/10581>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Recursos educacionais:

ALENCAR, Rendrikson Gonçalves; GOMES, Jarbas Mauricio. **Gestão Democrática na EPT: espaços de participação de pais ou responsáveis**. Maceió: IFAL/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740836>. Acesso em: 09 jan. 2024.

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Proposta de avaliação institucional interna para a EPTNM**. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552778>. Acesso em: 09 jan. 2024.

FAGUNDES, Fabiana Centeno.; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT): contribuições para um percurso democrático, participativo e institucional**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 08 jan. 2024.

KELLER, Fabiana de Oliveira; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Vamos avaliar?** proposta de avaliação institucional participativa e emancipatória da política institucional para os cursos de ensino médio integrado do IFRS. Porto Alegre, RS : IFRS/ProfEPT, 2022.

Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741166>. Acesso em: 09 jan. 2024.

8 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem carga horária de 150h, dividida em três momentos (conforme exposto adiante), com a seguinte ementa:

Com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no primeiro momento do curso (TCC1), espera-se que, ao final do curso (TCC3), o/a cursista apresente o seu Relatório de Formação, fruto de um processo iniciado no começo do curso a partir de uma questão problematizadora. Ao final do TCC III, o/a discente deverá concluir o seu TCC, entendido neste curso como Relatório de Formação.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a não equivalência da formação do/a educador/a a “fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação” (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos/as profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

Por isso, definiu-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o formato de **Relatório de Formação** a ser construído ao longo do curso, individualmente, resultante de um **Plano de Formação** proposto pelo/a discente, em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e tutor/a, nas Unidades Temáticas (TCC I, TCC II e TCC III), que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da EPT.

Importante destacar que, como Unidade Temática, o TCC será elaborado, nos três momentos distintos (TCC I, TCC II e TCC III), no formato das demais Unidades Temáticas, ou seja, com a mediação pedagógica do professor/a formador/a e da tutoria.

No entanto, no início do Módulo 3, etapa de finalização do curso, os cursistas terão à sua disposição o acompanhamento individualizado de um orientador de TCC, considerando os termos da legislação em vigor. Essa designação será feita adicionalmente à referente ao

provimento, para cada turma, de um professor formador e de tutores para o trabalho de apoio à elaboração do Relatório de Formação (TCC) pelo cursista.

Conforme previsto na Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019:

- a) O TCC deverá ser orientado por especialista da área, integrante do corpo docente do curso. Excepcionalmente e justificada a necessidade, o orientador do trabalho poderá ser externo ao corpo docente do curso, cabendo à coordenação do curso encaminhar o caso para análise e parecer da PRPG.
- b) O TCC deverá ser avaliado por banca examinadora designada para este fim, composta de no mínimo 02 (dois) membros, além do orientador do trabalho que presidirá a banca, com defesa pública, através de videoconferência, em local, data, horário e tempo estipulados pela coordenação do curso.
- c) A aprovação no TCC ficará condicionada à obtenção de nota igual ou superior a 6,0 (seis), calculada a partir da média simples das notas atribuídas por cada membro da banca examinadora.
- d) O aluno terá o prazo de no máximo 30 (trinta) dias, a partir da data da defesa, para entrega e/ou envio da versão final do TCC. O aluno que for reprovado na defesa terá até 30 (trinta) dias para reapresentação do trabalho. Nesta situação, o aluno terá até 60 (sessenta) dias para entrega da versão final. O não cumprimento destes prazos implicará no desligamento do curso, sem direito à certificação.
- e) A data, os procedimentos adotados durante a defesa do TCC e o resultado da avaliação do trabalho deverão constar em Ata de Defesa, assinada por todos os membros da banca examinadora e o aluno.

8.1 Sobre o Plano de Formação e o Relatório de Formação

Um plano reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o/a discente deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um/a professor/a formador/a e da tutoria, defina um fio condutor para a sua formação. Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram atribuídas **45h** de trabalho acadêmico, caberá ao/à discente identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseje

aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do/a seu/sua professor/a formador/a e da tutoria, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a discente, possibilita o enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização, neste caso, a docência na EPT.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os/as estudantes articulem, de forma congruente, as diferentes unidades temáticas cursadas em torno de uma situação real e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos/as estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos/às discentes fazer indagações sobre a sua prática assim como a avaliação desta a partir do estabelecimento da interlocução com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo/a professor/a formador/a e pelo/a tutor/a da Unidade Temática (TCC1). Assim, espera-se que os/as discentes exercitem as suas capacidades de problematização, análise, síntese e proposição.

O Plano de Formação deverá ser desenvolvido levando em conta a necessidade de proporcionar uma formação que articule o conhecimento acadêmico com a experiência prática, preparando os/as discentes para atuarem profissionalmente de forma mais eficaz.

Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: *qual aspecto da realidade da docência na EPT eu pretendo enfrentar durante a minha formação e na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?*

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do/a discente, de modo a permitir ações de reflexão sobre o real vivido como educador/a e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada e que possa ser respondida tendo em vista a experiência do/a discente, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

8.2 Orientações procedimentais

O tempo dedicado à construção do TCC corresponderá a todo o percurso formativo do/a discente, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (TCC I - 45h): após a realização das unidades temáticas do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do **Plano de Formação**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente**. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

- a) Identificação do/a discente.
- b) Breve descrição do tema a ser tratado.
- c) Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
- d) Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. O processo de ensino investigativo que se propõe pela concretização desse trabalho tem um papel

essencial, por meio do qual o/a estudante, através da mediação docente, aprofunda sua capacidade de sistematizar aspectos relacionados à vivência da docência e suas habilidades interacionais (Capaz, Gerke e Muskardi, 2022). Por isso, todo o Plano de Formação, inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.

- e) Definição de objetivos.
- f) Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Segundo Momento (TCC II - 45h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se:

- a) Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
- b) Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.

Terceiro Momento (TCC III - 60h): concomitante às demais unidades temáticas do 3º módulo, está prevista a orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Formação). A estrutura desse relatório pode ser a seguinte:

- a) Título.
- b) Resumo.
- c) Sumário.
- d) Introdução.
- e) Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise).
- f) Conclusão.
- g) Plano de Ação ou Indicações práticas.
- h) Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TCC, sugere-se um relatório contendo de 20 a 30 laudas de elementos textuais.

Em cada unidade temática, o/a discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada unidade temática estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de formação. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um **Memorial**, espécie de “diário de bordo”, caracterizado como uma atividade de aprendizagem a ser elaborada na articulação com as Unidades Temáticas.

O Memorial é uma atividade em que o/a cursista registrará o seu percurso formativo, reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas etc. Trata-se também de uma estratégia de comunicação necessária entre a tutoria e os/as cursistas. É um meio para o/a estudante expressar sua história durante o seu processo formativo. Nele o/a cursista deve resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nas Unidades Temáticas e suas experiências vivenciadas, especialmente, nas relações com a sua prática em sala de aula.

O Memorial deve ser uma importante referência e, portanto, deve estabelecer relações e interfaces com o Relatório de Formação, o TCC. Para a sua operacionalização, recomenda-se o uso de um caderno físico ou digital no qual o/a discente irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele/a. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação e a construção do Relatório é que o/a próprio/a discente desenvolva a sua capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, problemas pedagógicos que a realidade da EPT coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

9 PROCEDIMENTOS PEDAGÓGICOS

Os procedimentos pedagógicos a serem utilizados deverão ser coerentes com os princípios, os objetivos e as finalidades deste Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, ou seja, com a perspectiva do desenvolvimento da consciência teórica das contradições sociais por ele emanadas e de como encará-las por meio de dispositivos práticos de propostas de intervenção educativa.

Em outros termos, tais expedientes deverão servir para incentivar os/as estudantes deste curso a realizar colaborações concretas de construção de conhecimentos socialmente significativos, aplicáveis a essa modalidade educacional, tornando-a, de forma crítica e profícua, incurso na práxis social.

Com base na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se desenvolva por meio de “tempos curriculares”, conforme orienta Ramos (2017):

[...] **tempos de problematização** (a prática social e produtiva ainda como síncrese); **tempos de instrumentalização** (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); **tempos de experimentação** (o enfrentamento, pelo estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); **tempos de orientação** (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); **tempos de sistematização** (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, **tempos de consolidação** (avaliações com finalidades formativas) (Ramos, 2017, p. 43, grifos nossos).

O ponto de chegada do desenvolvimento deste curso tem por alvo, portanto, a realidade concreta existente, mas agora num nível mais avançado de compreensão. O que se espera é que, por terem passado pelas problematizações e apropriações dos instrumentos conceituais e metodológicos de intervenção educativa, os/as estudantes deste curso possam chegar a um patamar superior de compreensão da docência na EPT e sua relação com a prática social.

Como este curso foi concebido para ser oferecido na modalidade EaD, a atuação de professores/as, discentes e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens

emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

Fóruns, *chats* e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores/as formadores/as, tutores/as, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos/as, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial deve iniciar a partir da primeira unidade temática do núcleo comum e **ser transversal a todo o curso**, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Plano de Formação e do Relatório de Formação.

As unidades temáticas serão desenvolvidas de forma assíncrona, mas a cada início de unidade uma atividade síncrona será desenvolvida visando à introdução do tema e das questões que ela traz, estimulando a problematização e as convergências de interesses do/a docente e dos/as discentes acerca daquele tema.

As unidades temáticas possuem caráter teórico-prático, de forma a contemplar questões da atividade do/a educador/a da EPT.

9.1 Orientações práticas aos docentes

A cada unidade temática, o/a docente a apresenta e, no seu final, propõe uma síntese como fechamento, buscando explorar possibilidades de questões teóricas e práticas para serem aprofundadas pelos/as discentes, considerando os seus Planos de Formação.

Sugere-se ampla utilização das indicações de bibliografia básica e complementar, a ser aprofundada pelos/as discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Deve-se manter a atenção à diversidade e à heterogeneidade dos/as discentes, o que requer a seleção de materiais orientados à inclusão educacional, como uma das formas de se garantir a participação de todos/as os/as discentes independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando essa heterogeneidade, em particular no que se refere aos sujeitos de diferentes culturas e saberes, coloca-se como necessária a valorização de procedimentos de ensino e de aprendizagem coletivos, que incentivem a comunicação entre colegas e que favoreçam as trocas e os diálogos de modo a tomar essas diferenças, que dão identidade aos sujeitos discentes, não só algo a ser valorizado como também uma oportunidade de crescimento compartilhado.

Considerando ainda a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos/as estudantes, recomenda-se a busca por estratégias problematizadoras da realidade e das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo.

O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização podem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, cujas características possibilitam promover as capacidades de compreensão da realidade da docência na EPT e inspirar novas práticas pedagógicas, mais dialógicas e efetivas.

9.2 Atendimento aos estudantes e orientação

No início do Módulo 3, o/a coordenador/a do curso fará a designação de um/a orientador/a para cada discente, na proporção de cinco ou dez cursistas/as para cada docente orientador/a, ficando a critério de cada instituição essa definição.

O/a orientador/a terá a tarefa de acompanhar o/a discente desde o início do Módulo 3, incentivando-o/a à consolidação do seu Plano de Formação e ao desenvolvimento de suas atividades com vistas à elaboração do Relatório de Formação. Para isso, deverá indicar leituras, propor procedimentos de levantamento de materiais teóricos ou de dados empíricos, orientar quanto aos procedimentos de análise dos elementos levantados e revisar o texto do relatório de formação.

Importante registrar que as Unidades Temáticas que subsidiarão a elaboração do Plano de Formação (TCC1) e o Relatório de Formação (TCC2 e TCC3) serão acompanhadas pelo/a professor/a formador/a e pelos/as tutores/as, seguindo a dinâmica das demais Unidades Temáticas.

No entanto, no início do Módulo 3, de acordo com os termos apresentados anteriormente, além da Unidade Temática do TCC 3, que terá um/a professor/a formador/a

e os/as tutores/as, o/a Coordenação do Curso designará também os/as Orientadores/as de TCC, em conformidade com os parâmetros definidos na Instrução Normativa nº 2/2017.

9.3 Acompanhamento dos/as docentes

A acompanhamento dos/as docentes será realizado pela Coordenação do Curso, a partir de ações de formação, supervisão e avaliação dos/as professores/as, tutores/as e outros/as profissionais que venham a atuar no Curso de Especialização Docência na Educação Profissional e Tecnológica do CEAD/UFPI, de modo a assegurar as condições materiais e subjetivas adequadas e a articulação entre os diferentes agentes envolvidos no projeto.

9.4 Materiais didáticos

Serão selecionados, produzidos e disponibilizados às Coordenações do Curso, aos/as professores/formadores/as, tutores/a, orientadores/as de TCC e estudantes materiais didáticos em conformidade com as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e de um curso no formato EaD. Esse acervo ficará acessível aos estudantes, e sua indicação e mediação de uso será feita pelos/as professores/as formadores/as e tutores/as, considerando as temáticas trabalhadas e as atividades propostas na oferta do curso.

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados recursos educacionais abertos (REAs) correspondentes às unidades temáticas do curso. Trata-se de materiais hipermediáticos que trazem a síntese do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para EPT.

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideias que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica.

9.5 Acompanhamento e avaliação da aprendizagem

A avaliação será processual e, para tanto, o/a docente utilizará instrumentos diversificados no decurso do ensino e da aprendizagem. Os instrumentos de avaliação deverão estar em consonância com as finalidades de contribuir com o Plano de Formação do/a discente e da produção do seu Relatório de Formação.

A avaliação contínua da aprendizagem deve ser realizada como mais uma forma de estimular os/as discentes a reconhecerem o que precisam fazer para alcançar os objetivos propostos no seu Plano de Formação. Para os/as professores/as formadores/as e tutores/as, resulta como meio para confirmar se os/as estudantes aprenderam e reajustar o processo de ensino-aprendizagem durante o curso.

Durante cada unidade temática, além do que está proposto no material didático disponibilizado, os/as professores/as formadores/as poderão propor exercícios, pesquisas bibliográficas, fichas de leitura, resenhas críticas, estudos de caso, dentre outros instrumentos que considerem necessários para a consecução dos objetivos de sua unidade temática.

A proposta de avaliação do ensino e da aprendizagem terá, portanto, caráter processual e de compromisso com a perspectiva emancipatória. Assim, os instrumentos a serem utilizados para tal finalidade em cada unidade temática deverão considerar, além do olhar do/a docente, a reflexão do/a próprio/a estudante sobre seu processo de aprendizagem.

As avaliações propostas pelos/as docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do/a estudante contidas no seu Plano de Formação e no Relatório de Formação, considerando, sempre, a relação teoria e prática. Para auxiliar nesse processo, um dos instrumentos de avaliação deverá ser o Memorial, no qual os/as discentes terão registrado seu percurso de estudos.

Coerentemente com o paradigma que orienta a concepção proposta para o curso, alguns dos critérios a serem considerados para a avaliação serão: a relação teoria e prática; a coerência teórica unitária e emancipatória; os avanços na capacidade de problematizar e de se posicionar com autonomia e crítica frente aos problemas identificados; a compreensão crítica da relação da EPT com o mundo do trabalho; as proposições de caráter democrático, participativo e inclusivo; a visão indissociada de ensino, pesquisa e extensão e as indicações para a implantação de políticas institucionais emancipatórias.

Orientados/as por tais critérios de avaliação, caberá aos/às docentes acompanhar a participação dos/as estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido.

Os/as estudantes deverão registrar suas vivências e observações em seu Memorial, referência importante para o seu Relatório de Formação, o TCC. Caberá ao/à professor/a fazer seus registros da avaliação nos instrumentos previstos pelo regimento da instituição ofertante.

Para a avaliação somativa referente a cada unidade temática, devem-se considerar os aspectos de assiduidade e aproveitamento, com prevalência dos aspectos qualitativos frente aos aspectos quantitativos.

Conforme a Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019, a avaliação final do aproveitamento do/a aluno/a em cada disciplina ou atividade será feita com atribuição de nota numa escala de 0 (zero) a 10 (dez), sendo exigida nota igual ou superior a 6,0 (seis) para aprovação. Em consonância com as diretrizes da Educação a Distância, não haverá registro e contabilidade de frequência, de modo que o controle de frequência será feito por meio de observação e acompanhamento das condições de participação e realização das atividades pelo/a aluno/a no decorrer das disciplinas.

10 INFRAESTRUTURA

Para a oferta do curso, é importante a garantia de uma estrutura mínima que possibilite o suporte necessário ao percurso formativo do/a estudante. Por se tratar de um curso ofertado na modalidade a distância em parceria entre a RFEPCT e a Capes/UAB, tendo o Lantec-Prosa/UFSC como centro responsável pela produção de materiais didáticos digitais

a serem utilizados no curso, a infraestrutura digital e física disponível deve ser a que se descreve a seguir.

10.1 Infraestrutura digital

Sobre a infraestrutura digital, cada instituição gerencia o seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), considerando as plataformas utilizadas localmente, tendo em vista que os conteúdos produzidos pelo Lantec-Prosa/UFSC podem ser migrados com facilidade para cada uma delas.

O CEAD/UFPI fará a customização e o gerenciamento de seu próprio AVA e a migração dos materiais didáticos para esse ambiente, disponibilizando-os para os/as estudantes, seguindo orientações do Lantec-Prosa/UFSC, nos termos definidos pela parceria entre a IES e a Setec/MEC.

Para o gerenciamento e o acompanhamento do AVA, o CEAD/UFPI constituirá equipe de suporte técnico e pedagógico, que tratará da customização da plataforma e da organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas, conforme sugerido na seção *Equipe Responsável* deste PPC.

10.2 Infraestrutura física

Na oferta do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, cada instituição definirá, em conformidade com as etapas do cronograma estabelecido pelo Edital Capes nº 25/2023 e com o número de vagas disponibilizadas pela Capes/UAB e pela Setec/MEC, os polos de apoio presencial e a relação de vagas disponibilizadas por polo, sejam eles efetivos ou associados.¹

¹ Os polos UAB podem ser tipificados como efetivos ou associados. Considera-se polo efetivo quando a entidade mantenedora, responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos, for um governo estadual ou municipal. Considera-se polo associado quando a entidade mantenedora for uma IES integrante do sistema UAB. O Polo UAB associado geralmente se localiza em um *campus* de uma IES. Para implantar ou manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente às suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Ressalta-se que os espaços disponíveis no Polo UAB devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes.

Um Polo UAB deve ter uma infraestrutura tecnológica composta, basicamente, por: computadores em número adequado para atender ao quantitativo de estudantes que se pretende atender no Polo; conexão à

Os polos de apoio presencial no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB) são estruturas acadêmicas de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo, destinados à realização de atividades de ensino e aprendizagem referentes aos cursos e programas de Educação a Distância (EaD), de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior (IES). Esses polos UAB são localizados, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior.

A definição dos polos de apoio presencial UAB para a oferta do curso se dará no Sicapes, durante o processo de cadastro das propostas do curso, em conformidade com os termos pré-estabelecidos com a Setec/MEC, considerando a média de 50 estudantes por polo e com o compromisso de interiorizar a oferta do curso e constituir equipes locais de acordo com a Instrução [Normativa nº 2/2017 da Capes/UAB](#).

Considerando a oferta deste curso para 300 estudantes, o CEAD/UFPI contará com 42 polos UAB contendo a infraestrutura tecnológica necessária em termos de computadores, conexão à internet em banda larga e outras ferramentas, como *data-show* e equipamentos para videoconferências. O apoio nos polos UAB ocorrerá pela disponibilização do espaço e da infraestrutura para uso dos/das participantes e por meio de realização dos encontros presenciais que a IES venha a planejar.

Além dos polos de apoio presenciais UAB, a oferta do curso contará com outras instalações e equipamentos, incluindo toda a infraestrutura física e tecnológica do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI, construídos no decorrer de 15 anos de experiência com oferta de 17 cursos de graduação e dezenas de cursos de pós-graduação *lato sensu* nas mais diversas áreas do conhecimento, em 42 polos de apoio presencial.

O CEAD conta com Equipe Multidisciplinar completa, incluindo equipes de assessoria e orientação pedagógica, produção de material didático, revisão de texto, multimídia, tecnologia educacional, comunicação, suporte técnico, biossegurança e apoio acadêmico-administrativo. Também compõem o quadro de recursos humanos do CEAD a direção geral, secretaria administrativa, coordenação adjunta, coordenação financeira, coordenação de

internet em banda larga (recomenda-se acesso mínimo de 2Mb) para todos os ambientes do Polo; ferramentas pedagógicas tais como *data-show*; lousa, podendo ser digital; equipamentos para conferência *web* ou videoconferência.

tecnologia da informação, coordenação de produção de material didático, assessoria de comunicação, serviço de administração acadêmica, serviço de apoio ao aluno, coordenação de ensino de graduação a distância, coordenação de pesquisa e extensão a distância, coordenações de polo e secretarias acadêmicas de polo, além de pessoal de apoio administrativo nas áreas de segurança e limpeza na sede e nos polos. Os recursos humanos diretamente relacionados à organização dos cursos do CEAD incluem: coordenações de curso de graduação, coordenações de curso de pós-graduação, coordenações de tutoria, coordenações de estágio, professores formadores, tutores presenciais, tutores à distância e pessoal de apoio administrativo-acadêmico.

O Centro dispõe de salas com recursos multimídia para aulas presenciais, espaço individualizado para coordenações de curso, sala de trabalho coletivo do corpo docente e da tutoria, auditórios, sala de reuniões e equipamentos para videoconferências, estúdios e equipamentos multimídia para produção e edição de material didático audiovisual, laboratórios de informática e de ensino e biblioteca física com acervo amplo, diversificado e atualizado. Os polos de apoio presencial, localizados em 42 municípios, sendo 40 no Piauí e dois na Bahia, são equipados com sala de coordenação administrativa e pedagógica, secretaria acadêmica, salas de aula, sala de trabalho de professores e tutoria, biblioteca física, laboratórios de informática e de ensino, espaço multimídia para reuniões presenciais e videoconferências, entre outros.

O CEAD possui seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com condições adequadas de acessibilidade metodológica e tecnológica, hospedado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA), que disponibiliza um amplo conjunto de recursos e ferramentas de apoio ao desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão na modalidade de educação a distância, por meio de atividades síncronas e assíncronas: tarefas *online*, fóruns de discussão, *chats*, listas de exercícios, questionários e provas eletrônicas, bibliotecas virtuais com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos e vídeos, suportes de compartilhamento de videoaulas, *podcasts*, entre outros. Além disso, o Centro tem licença para utilização de salas em plataformas virtuais, com acessibilidade diretamente pelo SIGAA e capacidade de garantir a participação de centenas de alunos simultaneamente em atividades síncronas (aulas, videoconferências, seminários *online*, eventos científicos, entre outros). O corpo docente e discente tem ainda à disposição laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas,

desenvolvidos por empresa de tecnologia educacional e integrados ao próprio ambiente virtual de aprendizagem do CEAD.

11 AVALIAÇÃO DO CURSO

O acompanhamento do desenvolvimento do curso deve ser contínuo e permanente, pois se trata de uma importante prática de gestão, necessária ao incentivo da participação de todos os envolvidos e ao aperfeiçoamento das suas atividades ao indicar as diferenças entre os resultados encontrados e os esperados.

Ela poderá oferecer dados para analisar a consistência do currículo com os objetivos declarados do curso, o perfil dos/as discentes, a fundamentação teórico-metodológica, a adequação, atualização e relevância das unidades temáticas e da bibliografia indicada.

A avaliação do curso será realizada conforme instrumento de autoavaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu* do CEAD/UFPI, cujos resultados constarão em relatório produzido pela Coordenação do Curso e apreciado pelo seu Colegiado.

12 EQUIPE RESPONSÁVEL

A equipe encarregada da implementação do curso deverá ser formada por profissionais cujas funções e seleção deverão obedecer às diretrizes estabelecidas pela Capes, contidas na [Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016](#), na [Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017](#), e na [Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019](#), e demais normativas vigentes. Além dessas, as funções e seleção dos profissionais deverão seguir as normativas internas do CEAD/UFPI.

Coordenação: as atividades da Coordenação de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas. É essa a responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, aqui denominado Relatório de Formação.

Secretaria: as atividades da Secretaria estão relacionadas ao atendimento à comunidade escolar; à realização de matrículas e à solicitação de diplomas; à organização de documentos da gestão escolar; ao auxílio à equipe do curso na gestão educacional e pedagógica e ao apoio à gestão financeira.

Corpo docente: o corpo docente deste curso na modalidade EaD conta com professores/as formadores/as e professores/as orientadores/as que atuam junto aos/às tutores/as a distância e presenciais, apoiados/as por uma equipe multidisciplinar e de suporte tecnológico e logístico.

- a) O/A **professor/a formador/a** é o/a responsável pelo desenvolvimento da unidade temática junto com os/as tutores/as. No momento anterior ao desenvolvimento da unidade temática, é responsável pela composição/estruturação da sala de aula no ambiente virtual de aprendizagem e, no fluxo da unidade temática, deve manter reuniões constantes de orientação pedagógica com os/as tutores/as para discussão de estratégias de ensino. Deve elaborar instrumentos de avaliação (se previstos para a unidade temática) e, se necessário, propor materiais didáticos complementares, a fim de propiciar a consecução dos objetivos propostos na ementa da unidade temática e no PPC do curso.
- b) O/A **professor/a orientador/a** de TCC é responsável pela consolidação e pelo acompanhamento da produção do Relatório de Formação de curso no início do Módulo 3 até ao seu exame e aprovação.

Para os cursos *lato sensu*, conforme Art. 9º da [Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018](#), O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018, n.p. grifo nosso).

Quadro 2 - Corpo docente do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Docência na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

Atuação docente	Nome	Titulação	Link currículo Lattes
Formador/a	ISOLDA MARCIA ROCHA DO NASCIMENTO	Doutorado em Zootecnia Tropical UFPI/ 2011 e Zootecnia Tropical UFPI/ 2004. Graduação em Medicina Veterinária.	http://lattes.cnpq.br/0118099295712833
Formador/a	KATHIA RAQUEL PIAUILINO SANTOS	Mestrado em Educação UFPI/2013. Graduação em Letras Português. Graduação em Licenciatura Plena Em Letras Português. Graduação em Comunicação Social.	http://lattes.cnpq.br/8658838985084695
Formador/a	MARIA PEREIRA DA SILVA XAVIER	Doutorado em Geografia Universidade Federal de Goiás - UFG (2024), com Doutorado Sanduiche na Universidad Metropolitana de Ciencias de La Educación - UMCE, no Chile. Mestrado em Geografia UFPI /2013. Licenciatura Plena em Geografia.	http://lattes.cnpq.br/8854046856795300
Formador/a	MARTEM COSTA DE SANTANA	Doutorado em Tecnologia e Sociedade UTFPR/2021 e Mestrado em Educação UFPI/2013, Mestrado em Terapia Intensiva Instituto Brasileiro de Terapia Intensiva - IBTI/ 2014. Graduação em Pedagogia. Graduação em Licenciatura em Filosofia. Bacharelado em Enfermagem.	http://lattes.cnpq.br/2609398095194155
Formador/a	SORAYA OKA LOBO	Doutorado em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR/2020 e Mestrado em Educação pela UFPI/2012. Bacharelado em Ciências da Computação.	https://lattes.cnpq.br/0610785188433208

Orientador/a	CRISTIANE LOPES CARNEIRO D'ALBUQUERQUE	Doutorado em Agronomia UNESP-Jaboticabal 2013 e Mestrado em Agronomia UFPI 2005. Graduação em Engenharia Agrônômica.	http://lattes.cnpq.br/1425349776875552
Orientador/a	CRISTIANNE TEIXEIRA CARNEIRO	Doutorado em Tecnologia e Sociedade UTFPR/2020 e Mestrado em Educação UFPI/2013. Bacharelado em Enfermagem.	http://lattes.cnpq.br/6253054954112694
Orientador/a	DEYSE NAIRA MASCAR COSTA	Doutorado e Mestrado em Zootecnia Tropical UFPI/2015 e 2012, respectivamente. Graduação em Medicina Veterinária.	http://lattes.cnpq.br/1296345431954617
Orientador/a	ERIVELTON DA SILVA ROCHA	Mestrado em Engenharia de Software - Centro de Estudos e Sistemas Avançados do Recife, CESAR SCHOOL/2020. Graduação em Licenciatura Plena em Computação.	http://lattes.cnpq.br/8956674500755874
Orientador/a	FRANCIMEIRY SANTOS CARVALHO	Doutorado em Educação USP/2021, Mestrado em Educação UFPI/2013. Graduação em Enfermagem e Obstetrícia.	http://lattes.cnpq.br/1606688639584860
Orientador/a	FRANKHLES SANTOS CARVALHO	Mestrado em Ciência da Computação - Universidade Federal do Maranhão – UFMA/2013. Análise em Desenvolvimento de Sistemas.	http://lattes.cnpq.br/9709995075701839
Orientador/a	GEOVANIA FIGUEIREDO DA SILVA	Mestrado em Zoologia pela Universidade Federal do Pará - UFPA / Museu Paraense Emílio Goeldi/2020. Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas.	http://lattes.cnpq.br/3518230441585407
Orientador/a	GESSIELMA APARECIDA DE SOUSA SANTOS	Mestrado em Estudos da Linguagem. Licenciatura Plena em Português.	http://lattes.cnpq.br/9382153107579277
Orientador/a	HENDRIE FERREIRA NUNES	Doutorado em Agronomia USP 2016 e Mestrado em Genética e Melhoramento	http://lattes.cnpq.br/8989619783283445

		UFPI 2012. Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas.	
Orientador/a	ISOLDA MARCIA ROCHA DO NASCIMENTO	Doutorado em Zootecnia Tropical UFPI/ 2011 e Zootecnia Tropical UFPI/ 2004. Graduação em Medicina Veterinária.	http://lattes.cnpq.br/0118099295712833
Orientador/a	JACLASON MACHADO VERAS	Doutorado em Informática Aplicada UNIFOR 2018 e Mestrado em Engenharia de Eletricidade UFMA 2010 Graduação em Licenciatura em Computação.	http://lattes.cnpq.br/9195363073420121
Orientador/a	JACKELLINE CRISTINA OST LOPES	Mestrado e Doutorado em Ciência Animal / Zootecnia Tropical pela UFPI. Graduação em Medicina Veterinária pela UFPI.	http://lattes.cnpq.br/3589324188516751
Orientador/a	KARLA VIVIANNE ARAÚJO FEITOSA CAVALCANTE	Mestrado em Enfermagem UFPI 2016. Bacharelado em Enfermagem.	http://lattes.cnpq.br/4616572887857204
Orientador/a	KATHIA RAQUEL PIAUILINO SANTOS	Mestrado em Educação UFPI/2013. Graduação em Letras Português. Graduação em Licenciatura Plena Em Letras Português. Graduação em Comunicação Social.	http://lattes.cnpq.br/8658838985084695
Orientador/a	KHELYANE MESQUITA DE CARVALHO	Doutorado em Enfermagem UFPI 2019 e Mestrado em Enfermagem UFPI 2013. Bacharelado em Enfermagem.	http://lattes.cnpq.br/3803143158962612
Orientador/a	LAURIELSON CHAVES ALENCAR	Doutorado em Agronomia (Produção vegetal) pela Universidade Estadual Paulista/2013 e Mestrado em Ciência Animal pela Universidade Federal do Piauí/2005. Graduação em Engenharia Agrônômica.	http://lattes.cnpq.br/2687229856689871
Orientador/a	LUZINEIDE FERNANDES DE CARVALHO	Doutorado em Fitotecnia UFV/2005 e Mestrado em Agronomia UFC/1999. Graduação em Engenharia Agrônômica.	http://lattes.cnpq.br/1073786165639165

Orientador/a	MARCELO PRADO SANTIAGO	Mestrado em Enfermagem UFPI/2019. Graduação em Bacharelado em Enfermagem.	http://lattes.cnpq.br/1316503526741365
Orientador/a	MARIA FRANCINETE DAMASCENO	Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN/2014 e Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2006). Bacharelado em Ciências da Computação.	http://lattes.cnpq.br/9665583409830354
Orientador/a	MARIA MAJACI MOURA DA SILVA	Doutorado em Geografia UFMG 2013 e Mestrado em Educação UESPI 2013. Graduação em Ciências Biológicas e Graduação em Química.	http://lattes.cnpq.br/6318267899286535
Orientador/a	MARIA PEREIRA DA SILVA XAVIER	Doutorado em Geografia Universidade Federal de Goiás - UFG (2024), com Doutorado Sanduiche na Universidad Metropolitana de Ciencias de La Educación - UMCE, no Chile. Mestrado em Geografia UFPI /2013. Graduação em Licenciatura Plena em Geografia.	http://lattes.cnpq.br/8854046856795300
Orientador/a	MARTTEM COSTA DE SANTANA	Doutorado em Tecnologia e Sociedade - UTFPR/2021 e Mestrado em Educação UFPI/2013, Mestrado em Terapia Intensiva Instituto Brasileiro de Terapia Intensiva - IBTI/ 2014. Graduação em Pedagogia. Graduação em Licenciatura em Filosofia. Bacharelado em Enfermagem.	http://lattes.cnpq.br/2609398095194155
Orientador/a	MAURÍCIO RIBEIRO DA SILVA	Doutorado em Tecnologia e Sociedade - UTFPR. Mestrado em Educação UFPI/2013. Licenciatura em Computação.	http://lattes.cnpq.br/0499518806101758
Orientador/a	NÍVEA GOMES NASCIMENTO DE OLIVEIRA	Doutorado em Tecnologia e Sociedade UTFPR/2021 e Mestrado em Ética e Filosofia Política pela	http://lattes.cnpq.br/7950334840981379

		Universidade Federal da Paraíba – UFPB/2015. Graduação em Licenciatura Plena em Filosofia.	
Orientador/a	RANIELA BORGES SINIMBU	Mestrado em Pós graduação em Saúde e Comunidade UFPI 2016. Bacharelado em Enfermagem.	http://lattes.cnpq.br/6112063110386729
Orientador/a	ROSILANE DE LIMA BRITO MAGALHÃES	Doutorado em Ciências USP 2013 e Mestrado em Enfermagem UFPI 2008. Bacharelado em Enfermagem.	http://lattes.cnpq.br/6321549333174351
Orientador/a	SÉRGIO MENDES RODRIGUES	Mestrado em Saúde e Comunidade UFPI 2024. Bacharelado em Enfermagem.	http://lattes.cnpq.br/7289034285950167
Orientador/a	SIDCLAY FERREIRA MAIA	Doutorado em Educação UFPI 2015 e Mestrado em Educação UFPI 2010. Graduação em Licenciatura Letra/Inglês.	http://lattes.cnpq.br/7505200380938712
Orientador/a	SORAYA OKA LOBO	Doutorado em Tecnologia e Sociedade pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR/2020 e Mestrado em Educação pela UFPI/2012. Graduação em Ciências da Computação.	https://lattes.cnpq.br/0610785188433208
Orientador/a	THIAGO MACHADO RODRIGUES	Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia - PROFINIT UFPI/ 2020. Graduação em Tecnologia em Processamento de Dados.	http://lattes.cnpq.br/9016079883944699

Tutoria: Os tutores e tutoras a distância e presenciais, as equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e de logística são também parte fundamental deste curso na modalidade a distância.

- a) O/a **tutor/a a distância** deve ter, no mínimo, nível superior, na área de oferta do curso, uma vez que é o responsável pela mediação pedagógica junto aos/às

estudantes, para dirimir dúvidas conceituais e auxiliar o/a professor/a formador/a na correção de atividades avaliativas.

- b) O/a **tutor/a presencial** não necessita ser graduado na área do curso em que atua, uma vez que suas funções são de apoio técnico e motivacional aos estudantes.

Os/as tutores/as do Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica do CEAD/UFPI serão selecionados por meio de processo seletivo público realizado pela Coordenação do Curso.

Equipes de apoio: as equipes multidisciplinares e de apoio tecnológico e de logística prestam assistência pedagógica e técnica aos/às professores/as formadores/as e aos/às tutores/as no desenvolvimento do curso. Ademais, apoiam os/as discentes nos aspectos pedagógicos e no suporte ao uso de tecnologias e de recursos educacionais para a educação a distância.

A **Equipe Multidisciplinar** do Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica será composta por diferentes profissionais vinculados ao CEAD/UFPI, com a função de planejamento e de execução dos processos pedagógicos.

A **equipe de apoio tecnológico e de logística** do Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica será composta por diferentes profissionais, com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica.

12.1 Formação de formadores e equipes locais

Todos os/as profissionais descritos acima serão selecionados por edital, com critérios que atendam ao nível de exigência legal para a oferta de uma pós-graduação *lato sensu* e receberão formação específica para atuar nesse curso. Tal preparação deverá contemplar, de forma indispensável e primordial, o conjunto dos elementos integrantes da concepção pedagógica do curso, seus princípios e orientações relativas aos procedimentos didáticos. Por se tratar de um curso desenvolvido na modalidade a distância, a essa formação de base deverão ser associados os conceitos e as orientações relativos às práticas educativas inerentes aos dispositivos a serem utilizados, especialmente os que se referem à mediação pedagógica, à produção de materiais para a EaD, à gestão de plataforma virtual e aos sistemas de acompanhamento dos discentes.

12.2 Colegiado

Cada Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Docência na Educação Profissional e Tecnológica deverá contar com um Colegiado próprio, composto conforme normativa da instituição ofertante, com as funções de ajustar o projeto pedagógico do curso à realidade local e de planejar, acompanhar e avaliar a sua implementação, colaborando para a integração dos diferentes sujeitos envolvidos, sempre observando as normas internas e a legislação em vigor.

O Colegiado do Curso de Especialização em Docência na Educação Profissional e Tecnológica do CEAD/UFPI será composto por, no mínimo, quatro docentes e um estudante do curso.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 21 dez. 2023.

BRASIL. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância**. Define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refead1.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB, de 20 de setembro de 2012**. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 12 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016**. Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22061253/do1-2016-10-24-portaria-n-183-de-21-de-outubro-de-2016-22061195-22061195. Acesso em: 02 fev. 2024

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em:

<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/ViwerIdentificacao/DEC%209.235-2017?OpenDocument>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017**. Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=3>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018**. Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103631-rces004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 fev. 2024.

BRASIL. **Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019**. Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detalhar?idAtoAdmElastic=1027>. Acesso em: 02 fev. 2024.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021**. Altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *lato sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2021-pdf/197911-rces004-21/file>. Acesso em: 01 fev. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica**: diretrizes gerais. Brasília: Setec/MEC, 2024.

CAPAZ, Josieli Parteli; GERKE, Janinha; MUSCARDI, Dalana Campos. **Plano de Estudo**: mediação da pedagogia da alternância para o ensino e aprendizagem de bioquímica em uma escola urbana. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/plano-de-estudo-mediacao-da-pedagogia-da-alternancia-para-o-ensino-e-aprendizagem-de-bioquimica-em-uma-escola-urbana> . Acesso em: 09 jan. 2024.

ClAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; ClAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado**: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 1, n. 1, 2017, p. 27-49. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/issue/view/35>. Acesso em: 02 fev. 2024.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 776, DE 20 DE MARÇO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em “Formação, Docência e Alfabetização Inicial – 1º e 2º ano”, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância, da Universidade Federal do Piauí.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 17 de março de 2025 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.046995/2024-43;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em “Formação, Docência e Alfabetização Inicial – 1º e 2º ano”, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí, por meio de convênio com a Secretaria de Educação Básica/MEC, conforme Projeto Pedagógico do Curso, em anexo, e processo acima mencionado.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CEPEX/UFPI nº 741, de 16 de dezembro de 2024.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 20 de março de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA

Reitora

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
“FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO”**

NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135
372

Assinado de forma digital
por NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.04.09 12:40:56
-03'00'

TERESINA/PI

2024

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM
“FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO”**

Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO”, a ser realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância, da Universidade Federal do Piauí, por meio de convênio com a Secretaria de Educação Básica/MEC, submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

TERESINA/PI

2024

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES
Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO
Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA-ARAÚJO
Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA
Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/PRPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA
Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância

FRANCISCO DAS CHAGAS RODRIGUES DA SILVA
Coordenador de Pós-Graduação a Distância do CEAD/UFPI

ELIANA DE SOUSA ALENCAR MARQUES
Coordenador do Curso de Especialização “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO”

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Eliana de Sousa Alencar Marques (Presidente)
Rosaura Angélica Soligo (Membro)
Giovana Cristina Zen (Membro)
Giulianny Russo Marinho (Membro)
Renata Barroso de Siqueira Frauendorf (Membro)

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Curso

Denominação do curso: Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO”

Área/subárea de conhecimento: Educação/Formação e Alfabetização Inicial

Unidade de ensino: Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI

Modalidade de ensino: EaD

Titulação a ser conferida: Especialista em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO”

1.2 Coordenação Institucional

Nome: Eliana de Sousa Alencar Marques

CPF: 516.911.753-15

Unidade de Lotação: Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino/CCE/UFPI

Titulação: Doutorado

Email: esalencar123@ufpi.edu.br

Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7684570998057850>

1.3 Coordenação Adjunta

Nome: Rosaura Angélica Soligo

CPF: 027644768-92

Unidade de lotação: Externo

Titulação: Doutorado

E-mail: rosaurasoligo@gmail.com

Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/0281100094726534>

1.4 Coordenação Pedagógica

Nome: Renata Barroso de Siqueira Frauendorf

CPF: 165783488-32

Unidade de lotação: Externo

Titulação: Doutorado

E-mail: renata.siqfrau@gmail.com

Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/4167299270723951>

2. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A educação visa formar cidadãos conscientes, críticos e participativos. Nesse sentido, a alfabetização é crucial, pois ler e escrever são essenciais para o desenvolvimento pessoal e para a participação ativa em uma sociedade democrática e sustentável. Entretanto, é preciso compreender que a alfabetização não significa codificar sons e decodificar letras, mas sim um processo de comunicação que acontece por meio da escrita e da leitura, com diferentes propósitos, o que possibilita o acesso a informações e a construção de pensamento crítico. A proficiência em leitura e a escrita favorece a participação cidadã e a tomada de decisões responsáveis que beneficiem a sociedade como um todo.

O Curso de Especialização “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO” é fruto da parceria de quatro instituições – Universidade Federal do Piauí (UFPI), Rede Latino-Americana de Alfabetização, Roda Educativa e Avante - Educação e Mobilização Social – a com a Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. Tem como objetivo formar os profissionais que atuarão como formadores de professores alfabetizadores no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Percurso Formativo de 1º e 2º ano (CNCA-Perfor 1), para qualificar as práticas de alfabetização inicial e garantir a todas as crianças o direito de aprender.

O curso está fundamentado em marcos legais sólidos, como a Lei nº 9394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a Resolução CNE/MEC nº 1, de 06 de abril de 2018, que regulamenta os cursos de pós-graduação lato sensu, e a Resolução CEPEX/UFPI nº 349, de 16 de setembro de 2022, que regulamenta a oferta desses cursos na UFPI. Além disso, considera os princípios gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o que requer uma formação robusta para profissionais da educação, capaz de responder aos desafios contemporâneos da prática docente.

A criação deste curso se justifica pela necessidade de atualização no campo da alfabetização e das metodologias de formação e pela urgência da conquista de melhores resultados em relação ao desenvolvimento profissional de formadores e professores e, conseqüentemente, também em relação à aprendizagem dos estudantes. Oferecido na modalidade EaD, o curso alcançará educadores de diversas regiões do país, contribuindo diretamente para a melhoria da qualidade da Educação Básica brasileira, em especial no 1º e 2ºs ano.

O curso terá como base o material elaborado para o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Percurso Formativo de 1º e 2º ano (CNCA-Perfor 1), que compreende a alfabetização como um processo complexo e multifacetado, essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. Nesse sentido, o curso poderá contribuir para a transformação do cenário educacional brasileiro e para que a alfabetização seja abordada de maneira contextualizada e reflexiva, conforme os princípios e objetivos previstos no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral

Formar os formadores de professores alfabetizadores que atuarão no CNCA-Perfor 1, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, do Governo Federal, para que se apropriem dos conhecimentos teórico-metodológicos relacionados à alfabetização inicial e à formação docente previstos no CNCA-Perfor 1, que se organiza em torno de propostas contextualizadas e reflexivas tanto para o ensino quanto para a formação.

Objetivos específicos

- **Saberes imprescindíveis para a atuação como formadores de professores do Ciclo 1** – Subsidiar formadores de professores alfabetizadores que atuarão no CNCA-Perfor 1 para que ampliem a compreensão crítica dos desafios da alfabetização inicial e de estratégias didáticas eficazes e inovadoras, baseadas em pesquisas atuais e em práticas exitosas desenvolvidas por professores, para que possam utilizar esse conhecimento no trabalho com os professores.
- **Compreensão teórico-metodológica e reflexão crítica** – Proporcionar aos formadores a ampliação do conhecimento teórico-metodológico necessário para a atuação com os professores, o que pressupõe atualização em relação aos processos de ensino e de aprendizagem na alfabetização e aos processos de formação de adultos profissionais, bem como o desenvolvimento da reflexão crítica, implicada e propositiva necessária para produzir conhecimento a partir da experiência.

- **Atendimento às diversidades** – Contribuir para a compreensão da importância de garantir o atendimento das diversidades em duas dimensões: considerando as diferenças dos sujeitos em relação à aprendizagem e fortalecendo os necessários ambientes inclusivos e multiculturais, tanto na docência como na formação.
- **Desenvolvimento profissional contínuo** – Incentivar o compromisso com o desenvolvimento profissional contínuo no campo da alfabetização e da formação, que pressupõe atualização, participação em comunidades de aprendizagem e exercício da reflexão crítica, implicada e propositiva.

4. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO

4.1 Público-Alvo

O curso “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO” é destinado a formadores do CNCA-Perfor 1, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Destina-se a profissionais com graduação em Pedagogia, Licenciatura em áreas afins ou outros cursos superiores relacionados à educação.

O curso, oferecido na modalidade EaD, está aberto a educadores de todo o Brasil, independentemente de sua localização geográfica. Conforme estabelecido pela Resolução CEPEX/UFPI nº 349, de 16 de setembro de 2022, os candidatos devem cumprir os requisitos de formação acadêmica e experiência profissional pertinentes à área de atuação proposta pelo curso.

4.2 Perfil do egresso

O egresso do curso “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO” terá qualificação para atuar como formador de professores alfabetizadores em sistemas públicos municipais e estaduais, e orientá-los para que possam realizar práticas pedagógicas inovadoras, reflexivas e contextualizadas, desenvolvendo, também como formador, práticas do mesmo tipo – inovadoras, reflexivas e contextualizadas.

5. CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO

Sobre a duração do curso, destacada em amarelo a seguir, deixamos 18 meses mesmo, porque não sei se é assim que deve estar no PPC, mas na realidade nosso curso está previsto para acontecer de janeiro/fevereiro de 2025 até março/abril de 2026 – não prevemos aulas síncronas em julho de 2025 e nem em dezembro de 2025, porque, pela nossa experiência, nesses meses é muito improdutivo.

Conforme previsto na Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, o Curso de Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO” terá carga horária total de 360 horas/aulas, distribuídas em 12 disciplinas, sendo 180 horas de atividades nas modalidades EaD, com alguns encontros presenciais nos estados de origem dos alunos cursistas, e 180 horas de atividades práticas e de estudo orientado, na forma de Trabalho Pessoal referente à atuação como formadores do CNCA-Perfor 1. A duração do curso será de 18 (meses) de atividades didático-pedagógicas, o que não inclui o prazo para a finalização dos demais procedimentos acadêmico-administrativos. A carga horária e a duração do curso poderão ser flexibilizadas, considerando a possibilidade de certificação por meio de aproveitamento de estudos, restrito aos profissionais que concluírem cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo Ministério da Educação, nos termos da referida Resolução.

Atividades que compõem a carga horária:

- a) **180 horas de atividades síncronas e presenciais**, sendo 162 horas em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA) e 18 horas em encontros presenciais.
 - As atividades síncronas incluirão aulas semanais às quintas-feiras das 14 às 17h, que se seguem a um webinar (aula magna) mensal, no sábado, sobre o tema central da disciplina, de modo que cada disciplina acontecerá em aproximadamente um mês e subsidiará o que os formadores realizarão nos grupos de professores logo em seguida.
 - Os webinários terão carga horária de 3 horas e podem contar com professores convidados.
 - As aulas serão sempre compostas de 3 horas, sendo as duas primeiras horas ministradas pelo professor titular para todos os cursistas reunidos e a terceira hora desenvolvida por um tutor da equipe, sempre sob orientação do professor titular, para garantir a necessária interatividade e a realização das propostas que se desdobram da parte inicial da aula e a complementam.

- As atividades presenciais ocorrerão por meio de reuniões dos cursistas em seus respectivos Estados e contarão com um mediador que atuará a distância para esclarecimento de dúvidas, discussão de encaminhamentos nos grupos e intercâmbio entre os formadores para diálogo sobre o que estiver sendo realizado por eles.
- a) **180 horas de atividades práticas:** realização das atividades previstas no CNCA-Perfor 1, planejamento do trabalho realizado com os grupos de professores, registro das atividades, das aprendizagens e das avaliações, tarefas propostas nas disciplinas do curso de Especialização.

6. ESTRUTURA CURRICULAR

Disciplinas	CH
1. Alfabetização Inicial e Formação – Desafios e Fundamentos	30h
2. Planejamento e gestão da sala de aula na alfabetização inicial – Fundamentos e Propostas	30h
3. Construção do Sistema de Escrita Alfabética pela Criança – Fundamentos, Análise de Produções e Propostas	30h
4. Leitura e Escrita de Textos do Cotidiano em Situações Comunicativas Reais – Fundamentos e Propostas	30h
5. Leitura e Escrita de Textos Literários em Situações Comunicativas Reais – Fundamentos e Propostas	30h
6. Leitura e Escrita de Textos de Estudo e Pesquisa em Situações Comunicativas reais – Fundamentos e Propostas	30h
7. Ler, Escrever, Falar e Ouvir como Práticas Sociais Articuladas na Alfabetização inicial – Fundamentos e Propostas	30h
8. Reflexões sobre Temas Complementares: Diversidade Textual, Revisão de Textos, Novas Abordagens para Velhas Práticas	30h
9. A proposta de Alfabetização Reflexiva e Contextualizada: Aprofundamento dos Conteúdos Didáticos Abordados no Curso	30h
10. Formação Continuada – Aprofundamento e Propostas Dialógicas	30h
11. Gestão Escolar – Fundamentos e Propostas	30h
12. A Construção da Escola Pública de Qualidade no Ciclo Inicial – Professores, Formadores e Gestores Atuando de Forma Articulada para Garantir a Aprendizagem de Todos e Todas	30h

7. QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

Nos termos da Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, a oferta e distribuição de turmas e vagas do Curso de Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO” nos núcleos de apoio do CEAD/UFPI serão definidas conforme necessidade e decisão da referida unidade de ensino, observando as condições previstas no convênio estabelecido com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC), destinado à qualificação de profissionais da educação que atuarão no CNCA-Perfor 1, no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, para atender às novas demandas didático-pedagógicas e necessidades de formação continuada dos professores do 1º e 2º ano da Educação Básica, em decorrência da implementação do CNCA-Perfor 1.

Nestas condições, o Curso de Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO” ofertará até 800 (oitocentas) vagas, que terão especificação por meio de Edital de Seleção e/ou de Chamada Pública, com ampla divulgação nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

Do total de vagas previstas nos Editais de seleção de alunos ou que vierem a surgir durante sua validade, até 10% (dez por cento) será reservado para servidores efetivos e ativos da UFPI, por meio do Programa de Capacitação Interna (PCI), até 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas e até 10% (dez por cento) será reservado para pessoas com deficiência, nos termos da Resolução CEPEX/UFPI nº 451/2023. Conforme previsto na citada Resolução, uma vez aprovado pelo CEPEX/UFPI, o Curso de Especialização em Formação, Docência e Alfabetização Inicial - 1º e 2º ano poderá ofertar turmas e vagas a qualquer tempo, sem necessidade de submeter novamente a proposta ao referido Conselho, desde que não apresente mudanças relevantes no Projeto Pedagógico original.

8. FORMAS DE SELEÇÃO E INGRESSO

Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, a seleção e matrícula de alunos no Curso de Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO” ocorrerá mediante processo de seleção pública e/ou de chamada pública, cujas regras e condições serão previstas em edital divulgado nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

9. CONTEÚDO

DISCIPLINA	CH	EMENTA	REFERÊNCIAS
ALFABETIZAÇÃO INICIAL E FORMAÇÃO – DESAFIOS E FUNDAMENTOS	30h	Alfabetização Inicial e Formação Continuada: o que hoje sabemos e que antes não sabíamos? Como é isso de aprender a ler e escrever lendo e escrevendo textos? Ler é atribuir sentido ao escrito, não é decodificar letras em sons. Escrever é produzir por escrito, não é reproduzir escritas pela cópia. O ingresso nas culturas do escrito e o ambiente alfabetizador.	BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Percurso Formativo de 1º e 2º ano (CNCA-Perfor 1 - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Documento de Apresentação. Brasília: MEC/SEB, 2024. GALLART, Marta Soller. Leitura dialógica : a comunidade como ambiente alfabetizador. In: TEBEROSKY, Ana.; GALLART, M. S.; et al. Contextos de alfabetização inicial. São Paulo: Artmed, 2004. KUPERMAN, Cinthia. et al. La enseñanza de la lectura y la escritura . Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2012. SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura . Porto Alegre: Artmed, 1998. WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem . São Paulo: Ática, 2018.
PLANEJAMENTO E GESTÃO DA SALA DE AULA NA ALFABETIZAÇÃO INICIAL – FUNDAMENTOS E PROPOSTAS	30h	O equilíbrio e a articulação entre as quatro situações didáticas fundamentais de leitura e escrita no planejamento didático. A gestão de sala de aula a partir das modalidades organizativas do trabalho didático. Projetos didáticos: por quê, para quê e como organizá-lo na rotina das classes de alfabetização. O que assegurar no planejamento de uma boa situação de aprendizagem? Critérios para organização do planejamento curricular: diversidade, progressão, continuidade e simultaneidade O ensino a partir das práticas de linguagem.	CASTEDO, M.; MOLINARI, C.; SIRO, A. (2001) ENSEÑAR Y APRENDER A LEER. Jardín de infantes y primer ciclo de la educación básica . Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y material Didáctico, 2017. DUTRA, Erica; Diaz, Patrícia; Giovani, Priscila. Formação na Escola . São Paulo, Comunidade Educativa CEDAC, 2024. LERNER, Delia. Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário . Porto Alegre: Artmed, 2002. WEISZ, Telma. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem . São Paulo: Ática, 2018.
CONSTRUÇÃO DO SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA PELA CRIANÇA – FUNDAMENTOS, ANÁLISE DE PRODUÇÕES E PROPOSTAS	30h	O processo de construção da escrita no Português Brasileiro. A escrita como um sistema de representação da linguagem. A relação dialética entre oralidade e escrita. O acompanhamento das aprendizagens das crianças. Intervenção problematizadora na Alfabetização Inicial.	FERREIRO, Emilia. Reflexões sobre a Alfabetização . Tradução Horacio Gonzales et al. São Paulo: Cortez/Editores Associados, 1981. FERREIRO, Emília; ZEN, Giovana. C. Desenvolvimento da escrita em crianças brasileiras . Práxis Educacional, v. 18, n. 49, e10975, 2022. DOI: 10.22481/praxisedu.v18i49.10975. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/10975 . GRUNFELD, Diana; SCARPA, Regina. Comprender las unidades menores de la palabra : un desafío crucial en la alfabetización inicial. Investigaciones en la Argentina y Brasil. Archivos de Ciencias de la

			<p>Educación, vol. 12, nº 13, 2018. Disponível em: https://www.archivosdeciencias.fahce.unlp.edu.ar/article/view/Archivose043</p> <p>MARINHO, Giulianny Russo; ALVARADO, Monica. La utilidad de conocer el nombre de las letras para adquirir el sistema de escritura. Plurais - Revista Multidisciplinar, Salvador, v. 5, n. 3, p. 18–45, 2020. DOI: 10.29378/plurais.2447-9373.2020.v5.n3.10196.</p> <p>MOLINARI, Claudia; FERREIRO, Emília. Identidades e diferenças na escrita em papel e em computador nas primeiras etapas do processo de alfabetização. In: FERREIRO, Emilia. O ingresso na escrita e na cultura do escrito: seleção de textos de pesquisa. Tradução Rosana Malerba. São Paulo: Cortez, 2013. p. 77-100..</p> <p>ZEN, Giovana Cristina.; MOLINARI, M. C.; SOTO, A. A construção da escrita no português brasileiro a partir da perspectiva psicogenética construtivista. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 20, n. 51, p. e14871, 2024. DOI: 10.22481/praxisedu.v20i51.14871. Disponível em: https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/14871.</p>
<p>LEITURA E ESCRITA DE TEXTOS DO COTIDIANO EM SITUAÇÕES COMUNICATIVAS REAIS – FUNDAMENTOS E PROPOSTAS</p>	<p>30h</p>	<p>A leitura e a escrita nas situações do cotidiano. Práticas de leitura pela criança: como ler para aprender a ler e a escrever. Práticas de leitura pela criança: acompanhamento das aprendizagens e intervenções docentes. Práticas de escrita pela criança: como ler para aprender a ler e a escrever. Práticas de escrita pela criança: acompanhamento das aprendizagens e intervenções docentes.</p>	<p>LAHIRE, Bernard. Escrituras domésticas: la domesticación de lo doméstico. Lectura y Vida, v. 29, n. 3, p. 6-23, 2008</p> <p>KAUFMAN, Ana Maria.; LERNER, Delia. Leer y aprender a leer. In: ARGENTINA. Ministerio de Educación de la Nación. Documento transversal 2. 1. ed. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2015. E-book. (Alfabetización para la Unidad Pedagógica).</p> <p>RUSSO, Giulianny.; NOGUEIRA, Isis. Leitura por si mesmo. Fascículos sobre situações didáticas de leitura e escrita [livro eletrônico]. Volume 2. São Paulo: Instituto Avisa Lá Formação Continuada de Educadores, 2023.</p> <p>RUSSO, Giulianny.; NOGUEIRA, Isis. Escrita por si mesmo. Fascículos sobre situações didáticas de leitura e escrita [livro eletrônico]. Volume 4. São Paulo: Instituto Avisa Lá Formação Continuada de Educadores, 2023.</p> <p>ZEN, Giovana Cristina; MOLINARI, Claudia; NASCIMENTO, Aline. As práticas cotidianas de leitura e escrita na escola como um direito da infância. Revista Praxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 16, n. 41, p. 255-277, Edição Especial, 2020. Disponível em: http://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/7263.</p>

<p>LEITURA E ESCRITA DE TEXTOS LITERÁRIOS EM SITUAÇÕES COMUNICATIVAS REAIS – FUNDAMENTOS E PROPOSTAS</p>	<p>30h</p>	<p>O direito das crianças à literatura (Fátima Fonseca). Práticas de leitura e escrita de textos literários na escola. Situação didática: leitura por meio da professora. Situação didática: escrita por meio da professora. Situações didáticas de leitura e escrita pela criança.</p>	<p>BAJOUR, Cecília. Ouvir nas entrelinhas. O valor da escuta nas práticas de leitura. São Paulo: Pulo do Gato, 2012. CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. São Paulo: Perspectiva, 1998. CASTEDO, Mirta Luisa. Situações de Leitura na alfabetização inicial: continuidade na diversidade. In: São Paulo (Estado) Secretaria da Educação. Ler e escrever: guia de planejamento e orientações didáticas; professor alfabetizador - 1º ano / Secretaria da Educação, Fundação para o Desenvolvimento da Educação; coordenação, elaboração e revisão dos materiais, Sonia de Gouveia Jorge... [e outros]; concepção e elaboração, Claudia Rosenberg Aratanga... (e outros). 4. ed. rev, e atual. São Paulo: FDE, 2014. COLOMER, Tereza. Andar entre livros. A leitura literária na escola. Tradução de Laura Sandroni. São Paulo: Global, 2007. LUIZE, Andréa; TAMBELLI, Andréa Dias; PASSOS, Bárbara Franceli. Infâncias e escritas: Produção de textos na escola, Lauro de Freitas: Solisluna Editora, 2023. SOLÉ, Isabel. Estratégias de leitura. Porto Alegre: Artmed, 1998.</p>
<p>LEITURA E ESCRITA DE TEXTOS DE ESTUDO E PESQUISA EM SITUAÇÕES COMUNICATIVAS REAIS – FUNDAMENTOS E PROPOSTAS</p>	<p>30h</p>	<p>Por que trabalhar com textos de estudo nos anos iniciais do Ensino Fundamental? O trabalho com textos de estudo e pesquisa: ler para estudar e aprender. Textos com função informativa em aula. Situações didáticas: leitura e escrita por meio da professora. Situações didáticas: leitura e escrita pela criança.</p>	<p>CASTEDO, MIRTA. Saber leer o leer para saber. In: CASTEDO, Mirta (Comp.). Enseñar y aprender a leer: Jardín de infantes y primer ciclo de la educación básica. Buenos Aires: Novedades Educativas, 1999. Disponível em: http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/libros/pm.1133/pm.1133.pdf. GARRALÓN, Ana. Ler e saber. Os livros informativos para crianças. [Tradução Thais Albieri, Marcia Leite] – 1. ed. - São Paulo: Pulo do Gato, 2015. DUTRA, Erica; Diaz, Patrícia; Giovani, Priscila. Formação na Escola. São Paulo, Comunidade Educativa CEDAC, 2024. LUIZE, Andrea.; TAMBELLI, Andrea; PASSOS, Bárbara. Infâncias e escritas: produção de textos na escola. Lauro de Freitas: Solisluna Editora, 2023. PERELMAN, Flora. ¿Que condiciones didácticas son necesarias para las prácticas de lectura en un entorno virtual? Revista Lectura y Vida. vol 9 n 3, 2008. REVISTA AVISA LÁ. Livro informativo para a formação de leitores: Por que não? Avisa Lá #65, 2016.</p>

<p>LER, ESCREVER, FALAR E OUVIR COMO PRÁTICAS SOCIAIS ARTICULADAS NA ALFABETIZAÇÃO INICIAL – FUNDAMENTOS E PROPOSTAS</p>	<p>30h</p>	<p>Os projetos didáticos e a necessária articulação com práticas de linguagem. Práticas de oralidade no contexto de um projeto didático. Práticas de leitura e escrita pela criança no contexto de um projeto didático. Práticas de leitura e escrita pela professora no contexto de um projeto didático. Práticas de oralidade no cotidiano escolar.</p>	<p>CASTEDO, Mirta Luisa. Situações de leitura na alfabetização inicial: a continuidade na diversidade. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA E LETRAS DE UBÁ, MG, 1996. Palestra 3. KUPERMAN, Cinthia. et al. La enseñanza de la lectura y la escritura. Buenos Aires: Ministerio de Educación de la Nación, 2012. LUIZE, Andrea.; TAMBELLI, Andrea; PASSOS, Bárbara. Infâncias e escritas: produção de textos na escola. Lauro de Freitas: Solisluna Editora, 2023. RUSSO, Giulianny.; NOGUEIRA, Isis. Oralidade. Fascículos sobre situações didáticas de leitura e escrita [livro eletrônico]. Volume 6. São Paulo: Instituto Avisa Lá Formação Continuada de Educadores, 2023. DUTRA, Erica; Diaz, Patrícia; Giovani, Priscila. Formação na Escola. São Paulo, Comunidade Educativa CEDAC, 2024. VIDAL, E. Projetos didáticos em sala de alfabetização. Curitiba: Appris, 2014.</p>
<p>REFLEXÕES SOBRE TEMAS COMPLEMENTARES: DIVERSIDADE TEXTUAL, REVISÃO DE TEXTOS, NOVAS ABORDAGENS PARA VELHAS PRÁTICAS</p>	<p>30h</p>	<p>A sala de aula: um universo de trocas e aprendizagens. A diversidade de textos na alfabetização. Revisão de texto: um caminho para aprender a escrever. Novas abordagens para velhas práticas. É possível? O ensinar e o aprender: valores, atitudes, disciplina, escuta, diálogo e interesse. Qual é lugar dos conhecimentos prévios?</p>	<p>COLL, César et al. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Ática, 1998. FERREIRO, Emilia. Com todas as letras. São Paulo: Cortez Editora, 1992. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática pedagógica. São Paulo: Paz e Terra, 1999. KAUFMAN, A. M.; RODRÍGUEZ, M. E. Escola, leitura e produção de textos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. LERNER, Delia. A aprendizagem da língua escrita na escola: reflexões sobre a proposta pedagógica construtivista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. ROSA, Maria. A escola da infância narrada na juventude por ex-alunos do Centro de Atividades Comunitárias de São João de Meriti (CAC). Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.11606/T.48.2011.tde-06122011-103109. Acesso em: 14 set. 2024.</p>
<p>A PROPOSTA DE ALFABETIZAÇÃO REFLEXIVA E CONTEXTUALIZADA:</p>	<p>30h</p>	<p>O que caracteriza o ensino reflexivo e contextualizado na alfabetização. Difícil e possível ao mesmo tempo: o sentido de desafio no trabalho pedagógico. A articulação de propósitos comunicativos e propósitos didáticos como pressuposto em</p>	<p>FERREIRO, Emilia. Desenvolvimento da alfabetização: psicogênese. In: GOODMAN, Yetta (org.) Como as crianças constroem a leitura e a escrita: perspectivas piagetianas. Trad. Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 22 - 35.</p>

<p>APROFUNDAMENTO DOS CONTEÚDOS DIDÁTICOS ABORDADOS NO CURSO</p>		<p>todas as propostas de alfabetização. Como ensinar as práticas sociais de leitura e escrita quando as crianças ainda não sabem ler e escrever. O que diferencia uma proposta de alfabetização reflexiva e contextualizada das demais propostas?</p>	<p>KAUFMAN, Ana Maria; CASTEDO, Mirta; TERUGGI, Lilia; MOLINARI, Claudia. Alfabetização de crianças: construção e intercâmbio – experiências pedagógicas na educação infantil e no ensino fundamental. Tradução Carolina Burnier. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998. KAUFMAN, Ana Maria; GALLO, Adriana A. Lectura y escritura: 31 preguntas y respuestas. Cidade Autónoma de Buenos Aires: El Ateneo, 2023. MOLINARI, Maria Claudia. Derechos y oportunidades en la alfabetización inicial. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 15, n. 35, p. 110-127, 2019. DOI: 10.22481/praxisedu.v15i35.5670. VIDAL, Elaine. Projetos didáticos em salas de alfabetização. Curitiba: Appris, 2014. ZEN, Giovana Cristina. Intervenção docente: por um ensino contextualizado e reflexivo. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e14121, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.14121.</p>
<p>FORMAÇÃO CONTINUADA – APROFUNDAMENTO E PROPOSTAS DIALÓGICAS</p>	<p>30h</p>	<p>Que propostas de formação têm alcançado bons resultados? A formação continuada como direito dos docentes. Identidade da formadora. Escrita Profissional do formador: pautas, projetos, formação, registros. Estratégias de formação.</p>	<p>ARROIO, A., TEIXEIRA, S., RANA, D. Pauta bem planejada – Revista Avisa Lá_41; fev.2010 Disponível em https://avisala.org.br/index.php/conteudo-por-edicoes/revista-avisala-41/pauta-bem-planejada/ FRAUENDORF, RBS - A voz de uma professora-formadora que se inventa e reinventa a partir da/com/na escola (dissertação de mestrado) https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/976299 PELLISSARI, C. Os seis desafios da formadora Revista Avisa Lá_30; abril 2007 - Disponível em https://avisala.org.br/index.php/assunto/reflexoes-do-professor/os-seis-desafios-do-formador/ PRADO, GVT; PROENÇA, HHDM; MUNHOZ LM; FRAUENDORF, RBS Formação permanente de professores: experiências iberoamericanas (pp.239) Publisher: Edições Hipótese SOLIGO, Rosaura. Metodologias Dialógicas de Formação. In: VII Seminário Fala OUTRA Escola. O teu olhar trans-forma o meu?. Organizadores: PRADO, Guilherme do Val Toledo; SERODIO, Liana Arrais; PROENÇA, Heloísa Helena Dias Martins. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2015 SOLIGO, R.; PRADO, GVT A experiência da formação para alfabetizar - https://rosaurasoligositeoficial.wordpress.com/wp-</p>

			content/uploads/2017/04/rosaura-soligo-e-guilherme-prado-a-experic3aancia-da-formac3a7c3a3o-para-alfabetizar.pdf
GESTÃO ESCOLAR - O COMPROMISSO DA GESTÃO ESCOLAR COM A ALFABETIZAÇÃO E A EDUCAÇÃO INTEGRAL DE TODAS AS CRIANÇAS	30h	Como tornar a escola um lugar de formação integral, de aprendizagem e de convivência democrática? O lugar do conhecimento, do cuidado e da convivência democrática na formação Integral: leitura do mundo. Territórios como ambientes alfabetizadores: ações gestoras para reconhecer o envolvimento das comunidades na escola. A importância e a necessidade de ensinar e aprender na escola. Planejamento como resposta às necessidades e diversidades de estilos de aprendizagem e ritmos de desenvolvimento das crianças.	FERREIRO, Emilia. Cultura escrita e educação : conversas de Emilia Ferreiro com José Antonio Castorina, Daniel Goldin e Rosa Maria Torres. Porto Alegre: Artmed Editora, 2001. PRADO, Guilherme do Val Toledo; SERODIO, Liana Arrais; SIMAS, Vanessa França [Orgs.] Narrar o vivido, narrar o narrado . Encontros e oficinas de formação. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos Moraes; ARAÚJO, Marice da Silva; CARVALHO, José Ricardo. Leitura e Escrita na Escola e na Formação Docente : experiências, políticas e práticas. Curitiba: CRV, 2017.
A CONSTRUÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA DE QUALIDADE NO CICLO INICIAL – PROFESSORES, FORMADORES E GESTORES ATUANDO DE FORMA ARTICULADA PARA GARANTIR A APRENDIZAGEM DE TODOS E TODAS	30h	Como fortalecer comunidades de aprendizagem nas escolas? Trabalho coletivo e propostas compartilhadas: a receita da escola que “dá certo”. Três dimensões do PPP: o planejado, o vivido e o documentado. Criar uma espiral de êxito na escola - não só com os estudantes, mas também com os profissionais. O que as boas escolas têm em comum.	ALARCÃO, I. Professores reflexivos em uma escola reflexiva . São Paulo: Cortez Editora, 2018. SÃO BERNARDO DO CAMPO. Secretaria Municipal de Educação. Caderno 1 - Histórico, princípios e concepções - Série Orientações Curriculares – São Bernardo do Campo : SME, 2024. NÓVOA, A. Escolas e Professores - Proteger, transformar, Valorizar . Salvador: SEC/IAT, 2022. UNESCO. Reimaginar nossos futuros juntos : um novo contrato social para a educação. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022. Disponível em https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115

10. CORPO DOCENTE

DOCENTE	CPF	DISCIPLINA(S)	FORMAÇÃO	VÍNCULO	CURRÍCULO LATTES
HILDA MARIA MARTINS BANDEIRA	348.142.803-00	Ler, escrever, falar e ouvir como práticas sociais articuladas na alfabetização inicial – fundamentos e propostas	Graduação em Pedagogia Doutorado em Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/8330817418466151
JOSANIA LIMA PORTELA CARVALHÊDO	226.798.393-15	Leitura e escrita de textos do cotidiano em situações comunicativas reais – fundamentos e propostas	Graduação em Pedagogia Doutorado em Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/5222974006423062
LIDIANY PEREIRA DOS SANTOS	934.288.393-15	Leitura e escrita de textos de estudo e pesquisa em situações comunicativas reais – fundamentos e propostas	Graduação em Letras Doutorado em Linguística	UFPI	http://lattes.cnpq.br/3018203548557047
LUIZ JESUS SANTOS BONFIM	71366440382	Alfabetização inicial e formação – desafios e fundamentos	Graduação em Pedagogia Doutorado em Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/3151855053763365
THAYRO ANDRADE CARVALHO	031.073.843-13	Formação continuada – aprofundamento e propostas dialógicas	Graduação em Psicologia Doutorado em psicologia social	UFPI	http://lattes.cnpq.br/6542468517169420
WIRLA RISANY LIMA CARVALHO	742.470.183-53	A construção da escola pública de qualidade no ciclo inicial – professores, formadores e gestores atuando de forma articulada para garantir a aprendizagem de todos e todas	Graduação em Pedagogia Doutorado em Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/7405631823456608

GIOVANA CRISTINA ZEN	420.659.929-72	Construção do sistema de escrita alfabética pela criança – Fundamentos, Análise de Produções e Propostas	Graduação em Pedagogia Doutorado em Educação Pós-Doutorado em Alfabetização	UFBA Rede Latino-Americana de Alfabetização	http://lattes.cnpq.br/6443852511866889
ELAINE CRISTINA RODRIGUES GOMES VIDAL	277.198.138-63	A proposta de alfabetização reflexiva e contextualizada: aprofundamento dos conteúdos didáticos abordados no curso	Graduação em Letras e Pedagogia Doutorado em Educação	USP Rede Latino-Americana de Alfabetização	http://lattes.cnpq.br/5749096803223767
MARIA DA CONCEIÇÃO DE CARVALHO ROSA	806905137-04	Reflexões sobre temas complementares: diversidade textual, revisão de textos, novas abordagens para velhas práticas	Graduação em Pedagogia Doutorado em Educação	UERJ Rede Latino-Americana de Alfabetização	http://lattes.cnpq.br/5470319077623792
HELOÍSA HELENA DIAS MARTINS PROENÇA	154.627.058-24	Gestão Escolar - O compromisso da gestão escolar com a alfabetização e a educação integral de todas as crianças	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação Doutoranda em Educação	UNICAMP Avante	http://lattes.cnpq.br/2617144307624137
MARIA FÁTIMA DA FONSECA	124.362.138-95	Leitura e escrita de textos literários em situações comunicativas reais – Fundamentos e Propostas	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação	Roda Educativa	http://lattes.cnpq.br/3020999203032398
PRISCILA DE GIOVANI	21306971861	Planejamento e gestão da sala de aula na alfabetização inicial – Fundamentos e Propostas	Graduação em Pedagogia Mestrado em Educação	Roda Educativa	https://lattes.cnpq.br/9650444514054746

10.1 Atribuições do corpo docente

São atribuições do corpo docente junto ao Curso de Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO” do CEAD/UFPI:

- Planejar a organização didático-pedagógica da disciplina, o que implica selecionar e/ou produzir, definir e adequar conteúdos, objetivos, metodologias, materiais de ensino e procedimentos de avaliação da aprendizagem, considerando a ementa e a bibliografia do PPC do Curso;
- Elaborar e disponibilizar para a Coordenação do Curso, no prazo determinado, o Plano de Disciplina e o Plano de Trabalho com o detalhamento da organização didático-pedagógica da disciplina e o cronograma de execução das atividades, conforme o calendário acadêmico do curso;
- Elaborar as propostas a serem encaminhadas pelos tutores nas turmas de alunos cursistas.
- Planejar e conduzir atividades de formação dos tutores quanto à organização didático-pedagógica e à dinâmica de funcionamento da disciplina, em data, horário e local indicados pela Coordenação do Curso;
- Realizar a organização didático-pedagógica da disciplina nas turmas virtuais do SIGAA, disponibilizando, no prazo determinado pela Coordenação do Curso, orientações, conteúdos, materiais de ensino, atividades, tarefas e instrumentos de avaliação da aprendizagem necessários ao desenvolvimento da disciplina;
- Participar de reuniões administrativas e pedagógicas, em data, horário e local definido pela Coordenação do Curso;
- Coordenar, orientar e supervisionar, por meio de contatos permanentes, o trabalho dos tutores que atuam na disciplina sob sua responsabilidade;
- Elaborar e disponibilizar para a Coordenação do Curso, no prazo determinado, os instrumentos de avaliação da aprendizagem dos alunos, conforme previsto no Plano de Disciplina e nos regimentos da UFPI, com gabaritos e orientações quanto à correção e atribuição de nota;
- Preencher o diário eletrônico no SIGAA, o que inclui, entre outros procedimentos, inserir e/ou conferir as notas atribuídas nas atividades e avaliações e consolidar as turmas relativas à disciplina sob sua responsabilidade, conforme calendário acadêmico e/ou no prazo determinado pela Coordenação do Curso;

- Gravar aulas (atividade assíncrona), se necessário, sobre tópicos gerais e/ou específicos da disciplina, inserir/publicar o vídeo em plataforma virtual de livre acesso para os alunos e/ou própria da Coordenação do Curso/CEAD/UFPI, e disponibilizar o link nas turmas virtuais do SIGAA, quando solicitado, no prazo determinado;
- Ministras aulas sobre tópicos gerais e/ou específicos da disciplina por meio de web conferências (atividade síncrona), em plataforma virtual de livre acesso para os alunos e/ou própria da Coordenação do Curso/CEAD/UFPI, quando solicitado, no prazo determinado;
- Participar de eventos acadêmicos, projetos de pesquisa, ações de extensão e outras atividades, promovidos pela Coordenação do Curso ou pelo CEAD/UFPI, de interesse dos alunos;
- Responder instrumentos de avaliação do curso e do CEAD/UFPI e fornecer informações para elaboração de relatórios e documentos solicitados pela MEC.

11. EQUIPE DE TUTORIA

12. NOME	CPF	Formação	LINK CURRÍCULO LATTES
Debora Perillo Samori	273.368.058-76	Graduação e Mestrado em Educação	https://lattes.cnpq.br/1773019817636575
Érica de Faria Dutra	268.430.858-65	Graduação e Mestrado em Educação	https://lattes.cnpq.br/3782641254095824
Giulianne Russo	30100850871	Graduação e Mestrado em Alfabetização	http://lattes.cnpq.br/9676853920975923
Cristiane Pelissari	119582908-66	Graduação e Mestrado em Educação	http://lattes.cnpq.br/0556680302349232
Marliza Bodê de Moraes	023161367-06	Graduação e Mestrado em Educação	http://lattes.cnpq.br/6792874166213804
Marly de Souza Barbosa	041940538-00	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Linguística	http://lattes.cnpq.br/3654306354263976
Rosângela Moreira Veliago	012996418-22	Graduação em Pedagogia e Especialização	http://lattes.cnpq.br/3370985013820739
Ana Cristina Gazotto Batista	155.783.508-01	Graduação em Pedagogia, Especialização em Psicopedagogia, Gestão Escolar e Direito Educacional	http://lattes.cnpq.br/4806973447043685
Carla Jamille Cerqueira de Araújo	2554249571	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação	http://lattes.cnpq.br/5015276734823681
Eliana Rodriguez Moreno	089625168-37	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação	https://lattes.cnpq.br/0684257263315204
Heloisa de Almeida Pacheco	088.624.448-00	Graduação em Pedagogia e Especialização em Literatura infantil	https://lattes.cnpq.br/4487522988090109

Henari Macedo Oliveira Lima	80851860559	Graduação em Pedagogia e Especialização em Coordenação Pedagógica	https://lattes.cnpq.br/687198509753
Ivailton Pereira da Silva	1896617557	Graduação em Pedagogia e Especialização em Gestão Escolar	http://lattes.cnpq.br/8098720478170111
Janara Luiza Paiva Botelho Oliveira	80399193553	Graduação em Letras e Mestrado em Educação	http://lattes.cnpq.br/7519590482420783
Liliane Santana Garcia Landeiro	968.047.505-00	Graduação em Pedagogia e Especialização em Psicopedagogia	http://lattes.cnpq.br/7208723572744057
Luciana dos Anjos Cruz	314025898-40	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação	https://lattes.cnpq.br/5336381538599431
Marisa Garcia	147062888	Graduação em Pedagogia e Doutorado em Educação	http://lattes.cnpq.br/8080772717168015
Patricia Regina Infanger Campos	24556142806	Graduação em Pedagogia e Doutorado em Educação	http://lattes.cnpq.br/0592205993714347
Raidalva da Silva	326.432.505-59	Graduação em Letras e Mestrado em Educação	https://lattes.cnpq.br/0763685754292417
Thais Almeida Costa	92664660500	Graduação em Psicologia e Doutorado em Educação.	https://lattes.cnpq.br/3882389414776402
Valquiria Aparecida Pereira da Silva	112394648-51	Graduação em Pedagogia, Especialização em Psicopedagogia e Alfabetização	http://lattes.cnpq.br/2878568892494460
Veridiana dos Santos Almeida	96927739572	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação	https://lattes.cnpq.br/9177160715539517
Wania Maria Previattelli	921.767.718-34	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Formação de Formadores	http://lattes.cnpq.br/9516368606277400
Yara Maria Miguel	033.636.958-10	Graduação em Pedagogia e Mestrado em Educação	http://lattes.cnpq.br/7606663851104791

12.1 Atribuições da Equipe de Tutoria

São atribuições da equipe de tutoria junto ao Curso de Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO” do CEAD/UFPI:

- Participar, junto aos docentes, do processo de planejamento e organização didático-pedagógica das disciplinas;
- Elaborar e disponibilizar para a Coordenação do Curso, no prazo determinado, o Plano de Trabalho com o cronograma de atividades que desempenhará, conforme o calendário acadêmico do curso;
- Participar das atividades de formação quanto à organização didático-pedagógica e à dinâmica de funcionamento das disciplinas, em data, horário e local indicados pela Coordenação do Curso.
- Familiarizar-se, previamente, com a organização didático-pedagógica das disciplinas nas turmas virtuais do SIGAA, no prazo determinado pela Coordenação do Curso, observando orientações, conteúdos, materiais de ensino, atividades, tarefas e instrumentos de avaliação da aprendizagem necessários ao desenvolvimento das disciplinas;
- Assistir todos os webinários e aulas dos professores das disciplinas para encaminhar as propostas por eles elaboradas na turma de sua responsabilidade;
- Orientar e auxiliar os alunos cursistas quanto ao uso das ferramentas tecnológicas e recursos didáticos próprios das turmas virtuais do SIGAA ou de outros ambientes virtuais de aprendizagem;
- Participar de reuniões administrativas e pedagógicas, em data, horário e local definido pela Coordenação do Curso;
- Compartilhar, por meio de contatos permanentes com os docentes, a Coordenação de Tutoria e/ou a Coordenação do Curso, as condições de trabalho junto aos alunos, relatando possíveis dificuldades na mediação do processo de ensino;
- Mediar, orientar e supervisionar de atividades acadêmicas desempenhadas pelos alunos cursistas nas turmas virtuais do SIGAA;
- Verificar constantemente o andamento das atividades nas turmas virtuais do SIGAA, estimulando a participação dos alunos e chamando atenção quanto ao cumprimento dos prazos;

- Realizar, conforme o combinado, no prazo determinado pela Coordenação do curso, correção de atividades e de avaliações da aprendizagem dos alunos, seguindo gabaritos e orientações quanto à correção e atribuição de nota disponibilizados pelos docentes;
- Proceder, no prazo determinado pela Coordenação do curso, à devolutiva da correção de atividades e avaliações da aprendizagem dos alunos, realizadas nas turmas virtuais do SIGAA);
- Preencher o diário eletrônico no SIGAA, o que inclui, entre outros procedimentos, inserir as notas atribuídas nas atividades e avaliações da aprendizagem dos alunos, conforme calendário acadêmico e/ou no prazo determinado pela Coordenação do Curso;
- Participar de eventos acadêmicos, projetos de pesquisa, ações de extensão e outras atividades, promovidos pela Coordenação do Curso ou pelo CEAD/UFPI, de interesse dos alunos;
- Participar de atividades de supervisão remota de encontro entre os alunos cursistas em seus estados de origem, quando solicitado pela coordenação.
- Responder instrumentos de avaliação do curso e do CEAD/UFPI e fornecer informações para elaboração de relatórios e documentos solicitados pela SEMESP/MEC.

13. METODOLOGIA

O Curso de Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO” adotará a metodologia própria da educação à distância, que contempla processos de ensino e aprendizagem baseados em princípios e características como qualidade, equidade, seletividade, interação social, comunicação intencional, colaboração, aprendizagem não-linear, responsabilidade pela autoaprendizagem, autoavaliação e acessibilidade. O processo de ensino e aprendizagem será mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a partir de atividades assíncronas e síncronas com apoio de um conjunto amplo e diversificado de recursos e ferramentas próprios de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Entre as atividades assíncronas, destacam-se as que serão realizadas na turma virtual do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA), podendo ser:

- a) Produção e envio de sínteses, resenhas, mapas conceituais, linhas do tempo, listas de exercícios e outros trabalhos acadêmicos por meio da ferramenta tarefa *online*;
- b) Debates e discussões temáticas por meio das ferramentas *fórum* e *chat*;

- c) Questionários e provas eletrônicas realizadas diretamente na sala virtual do SIGAA;
- d) Pesquisas em bibliotecas virtuais disponibilizadas no SIGAA, com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos, *slides*, vídeos e *podcasts*;
- e) Aulas previamente gravadas, em formato de videoaulas ou em formato de áudio-aulas (*podcasts*);
- f) Roteiros de estudos e leituras comentadas por meio de *slides*, *padlets* e *handouts* disponibilizados na turma virtual do SIGAA.

Outras TDIC poderão ser utilizadas para o desenvolvimento das atividades assíncronas, como plataformas virtuais de organização, gerenciamento e compartilhamento de conteúdo (*Google* Formulários, e-mail, *YouTube*, redes sociais e mídias em geral). As atividades síncronas serão realizadas em plataformas virtuais, externas ou integradas ao SIGAA, que possibilitam a conectividade de centenas de alunos cursistas simultaneamente, como *Google Meet*, *Zoom* e *YouTube*, entre as quais destacam-se: a) Aulas dialogadas, por meio de videoconferências; b) Seminários, palestras, encontros, simpósios e outros eventos acadêmicos e científicos por meio de *Webnários*; e c) Rodas de conversas, *workshops*, minicursos, estudos de casos, análise de situação-problema, jogos, simulações e outras atividades acadêmicas do gênero com suporte nas plataformas virtuais.

A articulação teoria-prática será viabilizada também pelos laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, com recursos de simulação, experimentação, aplicação e avaliação das aprendizagens práticas, a partir da ação dos alunos sob orientação e supervisão dos professores formadores e dos tutores. O material de ensino de cada componente curricular, que engloba textos de referência, tarefas, fóruns de discussão, exercícios, videoaulas, provas, entre outros, será elaborado pelos professores formadores e disponibilizado na turma virtual do SIGAA. O acompanhamento de estudos dos alunos, que inclui orientação, esclarecimento de dúvidas quanto à organização e ao conteúdo das disciplinas, correção e devolutiva de atividades, entre outros, será feito pelos tutores sob supervisão dos professores formadores.

14. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O Curso de Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO” será desenvolvido na modalidade de educação a distância, por meio dos recursos humanos e toda a infraestrutura física e tecnológica do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI, construídos no decorrer de 15 anos de experiência com oferta de 17 cursos de graduação e dezenas de cursos de pós-graduação *lato sensu* nas mais diversas áreas do conhecimento, em 42 polos de apoio presencial.

O CEAD conta com Equipe Multidisciplinar completa, incluindo equipes de assessoria e orientação pedagógica, produção de material didático, revisão de texto, multimídia, tecnologia educacional, comunicação, suporte técnico, biossegurança e apoio acadêmico-administrativo. Também compõem o quadro de recursos humanos do CEAD a direção geral, secretaria administrativa, coordenação adjunta, coordenação financeira, coordenação de tecnologia da informação, coordenação de produção de material didático, assessoria de comunicação, serviço de administração acadêmica, serviço de apoio ao aluno, coordenação de ensino de graduação a distância, coordenação de pesquisa e extensão a distância, coordenações de polo e secretarias acadêmicas de polo, além de pessoal de apoio administrativo nas áreas de segurança e limpeza na sede e nos polos. Os recursos humanos diretamente relacionados à organização dos cursos do CEAD incluem: coordenações de curso de graduação, coordenações de curso de pós-graduação, coordenações de tutoria, coordenações de estágio, professores formadores, tutores presenciais, tutores à distância e pessoal de apoio administrativo-acadêmico.

O Centro dispõe de salas com recursos multimídia para aulas presenciais, espaço individualizado para coordenações de curso, sala de trabalho coletivo do corpo docente e da tutoria, auditórios, sala de reuniões e equipamentos para videoconferências, estúdios e equipamentos multimídia para produção e edição de material didático audiovisual, laboratórios de informática e de ensino e biblioteca física com acervo amplo, diversificado e atualizado. Os polos de apoio presencial, localizados em 42 municípios, sendo 40 no Piauí e dois na Bahia, são equipados com sala de coordenação administrativa e pedagógica, secretaria acadêmica, salas de aula, sala de trabalho de professores e tutoria, biblioteca física, laboratórios de informática e de ensino, espaço multimídia para reuniões presenciais e videoconferências, entre outros.

O CEAD possui seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com condições adequadas de acessibilidade metodológica e tecnológica, hospedado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA), que disponibiliza um amplo conjunto de recursos e ferramentas de apoio ao desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão na modalidade de educação a distância, por meio de atividades síncronas e assíncronas: tarefas *online*, fóruns de discussão, *chats*, listas de exercícios, questionários e provas eletrônicas, bibliotecas virtuais com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos e vídeos, suportes de compartilhamento de videoaulas, *podcasts*, entre outros. Além disso, o Centro tem licença para utilização de salas em plataformas virtuais, com acessibilidade diretamente pelo SIGAA e capacidade de garantir a participação de centenas de alunos simultaneamente em atividades síncronas (aulas, videoconferências, seminários *online*, eventos científicos, entre outros). O corpo docente e discente tem ainda à disposição laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas, desenvolvidos por empresa de tecnologia educacional e integrados ao próprio ambiente virtual de aprendizagem do CEAD.

15. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem dos discentes será realizada por meio atividades síncronas e assíncronas, como tarefas *online*, fóruns de discussão, lista de exercícios, questionários e provas eletrônicas, entre outros, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com observância aos prazos estipulados. O processo de avaliação da aprendizagem será de natureza qualitativa e quantitativa, observando-se o cumprimento dos prazos, a participação e interação no AVA, a assiduidade, engajamento e colaboração na realização das atividades propostas, a compreensão e o atendimento dos objetivos dos trabalhos e a qualidade das produções. O pré-requisito formal para aprovação será a obtenção de média igual ou superior a 6,0 (seis) pontos em cada componente curricular.

16. REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO

A certificação será conferida nos termos da Resolução CEPEX/UFPI nº 349, de 16/09/2022, podendo ocorrer de duas formas: 1) conclusão do Curso de Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO”, realizado pelo

CEAD/UFPI; ou 2) solicitação de aproveitamento de estudos no Curso de Especialização em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO”, realizado pelo CEAD/UFPI, restrito aos egressos de cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Secretaria de Educação Básica/MEC, desde que haja compatibilidade de carga horária e conteúdo em relação ao referido curso do CEAD/UFPI. O Certificado de Conclusão do Curso será emitido pela Universidade Federal do Piauí, conforme suas normas internas e a legislação pertinente. O documento conferirá o título de Especialista em “FORMAÇÃO, DOCÊNCIA E ALFABETIZAÇÃO INICIAL - 1º E 2º ANO”, com todos os direitos e prerrogativas legais garantidos pela lei brasileira pertinente à formação superior em nível de Pós-Graduação *lato sensu*.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Percorso Formativo de 1º e 2º ano (CNCA-Perfor 1 - Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Documento de Apresentação. Brasília: MEC/SEB, 2024.
- LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola: o real, o possível e o necessário**. Porto Alegre: Artmed, 2002.
- NÓVOA, A. **Escolas e Professores - Proteger, transformar, Valorizar**. Salvador: SEC/IAT, 2022.
- SOLIGO, Rosaura. **Metodologias Dialógicas de Formação**. In: VII Seminário Fala OUTRA Escola. O teu olhar trans-forma o meu?. Organizadores: PRADO, Guilherme do Val Toledo; SERODIO, Liana Arrais; PROENÇA, Heloísa Helena Dias Martins. Campinas, SP: FE/UNICAMP, 2015
- UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação**. Brasília: Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação, UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000381115>
- WEISZ, Telma. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. São Paulo: Ática, 2018.
- ZEN, Giovana Cristina. **Intervenção docente: por um ensino contextualizado e reflexivo**. Práxis Educacional, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e14121, 2021. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.14121.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 777, DE 20 DE MARÇO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância, da Universidade Federal do Piauí.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 17 de março de 2025 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.054703/2024-89;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí, por meio de convênio com a Secretaria de Educação Básica/MEC, conforme Projeto Pedagógico do Curso, em anexo, e processo acima mencionado.

Art. 2º Fica revogada a Resolução CEPEX/UFPI nº 541, de 17 de agosto de 2023.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 20 de março de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA
Reitora

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE
EMPREENDEDORISMO E PROPRIEDADE INTELECTUAL NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica, a ser realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância, por meio de convênio com a Secretaria de Educação Básica/MEC, submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372

Assinado de forma digital por
NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.04.09 12:42:22 -03'00'

TERESINA/PI

2023

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA-ARAÚJO

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA

Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/PRPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância

MARCELO BARBOSA FURTINI

Coordenador do Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade
Intelectual na Educação Básica

MARIA LARA CRISTINA SANTOS DE MACEDO

Vice-Coordenador do Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e
Propriedade Intelectual na Educação Básica

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

MARCELO BARBOSA FURTINI

MARIA LARA CRISTINA SANTOS DE MACEDO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Curso

Denominação do curso: Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica

Área/subárea de conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas/Administração

Unidade de ensino: Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI

Modalidade de ensino: EAD

Carga Horária: 360 Horas-aula

Duração do Curso: 12 meses

Titulação a ser conferida: Especialista em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica

1.2 Coordenação

Nome: Marcelo Barbosa Furtini

CPF: 92231632691

SIAPE: 1734425

Unidade de lotação: Departamento de Construção Civil e Arquitetura/CT/UFPI

Titulação: Doutor em Engenharia Agrícola

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8250382504845592>

1.3 Vice-Coordenadora

Nome: Maria Lara Cristina Santos de Macedo

CPF: 83888535387

SIAPE: 1569347

Unidade de lotação: Diretoria de Governança/PROPLAN/UFPI

Titulação: Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8112260966470969>

2. APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica é um Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* e faz referência aos fundamentos legais, especialmente às normas que regulamentam a pós-graduação *lato sensu* no Brasil (Lei nº 9394/1996, Resolução CNE/MEC nº 1, 06/04/2018). Segundo o Art. 43. a educação superior tem por finalidade: estimular o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; colaborar na sua formação contínua; incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive. Além de promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; e por fim promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

O curso ainda faz referência aos fundamentos e às normas que regulamentam a pós-graduação na UFPI (especialmente a Resolução CEPEX/UFPI nº 349, de 16/09/2022), assim como às normas que instituíram as novas diretrizes curriculares no âmbito da organização da Educação Básica (BNCC e Lei nº 13.415/2017 – Novo Ensino Médio) e da formação de professores (Resolução CNE/MEC nº 1, de 27/10/2020 – BNCC Formação Continuada).

O Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica é um Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*, ofertado e realizado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), por meio de convênio com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC). A proposta do curso é qualificar, prioritariamente, a profissionais da educação quanto ao desenvolvimento de conhecimentos e competências que possam fundamentar diferentes abordagens teóricas e práticas relativas às noções de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica, especialmente no Ensino Médio, considerando a necessidade

de formação para o trabalho, tendo como referência os princípios e diretrizes da BNCC.

O Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual da Educação Básica tem seu conteúdo programático distribuído em uma carga horária de 360 horas, subdividido em quatro módulos. Os dois primeiros módulos correspondem à carga horária 240 horas e são subdivididos em oitounidades temáticas. Os dois últimos módulos, distribuídos em uma carga horária de 120 horas, são subdivididos em quatro unidades temáticas. Os dois primeiros módulos objetivam oferecer uma formação teórica conceitual aos pós-graduandos que possibilite a compreensão e a operacionalização de categorias fundamentais para a problematização de saberes, bem como a incorporação de competências e habilidades a serem apropriadas pelos jovens com formação técnica e profissional: desenvolvimento de programas educacionais inovadores e atualizados que promovam efetivamente a qualificação profissional dos estudantes para o mundo do trabalho, objetivando sua habilitação profissional tanto para o desenvolvimento de vida e carreira quanto para adaptar-se às novas condições ocupacionais e às exigências do mundo do trabalho contemporâneo e suas contínuas transformações, em condições de competitividade, produtividade e inovação, considerando o contexto local e as possibilidades de oferta pelos sistemas de ensino (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12). Para tanto, os itinerários devem garantir a apropriação de procedimentos cognitivos e o uso de metodologias que favoreçam o protagonismo juvenil, e organizar-se em torno de um ou mais dos seguintes eixos estruturantes. Dentre eles, podemos citar o IV – empreendedorismo: supõe a mobilização de conhecimentos de diferentes áreas para a formação de organizações com variadas missões voltadas ao desenvolvimento de produtos ou prestação de serviços inovadores com o uso das tecnologias (Resolução CNE/CEB nº 3/2018, Art. 12, § 2º).

Assim, as unidades temáticas do Módulo I direcionam os discentes a terem contato com conteúdos relacionados às seguintes categorias: Fundamentos de Empreendedorismo, Fundamentos de Propriedade Intelectual, Novas tecnologias no Ensino e Internet das coisas. As disciplinas pertencentes ao Módulo II são: Proteção e Gestão de Dados e Informações, Tecnologia, Internet e as relações laborais, Empreendedorismo Social e Educacional e Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação e sua relação com a sistema educacional no Brasil. Os módulos I e II buscam dar aos discentes uma formação estritamente direcionada à compreensão dos conteúdos de empreendedorismo e propriedade intelectual, relacionados aos problemas e aplicações do conhecimento científico e tecnológico que possibilitem a incorporação de competências e habilidades de forma a aprimorar e aproximar o fazer docente da nova compreensão e concepção do Ensino Médio. A disciplina que pertence ao Módulo III: Projetos multidisciplinares em Empreendedorismo e Propriedade Intelectual, o qual

proporcionará ao discente uma ferramenta essencial para colocar em prática os conceitos vivenciados nos módulos anteriores, contribuindo para sua formação para aprofundar e ampliar suas reflexões a respeito do empreendedorismo e propriedade intelectual, oferecerá aos pós-graduandos a oportunidade de trabalhar alguns projetos de temas relacionados ao empreendedorismo e propriedade intelectual, de forma multidisciplinar e integrada. O módulo IV é formado pelas seguintes disciplinas: Investigação científica no Ensino, Empreendedorismo, Propriedade Intelectual e Mercado de Trabalho, Propriedade Intelectual e Ambientes de Inovação Educacional. Este último módulo é inspirado na formação de professores e gestores na temática capacitação, preparação dos estudantes para inserção no mercado de trabalho e conceitos e os fundamentos do empreendedorismo e sua relação com a educação e o desenvolvimento social.

O Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual da Educação Básica será hospedado no Ambiente Virtual de Aprendizagem do Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmicas (SIGAA) da UFPI, sendo as disciplinas ofertadas na modalidade de educação a distância, contando com atividades síncronas e assíncronas, sendo as atividades síncronas em maior proporção. A integralização do Currículo ocorrerá pela conclusão das atividades acadêmico-pedagógicas propostas, podendo ainda ocorrer mediante aproveitamento de estudos, possibilidade restrita aos que apresentarem certificado de conclusão de curso de aperfeiçoamento promovido no âmbito da Secretaria de Educação Básica do MEC, e em conformidade com a Resolução CEPEX-UFPI, nº 349, de 16/09/2022, que regulamenta a criação e a oferta dos Cursos de Especialização realizados pelo CEAD, por meio de convênio com a Secretaria de Educação Básica do MEC.

3. JUSTIFICATIVA

A recente reforma da Educação Básica, decorrente, sobretudo, da implementação da BNCC implantação da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), trouxe para o campo de formação de professores mudanças consideráveis nas propostas curriculares.

Na Educação Básica, especialmente no Ensino Médio, é necessário formar os jovens como sujeitos críticos, criativos, autônomos e responsáveis, cabendo às escolas proporcionar experiências e processos que lhes garantam as aprendizagens necessárias para a leitura da realidade, o enfrentamento dos novos desafios da contemporaneidade (sociais, econômicos e ambientais) e a tomada de decisões éticas e fundamentadas. Para tanto, a escola que acolhe as juventudes precisa se estruturar de maneira a: proporcionar uma cultura favorável ao desenvolvimento de atitudes, capacidades e valores que promovam o empreendedorismo (criatividade, inovação, organização, planejamento, responsabilidade, liderança, colaboração, visão de futuro, assunção de riscos, resiliência e curiosidade científica, entre outros), entendido como competência essencial ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade. Prever o suporte aos jovens para que reconheçam suas potencialidades e vocações, identifiquem perspectivas e possibilidades, construam aspirações e metas de formação e inserção profissional presentes e/ou futuras, e desenvolvam uma postura empreendedora, ética e responsável para transitar no mundo do trabalho e na sociedade em geral. Na área das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas versa que, atualmente, as transformações na sociedade são grandes, especialmente em razão do uso de novas tecnologias. Há hoje mais espaço para o empreendedorismo individual, em todas as classes sociais, e cresce a importância da educação financeira e da compreensão do sistema monetário contemporâneo nacional e mundial, imprescindíveis para uma inserção crítica e consciente no mundo atual. Diante desse cenário, impõem-se novos desafios às Ciências Humanas, incluindo a compreensão dos impactos das inovações tecnológicas nas relações de produção, trabalho e consumo. Uma das habilidades a ser trabalhada é analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade.

Para que essa nova concepção de ensino seja efetivada na prática cotidiana das escolas de Ensino Médio e para que o novo perfil do jovem egresso, tanto na sociedade, quanto no mercado de trabalho possa ser desenvolvido dentro dos padrões estabelecidos pela BNCC, necessário se faz que os docentes já formados e engajados, nessa etapa da atividade de formação escolar,

passem também eles, por processos de formação que possibilitem a compreensão das mudanças propostas e que incorporem no seu fazer docente, formas de abordagem de conteúdos e metodologias de ensino que viabilizem a implantação das mudanças curriculares propostas. Nesse sentido, é essencial que os professores conheçam a BNCC, entendam as propostas enunciadas e aproximem do seu fazer profissional cotidiano as novas formas de abordagem.

O Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica objetiva suprir a demanda por formação, priorizando os profissionais já engajados nas redes públicas e privadas de ensino. Outrossim, o Curso de Especialização, agora oferecido pelo Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI, em convênio com a Secretaria de Educação Básica/MEC, pela característica de ser executado via modalidade de educação a distância, e por contar com financiamento público e, assim, sem custos financeiros para os profissionais da educação, apresenta-se como uma boa oportunidade de formação complementar em nível de Pós-Graduação.

4. OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Proporcionar formação continuada em nível pós-graduação *lato sensu*, prioritariamente, a profissionais da educação, quanto ao desenvolvimento de conhecimentos e competências que possam fundamentar diferentes abordagens teóricas e práticas relativas às noções de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica, especialmente no Ensino Médio, considerando a necessidade de formação para o trabalho, tendo como referência os princípios e diretrizes da BNCC.

Objetivos Específicos

- Instrumentalizar da profissionais da Educação Básica com referenciais conceituais fundamentais para o desenvolvimento dos processos de ensino dentro dos parâmetros estabelecidos pela BNCC.
- Compreender a proposta conceitual, temática e pedagógica do novo currículo da Educação Básica decorrente da implementação da BNCC.
- Qualificar os profissionais da Educação Básica com conteúdos e formas de abordá-los, para que possam adequar seus conhecimentos anteriores a novos modelos teóricos e práticos propostos pela reforma curricular advinda da BNCC.

- Qualificar os profissionais da Educação Básica para que estejam aptos a orientar os alunos na aquisição das competências e habilidades específicas relacionadas às noções de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual.
- Conhecer os fundamentos do Empreendedorismo e da Propriedade Intelectual, com foco nas possibilidades de desenvolvimento de conhecimentos e competências a partir da abordagem teórica e prática dessas áreas na Educação Básica.
- Explorar os conceitos de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual de forma ética e responsável para transitar no mundo do trabalho e na sociedade em geral.
- Promover o Empreendedorismo e a Propriedade Intelectual de forma criativa, inovadora, planejada e sustentável, destacando sua relação com a educação e o desenvolvimento social.
- Difundir as noções de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual como conhecimento e competência essenciais ao desenvolvimento pessoal, à cidadania ativa, à inclusão social e à empregabilidade.

5. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO

O Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica se destina, prioritariamente, a professores que atuam na Educação Básica, em instituições públicas ou privadas, que possuam curso superior da grande área das Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas e áreas afins. Porém, o curso pode contemplar também profissionais de que estejam na gestão educacional, independente de estarem na docência, que busquem uma formação em empreendedorismo e propriedade intelectual no processo de ensino-aprendizagem, assim como profissionais que estejam fora do mercado de trabalho e almejam uma formação continuada para inserir-se nesta área.

No que se refere ao perfil desejado para o Egresso, afirmamos que o curso deve proporcionar a formação de profissionais capacitados para o planejamento e desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem com conhecimentos e competências que possam fundamentar diferentes abordagens teóricas e práticas relativas às noções de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica, especialmente no Ensino Médio, considerando a necessidade de formação para o trabalho, tendo como referência os princípios e diretrizes da BNCC.

6. CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO

Conforme previsto na Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, o Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica terá carga horária total de 360 horas/aulas, distribuídas em quatro módulos e 12 disciplinas. A duração do curso será de 12 (meses) de atividades didático-pedagógicas, o que não inclui o prazo para a finalização dos demais procedimentos acadêmico-administrativos. A carga horária e a duração do curso poderão ser flexibilizadas, considerando a possibilidade de certificação por meio de aproveitamento de estudos, restrito aos profissionais que concluírem cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Secretaria de Educação Básica, do Ministério da Educação, nos termos da referida Resolução.

7. ESTRUTURA CURRICULAR

MÓDULO	DISCIPLINA	CH
I	Fundamentos de Empreendedorismo	30h
	Fundamentos de Propriedade Intelectual	30h
	Novas tecnologias no Ensino	30h
	Internet das Coisas	30h
II	Proteção e Gestão de Dados e Informações	30h
	Tecnologia, Internet e as Relações Laborais	30h
	Empreendedorismo Social e Educacional	30h
	Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação	30h
III	Projetos multidisciplinares em Empreendedorismo e Propriedade Intelectual	30h
IV	Investigação Científica, Empreendedorismo e Propriedade Intelectual	30h
	Empreendedorismo, Propriedade Intelectual e Mercado de Trabalho.	30h
	Ambientes de Inovação Educacional	30h

8. QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

Nos termos da Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, a oferta e distribuição de turmas e vagas do Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica nos núcleos de apoio do CEAD/UFPI serão definidas conforme

necessidade e decisão da referida unidade de ensino, observando as condições previstas no convênio estabelecido com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC), destinado à qualificação de profissionais das diversas áreas da educação, para atender às novas demandas didático-pedagógicas e necessidades de formação continuada dos profissionais da educação, em decorrência da reorganização curricular da Educação Básica, especialmente do Ensino Médio, em função da implementação da BNCC.

Conforme previsto na citada Resolução, uma vez aprovado pelo CEPEX/UFPI, o Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica poderá ofertar turmas e vagas a qualquer tempo, sem necessidade de submeter novamente a proposta ao referido Conselho, desde que não apresente mudanças relevantes no Projeto Pedagógico original. Em atendimento à política de ações afirmativas da UFPI, parte das vagas será reserva para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e com deficiência, nos termos da Resolução CEPEX/UFPI 451, de 04/04/202.

Nestas condições, inicialmente, o Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica ofertará 120 (cento e vinte) vagas, igualmente distribuídas nos núcleos de apoio do CEAD/UFPI localizados em Teresina e Picos. A quantidade de vagas e os polos de apoio para turmas subsequentes serão definidos por meio de Edital de Seleção e/ou de Chamada Pública, com ampla divulgação nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

9. FORMA DE SELEÇÃO E INGRESSO

Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, a seleção e matrícula de alunos no Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica ocorrerá mediante processo de seleção pública e/ou de chamada pública, cujas regras e condições serão previstas em edital divulgado nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

10. CONTEÚDO

Módulo	Disciplina	CH	Ementa	Referências bibliográficas
I	Fundamentos de Empreendedorismo	30 H	Empreendedorismo: conceitos, comportamento empreendedor e panorama no Brasil e no mundo; Processo empreendedor: identificação de oportunidades; Modelagem e planejamento de negócios: Business Model Generation (Canvas) e Plano de negócios; Fomento para novos negócios; Ecossistemas de Empreendedorismo: Startups, Incubadoras, Aceleradoras e Parques Tecnológicos.	<p>Básica BESSANT, J; TIDD, J. Inovação e empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021. DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2017. OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. Business Model Generation: inovação em modelos de negócios. Alta Books Editora, 2011. SALIM, Complementar C. S.; SILVA, N. C. Introdução ao Empreendedorismo: construindo uma atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Cadernos de práticas. Ensino Médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/cadern-o-de-praticas/ensino-medio/. Acesso: 22 nov. 2021. BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: CNE/MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file. Acesso: 22 nov. 2021. PADILHA, R. C. W; MACIEL, M. F. Fundamentos da pesquisa para projetos de intervenção. Curitiba: UNICENTRO. Disponível em:</p>
I	Fundamentos de Propriedade Intelectual	30 H	Definição de Propriedade Intelectual, Dimensões da Propriedade Intelectual: Dimensão temporal, Escopo, Segurança jurídica e Territorialidade do direito, Classificação dos Direitos de Propriedade Intelectual: direito de autor e conexos; direito de propriedade industrial; direitos sui generis; outros instrumentos de proteção. Direito de Propriedade Intelectual e sua Finalidade. Importância dos Direitos de Propriedade Intelectual. Propriedade Intelectual no Brasil Legislação	<p>Básica Conceitos e aplicações de propriedade intelectual. Organizadora Wagna Piler Carvalho dos Santos. – Salvador, BA: IFBA, 2018. Nunes, Lívio César Cunha, Manual de propriedade intelectual: da ideia ao mercado. EDUFPI, Teresina-PI, 2016. DE NEGRI, J. A. Investir em inovação é garantir o futuro. Rio de Janeiro, Ipea, 2022. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Educação (PNE). Diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/. Complementar - www.inpi.gov.br, Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)</p>

				BRASIL. Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: CNE/MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file . Acesso: 22 nov. 2021. www.mct.gov.br, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) www.abpi.org.br, Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (IBPI)
I	Novas tecnologias no Ensino	30 H	Definição de Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Classificação das TDIC. Utilização de TDIC para o processo de ensino-aprendizagem. Seleção de TDIC para elaboração e planejamento de atividades no ensino.	Básica BACICH, L.; TANZI-NETO, A.; TREVISANI, F. M. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015. COLL, C.; MONEREO, C. Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. SOUSA, R.P.; MIOTA, F. M. C. S.C; CARVALHO, A. B. G. Tecnologias digitais na educação. Campina Grande: EDUEPB, 2011. Complementar KENSKI, V. M. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papyrus Editora, 2013. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Cadernos de práticas. Ensino Médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/cadernos-de-praticas/ensino-medio/ . Acesso: 22 nov. 2021. SOUSA, R.P.; MOITA, F. M. C. S.C; CARVALHO, A. B. G. Tecnologias digitais na educação. Campina Grande: EDUEPB, 2011. KENSKI, V. M. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papyrus Editora, 2013
I	Internet das Coisas	30 H	Fundamentos de proteção e gestão de dados e informações. Inovação tecnológica e as novas tendências em análise de dados. Definição de análise de dados, tipos básicos de dados, etapas (coleta, preparação, análise e visualização). Definição e histórico de recuperação da informação. Gestão de riscos e conformidade. Ferramentas e técnicas proteção da informação. Ética e privacidade.	Básica Dieter Uckelmann and Mark Harrison. Architecting the Internet of Things, Springer, 2011. Klaus Finkenzeller and Dörte Müller. RFID Handbook: Fundamentals and Applications in Contactless Smart Cards, Radio Frequency Identification and NearField, Wiley, 2010. Agrawal, Shashank and Vieira, Dario. A survey on Internet of Things. Abakos, v. 1, n. 2, p7895, 2013. Complementar Distributed Systems: Principles and Paradigms. Andrew Tanenbaum and Van Steen; Prentice Hall, 2nd edition, 2007. Distributed systems: concepts and design. Coulouris, G.F. and Dollimore, J. and Kindberg, T.; Addison Wesley Longman, 2005. Yaghmour, K.; Masters, J.; BenYossef, G.; Gerum, P. Construindo Sistemas

				Linux Embarcados. Editora Alta Books, 2009. Unix Network Programming. W. Richard Stevens, Bill Fenner, Andrew M. Rudoff; Addison Wesley, 2003.
II	Proteção e Gestão de Dados e Informações	30 H	Inovação tecnológica e as novas tendências em análise de dados. Definição de análise de dados, tipos básicos de dados, etapas (coleta, preparação, análise e visualização). Definição e histórico de recuperação da informação. Ferramentas e técnicas proteção da informação.	<p>Básica ANDREASSI, Tales. Gestão da inovação tecnológica. São Paulo: Thomson, 2007. MATTOS, João Roberto L.; GUIMARÃES, Leonam dos Santos. Gestão da tecnologia e da inovação: uma abordagem prática. São Paulo, SP: Saraiva, 2005. BAEZA-YATES, Ricardo; RIBEIRO-NETO, Berthier. Recuperação da informação. Conceitos e tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2013.</p> <p>Complementar AVENPORT, Thomas. Dados demais! Rio de Janeiro: ed. Elsevier. 2014. ROBERT A. BURGELMAN; CLAYTON M. CHRISTENSEN; STEVEN C. WHEELWRIGTH. Gestão estratégica da tecnologia e da inovação: conceitos e soluções. 5ª Edição. São Paulo: McGraw-Hill, 2012. STAL, Eva. Inovação organizacional e tecnológica. São Paulo: Thomson, 2007. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Cadernos de práticas. Ensino Médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/cadern-o-de-praticas/ensino-medio/. Acesso: 22 nov. 2021.</p>
II	Tecnologia, Internet e as Relações Laborais	30 H	Trabalho: natureza e desafios contemporâneos. Quarta revolução industrial e o trabalho na era digital. Internet e tecnologia: novas relações de trabalho. Trabalho docente e novas tecnologias. Educação 3.0: processo de aprendizagem e desenvolvimento de competências.	<p>Básica BATISTA, Sueli Soares dos S.; FREIRE, Emerson. Sociedade e Tecnologia na Era Digital. Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536522531. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522531/. Acesso em: 01 abr. 2023. GARCIA, Solimar. Gestão 4.0 em tempos de disrupção. Editora Blucher, 2020. E-book. ISBN 9786555500059. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555500059/. Acesso em: 01 abr. 2023. LACOMBE, Francisco José M. Recursos humanos. Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571441262. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441262/. Acesso em: 02 abr. 2023.</p> <p>Complementar ZANELLI, José C.; BORGES-ANDRADE, Jairo E.; BASTOS, Antônio V B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Grupo A, 2014. E-book. ISBN</p>

				<p>9788582710852. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582710852/. Acesso em: 02 abr. 2023.</p> <p>KALIL, Renan B. A regulação do trabalho via plataformas digitais. Editora Blucher, 2020. E-book. ISBN 9786555500295. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555500295/. Acesso em: 02 abr. 2023.</p> <p>FAVA, Rui. Trabalho, educação e inteligência artificial: a era do indivíduo multifacetado. (Desafios da educação). Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788584291274. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291274/. Acesso em: 02 abr. 2023.</p> <p>KENSKI, V. M. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papyrus Editora, 2013</p>
II	Empreendedorismo Social e Educacional	30 H	<p>Empreendedorismo educacional (1) Introdução: O empreendedorismo e a educação. (2) É possível ensinar Ser Empreendedor? (3) A natureza da aprendizagem e educação empreendedora (Objetivos, abrangência e definição de educação empreendedora), conceitos de intraempreendedores e educação financeira; (4) Universidade e escolas empreendedoras - Pilares; (5) Desenvolvimento de plano de negócio; (6) Experiência com técnicas lúdicas no ensino do empreendedorismo; (7) Estudos de caso (por tópicos do plano de negócios); e (8) Discussão de cases de empreendedores e empreendimento brasileiros.</p> <p>Empreendedorismo Social (1) Empreendedorismo social e inovação social: Contexto, conceitos e tipologias de iniciativas de impacto socioambiental; (2) Negócios de impacto - Princípios que norteiam os Negócios de Impacto; (3) Design de soluções socioambientais e modelagem de iniciativas de impacto socioambiental. Planejamento estratégico; e (4) Comunicação e marketing para iniciativas de impacto socioambiental.</p>	<p>Básica Morriesen, E. M.; Frasson, A. C. Ensinando a ensinar empreendedorismo. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2020. Gomes, C. B. A.; Azevedo, B. F. T.; Macedo, S. H. Empreendedorismo: Um guia didático-pedagógico. Instituto Federal fluminense. Carta de Princípios para Negócios de Impacto no Brasil. Força de Tarefa de Finanças Sociais, 2015.</p> <p>Complementar Anastacio, M. R., Filho, P. R. A. C.; Marins, J. Empreendedorismo social e inovação social no contexto brasileiro. PUCPRESS, 290 p., 2018. KENSKI, V. M. Tecnologias e ensino presencial e a distância. Campinas: Papyrus Editora, 2015. CANDAUI, V. M.; SACAVINO, S. B. (Orgs.) Educação: temas em debate. Rio de Janeiro: 7letras. 2015. NOGUEIRA, N. R. Pedagogia dos projetos: uma jornada interdisciplinar rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências. São Paulo: Érica, 2001.</p>
II	Políticas Públicas de Ciência, Tecnologia e Inovação	30 H	<p>O desenvolvimento e institucionalização da Ciência, da Tecnologia e da Inovação no Brasil. Aspectos do ecossistema de Inovação. Instrumentos de fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Análise das interações entre CT&I e o Sistema Educacional Brasileiro (SEB)</p>	<p>Básica DE NEGRI, J. A. Investir em inovação é garantir o futuro. Rio de Janeiro, Ipea, 2022. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Educação (PNE). Diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/. MARQUES, B.; NOGUEIRA, F. Vincular financiamento com qualidade: um desafio ainda presente à educação brasileira. Retratos da Escola, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 379–389, 2019. MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E</p>

				<p>INOVAÇÕES (MCTI). Guia de orientações sobre instrumentos do marco legal de CT&I. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Vol. 1. Brasília: MCTI, 2022. NAÇÕES UNIDAS. A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: objetivos do desenvolvimento sustentável. [S.l.], 2017. SCHEID, N. M. J. História da Ciência na Educação Científica e Tecnológica: Contribuições e Desafios. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, vol. 11, n. 2, 2018.</p> <p>Complementar SOUSA, J. R. F; BATISTA, L. F.; HELAL, D. H. Sobre implementação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas. Revista Sociedade e Estado. v.37, n. 2, Maio/Agosto 2022. SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Instituições e Políticas Industriais e Tecnológicas: Reflexões a Partir da Experiência Brasileira. Estudos Econômicos São Paulo, 40(1): 7-41, jan.-mar. 2010. GIANEZINI, K. et al. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. Revista de Políticas Públicas, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, 201 BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Cadernos de práticas. Ensino Médio. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/cadern-o-de-praticas/ensino-medio/. Acesso: 22 nov. 2021. SOUSA, R.P.; MOITA, F. M. C. S.C; CARVALHO, A. B. G. Tecnologias digitais na educação. Campina Grande: EDUEPB, 2011. KENSKI, V. M. Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação. Campinas: Papyrus Editora, 2013</p>
III	Projetos multidisciplinares em Empreendedorismo e Propriedade Intelectual	30 H	Inovação e empreendedorismo. Transformando ações empreendedoras em ativos de PI. Desenvolvimento e elaboração de projetos multidisciplinares. Aplicação do CANVAS em projetos multidisciplinares. Direitos autorais e marcas na área de ensino.	<p>Básica Conceitos e aplicações de propriedade intelectual. Organizadora Wagna Piler Carvalho dos Santos. – Salvador, BA: IFBA, 2018. De zero a um, Peter Thiel, Objetiva; 1ª edição, 2014. Inovação e Empreendedorismo, John Bessant, Joe Tidd, Bookman; 3ª edição, 2019. DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 3ª. ed. Rio 2. de Janeiro: Elsevier, 2008.</p> <p>Complementar Conceitos e aplicações de Transferência de Tecnologia. Organizadores: Irineu Afonso Frey, Josealdo Tonholo, Cristina M. Quintella. – Salvador (BA), IFBA, 2019. BACICH, L.; MORAN, J. (Orgs.) Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso. 2018. HERNANDEZ, F.; VENTURA, M. A organização do currículo por projetos</p>

IV	Investigação científica, Empreendedorismo e Propriedade Intelectual	30 H	Ciência, método científico e pesquisa científica. Ensino e aprendizagem por investigação. Desenvolvimento de competências em investigação científica nas áreas de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual.	<p>de trabalho. Porto Alegre: Artmed, 1998. Rever as referências, considerando o novo ementário</p> <p>Básica AZEVEDO, M. C. S. Ensino por Investigação: problematizando asatividades em sala de aula. In: CARVALHO, A. M. P. (Org). Ensinode Ciências: unindo a pesquisa e a prática. São Paulo: Cengage Learning, 2016. Disponível em: http://moodle.stoa.usp.br/file.php/1129/Ensino_por_investigacao_prob_lematizando_as_atividades_em_sala_de_aula.pdf. Acesso: 22 nov.2021. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio.Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_Ensin_oMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso: 22 nov. 2021. PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: https://www.feevale.br/Comum/midias/0163c988-1f5d-496f-b118-a6e009a7a2f9/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf. Acesso: 22 nov. 2021. Complementar BRASIL. Guia de implementação do Novo Ensino Médio. Brasília: MEC/CONSED, 2018. Disponível em: https://anec.org.br/wp-content/uploads/2021/04/Guia-de-implantacao-do-Novo-Ensino-Medio.pdf. Acesso: 22 nov. 2021. BRASIL. Referenciais Curriculares para a Elaboração dos Itinerários Formativos. Disponível em: https://seduc.pi.gov.br/chaodaescola/wp-content/uploads/2020/03/REFERENCIAIS-CURRICULARES-ITINER%C3%81RIOS-FORMATIVOS-GEUSELIA-E-DINIZ.pdf. Acesso: 22 nov. 2021. ZOMPERO, A. F; ANDRADE, M. A. B. S; MASTELARI, T. B; VAGULA, E. Ensino por investigação e aproximações com a aprendizagem baseada em problemas. Debates em Educação, v. 11, n. 25, p. 222–239, 2019. Disponível em: https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/7740/pdf. Acesso: 22 nov. 2021.</p>
IV	Empreendedorismo, Propriedade Intelectual e Mercado	30 H	Contextualização e importância, panorama da formação no mundo moderno, cenários profissionais modernos, educação empreendedora, fatores que influenciam a escolha profissional,	<p>Básica CarCarol S. Dweck, Mindset: A nova psicologia do sucesso, Editora: Objetiva; 1ª edição (24 janeiro 2017)</p>

	de Trabalho		construindo uma carreira profissional, empreendedorismo aplicado a carreira, análise de casos de empreendedorismo bem sucedidos e como a propriedade intelectual foi utilizada para proteger e monetizar a inovação.	<p>Empreendedorismo Transformando Ideias Em Negócios, Dornelas, J. Editora: ATLAS, 6ª edição, 2018.</p> <p>- C.H.O.Q.U.E.: Tratamento para o surto empreendedor, Marcus Linhares, Editora : Benvirá; 1ª edição (22 agosto 2018).</p> <p>Nunes, Lívio César Cunha, Manual de propriedade intelectual: da ideia ao mercado. EDUFPI, Teresina-PI, 2016.</p> <p>Complementar</p> <p>- www.inpi.gov.br , Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)</p> <p>- www.mct.gov.br, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)</p> <p>- www.abpi.org.br, Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (IBPI)</p> <p>- www.wipo.int , Organização Mundial de Propriedade Intelectual (OMPI)</p>
IV	Ambientes de Inovação Educacional	30 H	Inovação educacional na contemporaneidade. A inovação metodológica para atuação nos Ambientes Educacionais Inovadores (AEI). Integração de tecnologias no uso dos Ambientes Educacionais Inovadores (AEI). Os Ambientes Educativos Inovadores (AEI) e as comunidades de prática.	<p>Básica</p> <p>CAMARGO, FAUSTO; DAROS, THUINIE. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso. 2018.</p> <p>CAMPOS, FLAVIO. RODRIGUES. BLIKSTEIN, PAULO. Orgs. <i>Inovações radicais na educação brasileira</i>. Porto Alegre: Penso. 2019.</p> <p>GILLERAN, ANNE. Práticas Inovadoras em Escolas Europeias. In: SANCHO, JUANA, MARIA;</p> <p>Complementar</p> <p>HERNÁNDEZ, FERNANDO. Col. <i>Tecnologias para transformar a educação</i>. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 85-109.</p> <p>PEDRO, N. Ambientes educativos inovadores: o estudo do fator espaço nas ‘salas de aula do futuro’ portuguesas. <i>Revista Tempos e Espaços em Educação</i>, v. 10, n. 23, p. 99-108, 2017</p> <p>ANASTACIO, M. R. et al. Empreendedorismo social e inovação no contexto brasileiro. Curitiba: PUCPRESS, 2018. Disponível em: https://institutolegado.org/downloads/ens-brasil-ebook.pdf. Acesso: 22 nov. 2021.</p>

11. CORPO DOCENTE

DOCENTE	CPF	DISCIPLINA(S)	FORMAÇÃO ACADÊMICA	VÍNCULO	CURRÍCULO LATTES
ELICIANA SELVINA FERRERIA MENDES VIEIRA	470242163-87	FUNDAMENTOS DE EMPREENDEDORISMO	Graduação em Ciências Econômicas. Doutora em Propriedade Intelectual e Inovação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/8408433638413500
		POLÍTICAS PÚBLICAS DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO			
LIVIO CESAR CUNHA NUNES	453.364.823-15	FUNDAMENTOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL	Graduação em Farmácia Doutor em Ciências Farmacêuticas	UFPI	http://lattes.cnpq.br/4572828528333734
		EMPREENDEDORISMO, PROPRIEDADE INTELECTUAL E MERCADO DE TRABALHO.			
JERINO QUEIROZ FERREIRA	839.985.433-68	NOVAS TECNOLOGIAS NO ENSINO	Graduação em Química, Doutorado em Ciências	UFPI	http://lattes.cnpq.br/3254487434522733
RICARDO DE ANDRADE LIRA RABÊLO	912.843.763-20	INTERNET DAS COISAS	Graduação em Ciência da Computação e Doutorado em Ciências	UFPI	http://lattes.cnpq.br/2263553634422386
JOSÉ RODRIGUES TORRES NETO	912.843.763-20	PROTEÇÃO E GESTÃO DE DADOS E INFORMAÇÕES	Graduação em Ciência da Computação e Doutorado em Ciências da Computação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/9861146782162614
FLÁVIA LORENNE SAMPAIO BARBOSA	622.181.663-72	TECNOLOGIA, INTERNET E AS RELAÇÕES LABORAIS	Graduada em Administração Doutora em Administração de Empresas	UFPI	http://lattes.cnpq.br/3271567015867945
MONICA FELTS DE LA ROCA SOARES	314 941718-05	EMPREENDEDORISMO SOCIAL E EDUCACIONAL	Graduação em Farmácia Industrial Doutora em Ciências Farmacêuticas	UFPE	http://lattes.cnpq.br/7697436054834565
ESTEVÃO FREIRE	932.020.247-87	PROJETOS MULTIDISCIPLINARES EM EMPREENDEDORISMO E PROPRIEDADE INTELECTUAL	Graduação em Engenharia Química Doutor em Engenharia de Minas, Metalúrgica e de Materiais	UFRJ	http://lattes.cnpq.br/0651256832424158
FRANCISCO ERONI PAZ DO SANTOS	828.847.143-91	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA, EMPREENDEDORISMO E	Graduação em Física, Doutorado em Física	UFPI	http://lattes.cnpq.br/1265146759356028

MÁRCIA CRISTIANE ELOI SILVA ATAIDE	027.229.324-58	PROPRIEDADE INTELECTUAL AMBIENTES DE INOVAÇÃO EDUCACIONAL	Graduação em Química, Doutora em Educação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/6184938521532010
------------------------------------	----------------	--	--	------	---

12. EQUIPE DE TUTORIA

TUTOR(A)	CPF	NÚCLEO/TURMA	FORMAÇÃO ACADÊMICA	VÍNCULO	CURRÍCULO <i>LATTES</i>
MARCELO XISTO RIBEIRO	036714286-43		Graduação em Engenharia Florestal Mestrado em Tecnologia da Madeira	UFPI	http://lattes.cnpq.br/8449021679940900
ANDRÉ SALES AGUIAR FURTADO	043.290.643-67		Graduação em Engenharia Mecânica Mestre em Ciência e Engenharia dos Materiais	IFPI	http://lattes.cnpq.br/5990918140337513

13. METODOLOGIA

O Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica adotará a metodologia própria da educação remota, que contempla processos de ensino e aprendizagem baseados em princípios e características como qualidade, equidade, seletividade, interação social, comunicação intencional, colaboração, aprendizagem não-linear, responsabilidade pela autoaprendizagem, autoavaliação e acessibilidade. O processo de ensino e aprendizagem será mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a partir de atividades assíncronas e síncronas com apoio de um conjunto amplo e diversificado de recursos e ferramentas próprios de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Entre as atividades assíncronas, destacam-se as que serão realizadas na turma virtual do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA):

- a) Produção e envio de sínteses, resenhas, mapas conceituais, linhas do tempo, listas de exercícios e outros trabalhos acadêmicos por meio da ferramenta tarefa *online*;
- b) Debates e discussões temáticas por meio das ferramentas *fórum* e *chat*;
- c) Questionários e provas eletrônicas realizadas diretamente na sala virtual do SIGAA;
- d) Pesquisas em bibliotecas virtuais disponibilizadas no SIGAA, com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos, *slides*, vídeos e *podcasts*;
- e) Aulas previamente gravadas, em formato de videoaulas ou em formato de áudio-aulas (*podcasts*);
- f) Roteiros de estudos e leituras comentadas por meio de *slides*, *padlets* e *handouts* disponibilizados na turma virtual do SIGAA.

Outras TDIC serão utilizadas para o desenvolvimento das atividades assíncronas, como plataformas virtuais de organização, gerenciamento e compartilhamento de conteúdo (*Google* Formulários, e-mail, *YouTube*, redes sociais e mídias em geral). As atividades síncronas serão realizadas em plataformas virtuais, externas ou integradas ao SIGAA, que possibilitam a conectividade de centenas de alunos simultaneamente, como *Google Meet*, *Zoom* e *YouTube*, entre as quais destacam-se: a) Aulas dialogadas, por meio de videoconferências; b) Seminários, palestras, encontros, simpósios e outros eventos acadêmicos e científicos por meio de *Webnários*; e c) Rodas de conversas, *workshops*, minicursos, estudos de casos, análise de situação-problema, jogos, simulações e outras atividades acadêmicas do gênero com suporte nas plataformas virtuais.

A articulação teoria-prática será viabilizada também pelos laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, com recursos de simulação, experimentação, aplicação e avaliação das aprendizagens práticas, a partir da ação dos alunos sob orientação e supervisão dos professores formadores e dos tutores. O material de ensino de cada componente curricular, que engloba textos de referência, tarefas, fóruns de discussão, exercícios, videoaulas, provas, entre outros, será elaborado pelos professores formadores e disponibilizado na turma virtual do SIGAA. O acompanhamento de estudos dos alunos, que inclui orientação, esclarecimento de dúvidas quanto à organização e ao conteúdo das disciplinas, correção e devolutiva de atividades, entre outros, será feito pelos tutores sob supervisão dos professores formadores.

O curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica será ofertado pelo CEAD/UFPI na modalidade de ensino a distância, baseado em atividades executadas em ambiente virtual de ensino-aprendizagem e em atividades presenciais, com metodologias ativas, a serem desenvolvidas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, bem como por tutores, que auxiliarão os docentes nas atividades de ensino/aprendizagem por videoconferência. Os recursos básicos utilizados serão: ambiente virtuais de aprendizagem, incorporando os recursos de multimídia e videoconferência. O curso contará com uma equipe multidisciplinar, oferecida pela UFPI para desenvolver, desde a elaboração da proposta pedagógica, até os serviços de produção e disponibilização dos materiais impressos ou virtuais necessários para o desenvolvimento das atividades docentes, como: produção e disponibilização de vídeos; transmissão de videoconferências e demais materiais necessários ao trabalho de docência e tutoria.

No que se refere aos procedimentos de avaliação do rendimento acadêmico dos alunos no curso, os procedimentos específicos ficarão sob a responsabilidade de cada docente das disciplinas específicas, desde que respeitadas as normas de avaliação definidas pelas resoluções específicas da UFPI. Os processos avaliativos poderão ocorrer durante o Curso e no final de cada disciplina, contemplando diferentes atividades, tais como: avaliações de conteúdo das

disciplinas do Curso, participação nas atividades propostas de modo assíncrona e/ou participação nas atividades propostas no ambiente de aprendizagem virtual.

14. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica será desenvolvida na modalidade de educação a distância, por meio dos recursos humanos e toda a infraestrutura física e tecnológica do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI, construídos no decorrer de 15 anos de experiência com oferta de 17 cursos de graduação e dezenas de cursos de pós-graduação *lato sensu* nas mais diversas áreas do conhecimento, em 42 polos de apoio presencial.

O CEAD conta com Equipe Multidisciplinar completa, incluindo equipes de assessoria e orientação pedagógica, produção de material didático, revisão de texto, multimídia, tecnologia educacional, comunicação, suporte técnico, biossegurança e apoio acadêmico-administrativo. Também compõem o quadro de recursos humanos do CEAD a direção geral, secretaria administrativa, coordenação adjunta, coordenação financeira, coordenação de tecnologia da informação, coordenação de produção de material didático, assessoria de comunicação, serviço de administração acadêmica, serviço de apoio ao aluno, coordenação de ensino de graduação a distância, coordenação de pesquisa e extensão a distância, coordenações de polo e secretarias acadêmicas de polo, além de pessoal de apoio administrativo nas áreas de segurança e limpeza na sede e nos polos. Os recursos humanos diretamente relacionados à organização dos cursos do CEAD incluem: coordenações de curso de graduação, coordenações de curso de pós-graduação, coordenações de tutoria, coordenações de estágio, professores formadores, tutores presenciais, tutores à distância e pessoal de apoio administrativo-acadêmico.

O Centro dispõe de salas com recursos multimídia para aulas presenciais, espaço individualizado para coordenações de curso, sala de trabalho coletivo do corpo docente e da tutoria, auditórios, sala de reuniões e equipamentos para videoconferências, estúdios e equipamentos multimídia para produção e edição de material didático audiovisual, laboratórios de informática e de ensino e biblioteca física com acervo amplo, diversificado e atualizado. Os polos de apoio presencial, localizados em 42 municípios, sendo 40 no Piauí e dois na Bahia, são equipados com sala de coordenação administrativa e pedagógica, secretaria acadêmica, salas de aula, sala de trabalho de professores e tutoria, biblioteca física, laboratórios de

informática e de ensino, espaço multimídia para reuniões presenciais e videoconferências, entre outros.

O CEAD possui seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com condições adequadas de acessibilidade metodológica e tecnológica, hospedado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA), que disponibiliza um amplo conjunto de recursos e ferramentas de apoio ao desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão na modalidade de educação a distância, por meio de atividades síncronas e assíncronas: tarefas *online*, fóruns de discussão, *chats*, listas de exercícios, questionários e provas eletrônicas, bibliotecas virtuais com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos e vídeos, suportes de compartilhamento de videoaulas, *podcasts*, entre outros. Além disso, o Centro tem licença para utilização de salas em plataformas virtuais, com acessibilidade diretamente pelo SIGAA e capacidade de garantir a participação de centenas de alunos simultaneamente em atividades síncronas (aulas, videoconferências, seminários *online*, eventos científicos, entre outros). O corpo docente e discente tem ainda à disposição laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas, desenvolvidos por empresa de tecnologia educacional e integrados ao próprio ambiente virtual de aprendizagem do CEAD.

O Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica será ofertado em dois polos, Teresina e Picos. O polo central utilizará a infraestrutura física da UFPI/Teresina e apoio técnico da CEAD/UFPI, e o polo de Picos funcionará no Campus Senador Helvídio Nunes de Barros/UFPI, com infraestrutura adequada para a realização das atividades, com apoio do polo central e do CEAD. O curso será em sua maioria educação a distância, assim usaremos o Sistema acadêmico da UFPI bem como o serviço de internet e os ambientes virtuais disponibilizados pela instituição para execução das atividades de educação a distância.

15. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem dos discentes será realizada por meio atividades síncronas e assíncronas, como tarefas *online*, fóruns de discussão, lista de exercícios, questionários e provas eletrônicas, entre outros, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com observância aos prazos estipulados. O processo de avaliação da aprendizagem será de natureza qualitativa e quantitativa, observando-se o cumprimento dos prazos, a participação e interação no AVA, a assiduidade, engajamento e colaboração na realização das atividades propostas, a compreensão e o atendimento dos objetivos dos trabalhos e a qualidade das produções. O pré-

requisito formal para aprovação será a obtenção de média igual ou superior a 6,0 (seis) pontos em cada componente curricular.

16. REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO

A certificação será conferida nos termos da Resolução CEPEX/UFPI nº 349, de 16/09/2022, podendo ocorrer de duas formas: 1) conclusão do Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica, realizado pelo CEAD/UFPI; ou 2) solicitação de aproveitamento de estudos no Curso de Especialização em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica, realizado pelo CEAD/UFPI, restrito aos egressos de cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Secretaria de Educação Básica/MEC, desde que haja compatibilidade de carga horária e conteúdo em relação ao referido curso do CEAD/UFPI. O Certificado de Conclusão do Curso será emitido pela Universidade Federal do Piauí, conforme suas normas internas e a legislação pertinente. O documento conferirá o título de Especialista em Ensino de Empreendedorismo e Propriedade Intelectual na Educação Básica, com todos os direitos e prerrogativas legais garantidos pela lei brasileira pertinente à formação superior em nível de Pós-Graduação *lato sensu*.

REFERÊNCIAS

- BESSANT, J; TIDD, J. Inovação e empreendedorismo. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.
- DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2021.
- DRUCKER, P. F. Inovação e espírito empreendedor: prática e princípios. São Paulo: Cengage Learning, 2017.
- OSTERWALDER, A.; PIGNEUR, Y. Business Model Generation: inovação em modelos de negócios. Alta Books Editora, 2011.
- SALIM, C. S.; SILVA, N. C. Introdução ao Empreendedorismo: construindo uma atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Cadernos de práticas. Ensino Médio. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/cadernos-de-praticas/ensino-medio/>. Acesso: 22 nov. 2021.
- BRASIL. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: CNE/MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso: 22 nov. 2021.
- PADILHA, R. C. W; MACIEL, M. F. **Fundamentos da pesquisa para projetos de intervenção**. Curitiba: UNICENTRO.
- Conceitos e aplicações de propriedade intelectual. Organizadora Wagna Piler Carvalho dos Santos. – Salvador, BA: IFBA, 2018.
- Nunes, Lívio César Cunha, Manual de propriedade intelectual: da ideia ao mercado. EDUFPI, Teresina-PI, 2016.
- DE NEGRI, J. A. Investir em inovação é garantir o futuro. Rio de Janeiro, Ipea, 2022.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Educação (PNE). Diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>.
- www.inpi.gov.br, Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)
- BRASIL. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: CNE/MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/novembro-2018-pdf/102481-rceb003-18/file>. Acesso: 22 nov. 2021.
- www.mct.gov.br, Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

- www.abpi.org.br, Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (IBPI)
- BACICH, L.; TANZI-NETO, A.; TREVISANI, F. M. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação.** Porto Alegre: Penso, 2015.
- COLL, C.; MONEREO, C. **Psicologia da educação virtual: aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação.** Porto Alegre: Artmed, 2010.
- SOUSA, R.P.; MIOTA, F. M. C. S.C; CARVALHO, A. B. G. **Tecnologias digitais na educação.** Campina Grande: EDUEPB, 2011.
- KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas: Papyrus Editora, 2013.
- SOUSA, R.P.; MOITA, F. M. C. S.C; CARVALHO, A. B. G. **Tecnologias digitais na educação.** Campina Grande: EDUEPB, 2011. KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas: Papyrus Editora, 2013.
- Sociedade e Tecnologia na Era Digital. Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536522531. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536522531/>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- GARCIA, Solimar. **Gestão 4.0 em tempos de disrupção.** Editora Blucher, 2020. E-book. ISBN 9786555500059. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555500059/>. Acesso em: 01 abr. 2023.
- LACOMBE, Francisco José M. **Recursos humanos.** Editora Saraiva, 2020. E-book. ISBN 9788571441262. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441262/>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- ZANELLI, José C.; BORGES-ANDRADE, Jairo E.; BASTOS, Antônio V B. **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil.** Grupo A, 2014. E-book. ISBN 9788582710852. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582710852/>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- KALIL, Renan B. **A regulação do trabalho via plataformas digitais.** Editora Blucher, 2020. E-book. ISBN 9786555500295. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555500295/>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- FAVA, Rui. **Trabalho, educação e inteligência artificial: a era do indivíduo multifacetado. (Desafios da educação).** Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788584291274. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788584291274/>. Acesso em: 02 abr. 2023.
- KENSKI, V. M. **Educação e Tecnologias: o novo ritmo da informação.** Campinas: Papyrus Editora, 2013.
- CAMARGO, FAUSTO; DAROS, THUINIE. **A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas**

- para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso. 2018.
- CAMPOS, FLAVIO. RODRIGUES. BLIKSTEIN, PAULO. Orgs. *Inovações radicais na educação brasileira*. Porto Alegre: Penso. 2019.
- GILLERAN, ANNE. Práticas Inovadoras em Escolas Europeias. In: SANCHO, JUANA, MARIA; HERNÁNDEZ, FERNANDO. Col. *Tecnologias para transformar a educação*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p 85-109.
- PEDRO, N. Ambientes educativos inovadores: o estudo do fator espaço nas ‘salas de aula do futuro’ portuguesas. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 10, n. 23, p. 99-108, 2017
- ANASTACIO, M. R. et al. **Empreendedorismo social e inovação no contexto brasileiro**. Curitiba: PUCPRESS, 2018. Disponível em: <https://institutolegado.org/downloads/ens-brasil-ebook.pdf>. Acesso: 22 nov. 2021.
- DE NEGRI, J. A. Investir em inovação é garantir o futuro. Rio de Janeiro, Ipea, 2022.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Educação (PNE). Diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/>.
- MARQUES, B.; NOGUEIRA, F. Vincular financiamento com qualidade: um desafio ainda presente à educação brasileira. *Retratos da Escola*, [S. l.], v. 13, n. 26, p. 379–389, 2019.
- MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES (MCTI). Guia de orientações sobre instrumentos do marco legal de CT&I. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Vol. 1. Brasília: MCTI, 2022. NAÇÕES UNIDAS. A agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: objetivos do desenvolvimento sustentável. [S.l.], 2017. SCHEID, N. M. J. História da Ciência na Educação Científica e Tecnológica: Contribuições e Desafios. *Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia*, vol. 11, n. 2, 2018.
- SOUSA, J. R. F.; BATISTA, L. F.; HELAL, D. H. Sobre implementação de políticas públicas: uma revisão sistemática da literatura e agenda de pesquisas. *Revista Sociedade e Estado*. v.37, n. 2, Maio/Agosto 2022. SUZIGAN, W.; FURTADO, J. Instituições e Políticas Industriais e Tecnológicas: Reflexões a Partir da Experiência Brasileira. *Estudos Econômicos São Paulo*, 40(1): 7-41, jan.-mar. 2010. GIANEZINI, K. et al. Políticas públicas: definições, processos e constructos no século XXI. *Revista de Políticas Públicas*, v. 21, n. 2, p. 1065-1084, 2011. Acesso: 22 nov. 2021.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 783, DE 20 DE MARÇO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Fitoterapia: da planta ao produto, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância, da Universidade Federal do Piauí.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 17 de março de 2025 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.020150/2024-74;

RESOLVE:

1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Fitoterapia: da planta ao produto, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí, conforme Projeto Pedagógico do Curso, em anexo, e processo acima mencionado.

2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 20 de março de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA

Reitora



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM FITOTERAPIA: DA PLANTA AO PRODUTO**

NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:1825713
5372

Assinado de forma digital por
NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.04.09 12:43:19
-03'00'

TERESINA/PI

2024

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM FITOTERAPIA: DA PLANTA AO PRODUTO**

Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Fitoterapia: Da planta ao produto, do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

TERESINA/PI

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA ARAÚJO

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA

Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/PRPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância

ANDRÉ LUIS MENEZES CARVALHO

Coordenador do Curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Fitoterapia: da planta ao produto

SUMÁRIO

	Pág.
1 Identificação.....	8
2 Coordenação.....	8
3 Fundamentação e justificativa.....	10
4 Histórico da instituição.....	12
5 Objetivos.....	20
6 Público-alvo e perfil do egresso.....	21
7 Vagas, critérios de seleção e requisitos de admissão de alunos.....	22
8 Carga horária.....	23
9 Período e periodicidade.....	23
10 Estrutura curricular.....	24
11 Conteúdo.....	24
12 Corpo docente.....	33
13 Encargos docentes.....	34
14 Cronograma.....	35
15 Metodologia.....	36
16 Infraestrutura física e tecnológica.....	37
17 Sistemática de avaliação da aprendizagem.....	41
18 Controle de frequência.....	40
19 Trabalho de conclusão de curso.....	46
20 Autoavaliação de curso e disciplinas/atividades.....	46
21 Certificação.....	52
Referências.....	52

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Denominação do curso: Pós-Graduação *lato sensu* em Fitoterapia: da planta ao produto

1.2 Área/subárea de conhecimento: Ciências da Saúde / Farmácia

1.3 Unidade de ensino: Centro de Educação Aberta e a Distância – CEAD

1.4 Unidade acadêmica: Coordenação do Curso de Farmácia

1.5 Instituições parceiras: SEDUC

1.6 Modalidade de oferta: gratuito

1.7 Modalidade de ensino: Semipresencial / Versão híbrida

1.8 Titulação a ser conferida: Especialista em Fitoterapia

1.9 Comissão de elaboração: Prof. Dr. André Luis Menezes Carvalho – Presidente
(Coordenação do Curso de Farmácia), Profa. Dra. Eilika Andréia Feitosa Vasconcelos –
Coordenação de tutoria (Coordenação do Curso de Farmácia)

2. COORDENAÇÃO

2.1 Coordenador: Prof. Dr. André Luis Menezes Carvalho

Nome: André Luiz Menezes Carvalho

CPF: 850.647.503 - 15

SIAPE: 01668358

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

Setor de lotação: Coordenação do Curso de Farmácia – CCS/UFPI

E-mail: aluismenezes@yahoo.com.br / aluismenezes@yahoo.com.br

Telefone: (86) 3215-5870 / 5953

Área/subáreas de atuação: Ciências da Saúde / Farmácia / Farmacotécnica, Cosméticos e Desenvolvimento de Produtos

Graduação: Farmacêutico (UFPI – 2002)

Pós-graduação: Mestre em Ciências Farmacêuticas (UFPE – 2007) e Doutor em Ciências Farmacêuticas (UFPE – 2012), na área de produção e controle de qualidade de medicamentos.

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional Farmacêutico (UFPI:– 2002), Mestre em Ciências Farmacêuticas (UFPE – 2007) e Doutor em Ciências Farmacêuticas (UFPE – 2012), na área de produção e controle de qualidade de medicamentos. Atuou em

Farmácia Magistral, Farmácia Comunitária, Indústria Farmacêutica, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Cosméticos e Centro de Biodisponibilidade / Bioequivalência. Realizou estágio pós – doutoral na Universidade de Lisboa, no departamento de Farmácia Galênica e Tecnologia Farmacêutica. Participa do Programa de Pós – Graduação em Ciências Farmacêuticas e do programa de Odontologia da UFPI. Colabora em projetos de doutorado do Programa de Pós - Graduação Renorbio e do Programa de Pós – Graduação em Ciência Animal da UFPI. Docente das disciplinas: Farmacotécnica e Cosméticos.

Endereço eletrônico do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6874869711888371>

2.2. Coordenadora de tutoria: Profa. Dra. Eilika Andréia Feitosa Vasconcelos

Nome: Eilika Andréia Feitosa Vasconcelos

CPF: 024.261.314-46

SIAPE: 1343348

Regime de trabalho: Dedicção Exclusiva

Setor de lotação: Coordenação do Curso de Farmácia – CCS/UFPI

E-mail: eafvasconcelos@hotmail.com, eilika@ufpi.edu.br

Telefone: (86) 99493-5757

Área/subáreas de atuação: Farmácia. Controle de Qualidade, Fitoterápicos

Graduação: Farmacêutica com Habilitação em Indústria (UFRN/2000)

Pós-graduação: Doutorado em Biotecnologia – Renorbio (UECE/2011), Mestrado em Ciências Farmacêuticas (UFRN/2002)

a) Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Professora do Curso de Farmácia da UFPI desde 2005, atuando na área de Controle de Qualidade de Medicamentos, cosméticos e correlatos. Colabora em projetos de desenvolvimento e controle de qualidade de fitoterápicos. Coordenou o Curso de Farmácia por 3 vezes. Membro do Comité de Ética Animal da UFPI por 3 mandatos.

Endereço eletrônico do currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5506518417889254>

3. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

3.1 Justificativas da modalidade educação à distância

As rápidas mudanças tecnológicas envolvendo a sociedade, tanto nas formas de trabalhar, como na vida doméstica dos cidadãos, exigem o uso de táticas educacionais inovadoras que permitam a todos os brasileiros alcançarem seu pleno potencial, bem como acabar com o sentimento de isolamento do aluno separado por distância na esfera da educação formal em todos os níveis.

Além da quebra de fronteiras que o ensino a distância pode proporcionar, essa modalidade de ensino tem gerado novas oportunidades para aqueles alunos que evadiram da universidade para ingressar no mercado de trabalho sem concluir o ensino superior. Essa evasão ocorre principalmente devido à impossibilidade do aluno conciliar as atividades de estudante com as de profissional, essas últimas, muitas vezes, necessárias à própria sobrevivência do aluno. Na Universidade Federal do Piauí, é grande a quantidade de alunos que deixam de concluir o curso para entrar no mercado de trabalho.

Em regiões menos desenvolvidas como o Nordeste, torna-se imperativo, para que se dê um salto de qualidade, o encurtamento das distâncias entre os centros de conhecimento, os alunos e os professores. Daí a necessidade de ampliação e manutenção de um programa educacional capaz de propiciar ganhos não apenas em termo de regiões geográficas, mas também de velocidade de aprendizagem, sem comprometer a qualidade.

Diversos conceitos de negócios foram criados e remodelados com o advento da Internet. Expressões como *e-commerce*, *e-business* e *e-procurement* fazem parte do cotidiano das corporações. A esses, se juntou o *e-learning*, que tem como meta prover a educação institucional com uma série de facilidades e ferramental tecnológico. Também conhecido como Ensino a Distância, o *e-learning* tornou-se uma tendência, substituindo as formas tradicionais de ensino por alternativas que ensejam economia de recursos e de tempo na produção de conhecimento.

A Educação a Distância (EaD), no presente, busca integrar atividades tradicionalmente usadas na educação presencial em conjunto com as novas tecnologias de informação e comunicação, de maneira que sirva como ferramenta qualitativa e inovadora no processo de ensino e aprendizagem e que tenha a capacidade de instrumentalizar alunos e professores para o desenvolvimento da aprendizagem.

O Brasil está em uma fase de expansão da EaD na produção de conhecimento. Muitas instituições já dispõem de plataformas EaD próprias a partir de experiências e adaptações do ensino presencial: chats, fóruns de discussão, videoaulas, videoconferência, entre outros recursos. Até mesmo os cursos presenciais, atualmente, já realizam parte de suas cargas horárias a distância (o que foi autorizado pela Portaria MEC Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004). Dessa forma, o ensino a distância está usando as novas tecnologias de informação e comunicação na medida do disponível, fazendo e aprendendo.

Com o surgimento do coronavírus (SARS-COV-2) e conseqüentemente a pandemia da Covid-19, as universidades, empresas e demais estabelecimentos, precisaram se adequar para não fechar suas portas, o que causou muita controvérsia, principalmente por não estarem abertos às novas formas de vivências on-line. Mas com os conhecimentos existentes da EaD, foi possível a inserção da metodologia do ensino a distância no contexto da pandemia, o que foi denominado de Ensino Remoto, que é apenas uma parte componente da completa estrutura de que dispõe a Educação a Distância como um todo.

Mesmo citando-se a resistência de algumas entidades em adotar o sistema de Ensino Remoto, foram verificadas tanto a sua necessidade quanto sua eficácia, o que proporcionou a continuação do trabalho nas universidades e departamentos que antes não utilizavam essa modalidade e suas ferramentas.

Com isso, vê-se que as ferramentas do Ensino Remoto são úteis, adequadas e de indiscutível eficiência, não somente ao momento presente, mas ao seu uso em momentos não pandêmicos, com objetivos específicos e a públicos que outrora não teriam oportunidade de estudar, como foi mencionado anteriormente.

Devido ao avanço das mídias digitais e da expansão da Internet, foi possível o acesso a um grande número de informações, a interação e a colaboração entre pessoas distantes geograficamente ou inseridas em contextos diferenciados. Esta constatação indica a necessidade de desenvolver ações permanentes de inserção de novas tecnologias no processo educativo.

Na EaD, usando as novas tecnologias de informação e comunicação, o aluno é usuário, aprendiz e leitor ao mesmo tempo.

Na forma do ensino presencial, o professor e o aluno estão fisicamente próximos e a maioria dos problemas é resolvida com facilidade própria do contato humano. Embora na EaD a distância física seja fato, as ferramentas tecnológicas sanam tal dificuldade, o que exige que todos os envolvidos participem dos processos de ensino e aprendizagem.

3.2 Justificativas do curso de Pós-graduação *lato sensu* em Fitoterapia: Da planta ao produto (Educação a Distância)

No âmbito do sistema único de saúde, a perspectiva de promoção da saúde procura desenvolver ações que atuem em aspectos que incidam sobre o processo saúde-doença, incentivando formas mais amplas de intervenção sobre os condicionantes e determinantes sociais de saúde, de forma intersetorial e com participação popular favorecendo escolhas saudáveis por parte dos indivíduos e coletividades no território onde vivem e trabalham.

Nesse contexto, a utilização de plantas com fins medicinais, para tratamento, cura e prevenção de doenças, é uma das mais antigas formas de prática medicinal da humanidade. Além do mais, muitas comunidades, o conhecimento sobre esses vegetais simboliza muitas vezes o único recurso terapêutico existente (ROBERS et al., 1997).

As evidências científicas do uso de plantas medicinais no manejo de diversas morbidades, aliada a rica biodiversidade brasileira. O Brasil possui diversos biomas ricos em plantas com poder medicinal que poderão trazer alternativas terapêuticas em relação aos tratamentos convencionais ou funcionarem como complementar através da obtenção e uso de extratos vegetais, chás, infusões ou até mesmo medicamentos e cosméticos.

Além de representarem um fator de grande importância para a manutenção da condição de saúde das pessoas, as plantas medicinais têm sua ação terapêutica comprovada e representam uma parte importante da cultura de um povo.

No entanto, no Brasil, as plantas com propriedades medicinais que constituem a flora nativa são consumidos com pouca ou nenhuma comprovação de suas propriedades farmacológicas, propagadas por usuários ou comerciantes. Outro agravante está na prática desregrada de comercialização desses insumos medicinais, uma vez que em muitos dos casos são empregadas para fins medicinais diferentes daqueles utilizados pelos silvícolas.

Apesar de serem menos tóxicas quando comparada com a dos medicamentos sintéticos ou semissintéticos, a toxicidade de plantas medicinais é um problema sério de saúde pública. Os efeitos adversos dos fitoterápicos, possíveis adulterações e toxicidade, assim como a ação sinérgica (interação com outras drogas ou fármacos) podem ocorrer de forma frequente.

Assim, por justificativas de natureza técnica, econômica, social, cultural e, sobretudo, da necessidade de conhecer, apoiar, incorporar, implementar experiências que já vêm sendo desenvolvidas na rede pública de muitos municípios e estados, cresce o interesse popular e institucional no sentido de fortalecer a fitoterapia no SUS e na comunidade. Além de criar

subsídios para o uso de preparações domésticas com qualidade, nas descobertas de novos insumos, na popularização da fitoterapia em diversos ambientes. Por fim, a possibilidade de uso de insumos ou medicamentos com eficácia e segurança à população.

Os egressos de vários cursos têm a oportunidade de continuar os estudos através da aquisição de conhecimento e do desenvolvimento de pesquisas específicas da Fitoterapia, contribuindo com produção científica de grande importância na área.

A necessidade de um curso de especialização, visando à formação continuada, vai para além dos nossos egressos, visto que o Piauí tem vários professores da rede pública de saúde que, por falta de oportunidades, ainda se encontram sem uma formação direcionada, na área de sua graduação.

Nesse sentido, sente-se a necessidade de um curso de especialização que una vários eixos norteadores em prol da saúde, e que tenha uma relação direta com a formação universitária desses profissionais.

Um curso de especialização em Fitoterapia: Da planta ao produto é a concretização desses anseios, visto que o grupo de professores efetivos do curso de Farmácia é em sua totalidade de Farmacêuticos com conhecimentos nas mais diversas áreas, o que subsidia um material humano relacionado à proposta em questão. Além disso, o caráter multidisciplinar da proposta poderá inserir diversos profissionais envolvidos na cadeia e arranjos produtivos desde a obtenção de plantas medicinais, extratos, formulações e uso clínico, considerando as propriedades farmacológicas.

Frente ao exposto, a Coordenação do Curso espera que os egressos possuam conhecimento amplo de toda cadeia envolvida na consolidação da prática integrativa FITOTERAPIA. Essa disseminação de formação trará ao estado profissionais com habilidades técnicas, científicas para capilarização do tema da especialização e com potencial de empreender nos diferentes territórios.

4 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

4.1 Identificação

NOME UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ –UFPI	CNPJ 06.517.387/0001-34
--	-----------------------------------

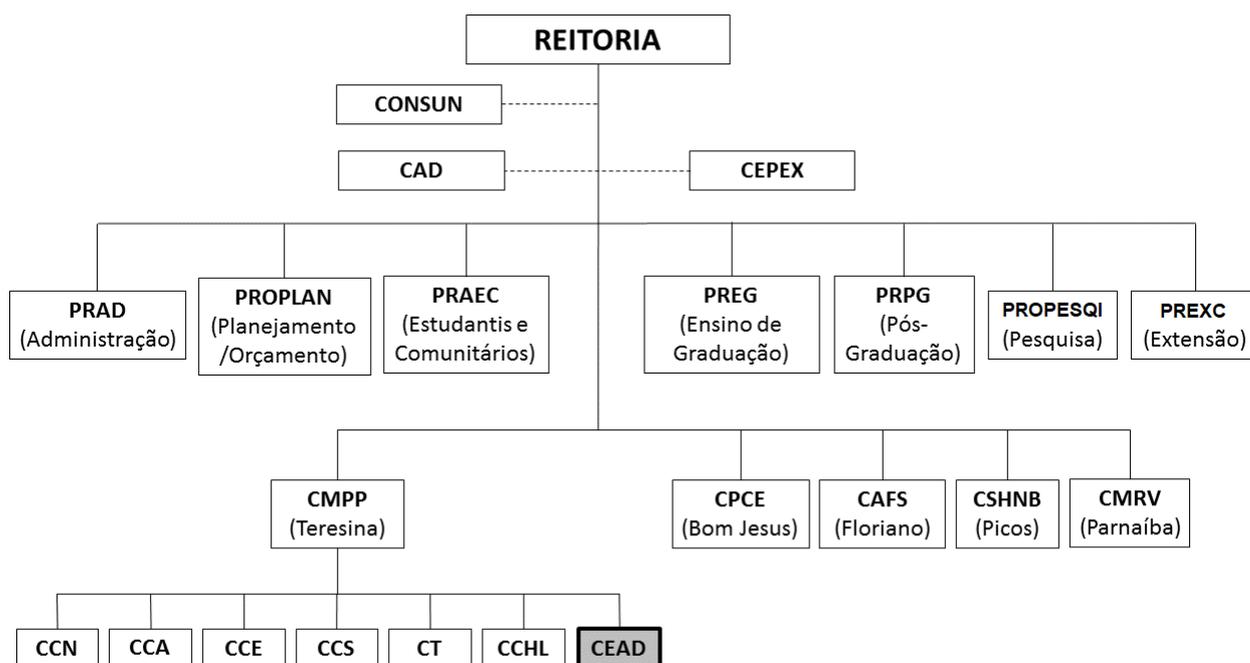
LOGRADOURO (Sede) Campus Universitário Ministro Petrônio Portela		NÚMERO S/N	BAIRRO Ininga
CIDADE Teresina	UF PI	CEP 64049-550	(DDD) FONE (86) 999992309

4.2 Constituição da UFPI

A Universidade Federal do Piauí é uma instituição de ensino superior, mantida pela Fundação Universitária Federal do Piauí (FUFPI), criada pela Lei nº 5.528 de 12 de novembro de 1968, com sede na cidade de Teresina, estado do Piauí. A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial, que é exercida na forma da legislação vigente, de seu Estatuto e seu Regimento Geral.

É constituída de onze unidades de ensino: sete centros situados no campus sede em Teresina (Centro de Ciências da Natureza – CCN, Centro de Ciências Agrárias – CCA, Centro de Ciências da Educação – CCE, Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL, Centro de Ciências da Saúde – CCS, Centro de Tecnologia – CT e Centro de Educação Aberta e a Distância – CEAD), e quatro *campi* no interior do estado (Bom Jesus – CPCE, Floriano – CAFS, Parnaíba – CMRV e Picos – CSHNB), e de sete Pró-Reitorias (PRAD, PRAEC, PREG, PROPESQI, PROPLAN, PREXC e PRPG) para apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Organograma da UFPI



4.2.1 Contextos interno e externo da UFPI

Para definição dos objetivos institucionais, torna-se importante conhecer o contexto da UFPI nas dimensões internas e externas. O modelo de gestão administrativo que norteia o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFPI é instrumento para elevar a consciência dos problemas, potencializar os sentidos dos fenômenos e projetar novas possibilidades de construção e, assim, contribuir para a emancipação intelectual e social da comunidade acadêmica.

O estudo avaliativo do contexto interno da UFPI vem sendo realizado pela Comissão Permanente de Avaliação Institucional (CPA), desde 1999, que analisa as ações desenvolvidas para o cumprimento da missão institucional, a partir das seguintes variáveis: política de inserção da comunidade; política de contratação e capacitação do corpo docente e técnico-administrativo; política de aquisição e manutenção do acervo bibliográfico; compromisso social, junto à comunidade acadêmica e à sociedade.

No contexto externo, a UFPI apresenta-se, junto à sociedade civil e à comunidade universitária, como uma instituição de elevada credibilidade. Há uma consciência da sua importância para o estado e para o país, que pode ser comprovada pela demanda na procura de ingresso em seus cursos, nas dimensões da graduação, da pós-graduação, da extensão e de outros serviços.

Assim, a UFPI procura cumprir sua missão, ao qualificar profissionais com perfis adequados ao atendimento às exigências da sociedade contemporânea.

4.2.2 Objetivos institucionais

O artigo 3º do Estatuto da Universidade Federal do Piauí explicita que esta instituição tem por objetivo cultivar o saber em todos os campos do conhecimento puro e aplicado, de forma a:

a)	Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
b)	Formar diplomados nas diferentes áreas do conhecimento para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na formação contínua;

c)	Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia em consonância com os desafios da sociedade brasileira;
d)	Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, da publicação de resultados de pesquisas e de outras formas de comunicação;
e)	Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural, profissional e possibilitar a correspondente concretização e integração dos conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizada do conhecimento de cada geração;
f)	Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestando serviços especializados à comunidade e estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade; e,
g)	Promover extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

4.2.3 Missão e princípios institucionais da UFPI

É missão da Universidade Federal do Piauí propiciar a elaboração, sistematização e socialização do conhecimento filosófico, científico, artístico e tecnológico permanentemente adequado ao saber contemporâneo e à realidade social, formando recursos que contribuam para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural local, regional e nacional.

4.2.4 Avaliação institucional da UFPI

A autoavaliação da Universidade Federal do Piauí possibilita uma leitura sobre o estado dessa IES em alguns aspectos de suas funções. O ponto forte desse estudo aponta como aspecto positivo o ensino, a pesquisa e a extensão, que são desenvolvidos de forma consistente numa escala de ascensão, contribuindo para o engrandecimento da sociedade piauiense. Os desafios mais presentes consistem no replanejamento de ações, que possam otimizar o fluxo acadêmico dos alunos da graduação, de forma a contribuir para aumentar o grau de sucesso do ensino.

O processo de autoavaliação institucional é realizado pelas Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs), existentes em cada campus e centros de ensino, o qual é efetivado pela

Comissão Própria de Avaliação (CPA), que posta, anualmente, relatórios de autoavaliação no sistema e-Mec, contemplando as dez dimensões do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

A metodologia da autoavaliação da UFPI se baseia nos princípios de adesão voluntária, avaliação total e coletiva, unidade de linguagem e competência técnico-metodológico, sendo realizada pela CPA com o apoio da Diretoria de Informação e Avaliação Institucional (DIAI), obedecendo às normas propostas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

4.2.5 Princípios de avaliação da UFPI

De forma geral, os objetivos do Programa de Avaliação Interna da UFPI consistem em:

- Avaliar a eficácia e efetividade acadêmica e social das ações educacionais desenvolvidas pela UFPI para definir seu perfil institucional;
- Manter-se em sintonia com a política nacional de avaliação da educação superior;
- Subsidiar o planejamento da gestão acadêmica e administrativa e, ao mesmo tempo, prestar contas à sociedade sobre a qualidade dos serviços educacionais.

Para a consecução dos objetivos gerais do Programa de Avaliação Interna faz-se necessária a realização de ações de caráter específicas, tendo em vista os objetivos e a missão institucional. São, portanto, analisados:

- O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) enquanto instrumento norteador para o cumprimento da missão da UFPI;
- O Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU) enquanto instrumento norteador para o cumprimento da missão do CEAD;
- A política de formação acadêmico-científico-profissional, bem como o grau de articulação entre a iniciação científica, a extensão e a formação profissional dos alunos;
- As políticas institucionais voltadas para o desenvolvimento social, enquanto instituição portadora da educação como bem público e expressão da sociedade democrática e pluricultural;

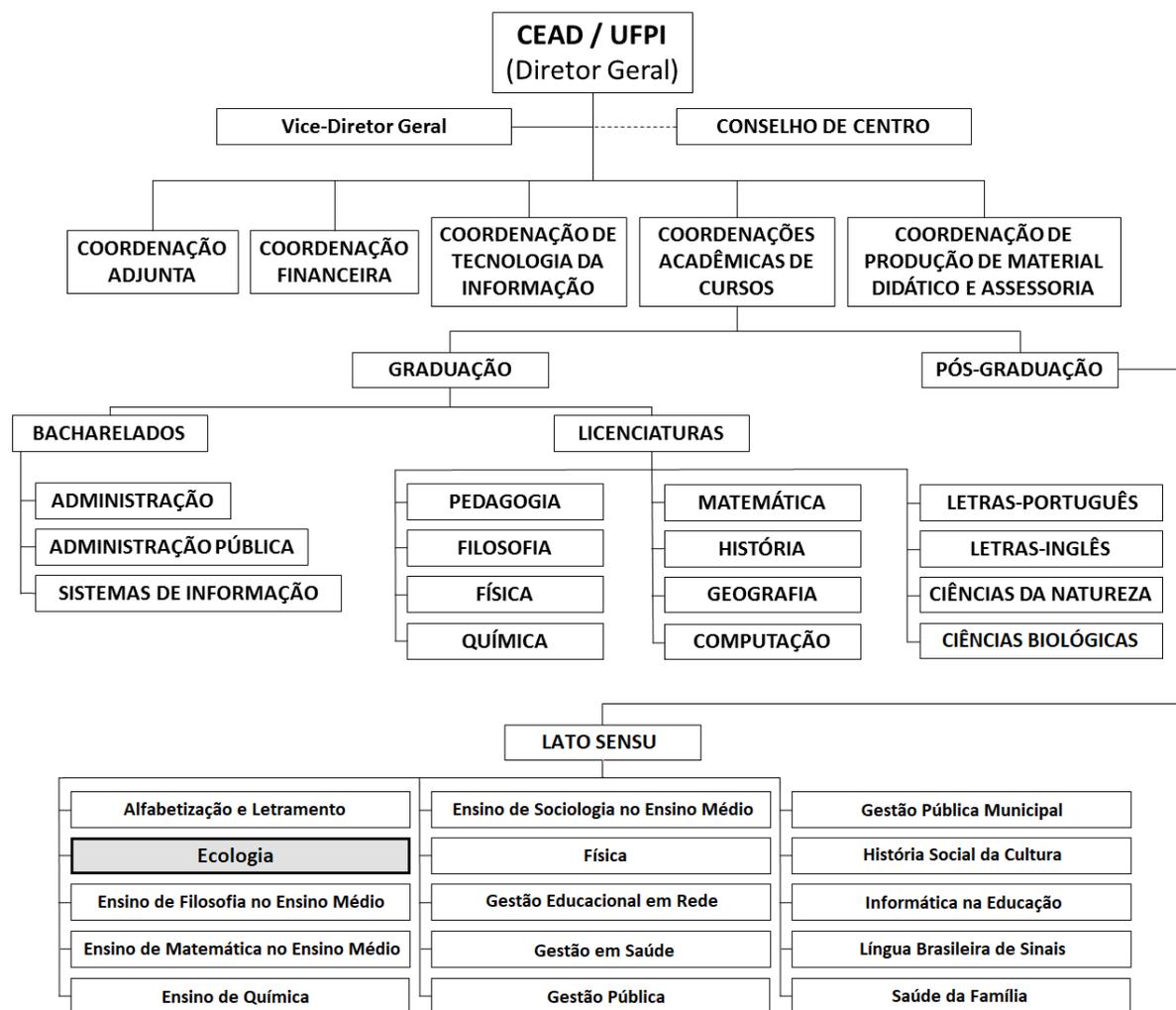
- A infraestrutura e sua relação com as atividades acadêmicas de formação, de produção e disseminação de conhecimentos e com as finalidades próprias da UFPI;
- O planejamento e avaliação, instrumentos centrados no presente e no futuro institucional, a partir do conhecimento de fragilidades, potencialidades e vocação institucional;
- As formas de acesso dos alunos à UFPI;
- Programas que buscam atender aos princípios inerentes à qualidade de vida estudantil no âmbito da UFPI;
- A capacidade de administrar a gestão acadêmica com vistas à eficácia na utilização e obtenção dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas no PDI/UFPI e PDU/CEAD.

4.3 Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI – CEAD

O Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da UFPI começou a funcionar em 2006, chegando a ter outras denominações (Ex: Universidade Aberta do Piauí – UAPI), sendo incorporado como unidade de ensino (Centro) da UFPI em 2013 (Portaria MEC Nº 97, de 05/03/2013).

A missão do CEAD é promover a democratização do ensino superior, oferecendo cursos de graduação e de pós-graduação, na modalidade à distância, qualificando profissionais aptos a contribuírem com o desenvolvimento local, regional e nacional.

Organograma do CEAD – UFPI



5 OBJETIVOS

5.1 Objetivo geral

- Oferecer formação específica em Fitoterapia, a partir de um enfoque desde a planta medicinal até a utilização de fitoterápicos e fitocosméticos, para profissionais formados tanto em graduação em Farmácia quanto em áreas afins ao curso.

5.2 Objetivos específicos

- Oferecer formação continuada aos formados em cursos de Farmácia, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Medicina, Fisioterapia, Ciências Biológicas e Química, inclusive os egressos de licenciatura em Química/EaD ou Ciências Biológicas / EaD;
- Oferecer formação específica para profissionais da atenção básica à saúde da rede pública municipal, estadual ou federal em função de uma melhor qualidade do processo de atendimento à população visando garantir o acesso seguro e uso racional das plantas medicinais e fitoterápicas;
- Transmitir, através da captação técnica, informações sobre o correto manuseio, parte utilizada e preparo das plantas medicinais para a comunidade,
- Por meio de conscientização, educar os profissionais de saúde integrantes da ESF e NASF, sobre os riscos de interação medicamentosa, toxicidade e efeitos adversos advindos do uso de plantas medicinais.
- Discutir políticas públicas envolvidas que fortalecem a implantação de Fitoterapia no País;
- Debater a legislação pertinente a área de Fitoterapia;
- Conhecer tópicos relevantes dos aspectos farmacológicos de plantas medicinais e fitoterápicos, desde estudos pré-clínicos a estudos clínicos;
- Subsidiar conhecimento para iniciativas de empreendedorismos e inovação aplicada a fitoterapia;
- Ampliar e reciclar conhecimentos em plantas medicinais e fitoterápicos nos profissionais da área saúde e afins;

- Aprofundar a formação do profissional na área de plantas medicinal e fitoterápica por meio de abordagem de temas envolvendo desde conceitos básicos, processamento até a sua utilização, para atuarem em diversos setores que envolvam o estudo e aplicação de plantas medicinal e fitoterápica.

6 PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO

6.1 Público-alvo

O Curso de Pós-graduação *lato sensu* (Especialização) em Fitoterapia: Da planta ao produto, modalidade à distância, se destina aos brasileiros (natos ou naturalizados):

- a) Graduados na área de Saúde (Farmácia e/ou Medicina e/ou Enfermagem e/ou Odontologia e/ou Nutrição);
- b) Graduados em cursos de licenciatura ou bacharelado em Química ou Ciências Biológicas

6.2 Perfil do egresso

- a) Atuar com o domínio, em sua área de formação, na disseminação de conhecimento com comprovação científica na área da Fitoterapia;
- b) Demonstrar capacidade crítica e de criação no contexto da Fitoterapia;
- c) Articular teoria e prática, saberes populares e evidências científicas, como subsídio para novas descobertas no Campo da Fitoterapia;
- d) Conscientizar-se da necessidade de buscar formas de atualização e aperfeiçoamento de sua formação;
- e) Atuar, coletivamente, partilhando experiências profissionais e uso de plantas e fitoterápicos;
- f) Estabelecer o diálogo entre a Fitoterapia e as demais áreas do conhecimento, articulando o saber científico à realidade;
- g) Conhecer e construir, com autonomia, processos investigativos sobre o uso seguro de plantas e fitoterápicos;
- h) Ter informações sobre o Planejamento, execução e formas de execução de pesquisa científica e / ou investigações científicas em Fitoterapia e Fitoterápicos;

- i) Assumir postura crítica e transformadora, fundamentada em evidências científicas, no tocante ao uso de plantas e fitoterápicos;
- j) Entender as legislações vigentes no tocante a Fitoterapia e a utilização, produção e prescrição de fitoterápicos.
- k) Possuir conhecimento sobre Inovação e Empreendedorismo para fortalecer novas iniciativas nos diferentes territórios do estado do Piauí e Arranjos produtivos ou ecossistemas de inovação.

Nesse sentido, o profissional com especialização em Fitoterapia - Da Planta ao Medicamento deverá atender aos requisitos supracitados e ainda poder orientar alunos e a sociedade no tocante à importância do conhecimento da Fitoterapia como ciência e as leis que regem as relações de produção e uso de medicamentos fitoterápicos além de promover a divulgação e a informação dos conhecimentos básicos sobre plantas medicinais e fitoterápicos para a comunidade, considerando metodologias participativas e o saber popular. Sendo no contexto da educação básica ou área de saúde

7 VAGAS, CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REQUISITOS DE ADMISSÃO DE ALUNOS

O Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Fitoterapia: Da planta ao produto se destina aos brasileiros (natos ou naturalizados) graduados em Farmácia e/ou graduados em cursos afins à Farmácia (definido em edital de seleção), que tenham na sua matriz curricular pelo menos uma disciplina de farmacologia ou Bacharéis ou Licenciados em Química ou Ciências Biológicas / Biologia.

O acesso ao curso deverá ser efetuado através de processo seletivo próprio, que poderá ter formato simplificado, porém obedecerá a critérios previamente explicitados em Edital específico lançado pelo CEAD/UFPI, para portadores de diploma de graduação em Farmácia e/ou graduados em áreas afins (nesse caso, definido nos editais de seleção), além de profissionais da área de química e ou biologia. Os egressos de cursos Tecnólogos poderão participar do curso, desde que contenha pelo menos uma disciplina de farmacologia (a ser validada pela comissão de seleção no processo seletivo).

A forma de seleção será indicada no edital específico para esse caso, mas as etapas poderão estar dentre as seguintes: inscrição (eliminatória); pontuação em currículo, de preferência lattes ou modelo próprio (classificatória); entrevista (classificatória); prova

objetiva específica sobre noções de fitoterapia (classificatória). Ressalta-se que nem todas as etapas poderão ser realizadas no certame. À comissão organizadora do processo de seleção elencará as etapas para o edital.

Inicialmente se intenciona ofertar 30 (trinta) vagas para uma turma ligada diretamente à Coordenação do curso em Teresina, no Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI – CEAD/UFPI e em outras quatro cidades diferentes, como: Luis Correia, Picos, Bom Jesus e Simões.

É importante frisar que o processo seletivo estará de acordo com o que dispõe o Art. 70 da Resolução CEPEX nº 100/2019: “Das vagas ofertadas pelos cursos de especialização realizados pela UFPI (autossustentados, patrocinados e gratuitos), até 10% (dez por cento) do total será destinado aos servidores docente e técnico-administrativos efetivos e ativos da UFPI, através de seu Programa de Capacitação Interna (PCI)”. Adicionalmente, o curso atenderá, também, a Resolução CEPEX nº 451/2023 que compete a oferta de vagas, considerando as ações de políticas afirmativas para preto (as), indígenas, e público alvo, como negros, pardos, pessoas com deficiência no âmbito dos cursos de pós-graduação Lato Sensu da UFPI.

8 CARGA HORÁRIA

- Carga horária total do curso: 450 horas, sendo 360 horas de disciplinas e 90 horas de trabalho de conclusão de curso.
- Equivalência em créditos: 30 créditos

9 PERÍODO E PERIODICIDADE

Cada turma do curso tem previsão de duração mínima de 1 ano e meio (execução das disciplinas) e máxima de 2 anos (aqui inclusa a finalização das defesas de TCC). Desta forma, as atividades do curso têm previsão de início em 2024.2 e término em 2025.2 ou 2026.1, tais períodos coincidindo com os períodos letivos do CEAD/UFPI.

Concomitantemente com a finalização de uma turma, ou logo após o encerramento desta, nova seleção poderá ser feita para início de novas turmas.

As disciplinas do curso serão ofertadas semestralmente, sendo executadas de forma bimestral, seguindo o padrão para todos os cursos do CEAD. Assim sendo, duas disciplinas

acontecerão simultaneamente em cada bimestre, de forma intensiva, com atividades e avaliações executadas nesse período de tempo, a fim de proporcionar ao aluno um foco mais direto no tocante à aprendizagem dos conteúdos de cada uma. Em cada disciplina deverá ser realizado pelo menos um encontro virtual, sendo que cada aula virtual deverá ter entre duas e três horas de duração. O Curso também contará com dois encontros presenciais a fim dos alunos adquirirem conhecimentos na obtenção de formulações e produtos cosméticos, além de ensaios de controle de qualidade de fitoterápicos e fitocosméticos.

10 ESTRUTURA CURRICULAR

Módulo/Disciplina/Atividade	C.H.	Créditos
Introdução à Fitoterapia. Políticas Públicas e Legislação	30 h	3.0.0
Plantas Medicinais: cultivo, formas de utilização e preparos	30 h	2.0.0
Tópicos em Fitoquímica e Farmacognosia	15 h	1.0.0
Aspectos Farmacológicos de Plantas Medicinais e Fitoterápicos	60 h	4.0.0
Estudos Pré-clínicos e Clínicos aplicados à Fitoterapia	15 h	1.0.0
Fitocosméticos : obtenção, caracterização e uso	60 h	3.1.0
Formas Farmacêuticas: aplicações, controle de qualidade e uso	60 h.	3.1.0
Controle de qualidade de plantas medicinais, fitoterápicos e fitocosméticos	30 h	2.0.0
Fitoterápicos e suplementação nutricional	15 h	1.0.0
Tópicos especiais aplicado à Fitoterapia	15 h	1.0.0
Empreendedorismo e Inovação aplicada à Fitoterapia	15 h	1.0.0
Seminário de Pesquisa em Fitoterapia	15 h	1.0.0
Trabalho de Conclusão de Curso	90 h	6.0.0

11 CONTEÚDO

Introdução à Fitoterapia. Políticas Públicas e Legislação	C.H. 30 h/a	Créditos: 2
Ementa		
Fitoterapia: conceito, histórico, importância, metodologia. Plantas reconhecidas pelo Ministério da Saúde. Legislação referente aos fitoterápicos, a fitoterapia no Sistema Único de Saúde (SUS). Farmácias Vivas. As etapas na produção de Fitoterápicos. Horto de		

plantas medicinais.
Bibliografia
Bibliografia básica: MATOS, F.J.A. – Farmácias vivas – 3.Ed. rev. e atualizada. Fortaleza: Editora da UFC, 1998. PANIZZA, SYLVIO. Ensinando a cuidar da saúde com as plantas medicinais: guia prático de remédios simples e naturais. São Paulo: Prestígio, 2005. PIO CORRÊA, M. – Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/IBDF – Imprensa Nacional, 1984, 6 volumes.
Bibliografia complementar: Brasil. Conselho Nacional de Secretaria de Saúde – CONASS. A Assistência farmacêutica no SUS / Brasil. Conselho Nacional de Secretaria de Saúde - CONASS. - Brasília, DF: CONASS, 2011 ROBBERS, J.E. et al. 1997. Farmacognosia e farmacobiotechnologia. São Paulo, Premier.

Plantas Medicinais: cultivo, formas de utilização e preparos	C.H. 30 h/a	Créditos: 2
Ementa		
Introdução à botânica e taxonomia. Plantas de interesse do SUS. Cultivo e noções agrônomicas. Exsicata e Herbário. Hortas e farmácia vivas. Formas de utilização. Preparações simples usando plantas.		
Bibliografia		
Bibliografia básica: MATOS, F.J.A. – Farmácias vivas – 3.Ed. rev. e atualizada. Fortaleza: Editora da UFC, 1998. PANIZZA, SYLVIO. Ensinando a cuidar da saúde com as plantas medicinais: guia prático de remédios simples e naturais. São Paulo: Prestígio, 2005. PIO CORRÊA, M. – Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/IBDF – Imprensa Nacional, 1984, 6 volumes.		
Bibliografia complementar: MATOS, F.J.A. – Farmácias vivas – 3.Ed. rev. e atualizada. Fortaleza: Editora da UFC, 1998. PANIZZA, SYLVIO. Ensinando a cuidar da saúde com as plantas medicinais: guia prático de remédios simples e naturais. São Paulo: Prestígio, 2005. PIO CORRÊA, M. – Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/IBDF – Imprensa Nacional, 1984, 6 volumes. SCHVARTSMAN, S. – Intoxicações agudas. 4.Ed., São Paulo: Sarvier, 1991. SCHVARTSMAN, S. – Plantas venenosas e animais peçonhentos. 2. Ed. São Paulo: Sarvier, 1992. SIMÕES, C.M.O. et. al. – Plantas da medicina popular no Rio Grande do sul. 4.Ed., Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995 VON HERTWIG, I. F. Plantas Aromáticas e Medicinais: plantio, colheita, secagem e		

comercialização. São Paulo: Ícone Editora, 1986.

Tópicos em Fitoquímica e Farmacognosia	C.H. 15 h/a	Créditos: 1
Ementa		
Conceitos em Farmacognosia. Métodos de extração, purificação e isolamento de princípios ativos. Estudo químico-farmacológico de plantas medicinais. Classificação, aspectos farmacológicos, interesse farmacêutico e caracterização dos Produtos Naturais. Plantas tóxicas.		
Bibliografia		
Bibliografia básica: BRUNETON, J. Elementos de Fitoquímica y de Farmacognosia, 2. ed. Espanha: Editorial Acribia S.A., 2001. COSTA, A.F. Farmacognosia. Vols. I, II, III. 4. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1994. MANN, J. Chemical Aspects of Biosynthesis. Oxford, Oxford University, 1995 ROBBERS, J.R., SPEEDIE, M.K., TYLER, V.E. Farmacognosia & Farmacobiocotecnologia. São Paulo: Premier, 1997. SIMÕES, C. M. O. SCHENKEL, E.P.; GOSMANN, G.; MELLO, J.C.P.; MENTZ, L.A.; PETROVICK, P.R. Farmacognosia: da planta ao medicamento. 6. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2007		
Bibliografia complementar: BIAVATTI, M.W.; LEITE, S.N. Práticas de Farmacognosia. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2005. DI STASI, C.L. (organizador). Plantas Medicinais: Arte e Ciência – Um Guia de Estudos Interdisciplinar. São Paulo: Editora UNESP, 1995. DI STASI, C.L. Plantas medicinais: verdades e mentiras. O que os usuários e os profissionais de saúde precisam saber. São Paulo: Editora UNESP, 2007. EVANS, W. C. Trease and Evans Pharmacognosy. 16th ed. London: WB Saunders, 2009 2002. FURTADO, N.A.J.C.; VENEZIANI, R.C.S.; AMBRÓSIO, S.R. Farmacognosia - Coleção Farmácia - v.7, 1. ed., São Paulo: Editora: Editora Atheneu, 2017		

Aspectos Farmacológicos de Plantas Medicinais e Fitoterápicos	C.H. 60 h/a	Créditos: 4
Ementa		
Contextualização: clínica, farmacológica, terapêutica e toxicológica. . Interdisciplinaridade com as terapias não convencionais e as medicinas alternativas.		
Bibliografia		
Bibliografia básica: BRUNTON, L.L. et al. As Bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 13ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.		

KATZUNG, B. G. et al. Farmacologia básica e clínica. 13ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.
 RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M.; MOORE, P. K. Farmacologia. 7ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

Bibliografia complementar:

SILVA, P. Farmacologia. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

WALLER, D. G; SAMPSON, A. P. Farmacologia médica e terapêutica. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2019

DE NUCCI, G. Tratado de Farmacologia Clínica. 1ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2021

FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L. Farmacologia clínica e terapêutica. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2017

Estudos Pré-clínicos e Clínicos aplicados à Fitoterapia	C.H. 15 h/a	Créditos: 1
Ementa		
Introdução a Bioética. Comitê de ética, Comitê de Ética de Uso Animal (CEUA). Biotério. Modelos animais. Estudos não Clínicos. Estudos Toxicológicos. Estudos Clínicos (Fase I, II, III e IV) Desenho experimental de estudos clínicos de fitoterápico. Análise Estatística.		
Bibliografia		
Bibliografia básica:		
BRUNTON, L.L. et al. As Bases farmacológicas da terapêutica de Goodman & Gilman. 13ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.		
KATZUNG, B. G. et al. Farmacologia básica e clínica. 13ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.		
RANG, H. P.; DALE, M. M.; RITTER, J. M.; MOORE, P. K. Farmacologia. 7ª ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.		
Bibliografia complementar:		
SILVA, P. Farmacologia. 8ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.		
WALLER, D. G; SAMPSON, A. P. Farmacologia médica e terapêutica. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2019		
DE NUCCI, G. Tratado de Farmacologia Clínica. 1ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2021		
FUCHS, F. D.; WANNMACHER, L. Farmacologia clínica e terapêutica. 5ª ed. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 2017		

Fitocosméticos: obtenção, caracterização e uso	C.H. 60 h/a	Créditos: 4
Ementa		
Fitocosmético: conceito e caracterização. Legislação aplicada a Cosmetologia. Controle de Qualidade. Estudos de estabilidade. Ativos cosméticos e formas cosméticas. Cosméticos Naturais, Veganos e Orgânicos. Segurança e Eficácia. Inovações em Cosmética Natural.		
Bibliografia		
Bibliografia básica:		
ANSEL, H. C.; POPOVICH, N. G.; Jr, L.V. A.. Formas farmacêuticas & Sistema de Liberação de Fármacos. São Paulo: Editora Premier, 2000.		
A PRÁTICA FARMACÊUTICA NA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS. 3ª Edição .Autor: Judith E. Thompson; Lawrence W. Davidow. Editora: Artmed. 2011.		
Bibliografia complementar:		
RDC Nº 67, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiniais para Uso Humano em farmácias. www.anvisa.gov.br		
OLSZEWER, E. ARAÚJO JÚNIOR, L. Manual de fitoterápicos em obesidade. São Paulo: Cone, 2012.		
PUJOL, A.P. Nutrição aplicada à estética. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.		
RESOLUÇÃO Nº546 DE 21 DE JULHO DE 2011. Dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro.		

Formas Farmacêuticas: aplicações, controle de qualidade e uso	C.H. 60 h/a	Créditos:4
Ementa		
Preparo das formulações fitoterápicas. Desenvolvimento de formulações contendo ativos vegetais de xampus, sabonetes e condicionadores. Principais ativos prescritos. Exemplos de Formulação Resultados pretendidos em função das substâncias ativas e excipientes/veículo.		
Bibliografia		
Bibliografia básica:		
ANSEL, H. C.; POPOVICH, N. G.; Jr, L.V. A.. Formas farmacêuticas & Sistema de Liberação de Fármacos. São Paulo: Editora Premier, 2000.		
A PRÁTICA FARMACÊUTICA NA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS. 3ª Edição .Autor: Judith E. Thompson; Lawrence W. Davidow. Editora: Artmed. 2011.		

Bibliografia complementar:

FERREIRA, A. O. Guia prático da farmácia magistral. Volume I e II. 4º edição. Juiz de Fora, 2011.

PINTO, T. J. A.; KANEKO, T. M.; PINTO, A. F. Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos. 4ed. São Paulo. Editora Atheneu, 2015

RIBEIRO, C. Cosmetologia aplicada a dermoestética. 2º edição. São Paulo. Editora Pharmabooks. 2010.

Controle de qualidade de plantas medicinais, fitoterápicos e fitocosméticos	C.H. 30 h/a	Créditos: 2
Ementa		
Aspectos práticos do controle de qualidade físico-químico e microbiológico aplicado a matérias-primas vegetais, medicamentos fitoterápicos e fitocosméticos.		
Bibliografia		
Bibliografia básica:		
GIL, E. Controle físico-químico de qualidade de medicamentos. 3ª ed. São Paulo: Pharmabooks, 2010. PINTO, T. J. A.; KANEKO, T. M.; PINTO, A. F. Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos. São Paulo: Atheneu, 2010.		
FARMACOPEIA BRASILEIRA. 5ª ed. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2010.		
FERREIRA, A.O . Guia Prático da Farmácia Magistral, volume 2. 4ª edição. São Paulo: Pharmabooks, 2011.		
PINTO, T. J. A.; KANEKO, T. M.; OHARA, M. T. Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos. São Paulo: Atheneu, 2010		
Guia de controle de qualidade de produtos cosméticos / Agência Nacional de Vigilância Sanitária. 2ª Ed, revista - Brasília : Anvisa, 2008. ISBN 978-85- 88233-34-8 versão eletrônica www.anvisa.gov.br/cosmeticos/material/guia_cosmetico.pdf		
Bibliografia complementar:		
FARMACOPEIA BRASILEIRA. 6ª ed. Brasília: Agência Nacional de Vigilância		

<p>Sanitária, 2020.</p> <p>FERREIRA, A.O . Guia Prático da Farmácia Magistral, volume 2. 4ª edição. São Paulo: Pharmabooks, 2011.</p> <p>RDC Nº 67, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.</p> <p>www.anvisa.gov.br</p>
--

Fitoterápicos e suplementação nutricional	C.H. 15 h/a	Créditos: 1
Ementa		
<p>Definir a diferença entre Suplementação nutricional e Fitoterapia. Conhecer os principais conceitos utilizados pelos profissionais. Legislações que determinam a atuação dos diferentes profissionais na prescrição e orientação de Suplementos Nutricionais e Fitoterápicos.</p>		
Bibliografia		
<p>Bibliografia básica:</p> <p>OLSZEWER, E. ARAÚJO JÚNIOR, L. Manual de fitoterápicos em obesidade. São Paulo: Cone, 2012.</p> <p>PUJOL, A.P. Nutrição aplicada à estética. Rio de Janeiro: Rubio, 2011.</p> <p>RESOLUÇÃO Nº546 DE 21 DE JULHO DE 2011. Dispõe sobre a indicação farmacêutica de plantas medicinais e fitoterápicos isentos de prescrição e o seu registro.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>FARMACOPEIA BRASILEIRA. 6ª ed. Brasília: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, 2020.</p> <p>FERREIRA, A.O . Guia Prático da Farmácia Magistral, volume 2. 4ª edição. São Paulo: Pharmabooks, 2011.</p> <p>RDC Nº 67, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.</p> <p>www.anvisa.gov.br</p>		

Tópicos especiais aplicado à Fitoterapia	C.H. 15 h/a	Créditos: 3
Ementa		
<p>Essa disciplina Trará temas inovadores relacionados a Plantas Medicinais, Fitoterápicos e Cosméticos Naturais.</p>		
Bibliografia		

Bibliografia básica:

ANSEL, H. C.; POPOVICH, N. G.; Jr, L.V. A.. Formas farmacêuticas & Sistema de Liberação de Fármacos. São Paulo: Editora Premier, 2000.

A PRÁTICA FARMACÊUTICA NA MANIPULAÇÃO DE MEDICAMENTOS. 3ª Edição .Autor: Judith E. Thompson; Lawrence W. Davidow. Editora: Artmed. 2011.

Bibliografia complementar:

FERREIRA, A. O. Guia prático da farmácia magistral. Volume I e II. 4º edição. Juiz de Fora, 2011.

PINTO, T. J. A; KANEKO, T. M; PINTO, A. F. Controle biológico de qualidade de produtos farmacêuticos, correlatos e cosméticos. 4ed. São Paulo. Editora Atheneu, 2015

RIBEIRO, C. Cosmetologia aplicada a dermoestética. 2º edição. São Paulo. Editora Pharmabooks. 2010.

Empreendedorismo e Inovação aplicada à Fitoterapia	C.H. 15 h/a	Créditos: 1
Ementa		
Gestão de suprimentos, recursos humanos, financeiro, aquisição de insumos, formas de inovação na Fitoterapia. Casos de sucesso, lei da inovação e formas de empreender na Farmácia Magistral.		
Bibliografia		
Bibliografia básica:		
ITALIANI, F. Marketing farmacêutico. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007. 277 p.		
KOTLER, P. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. São Paulo: Ediouro, 2009. 303 p.		
Bibliografia complementar:		
CHIAVENATO, IDALBERTO. Administração nos novos tempos. 2.ed. - Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010.610 p.		
RDC Nº 67, DE 8 DE OUTUBRO DE 2007. Dispõe sobre Boas Práticas de Manipulação de Preparações Magistrais e Oficiais para Uso Humano em farmácias.		
www.anvisa.gov.br		

Seminário de Pesquisa em Fitoterapia	C.H. 15 h/a	Créditos: 1
Ementa		

Métodos Científicos. Estratégias de Busca de artigo científicos e patentes. Normas nacionais e internacionais de trabalhos de pesquisa. Projeto de pesquisa científica.

Bibliografia

Bibliografia básica:

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. São Paulo, SP: McGraw-Hill, 2013. 624 p.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 304 p.

Bibliografia complementar:

KELLER, C. B. V. Aprendendo a aprender: Introdução à metodologia científica. 18ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

VIEIRA, S.; HOSSNE, W.S. Metodologia Científica para Área da Saúde. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12ªed. São Paulo: Hucitec, 2010.

Trabalho de Conclusão de Curso	C.H. 90 h/a	Créditos: 6
Ementa		
Pesquisa no contexto da Saúde, etapas e construção do trabalho científico. Delineamento teórico-metodológico das pesquisas. Elaboração de projeto de pesquisa. Redação, estruturação e formatação do Trabalho de Curso. Normas da ABNT, Redação científica, Revista e periódico científicos		
Bibliografia		
Bibliografia básica:		
FLICK, Uwe. Introdução à metodologia de pesquisa : um guia para iniciantes. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p.		
SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. Metodologia de pesquisa . 5.ed. São Paulo, SP: McGraw-Hill, 2013. 624 p.		
SEVERINO, Antonio Joaquim. Metodologia do trabalho científico . 23.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007. 304 p.		
Bibliografia complementar:		
KELLER, C. B. V. Aprendendo a aprender: Introdução à metodologia científica. 18ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.		

VIEIRA, S.; HOSSNE, W.S. Metodologia Científica para Área da Saúde. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MINAYO, M.C.S. O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 12ªed. São Paulo: Hucitec, 2010.

12 CORPO DOCENTE

12.1 Quadro-síntese

Nome do docente*	CPF	Maior titulação	Vínculo
André Luis Menezes Carvalho	85064750315	Doutor	UFPI
Eilika Andréia Feitosa Vasconcelos	02426131446	Doutor	UFPI
Francisco de Assis Oliveira	75943409491	Doutor	UFPI
Hilris Rocha e Silva	81910550310	Doutor	UFPI
Lívio César Cunha Nunes	45336482315	Doutor	UFPI
Marcília Pinheiro da Costa	70267189320	Doutor	UFPI
Maria das Graças Freire de Medeiros	87255685404	Doutor	UFPI
Paulo Michel Pinheiro Ferreira	83505121304	Doutor	UFPI

*Caso exista a necessidade de mais docentes serão realizadas chamadas ou convocações.

12.2 Descrição

Nome: André Luiz Menezes Carvalho

CPF: 850.647.503-15

SIAPÉ: 01668358

Setor de lotação: Coordenação do Curso de Farmácia - CCS

Instituição de vínculo: Farmacêutico (UFPI – 2002)

E-mail: aluismenezes@yahoo.com.br / aluismenezes@yahoo.com.br

Área/subáreas de atuação: Ciências da Saúde / Farmácia / Farmacotécnica, Cosméticos e Desenvolvimento de Produtos

Graduação: Mestre em Ciências Farmacêuticas (UFPE – 2007) e Doutor em Ciências Farmacêuticas (UFPE – 2012), na área de produção e controle de qualidade de medicamentos.

Pós-graduação: Mestre em Ciências Farmacêuticas (UFPE – 2007) e Doutor em Ciências Farmacêuticas (UFPE – 2012), na área de produção e controle de qualidade de medicamentos.

Descrição sucinta da experiência acadêmico-profissional: Farmacêutico (UFPI:– 2002), Mestre em Ciências Farmacêuticas (UFPE – 2007) e Doutor em Ciências Farmacêuticas (UFPE – 2012), na área de produção e controle de qualidade de medicamentos. Atuou em Farmácia Magistral, Farmácia Comunitária, Indústria Farmacêutica, Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Cosméticos e Centro de Biodisponibilidade / Bioequivalência. Realizou estágio pós – doutoral na Universidade de Lisboa, no departamento de Farmácia Galênica e Tecnologia Farmacêutica. Participa do Programa de Pós – Graduação em Ciências Farmacêuticas e do programa de Odontologia da UFPI. Colabora em projetos de doutorado do Programa de Pós - Graduação Renorbio e do Programa de Pós – Graduação em Ciência Animal da UFPI. Docente das disciplinas: Farmacotécnica e Cosméticos.

Endereço eletrônico do currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6874869711888371>

13 ENCARGOS DOCENTES

Disciplina/Atividade	CH	Docente
Introdução à Fitoterapia. Políticas Públicas e Legislação.	30h	Eilika Andréia Feitosa Vasconcelos
Plantas Medicinais: cultivo, formas de utilização e preparos	30h	Docente a confirma (Seleção)
Tópicos em Fitoquímica e Farmacognosia	15h	Francisco de Assis Oliveira
Aspectos Farmacológicos de Plantas Medicinais e Fitoterápicos	60h	Francisco de Assis Oliveira
Estudos Pré-clínicos e Clínicos aplicados à Fitoterapia	15h	Paulo Michel Pinheiro Ferreira
Fitocosméticos : obtenção e uso	60h	André Luis Menezes Carvalho Marcília Pinheiro da Costa
Formas Farmacêuticas: aplicações e uso	60h	André Luis Menezes Carvalho Lívio César Cunha Nunes Marcília Pinheiro da Costa
Controle de qualidade de plantas medicinais,	30h	Eilika Andréia Feitosa Vasconcelos

fitoterápicos e fitocosméticos		
Fitoterápicos e suplementação nutricional	15h	Hilris Rocha e Silva
Tópicos especiais aplicado à Fitoterapia	15h	Hilris Rocha e Silva
Empreendedorismo e Inovação aplicada à Fitoterapia	15h	Lívio César Cunha Nunes
Seminário de Pesquisa em Fitoterapia	15h	Maria das Graças Freire de Medeiros
Trabalho de Conclusão de Curso	90h	Docentes do Curso

14 CRONOGRAMA

Atividades Iniciais	Período/Data
Lançamento do Edital	Maio/2024
Fase de inscrições	Maio a Junho /2024
Processo de seleção	Julho/2024
Fase de matrículas	Julho/2024
Aula inaugural	Agosto/2024
Execução de módulos/disciplinas/atividades	
Introdução à Fitoterapia. Políticas Públicas e Legislação	2024.2
Plantas Medicinais: cultivo, formas de utilização e preparos	2024.2
Tópicos em Fitoquímica e Farmacognosia	2024.2
Aspectos Farmacológicos de Plantas Medicinais e Fitoterápicos	2024.2 / 2025.1
Estudos Pré-clínicos e Clínicos aplicados à Fitoterapia	2025.1
Fitocosméticos: obtenção, caracterização e uso	2025.1
Formas Farmacêuticas: aplicações, controle de qualidade e uso	2025.1
Controle de qualidade de plantas medicinais, fitoterápicos e fitocosméticos	2025.2
Fitoterápicos e suplementação nutricional	2025.2
Tópicos especiais aplicado à Fitoterapia	2025.2
Empreendedorismo e Inovação aplicada à Fitoterapia	2026.1
Seminário de Pesquisa em Fitoterapia	2026.1
Trabalho de Conclusão de Curso	2026.1
Encerramento das atividades acadêmicas	2026.1

15 METODOLOGIA

15.1 Metodologia de Ensino

O curso será planejado e executado na perspectiva construtivista e sociointeracionista, o que significa entender o aluno como um ser que busca ativamente compreender o mundo que o cerca a partir de suas próprias concepções. Além disso, o aluno será visto como membro de uma sociedade que tem conhecimentos e valores construídos historicamente. Dessa forma, não se conceberá um aluno que aprende apenas sozinho, dissociado de seus colegas. Ao contrário, considerar-se-á a interação como elemento fundamental no processo de ensino e aprendizagem, interação que pressupõe trocas dialógicas e bidirecionais entre todos os participantes.

A metodologia de ensino do curso focará em atividades e avaliações a distância, além da disponibilização de recursos adicionais de interação como livros-texto de bibliotecas e laboratórios virtuais, videoaulas exclusivas, videoconferências, ambientes virtuais de aprendizagem, e-mails, redes sociais, aplicativos de smartphones e outros.

Cursos a distância podem ofertar parte de sua carga horária total na forma presencial (avaliações, trabalho de conclusão de curso, práticas de campo e/ou laboratório etc.), porém a proposta deste curso é ser ofertado integralmente na forma de Ensino Remoto, parte essencial da Educação a Distância (EaD).

No curso de Pós-graduação *lato sensu* em Fitoterapia: da planta ao produto, cada componente curricular deve ser realizado no mínimo um encontro virtual, que deverá levar em consideração o calendário elaborado pela Coordenação do curso. Caso o professor e/ou a coordenação achem necessário, deverá ser marcado mais um encontro virtual, previamente organizado para não desestruturar o calendário. Cada aula virtual deverá ter entre duas e três horas de duração. Aulas práticas de campo/laboratório ou visitas técnicas poderão ser oferecidas, mas deverão ser previamente combinadas com a(s) turma(s) e com todo o cuidado necessário (em caso de risco pandêmico). Todas as aulas serão ministradas pelo professor formador/coordenador da disciplina. Grupos virtuais de discussões e outras atividades serão encorajadas pelo professor ou um monitor/tutor sob sua orientação, quando for o caso.

15.2 Material didático do curso e profissionais envolvidos em sua elaboração

O material didático (livros, apresentações de slides, videoaulas etc.) tem sido produzido por professores conteudistas especialistas em cada área do curso e/ou adquiridos a partir do Sistema de Informação da Universidade Aberta do Brasil (SISUAB), bem como livros de domínio público, artigos e revisões publicados em revistas e eventos especializados. Adicionalmente, os alunos têm acesso às bibliotecas virtuais, dos polos de apoio presencial e dos *campi* da UFPI.

Boa parte do material didático atualmente utilizado pelo curso foi elaborado nos primeiros anos de sua implantação. No entanto, esse material deve ser constantemente atualizado. Além dessa atualização, poderão ser elaborados materiais para as novas disciplinas das reformulações do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

A elaboração do material didático ocorrerá de acordo com o ementário apresentado neste PPC. Após a elaboração do texto pelo professor conteudista, o manuscrito deverá passar pela equipe de revisores, composta por profissionais aptos a realizar a correção do texto na forma e gramaticalmente. Em seguida, será encaminhado de volta ao professor conteudista e, por fim, à equipe de diagramação.

Assim, o autor (professor conteudista) deverá entregar os manuscritos originais (texto e imagens) na Coordenação de Materiais Didáticos (CMD) no CEAD para ser editorado: revisão de ortografia e ABNT, editoração e programação visual, revisão do autor, revisão final / arte-finalização (layout e texto), catalogação pela Editora da UFPI (EDUFPI), disponibilizados em PDF no ambiente virtual de aprendizagem (plataforma SIGAA). Sempre que houver recurso financeiro disponível para essa finalidade, ocorrerá também a produção gráfica (impressão) e distribuição para os alunos.

16 INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

16.1 Estrutura do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI (CEAD/UFPI)

Considerando a modalidade de ensino adotada, os espaços físicos deixarão de ser locais imprescindíveis para a execução do curso e suas disciplinas, porém tanto o CEAD, quanto a UFPI possuem estrutura para as atividades mais variadas, estando assim disponíveis

para eventuais usos, quando for necessário ou quando o aluno necessitar, como é o caso de laboratórios (de ensino e informática) e bibliotecas.

O Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da UFPI está situado na rua Olavo Bilac, nº 1148, Centro-Sul, Teresina-PI, CEP 64.001-480. Esse prédio serve de apoio para o planejamento de todas as atividades, bem como as ações a distância e presenciais do processo de ensino e aprendizagem propostos pela EaD praticada até então.

Por se tratar da maior unidade de ensino da UFPI, com 15 cursos de graduação e 16 de pós-graduação, alguns em modo de espera devido ao aguardo de editais de oferta de vagas pela CAPES, o CEAD, embora já possua um local temporário, ainda necessita de prédio apropriado e, de preferência, com todas as suas quatro coordenações administrativas e demais coordenações acadêmicas de curso próximas entre si, para melhor integrar as atividades desenvolvidas no âmbito da Educação a Distância. Em razão disso, está em fase de planejamento à construção de espaço maior e adequado às necessidades do Ensino a Distância, situado na sede da UFPI, no bairro Ininga.

No tocante a alunos de outras cidades, que não tenham acesso direto às bibliotecas central e setorial, estes poderão utilizar as bibliotecas e espaços dos *campi* e polos de apoio presenciais espalhados por todo o Piauí, obviamente com a anuência e acompanhamento dos gestores responsáveis pelas unidades acadêmicas supracitadas.

16.2 Polos de Apoio Presencial

O edital da UAB (Edital SEED/MEC 01/2005, BRASIL, 2005b) definiu o polo de apoio presencial como sendo “estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas do curso, consórcio, rede ou sistema de educação a distância, geralmente organizada com o concurso de diversas instituições, bem como com o apoio dos governos municipais e estaduais”. Isso corresponde, fundamentalmente, a um local estruturado, de modo a atender adequadamente os estudantes de cursos a distância.

Neste projeto, não se pretende listar todos os materiais e todos os espaços físicos dos Polos de Apoio Presencial, mas apenas informar alguns elementos de suas dependências, como: sala da Secretaria Acadêmica, sala da Coordenação do Polo, sala de Tutores Presenciais, sala de Professores e Reuniões, sala de Aula Presencial Típica, sala de videoconferência, laboratório de informática, biblioteca, cozinha, banheiros e laboratórios de ensino, quando for o caso.

Os polos de apoio presencial nos quais são oferecidos que tenham estrutura laboratorial, pois existe uma atividade em duas disciplinas que serão presenciais e necessita de infraestrutura física.

16.3 Bibliotecas Presenciais dos *campi* e polos

A Biblioteca é um dos instrumentos essenciais no processo de ensino e aprendizagem. Nos dias atuais, não se pode conceber ensino sem bibliotecas devidamente atualizadas, as quais, além de possibilitarem acesso à informação, têm um papel de maior relevância, enquanto favorecem o desenvolvimento de potenciais, capacitando pessoas a formarem suas próprias ideias e a tomarem suas próprias decisões.

Como a Biblioteca é um dos meios utilizados pelo ensino para atingir suas finalidades, ambos devem prosseguir juntos, à medida que o ensino vai se renovando. A Biblioteca deve estar preparada para acompanhá-lo, quando não, ir mesmo à frente, provocando a adoção de novos métodos pedagógicos, a criação de novos hábitos, a formação de novas atitudes em relação aos livros, ao estudo e à pesquisa.

A Biblioteca precisa funcionar como uma fonte dinâmica de cultura, atendendo às várias e amplas necessidades de seus usuários, servindo ao aluno ou articulando-se ao conceito de ensino renovado, em que não é mais o professor o único instrumento para transmitir conhecimentos. O ensino se fundamenta na autoatividade do aluno, provocando sua curiosidade natural, motivada por sua experiência pessoal.

A Biblioteca possui um papel proeminente em virtude do valor da própria Instituição ou Universidade, pois, nenhuma outra instituição ultrapassa em magnitude a contribuição universitária, a qual torna possível acompanhar o grande avanço tecnológico e científico que se registra atualmente em todos os campos do conhecimento. Torna-se decisiva, dessa forma, a influência da Biblioteca, que pode constituir-se num dos principais instrumentos de que a instituição de ensino superior dispõe para atingir suas finalidades, tornando-se um acervo de fonte de informação para suporte ao ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão universitária.

O aluno regularmente matriculado em qualquer curso (graduação e pós-graduação) na UFPI tem direito ao acesso a todos os seus serviços, incluindo às bibliotecas dos *campi* e polos UAB.

16.4 Bibliotecas Virtuais

Salienta-se que, em um curso a distância, além da biblioteca presencial, é importante disponibilizar uma biblioteca virtual com conteúdo de fácil acesso. Atualmente, a UFPI já disponibiliza um repositório para trabalhos de conclusão de curso (monografias, dissertações e teses).

A instituição mantém convênio firmado com o sistema de periódicos científicos da CAPES (www.periodicos.capes.gov.br), com os artigos eletrônicos mais atualizados, além de estar em processo de aquisição de outras bibliotecas virtuais. Na internet, são disponibilizados também, para livre acesso público, portais científicos como Scielo, Google Acadêmico, Science Direct, EduCAPES, dentre outros.

O curso também disponibiliza em pdf para os alunos, por meio das turmas virtuais de cada disciplina organizada na plataforma SIGAA, os livros didáticos específicos adotados como material didático básico, além de material complementar necessário.

16.5 Laboratórios de informática

Os laboratórios de informática dos polos e *campi* da UFPI poderão ser utilizados para atividades, sempre com supervisão.

16.6 Laboratórios de Ensino e Pesquisa

Como apoio ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Fitoterapia: da planta ao produto podem utilizar a estrutura dos Laboratórios de Graduação em Farmácia e de Laboratórios do Programa de Ciências Farmacêuticas (PPGCF /UFPI) que poderão ser utilizados. Estes espaços ficam localizados no Campus Ministro Petrônio Portela, em Teresina no estado do Piauí. No caso da necessidade de uso, serão utilizados tanto os da UFPI, quanto os dos polos da UAB, em comum acordo com a direção e coordenação destes, bem como outros parceiros que possibilitem o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa.

16.7 Ambiente Virtual de Aprendizagem

Através da ferramenta SIGAA, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) próprio da UFPI, disponível para vários dispositivos (computadores, smartphones, tablets e outros), os

alunos e docentes interagirão entre si e construirão juntos os caminhos da capacitação profissional. Dentro da plataforma, o aluno receberá atividades e materiais de apoio, além de acompanhar datas e informações do Calendário Acadêmico, participará de fóruns, realizará atividades em turmas virtuais criadas para cada disciplina do curso e solucionará dúvidas com os professores formadores / coordenadores de disciplinas. Ademais, é através do SIGAA que o aluno tem acesso ao seu histórico e a todas as demais rotinas acadêmicas.

Efetivamente, a oferta da disciplina acontecerá de forma dinâmica, começando com o planejamento das atividades por parte do professor coordenador (professor formador), que organizará a turma no ambiente virtual SIGAA (de acordo com os modelos preestabelecidos pela Coordenação do curso), com o plano de disciplina, o material didático, atividades e fóruns de discussão. Desta forma, a turma virtual passará a ser uma das ferramentas de interação entre o professor e os alunos, fortalecida por encontros virtuais.

Aulas virtuais, videoconferências e videoaulas têm proporcionado a quebra da barreira física, viabilizando a realização de aulas expositivas, discursivas e até de eventos e apresentações de trabalhos (inclusive de conclusão de curso). Vale ressaltar que, tal qual na apresentação inteiramente presencial, em seguida à apresentação oral, ocorre arguição, sem prejuízo da qualidade avaliativa. Trata-se de um método menos oneroso e que possibilitará maior flexibilidade de cumprimento do calendário de apresentação, como também a formação de bancas com profissionais específicos aos temas dos TCCs.

17 SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A abordagem pedagógica do curso pressupõe o aluno como construtor de seu conhecimento e da sua história, buscando a necessária relação entre a teoria e a prática. Desde o início do curso, os discentes terão oportunidade de vivenciar práticas pedagógicas que os estimulam a ler e interpretar textos, analisar e criticar informações, extrair conclusões por indução e/ou dedução, estabelecer relações, comparações e contrastes em diferentes situações, detectar contradições, fazer escolhas valorativas avaliando consequências, questionar a realidade e argumentar coerentemente, de forma a proporcionar-lhes competências e habilidades para propor ações de intervenção e de soluções para situações-problema, elaborar perspectivas integradoras e sínteses e, também, administrar conflitos dentro da temática pertinente ao Curso de Pós-graduação *lato sensu* Fitoterapia : da planta ao produto.

Para avaliação da aprendizagem no âmbito do curso, serão utilizados metodologias e critérios para o acompanhamento e avaliação do processo de ensino e aprendizagem, em consonância com os procedimentos e instrumentos da avaliação discente, em atendimento ao disposto no § 2º do Art. 4º do Decreto MEC Nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005a), que regulamenta o Art. 80 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), caracterizando a educação à distância como modalidade educacional. Considerou-se também a dinâmica curricular definida pela Pró-Reitoria de Pós-graduação da UFPI (PRPG), aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e embasados nos referenciais de qualidade para os cursos de pós-graduação – Resolução CEPEX/UFPI Nº 100/2019, que regulamenta os cursos de Pós-graduação *lato sensu* da UFPI (UFPI, 2019a).

O processo de avaliação de aprendizagem na EaD requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos, embora esta deva ser considerada uma forma de ensino em vez de uma modalidade (LEMGRUBER, 2009):

- a) Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos alunos não a capacidade de reproduzir ideias ou informações, mas sim a capacidade de produzir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que lhes apresentem.
- b) Segundo, porque no contexto da EaD o aluno não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver métodos de trabalho que oportunizem ao aluno: buscar interação permanente com os professores e com os tutores todas as vezes em que sentir necessidade; obter confiança frente ao trabalho realizado, possibilitando-lhe não só o processo de elaboração de seus próprios juízos, mas também de desenvolvimento da sua capacidade de analisá-los.

No Curso de Curso de Pós-graduação *lato sensu* Fitoterapia : da planta ao produto, há uma preocupação em desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do aluno no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

Será estabelecida uma rotina de **observação**, **descrição** e **análise** contínuas da produção do aluno, que embora se expresse em diferentes níveis e momentos, não deve alterar a condição processual da avaliação.

As avaliações serão realizadas a distância através dos registros da rotina no ambiente virtual de aprendizagem (plataforma), com critérios para análise do envolvimento do aluno no

processo com proposições, questões e temáticas que lhe exijam não só síntese dos conteúdos trabalhados, mas também outras produções. As avaliações escritas ocorrerão no AVA típico da UFPI, o SIGAA, por meio da ferramenta de questionários ou atividades on-line

As questões ou proposições serão elaboradas pelos professores responsáveis pelas áreas de conhecimento na criação de um banco de questões. O professor irá elaborar um banco com no mínimo 30 questões, sendo que na configuração da prova on-line será escolhida a forma de sorteio aleatório tanto de questões como das alternativas que as compõem. A prova terá duração específica e possibilidade de mais de uma tentativa (determinados tempo e quantidade de tentativas pela Coordenação do curso), sendo assim o aluno poderá fazê-la mais de uma vez, e o melhor resultado nas tentativas será computado como nota da referida avaliação. Ao final da disciplina, o professor encaminhará as questões gabaritadas em arquivo WORD ou PDF para arquivamento na Coordenação do curso.

A aprovação em um componente curricular (disciplina) está condicionada ao rendimento acadêmico do aluno, mensurado através da avaliação da aprendizagem e da assiduidade às atividades didáticas do curso.

Entende-se por avaliação da aprendizagem o processo formativo de diagnóstico, realizado pelo professor sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como sobre os conhecimentos por estes adquiridos.

Entende-se por assiduidade do aluno a frequência às atividades didáticas (fóruns, grupos de estudo, aulas teóricas e práticas e demais atividades exigidas em cada disciplina realizadas presencialmente no polo ou no ambiente virtual), programadas para o período letivo. Não haverá abono de faltas, ressalvados os casos previstos em legislação específica, não sendo computada, porém registrada como falta justificada.

Para efeito de registro, as notas das disciplinas do Curso de Pós-graduação *lato sensu* Fitoterapia : da planta ao produto. que compõem a média parcial serão divididas em 03 (três) unidades avaliativas representadas a seguir. É importante frisar que a proposição abaixo é uma forma de organização do curso geralmente utilizada no CEAD (em acordo com os preceitos da UAB, projeto que o centro sempre adotou), mas que não é uma forma engessada de avaliação podendo os itens “b” e “c” comunicar-se, com atividades variadas, desde que atendam às demandas do curso e de sua coordenação; o item “a” deve manter seu rigor, podendo ter pequena parte de sua porcentagem atrelada a outra atividade (e.g. síncronas na aula on-line), de acordo com a legislação em vigor:

- a) Avaliação individual on-line pelo SIGAA (peso de 60% da média parcial da disciplina);
- b) Atividades on-line (fóruns de discussão) através da plataforma virtual SIGAA (peso 20% da média parcial da disciplina);
- c) Atividades escritas (exercícios, estudos dirigidos) ou discursivas (seminários, grupos de discussão) através do SIGAA ou plataformas digitais, (peso 20% da média parcial da disciplina).

- Obs.:** 1) A Coordenação do curso indica que sejam aplicados no máximo dois fóruns de discussão por disciplina, podendo ser somente um, desde que uma atividade seja feita em sua substituição, observando-se o caráter da disciplina e as orientações da coordenação;
- 2) Seminários e outras atividades que demandem tempo deverão ser realizadas em data fora do calendário das aulas on-line, pois essas devem acontecer integralmente.

A avaliação do rendimento acadêmico será feita por meio do acompanhamento contínuo do desempenho do aluno, sob forma de prova virtual, oral ou prática, fóruns de discussão, trabalho de pesquisa, de campo, individual ou em grupo, seminário, ou outros instrumentos constantes no plano de disciplina, em consonância com a Coordenação.

Os registros do rendimento acadêmico serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados. Cada unidade avaliativa, que pode ou não ser subdividida, bem como o exame final (quando for o caso), deverá apresentar média expressa em valores de 0,0 (zero) a 10,0 (dez).

A modalidade, o número e a periodicidade das avaliações parciais deverão considerar a sistemática de avaliação definida neste Projeto Pedagógico do Curso e estar explícito no Plano de Disciplina do docente formador (coordenador de disciplina), de acordo com a especificidade da mesma. Além disso, o docente deverá especificar as funções (atribuições) de cada membro da equipe de trabalho vinculado à sua disciplina, no que diz respeito à avaliação da aprendizagem.

As avaliações deverão verificar o desenvolvimento das competências e habilidades e versar sobre os conteúdos propostos no programa da disciplina. Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados pelo professor, de forma clara para os alunos, a começar pelo Plano de Disciplina.

O professor deve discutir no ambiente virtual (SIGAA), os resultados obtidos em cada instrumento de avaliação junto aos alunos. Essa discussão será realizada por ocasião da publicação dos resultados.

A divulgação do rendimento acadêmico será obrigatoriamente feita no sistema de registro e controle acadêmico, sendo o professor responsável pela disciplina e devendo este fazer o registro do rendimento no sistema acadêmico (SIGAA).

Impedido de participar da prova on-line, o aluno tem direito de requerer a oportunidade de realizá-la em segunda chamada. O aluno poderá requerer exame de segunda chamada por si ou por procurador legalmente constituído, por meio de requerimento dirigido à Coordenação do curso, devidamente justificado e comprovado, enviado para o e-mail da Coordenação do curso, no prazo de 03 (três) dias antes da data de realização da avaliação de segunda chamada.

Os detalhes relacionados à solicitação citada devem ser verificados junto à Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019 e demais legislações pertinentes e vigentes.

Obs.: Considerando-se a forma remota utilizada no curso, as justificativas do aluno deverão ser pautadas em provas que garanta o julgamento pela coordenação, para que não sobre dúvidas quanto ao direito de requisitar a segunda chamada.

As avaliações de segunda chamada serão previamente agendadas, conforme planejamento bimestral ou semestral do curso e em conformidade com o Calendário Acadêmico. A avaliação de segunda chamada deverá contemplar o mesmo conteúdo da avaliação presencial ou exame final a que o aluno não compareceu. Ao aluno que não participar de qualquer avaliação, não tendo obtido a permissão para fazer outra, é atribuída a nota 0,0 (zero).

Quanto à avaliação da aprendizagem, aproveitamento/dispensa de créditos ou de estudos, deve ser considerada a Resolução CEPEX/UFPI nº 100/2019 e legislações vigentes.

A avaliação da aprendizagem transcende o período de formação do aluno, sendo feito o acompanhamento do destino do egresso, através de várias ferramentas (questionários, análise de currículo, informações da Coordenação de Polo, dentre outras).

18 CONTROLE DE FREQUÊNCIA

Entende-se por assiduidade do aluno a frequência às atividades didáticas (fóruns, grupos de estudo, aulas teóricas e práticas e demais atividades exigidas em cada disciplina realizadas presencialmente no polo ou no ambiente virtual), programadas para o período letivo. Não haverá abono de faltas, ressalvados os casos previstos em legislação específica, não sendo computada, porém registrada como falta justificada.

Na Educação a Distância, a frequência não acontece da forma tradicional, sendo colocada qualitativamente como ferramenta apenas em atividades presenciais, de acordo com o que preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), quando coloca no seu artigo 47, parágrafo 3º que “É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância”.

Quando os cursos são executados na forma semipresencial, o controle de frequência acontece no momento das atividades e avaliações presenciais. Entretanto, os cursos que atendem apenas ao modelo de Ensino Remoto ou Ensino a Distância, a depender da oferta e nível do curso, as atividades apresentam-se apenas na forma on-line, não tendo atividades ou avaliações presenciais, salvo casos específicos. Nesse caso, o controle de frequência é feito mediante participação nas atividades do AVA/SIGAA ou outros meios utilizados. A presença na aula on-line pode ou não ser considerada avaliativa e, independente dessa prática, isso contará como controle de frequência qualitativa.

19 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é a uma produção acadêmica que deve expressar as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como os conhecimentos por estes adquiridos durante o curso. O TCC deverá ser desenvolvido nos últimos períodos, na execução da disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, com carga horária de 90 h.

Os trabalhos deverão ser relacionados à pesquisa científica com a solução de problemas em qualquer área de Plantas medicinais, Fitocosméticos ou Fitoterapia. Esses trabalhos poderão ser uma revisão bibliográfica, prospecção tecnológica, pesquisa de campo (quando aplicável, o projeto deve ter aprovação no CEP ou CEUA). Além da possibilidade de pesquisa de laboratorial coma a participação do professor orientador e de acordo com as disponibilidades e necessidades do curso. Revisões de literatura só deverão ser encorajadas e consideradas caso apresente tema e objetivos que sejam pouco exploradas na literatura, dentro do contexto da fitoterapia.

O projeto de TCC será apresentado e discutido pelos alunos na disciplina de Seminário de Pesquisa. Neste momento, os alunos apresentarão sua proposta inicial e serão avaliadas a estrutura, o objeto e viabilidade de execução da proposta de TCC. Após a definição dos temas e objetos do TCC, os alunos seguem o projeto aprovado na disciplina e o plano de trabalho.

O TCC deverá ser elaborado considerando-se, na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas vigentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2011 e/ou subsequentes) para apresentação, citações e referências. O texto deve ser escrito (independente das normas vigente da ABNT) em letra tipo Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 pt, margens superior e esquerda 3 cm, margens inferior e direita 2 cm, tamanho A4.

A estrutura do Trabalho de Conclusão de Curso compõe-se de capa, folha de rosto, anteverso (ficha catalográfica), folha de aprovação, epígrafe (opcional), dedicatória (opcional), agradecimentos (opcional), resumo na língua portuguesa e inglesa (abstract), sumário, introdução (contendo necessariamente problema, objeto, objetivos, justificativas e revisão bibliográfica), material e métodos, resultados, discussão, considerações finais (ou conclusões), referências, apêndices e anexos (quando for o caso). As normas específicas a cada item serão disponibilizadas no manual de TCC do curso.

A regulamentação do TCC será definida, e reformulada, quando necessário, pela Coordenação do curso, e terá como objetivos:

- a) Articular os conteúdos curriculares do curso para ampliação do campo de conhecimento;
- b) Promover o aprimoramento da capacidade investigativa, interpretativa e crítica do estudante;
- c) Ampliar a capacidade do estudante quanto aos aspectos teórico-metodológicos necessários para o seu desenvolvimento pessoal e profissional;
- d) Consolidar a importância do uso de rigor metodológico e técnico-científico, na organização, na sistematização e no aprofundamento do tema abordado.

As atividades relativas ao TCC serão desenvolvidas da seguinte forma:

- a) Elaboração e desenvolvimento do projeto de TCC, culminando na modalidade monografia (no formato de artigo científico) na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso;
- b) Apresentação pública do TCC, que será feita remotamente, podendo ainda ser feita de forma presencial (sem riscos pandêmicos), mediante aprovação da Coordenação do curso, também na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso. A apresentação do TCC deve seguir as formalidades que regem um trabalho acadêmico científico no âmbito desta IES; as exceções devem ser apreciadas pela Coordenação do curso e restritas à comissão avaliadora.

Os agentes envolvidos no Trabalho de Conclusão de Curso serão o professor coordenador de TCC, coordenador de tutores, o professor orientador de TCC e o aluno/orientando.

A Coordenação dos TCCs será exercida por um professor efetivo, o qual obedecerá ao regime estatutário da UFPI quanto às suas funções e carga horária semanal para o exercício dessa coordenação, ou por um professor colaborador convidado, designado pela Coordenação do curso.

A orientação do TCC é de responsabilidade de docente efetivo do curso ou docentes colaboradores com no mínimo título de Mestre. Cada professor lotado no CEAD poderá orientar, no máximo, cinco trabalhos concomitantes por semestre. Para os professores colaboradores, deverão ser observadas as resoluções vigentes, mas orienta-se a mesma quantidade (5 alunos) ou, no caso de bolsista, de acordo com as resoluções que o regem. Casos excepcionais deverão ser avaliados pela coordenação do curso.

A coorientação do TCC, caso necessária, e em acordo com o professor orientador, poderá ser exercida por qualquer profissional, com titulação mínima de especialização lato sensu, que possa contribuir com o trabalho do aluno, em acordo com a coordenação.

Será preservado o direito ao estudante e ao professor de solicitarem, à Coordenação do TCC ou Coordenação do curso, mudança de orientação, mediante justificativa formalizada, desde que outro docente assuma formalmente a orientação, junto à coordenação. Esse processo aconteça em tempo hábil para a conclusão do curso.

Compete ao Coordenador de TCC:

- a) Tomar decisões e medidas necessárias para o cumprimento das normas desta diretriz;

- b) Elaborar e divulgar amplamente, junto aos alunos, a listagem de professores que orientarão o TCC, indicando as respectivas linhas de pesquisa, devendo ser levadas em consideração as necessidades dos alunos, as demandas do curso e as normas vigentes para a Educação a Distância;
- c) Auxiliar os estudantes na escolha de professores orientadores, tendo em vista suas respectivas áreas de atuação;
- d) Convocar, sempre que houver demandas formalizadas, os professores orientadores e alunos matriculados para discutir questões relativas à organização, planejamento, desenvolvimento e avaliação dos TCCs;
- e) Coordenar agendas de apresentação dos TCCs, providenciar local adequado, realizar a divulgação entre professores e alunos, bem como para a comunidade em geral;
- f) Elaborar um relatório ao final de cada período letivo, contendo informações referentes às atividades desenvolvidas e levantamento de alunos com TCC concluído e/ou com pendências, que deverá ser entregue na Coordenação do curso.

Compete ao Professor Orientador de TCC:

- a) Orientar o desenvolvimento do projeto de TCC em todas as suas etapas;
- b) Contatar com o Coordenador do TCC e/ou Coordenador do Curso para solucionar possíveis dificuldades, objetivando o bom andamento do trabalho;
- c) Indicar as Comissões Examinadoras/Avaliadoras dos seus orientandos, compostas por mestres ou doutores;
- d) Participar na condição de presidente da Banca Examinadora/Avaliadora do TCC.

Compete ao aluno/orientando:

- a) Participar de reuniões e atividades relativas ao TCC para as quais for convocado;
- b) Escolher a linha de pesquisa, conforme disponibilidade dos professores orientadores e oferta do curso;
- c) Elaborar e desenvolver o projeto de TCC, sob a orientação do professor orientador;
- d) Cumprir as normas e prazos, de acordo com o cronograma do curso para o semestre letivo e o plano aprovado pelo professor orientador;
- e) Entregar 1 (uma) cópia impressa, aprovada pelo professor orientador, para cada membro da banca examinadora/avaliadora, com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência da apresentação;

- f) Apresentar, publicamente, o TCC conforme normas e recomendações do curso;
- g) Entregar, à Coordenação do curso, as versões finais do TCC conforme recomendações e prazos previstos, após avaliação do professor orientador.

A avaliação do TCC compreende dois momentos:

- a) Avaliação contínua do processo de realização do TCC pelo professor orientador;
- b) Avaliação pela Banca Examinadora (trabalho escrito e apresentação oral).

A aprovação na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso está condicionada à validação do projeto de TCC pelo professor orientador e pela Coordenação do curso e de TCC, como também mediante avaliação do seu trabalho escrito e da sua apresentação (como descrito adiante).

Na defesa, o aluno terá no máximo 30 minutos para apresentar seu trabalho e a banca examinadora até vinte minutos para fazer sua arguição, inclusas as respostas do discente aos questionamentos dos examinadores. No caso de serem realizadas em evento próprio do curso, esse tempo poderá ser reduzido.

A atribuição das notas dar-se-á após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador, levando em consideração o texto escrito, a sua exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora, com nota mínima para aprovação de acordo com a legislação vigente na UFPI, porém esta não será divulgada, apenas o aluno saberá da sua nota no acesso a seu histórico. Apenas o conceito referente à defesa será divulgado.

Utilizar-se-ão, para a atribuição de notas, fichas de avaliação individuais, onde cada membro da banca avaliadora/examinadora disponibilizará sua nota. A nota final do aluno será o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos membros da banca examinadora. A banca avaliadora/examinadora emitirá um dos seguintes conceitos: (1) **Aprovado** ou (2) **Reprovado**. No caso de ser reprovado, o aluno terá um período determinado pela Coordenação do curso juntamente com o orientador para que ele reapresente seu trabalho perante a mesma banca, ou uma outra, caso seja necessário.

Caso o trabalho tenha sido publicado ou aceito para publicação em periódico científico (revista científica) com qualis e ISSN, avaliado pelos pares, não será exigida a sua defesa para uma banca examinadora, entretanto, deverá ser apresentado publicamente e a nota aprovativa será atribuída pelo orientador. Porém é importante comunicado formal prévio à coordenação da submissão do trabalho a periódicos.

Os alunos que não entregarem o TCC, que não se apresentarem para a sua defesa oral ou forem reprovados (inclusive na reapresentação), na forma da legislação em vigor, estarão reprovados na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso.

Após aprovação do Trabalho de Conclusão de Curso pela banca examinadora/avaliadora, com as correções finais, o aluno encaminhará ao professor orientador o seu trabalho na forma digital para última avaliação.

A versão definitiva do trabalho deve ser encaminhada ao Coordenador de TCC, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da defesa, em cópia digital (CD/DVD ou via e-mail específico) em formato doc/docx (Word-Office). O CD/DVD (quando for o caso) deverá ser entregue acondicionado em capa plástica própria para DVD, com arte própria do curso e deverá conter nome da instituição, centro, curso, nome do aluno, título (subtítulo se houver), orientador, local e ano, de acordo com o modelo disponibilizado. A entrega da versão definitiva do TCC é requisito para solicitação e recebimento do certificado.

As apresentações de TCC poderão ter o formato diferenciado, de acordo com a necessidade do curso, podendo ser feita no formato de evento, mas mantendo toda a formalidade descrita acima.

As eventuais omissões serão objeto de deliberação das Coordenações de TCC e do curso de Pós-graduação *lato sensu* em Fitoterapia : da planta.

20 AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO E DISCIPLINAS/ATIVIDADES

Os processos de avaliação no Curso de Pós-graduação *lato sensu* em Fitoterapia : da planta ao produto visam verificar se e em que medida os objetivos e metas propostas foram alcançados, assim como conhecer os pontos fortes e fracos do sistema, visando contínua retroalimentação e aprimoramento do mesmo.

O curso manterá um processo de autoavaliação junto aos seus membros constituintes: alunos e professores. Essa avaliação acontecerá na forma das disciplinas, que são avaliadas dentro do ambiente de aprendizagem, o SIGAA, juntamente com a atividade do professor.

De forma paralela será sempre feitos mecanismos de avaliação do curso e suas atividades didáticas e de gestão, procurando melhorar a partir dos resultados obtidos.

Poderão ser utilizados questionários on-line através do Google Forms, de forma anônima, para uma melhor aproximação da realidade e assim buscar a resolução das inquietações apontadas.

21 CERTIFICAÇÃO

Os alunos concludentes do curso deverão ser certificados através da UFPI e da Pró-reitoria de Pós-graduação, na competência da Coordenadoria de Pós-graduação *Lato Sensu* e Residências, solicitando seu certificado, via protocolo geral, depois que tiverem cumprido todos os requisitos do curso, sendo aprovado em todas as disciplinas e no TCC. Para isso devem observar os trâmites legais de solicitação, documentos e prazos pertinentes e vigentes.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14.724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. **Lei Federal Nº 5.528**, de 2 de novembro de 1968. Dispõe sobre a criação da Fundação Universitária Federal do Piauí – FUFPI. Brasília, 1968.

_____. **Lei Federal Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

_____. **Decreto Federal Nº 5.296**, de 02/12/2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004a.

_____. **Portaria MEC Nº 4.059**, de 10 de dezembro de 2004. Autoriza às IES a implantação de 20% de carga horária a distância nos cursos presenciais. Brasília, 2004b.

_____. **Decreto MEC Nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2005a.

_____. **Edital SEED/MEC Nº 1**, de 16 de dezembro de 2005. Chamada pública para seleção de polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores de instituições federais de ensino superior na modalidade EaD para o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Brasília, 2005b.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE): 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) do interstício 2014-2024 e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

CEAD. **Plano de Desenvolvimento da Unidade (PDU):** 2020-2022. Teresina: EDUFPI, 2020.

LEMGRUBER, M. S. Educação a distância: expansão, regulamentação e mediação docente. **Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 14, n. 1, p. 145-159, mar./ago. 2009.

UFPI. **Estatuto Interno da Universidade Federal do Piauí.** Teresina: EDUFPI, 1971a.

_____. **Regimento Geral.** Teresina: EDUFPI, 1971b.

_____. **Resolução CEPEX N° 100**, de 09 de julho 2019. Regulamenta a Pós-Graduação *Lato Sensu* na Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. Teresina, 2019a.

_____. **Projeto pedagógico de curso de especialização:** diretrizes para elaboração/reformulação. Teresina: UFPI, 2019b.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):** 2020-2024. Teresina: EDUFPI, 2020.

_____. **Resolução CEPEX N° 54**, de 05 de abril de 2017. Dispõe sobre o atendimento educacional a estudantes com necessidades educacionais especiais na Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2017.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Piauí
Gabinete da Reitoria

RESOLUÇÃO CEPEX/UFPI Nº 785, DE 20 DE MARÇO DE 2025

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância, da Universidade Federal do Piauí.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI e PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – CEPEX, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista decisão do mesmo Conselho em reunião de 17 de março de 2025 e, considerando:

- o processo eletrônico nº 23111.021867/2024-81;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis, a ser ofertado pelo Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD), da Universidade Federal do Piauí, conforme Projeto Pedagógico do Curso, em anexo, e processo acima mencionado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina, 20 de março de 2025


NADIR DO NASCIMENTO NOGUEIRA
Reitora

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CLIMÁTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS**

TERESINA/PI

2024

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO CLIMÁTICA E ENERGIAS RENOVÁVEIS

Projeto Pedagógico do Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis, do Centro de Educação Aberta e a Distância, submetido para apreciação e aprovação nas devidas instâncias da UFPI.

NADIR DO
NASCIMENTO
NOGUEIRA:1825713537
2

Assinado de forma digital por
NADIR DO NASCIMENTO
NOGUEIRA:18257135372
Dados: 2025.04.09 12:45:11
-03'00'

TERESINA/PI

2024

GILDÁSIO GUEDES FERNANDES

Reitor da UFPI

VIRIATO CAMPELO

Vice-Reitor da UFPI

REGILDA SARAIVA DOS REIS MOREIRA-ARAÚJO

Pró-Reitora de Ensino de Pós-Graduação da UFPI

ELNORA MARIA GONDIM MACHADO LIMA

Coordenadora de Programas *Lato Sensu* e Residências/PRPG/UFPI

LÍVIA FERNANDA NERY DA SILVA

Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância

ERICH POTRICH

Coordenador do Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis

JURANDY DO NASCIMENTO SILVA

**Coordenador Adjunto do Curso de Especialização em Educação Climática e Energias
Renováveis**

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso

Prof. Dr. Erich Potrich (Coordenador)

Prof. Dr. Jurandy Do Nascimento Silva (Coordenador Adjunto)

Prof. Dr. Edson Cavalcanti da Silva Filho (Membro)

Profª. Dra. Josy Antevéli Osajima Furtini (Membro)

Prof. Dr. Antônio Bruno de Vasconcelos Leitão (Membro)

Prof. Dr. Francisco de Assis da Silva Mota (Membro)

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1 Curso

Denominação do curso: Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis

Área/subárea de conhecimento: Educação/Ensino de Ciências da Natureza

Unidade de ensino: Centro de Educação Aberta e a Distância/UFPI

Modalidade de ensino: EAD

Titulação a ser conferida: Especialista em Educação Climática e Energias Renováveis

1.2 Coordenação

Nome: Erich Potrich

CPF: 052.276.099-69

SIAPE: 1305726

Unidade de lotação: Coordenação do Curso de Energias Renováveis/CEAD/UFPI

Titulação: Doutorado em Engenharia Química

E-mail: erich.potrich@ufpi.edu.br

Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/1836832210012870>

1.3 Coordenação adjunta

Nome: Jurandy do Nascimento Silva

CPF: 010.463.963-66

SIAPE: 1614544

Unidade de lotação: Departamento de Química/CCN/UFPI

Titulação: Doutorado em Biotecnologia

E-mail: jurandy@ufpi.edu.br

Currículo *Lattes*: <http://lattes.cnpq.br/4243433268421378>

2. APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

A base legal do Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis está respaldada pela Resolução CNE/MEC nº 1, de 06/04/2018, que estabelece as diretrizes para programas de pós-graduação lato sensu no Brasil, e pela Resolução CEPEX/UFPI nº 349, de 16/09/2022, que regula a criação e oferta de vagas nos cursos de especialização conduzidos pelo CEAD/UFPI, através do Programa para Formação de Professores do Ensino Médio da Secretaria de Educação Básica/MEC. O projeto do curso está alinhado com a legislação, incluindo a Lei nº 9394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 13.415/2017, que redefine a concepção e estrutura do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a Resolução CNE/MEC nº 1, de 27/10/2020, que institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada).

A Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis também se fundamenta na Lei Federal Brasileira nº 9.795/99, de 27 de abril de 1999, que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Esta especialização se justifica como uma iniciativa essencial para capacitar profissionais aptos a promoverem a conscientização, engajamento e educação da sociedade sobre questões climáticas e o uso de energias renováveis. Ao atender aos princípios da educação ambiental, a especialização não apenas contribui para o cumprimento dos objetivos da PNEA, mas também forma recursos humanos especializados capazes de desenvolver e implementar programas educacionais eficazes, alinhados com a urgência da mitigação das mudanças climáticas e a transição para uma matriz energética sustentável.

A legislação nacional que regula e define os conhecimentos e habilidades a serem adquiridos no ensino médio é a Lei Nº 9.394/1996, conhecida como Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Desde a sua promulgação em 1996 até o presente, a LDB passou por várias atualizações e recebeu acréscimos e modificações significativas. A cada revisão ou alteração implementada, os currículos escolares foram sujeitos a reestruturações, sendo uma das mais recentes ocorrida com a Lei Nº 13.415/2017. Essa lei modificou partes da LDB e promoveu mudanças estruturais no ensino médio como um todo, dando origem à proposta do Novo Ensino Médio. Essa proposta, como uma possibilidade prática, propõe a abordagem de áreas do conhecimento e seus percursos formativos, rompendo com a tradicional organização por disciplinas. Dessa forma, os objetos de conhecimento seriam articulados de maneira

dialógica em quatro grandes áreas: (i) Linguagem e suas Tecnologias; (ii) Matemática e suas Tecnologias; (iii) Ciências da Natureza e suas Tecnologias; (iv) Ciências Humanas e Sociais Aplicadas.

Diante desse contexto, o Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis fundamenta-se na Lei N° 13.415/2017, especialmente ao destacar que o currículo do Novo Ensino Médio deve incorporar conteúdos, metodologias e métodos de avaliação da aprendizagem estruturados de forma que, ao concluir essa etapa da educação básica, o estudante evidencie competências diversas, incluindo o domínio dos princípios científicos e tecnológicos que regem a produção contemporânea. Isso também se alinha com a orientação de que o currículo do ensino médio será composto pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e por itinerários formativos, os quais serão organizados por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares, tais como matemática e suas tecnologias, ciências da natureza e suas tecnologias, e formação técnica e profissional.

Adicionalmente, em 1º de agosto de 2023, o Governo Federal promulgou a Lei 14.640/2023 por meio do Diário Oficial da União. Essa legislação estabelece o Programa Escola em Tempo Integral, coordenado pelo Ministério da Educação - MEC, visando atingir a meta 06 do Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Lei nº 13.005/2014). A meta propõe oferecer "educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, atendendo, no mínimo, 25% dos alunos da educação básica". A ampliação do tempo integral, com carga horária igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais, busca promover o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes por meio de um currículo integrado, incorporando diversas experiências educativas, sociais, culturais e esportivas, tanto dentro quanto fora da escola, com a participação da comunidade escolar. A meta é alcançar aproximadamente 3,2 milhões de matrículas até 2026. Dessa forma, o Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis prepararia os educadores para abordarem esse currículo integrado, alinhado à nova realidade ambiental e social do Brasil e do mundo. Além disso, a Portaria nº 941, de 11 de novembro de 2020, estabelece o Programa EnergIF para o Desenvolvimento em Energias Renováveis e Eficiência Energética na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. O objetivo principal desse programa é aumentar a disponibilidade de cursos e profissionais especializados nas áreas de energias renováveis e eficiência energética.

A concepção do Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis surge ao explorar a interseção entre os conceitos de energias renováveis e os itinerários formativos, com ênfase no diálogo entre diferentes conhecimentos e práticas

transdisciplinares. O foco está na aplicação de conhecimentos e habilidades relacionadas à transição energética e ao mercado de trabalho como instrumentos didático-pedagógicos para construir as trajetórias de aprendizagem dos alunos. Isso ocorre especialmente nas áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, e Formação Técnica e Profissional. Além disso, as noções de energias renováveis desempenham um papel significativo na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), uma abordagem educacional que integra reciprocamente temáticas, objetos de conhecimento, metodologias e atividades educativas. Isso se manifesta na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino médio de maneira interdisciplinar e transdisciplinar.

As modificações introduzidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (decorrentes da Lei N° 13.415/2017) acarretam alterações significativas nas propostas curriculares do ensino médio. Como resultado dessas mudanças, emerge a necessidade de adotar novas práticas pedagógicas, modelos didáticos inovadores e abordagens distintas. São requeridas vivências escolares renovadas, envolvendo o estabelecimento de conteúdos e práticas didáticas e pedagógicas capazes, por exemplo, de cultivar habilidades epistemológicas nos estudantes e prepará-los para demandas práticas, como a formação técnico-profissional, orientando-os para o ingresso no mundo do trabalho. Esses conteúdos devem contextualizar os jovens no âmbito da chamada população economicamente ativa, entre outros objetivos.

A Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis, oferecida na modalidade de educação à distância, representa uma opção formativa que proporciona sólidos fundamentos técnicos e teóricos para educadores envolvidos no ensino das ciências naturais, com foco em física, química e biologia aplicadas à transição energética. Sendo totalmente gratuita e acessível remotamente, o curso busca atender às demandas da comunidade, adaptando-se integralmente às necessidades individuais, como questões financeiras, flexibilidade de horários para acesso às disciplinas e conteúdos, além de considerações relacionadas à localidade.

Ao disponibilizar este curso, com possibilidade de renovação nos próximos anos, a Universidade Federal do Piauí atende à necessidade de formação e atualização de profissionais na área de Ciências da Natureza e campos correlatos, não apenas na região do Estado do Piauí, mas em todo o Brasil. Destaca-se que essa especialização, oferecida na modalidade de educação à distância, visa aprimorar a qualificação em consonância com a Nova BNCC e o Novo Ensino Médio, alcançando profissionais de diversas regiões do país. O foco está em compartilhar conhecimentos científicos contextualizados, especialmente relacionados ao ensino de energias

renováveis, impulsionando o empreendedorismo e o desenvolvimento de projetos e ações para o progresso profissional e social, alinhados a uma perspectiva de crescimento tecnológico.

3. OBJETIVOS

Geral: Capacitar professores e demais profissionais da educação básica, técnica, tecnológica e profissional, visando o desenvolvimento de conhecimentos e competências relacionadas a diversas abordagens teóricas e práticas de conteúdos específicos em áreas de estudos pertinentes às energias renováveis. Essa formação está alinhada aos princípios e diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do Novo Ensino Médio.

Específicos:

- Analisar a prática de ensino de energias renováveis à luz das transformações propostas pela BNCC e o Novo Ensino Médio, visando a ampliação dos conhecimentos teóricos e práticos relacionados ao planejamento e desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem;
- Desenvolver conhecimentos teóricos, práticos, competências e habilidades voltadas à abordagem de conteúdos específicos em áreas de estudos pertinentes às energias renováveis;
- Aplicar metodologias inovadoras e criativas para mediar o processo ensino-aprendizagem de energias renováveis, com ênfase nas tecnologias emergentes;
- Estimular a criatividade, autonomia, iniciativa, colaboração e outras competências socioemocionais de professores e alunos, integrando práticas de ensino de energias renováveis às novas exigências da vida social e do mercado de trabalho, buscando a formação integral da pessoa;
- Propor uma Didática que coloque a aprendizagem como o cerne do processo pedagógico, fundamentada em uma nova compreensão da relação professor-aluno;
- Explorar os conceitos de ciência, método científico e pesquisa científica, bem como suas abordagens no processo de ensino e aprendizagem;
- Compreender os fundamentos do empreendedorismo e sua conexão com a educação e o desenvolvimento social;
- Reconhecer a relevância da educação na promoção da sustentabilidade ambiental, através de projetos de intervenção sociocultural.

4. PÚBLICO-ALVO E PERFIL DO EGRESSO

O público-alvo dos cursos de especialização, conforme estabelecido pela Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, abrange profissionais com formação de nível superior que desempenham funções em diversas etapas e modalidades da Educação Básica e do Ensino Superior, tanto em instituições públicas quanto privadas. Isso inclui profissionais envolvidos na docência, atendimento especializado, gestão educacional ou programas de educação não escolar. Esses cursos visam atender à demanda por qualificação, alinhados com as concepções, princípios e diretrizes da BNCC, do Novo Ensino Médio e da BNCC-Formação Continuada, bem como às necessidades de atualização em suas áreas específicas de conhecimento e atuação profissional.

Dessa forma, o Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis é destinado preferencialmente a docentes e profissionais da educação nas áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, e Formação Técnica e Profissional. Isso abrange licenciados em Ciências da Natureza, Ciências Biológicas, Química, Física, Matemática, Computação, Informática e áreas afins, além de bacharéis em engenharias e outros profissionais interessados em formação e atualização profissional. O curso tem como objetivo desenvolver conhecimentos e competências relacionados à aplicabilidade de conceitos de energias renováveis e do mundo do trabalho nos itinerários de formação, seguindo as diretrizes e princípios teóricos e metodológicos da BNCC e do Novo Ensino Médio.

5. CARGA HORÁRIA E DURAÇÃO DO CURSO

Conforme previsto na Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, o Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis terá carga horária total de 360 horas/aulas, distribuídas em doze disciplinas. A duração do curso será de 12 (meses) de atividades didático-pedagógicas, o que não inclui o prazo para a finalização dos demais procedimentos acadêmico-administrativos. A carga horária e a duração do curso poderão ser flexibilizadas, considerando a possibilidade de certificação por meio de aproveitamento de estudos, restrito aos profissionais que concluírem cursos de aperfeiçoamento promovidos pelo Ministério da Educação, nos termos da referida Resolução.

6. ESTRUTURA CURRICULAR

Disciplina	CH
Ciência do Clima e Impactos das Mudanças Climáticas	30
Energias Renováveis – Conceitos, História e Economia	30
Química do Hidrogênio de Baixo Carbono – Métodos de Obtenção e Rotas Tecnológicas	30
Hidrogênio Verde – Conceitos, Mercado, Regulamentação e Rotas Tecnológicas	30
Sistema de Produção do Hidrogênio Verde – Eletrolisadores, Transporte, Armazenamento e Derivados	30
Biocombustíveis Sólidos – Tecnologias e Processos de Conversão	30
Biocombustíveis Líquidos – Tecnologias e Processos de Produção	30
Legislação e Direito em Energias Renováveis	30
Extensão e Projetos Multidisciplinares de Ensino em Energias Renováveis	30
Educação e Empreendedorismo na área de Energias Renováveis	30
Escrita e Investigação Científica em Energias Renováveis	30
Formação, Escolha Profissional e Carreira na Área de Energias Renováveis	30

7. QUANTIDADE E DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS

Nos termos da Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, a oferta e distribuição de turmas e vagas do Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis nos núcleos de apoio do CEAD/UFPI serão definidas conforme necessidade e decisão da referida unidade de ensino, observando as condições previstas no convênio estabelecido com a Secretaria de Educação Básica (SEB), do Ministério da Educação (MEC), destinado à qualificação de profissionais da educação nas diversas áreas, para atender às novas demandas didático-pedagógicas e necessidades de formação continuada dos professores que atuam na Educação Básica, em decorrência reorganização curricular provada pela implementação da BNCC.

Conforme previsto na citada Resolução, uma vez aprovado pelo CEPEX/UFPI, o Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis poderá ofertar turmas e vagas

a qualquer tempo, sem necessidade de submeter novamente a proposta ao referido Conselho, desde que não apresente mudanças relevantes no Projeto Pedagógico original.

Nestas condições, o Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis ofertará até 120 (cento e vinte) vagas, distribuídas nos núcleos de apoio presencial do CEAD/UFPI da forma como segue:

Núcleos	Vagas
Teresina	60
Floriano	60

A quantidade de vagas e os núcleos de apoio para cada oferta serão definidos por meio de Edital de Seleção e/ou de Chamada Pública, com ampla divulgação nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

Do total de vagas previstas nos Editais de seleção de alunos ou que vierem a surgir durante sua validade, até 10% (dez por cento) será reservado para servidores efetivos e ativos da UFPI, por meio do Programa de Capacitação Interna (CPI), até 20% (vinte por cento) será reservado para pessoas negras (pretas e pardas) e indígenas e até 10% (dez por cento) será reservado para pessoas com deficiência, nos termos da Resolução CEPEX/UFPI nº 451/2023.

8. FORMAS DE SELEÇÃO E INGRESSO

Em consonância com a Resolução CEPEX/UFPI 349, de 16/09/2022, a seleção e matrícula de alunos no Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis ocorrerá mediante processo de seleção pública e/ou de chamada pública, cujas regras e condições serão previstas em edital divulgado nos canais de comunicação oficiais do CEAD/UFPI e/ou do Ministério da Educação.

9. CONTEÚDO

EIXO	DISCIPLINA	CH	EMENTA	REFERÊNCIAS
1	Ciência do Clima e Impactos das Mudanças Climáticas	30	Modelos de previsão climática e os impactos das mudanças climáticas em ecossistemas, recursos hídricos, agricultura, saúde pública e economia global; Rio 92; Protocolo de Kyoto; Acordo de Paris de 2015.	<p>CGEE – Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Brazil and climate change: vulnerability, impacts and adaptation. CGEE, Brasília, 2009.</p> <p>INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Future climate change in Brazil: GHGs, deforestation and impacts.</p> <p>IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change and Land. An IPCC Special Report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems, 2019.</p> <p>IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Working Group I Contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2021.</p> <p>IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Working Group II Contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022.</p> <p>IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. Climate Change 2022: Mitigation of Climate Change. Working Group III contribution to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022.</p> <p>JOHANSEN, B.E. Global Warming and the Climate Crisis: Science, Spirit, and Solutions. Springer, 2023.</p> <p>LOSEKANN, L.; TAVARES, F.B. Política Energética no BRICS: Desafios da Transição Energética. Texto para Discussão. IPEA, 2019.</p> <p>Wallace, J. M.; Hobbs, P. V. Atmospheric Science: An Introductory Survey. 2ª ed., Elsevier, 2006.</p>

1	Energias Renováveis – Conceitos, História e Economia	30	Principais energias renováveis existentes; Situação das principais energias renováveis no Brasil e no mundo; Impacto econômico, ambiental e social das energias renováveis; Transição energética e sua importância.	<p>GOLDEMBERG, J.; PALETTA, F.C. Energias renováveis. Editora Blucher, 2012.</p> <p>HINRICH, R. A.; KLEINBACH, M.; REIS, L. B. Energia e Meio Ambiente. Tradução da 4ª. ed. Americana. São Paulo: Cengage Learning, 2011.</p> <p>KUMAR, A.; OGITA, S.; YAU, Y.Y. Biofuels: Greenhouse Gas Mitigation and Global Warming: Next Generation Biofuels and Role of Biotechnology. Springer, 2018.</p> <p>MAUAD, F.F.; FERREIRA, L.C.; TRINDADE, T.C.G. Energia Renovável no Brasil – Análise das principais fontes energéticas renováveis brasileiras. São Carlos: EESC/USP, 2017.</p> <p>MOREIRA, J.R.S. Energias Renováveis, Geração Distribuída e Eficiência Energética. LTC, 2ª ed. 2021.</p> <p>REIS, L. B.; SILVEIRA, S. (Orgs.). Energia Elétrica Para o Desenvolvimento Sustentável. 1ª.ed. São Paulo: EDUSP, 2001.</p> <p>ROSA, A.V. Processos de Energias Renováveis. LTC, 2014.</p> <p>SARANGI, P.K.; NANDA, S.; MOHANTY, P. Recent Advancements in Biofuels and Bioenergy Utilization. Springer, 2018.</p> <p>SILVA, E.P. Fontes renováveis de energia: Produção de energia para um desenvolvimento sustentável. Editora Livraria da Física, 2014.</p> <p>SOUZA, G.M.; VICTORIA, R.L.; JOLY, C.A.; VERDADE, L.M. Bioenergy & Sustainability: bridging the gaps. SCOPE, 2015.</p> <p>TOLMASQUIM, M.T. Energias Renovável – Hidráulica, Biomassa, Eólica, Solar, Oceânica. EPE: Rio de Janeiro, 2016.</p> <p>WALISIEWICZ, M. Energia Alternativa – solar, eólica, hidrelétrica e de biocombustíveis. 1ª.ed. Editora Publifolha, São Paulo, 2008.</p>
2	Química do Hidrogênio de Baixo Carbono – Métodos de Obtenção e Rotas Tecnológicas	30	Fundamentos e propriedades químicas e físicas do hidrogênio; As “cores” do hidrogênio; Métodos de produção do hidrogênio azul, turquesa, musgo, rosa, amarelo, branco...	<p>DEVI, P. Green Energy Harvesting: Materials for Hydrogen Generation and Carbon Dioxide Reduction. Wiley, 2022.</p> <p>EPE - EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Hidrogênio Azul: Produção a partir da reforma do gás natural com CCUS, 2022.</p>

				<p>EPE - EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Hidrogênio Turquesa: Produção a partir da pirólise do gás natural, 2022.</p> <p>KARSHENBOIM, S.G.; PAVONE, F.S.; BASSANI, F.; INGUSCIO, M.; HÄNSCH, T.W. The Hydrogen Atom: Precision Physics of Simple Atomic Systems. Springer, 2001.</p> <p>SILVEIRA, J.L. Sustainable Hydrogen Production Processes: Energy, Economic and Ecological Issues. Springer, 2016.</p> <p>SOUZA, M.M.V.M. Tecnologia do hidrogênio. Synergia, 2009.</p>
2	Hidrogênio Verde – Conceitos, Mercado, Regulamentação e Rotas Tecnológicas	45	<p>Mercado e regulamentações do hidrogênio no Brasil e no mundo; Programa Nacional de Hidrogênio (PNH₂); Projetos de Lei nº 2.308, de 2023, nº 3.452, de 2023 e nº 4.907, de 2023; Potencial do hidrogênio no Brasil; Eletrólise da água; Energia solar (fotovoltaica e heliotérmica) e eólica para a produção de hidrogênio verde.</p>	<p>AZEVEDO, J.H.P. Manual para Certificação de Hidrogênio. CCEE, 2022.</p> <p>CASTRO, N.; BRAGA, S.L.; PRADELLE, F.; CHAVES, A.C.; CHANTRE, C. A Economia do Hidrogênio – Transição, descarbonização e oportunidades para o Brasil. Rio de Janeiro: E-papers, 2023.</p> <p>CASTRO, N.; BRAGA, S.; ELIZIÁRIO, S.; MOSZKOWICZ, M.; SERRA, E.; CHAVES, A.C.; BRANQUINHO, A.; PRADELLE, F.; CHANTRE, C.; CAMPELLO, R.; BOTELHO, V. Perspectivas da Economia do Hidrogênio no setor Energético Brasileiro. Texto de Discussão do Setor Elétrico N°100, GESEL, UFRJ, 2021.</p> <p>COMETTA, E.; LIMA, N.P. Energia solar: utilização e empregos práticos. Curitiba: Hemus, 2004.</p> <p>EPE - EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Bases para a Consolidação da Estratégia Brasileira do Hidrogênio, 2021.</p> <p>EVANGELISTA, E.; MAGALHÃES, G.; MARIANI, R. Hidrogênio Verde - Perspectivas Jurídica, Regulatória e Técnica. Synergia, 2023.</p> <p>FGV – Energia. Hidrogênio de Baixo Carbono: a importância dos avanços em questões estruturantes, 2023.</p> <p>MME – MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. PNH₂ – Programa Nacional do Hidrogênio: Proposta de Diretrizes, 2021.</p> <p>OLIVEIRA, A.; PEREIRA, O.S. Energia eólica. Senac São Paulo, 2012.</p>

				<p>OLIVEIRA, W.C. Energia Solar Fotovoltaica: Fundamentos, Inovações Tecnológicas e suas Aplicações. Editora Átomo, 2022.</p> <p>PINTO, M. Energia eólica: Princípios e operação. Editora Érica, 2019.</p> <p>VIAN, A.; TAHAN, C.M.V.; AGUILAR, G.J.R.; GOUVEA, M.R.; GEMIGNANI, M.M.F. Energia Eólica – Fundamentos Tecnologia e Aplicações. Blucher, 2021.</p> <p>VILLALVA, M.G. Energia solar fotovoltaica: Conceitos e aplicações. Editora Érica, 2ª ed., 2012.</p>
2	Sistema de Produção do Hidrogênio Verde – Eletrolisadores, Transporte, Armazenamento e Derivados	45	Os diferentes tipos de eletrolisadores (alcalinos, PEM e de óxidos sólidos); Compressão e liquefação do hidrogênio; Transporte e armazenamento do hidrogênio; Qualidade da água para a eletrólise; Função e tipos de catalisadores empregados na eletrólise; Células a Combustível; Amônia verde.	<p>ALDABÓ, R. Célula Combustível A Hidrogênio. Artliber, 2004.</p> <p>DEVI, P. Green Energy Harvesting: Materials for Hydrogen Generation and Carbon Dioxide Reduction. Wiley, 2022.</p> <p>GRIMES C. A.; VARGHESE O.; RANJAN S. Light, Water, Hydrogen: The Solar Generation of Hydrogen by Water Photoelectrolysis. Springer, 2007.</p> <p>MARÉCHAL, Y. The Hydrogen Bond and the Water Molecule: The physics and chemistry of water, aqueous and bio media. Elsevier, 2007.</p> <p>SOUZA, M.M.V.M. Hidrogênio e Células a Combustível. Synergia, 2019.</p> <p>SRIVASTAVA, R.; CHATTOPADHYAY, J.; SANTOS, D.M.F. Solar-Driven Green Hydrogen Generation and Storage. Elsevier, 2023.</p>
2	Biocombustíveis Sólidos – Tecnologias e Processos de Conversão	45	Combustão, pirólise, gaseificação e biodigestão anaeróbica das diferentes biomassas.	<p>ABREU, F. V. Biogás: economia, regulação e sustentabilidade. 1ª ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2014.</p> <p>BLEY Jr., C. Biogás – a Energia Invisível. CIBiogas, Planeta Sustentável, Itaipu Binacional, 2ª ed., 2014.</p> <p>CORTEZ, L. A. B.; LORA, E. E. S.; GÓMEZ, E. O. Biomassa para energia. São Paulo: UNICAMP, 2008.</p> <p>LORA, E.E.S.; VENTURI, O.J. Biocombustíveis. Editora Interciência, v. 1 e 2, 2012.</p>

				<p>SÁNCHEZ, C.G. Tecnologia da Gaseificação de Biomassa. Editora Átomo, 2010.</p> <p>TEIXEIRA JUNIOR, L. C. Biogás: alternativa à geração de energia. Appris, 2016.</p>
2	Biocombustíveis Líquidos – Tecnologias e Processos de Produção	45	Biodiesel; Etanol; Metanol verde; SAF (HEFA, SPK...); HVO.	<p>CORTEZ, L. A. B.; LORA, E. E. S.; GÓMEZ, E. O. Biomassa para energia. São Paulo: UNICAMP, 2008. 736 p.</p> <p>KNOTE, G.; KRAHL, J.; VAN GERPEN, J.; RAMOS, L.P. Manual de biodiesel. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.</p> <p>LIMA, U. A. et al. Biotecnologia Industrial: Processos Fermentativos e Enzimáticos, Vol 3. 2º Ed. Blucher. São Paulo: 2019.</p> <p>LOPES, C.H.; GABRIEL, A.V.M.D; BORGES, M.T.M.R. Produção de etanol a partir da cana-de-açúcar: tecnologia de produção de etanol. Coleção UAB, UFSCar, 2011.</p> <p>LORA, E.E.S.; VENTURI, O.J. Biocombustíveis. Editora Interciência, v. 1 e 2, 2012.</p> <p>SHREVE, R. N.; BRINK, J. A. Industrias de Processos Químicos. 4ª Ed. Guanabara. Rio de Janeiro: 1980.</p>
1	Legislação e Direito em Energias Renováveis	30	Marcos legais, regulatórios e normativos relacionados à produção, distribuição e uso de fontes de energia renovável no Brasil; Leis e licenciamento ambiental; Lei nº 14.300, de 2022; Lei nº 13.576, de 2017; Decreto nº 9.888, de 2019; Portaria normativa nº 56, de 2022; Proinfra e demais legislações e incentivos fiscais para a produção de energias renováveis no Brasil.	<p>BRASIL. Legislação Brasileira sobre Meio Ambiente: Fundamentos Constitucionais e Legais. Brasília, 2015.</p> <p>BRASIL. Decreto nº 9.888, de 27 de junho de 2019. Dispõe sobre a definição das metas compulsórias de redução de emissões de gases de efeito estufa e institui o Comitê RenovaBio.</p> <p>BRASIL. Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfra), a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica.</p> <p>BRASIL. Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio)</p>

				<p>BRASIL. Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022. Institui o marco legal da microgeração e minigeração distribuída, o Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE) e o Programa de Energia Renovável Social (PERS).</p> <p>BRASIL. Portaria normativa Nº 56/GM/MME, de 21 de dezembro de 2022. Dispõe sobre a escrituração, registro, negociação e aposentadoria dos créditos de descarbonização (CBIO).</p> <p>CASTRO, N.J.; DANTAS, G.A. Políticas Públicas para Redes Inteligentes. Gesel, UFRJ, 2016.</p> <p>IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Sustentabilidade Ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano. IPEA, Brasília, 2010.</p> <p>LEUZINGER, M.D.; SOUZA, L.R.; CRINE, M.B. 40 Anos da Política Nacional de Meio Ambiente. CEUB, Brasília, 2021.</p> <p>LOUREIRO, G.K. Instituições de Direito da Energia Elétrica – Propedêutica e Fundamentos. Quartier Latin, 2019.</p> <p>LOUREIRO, G.K.; DIAS, F.H.L.; SENA, B.B.; RAMALHO, E.E.F.; SOUZA, L.F.F. Manual de Direito da Energia Elétrica. Quartier Latin, 2021.</p> <p>MAIA, F.J.F.; YAN, H.; MA, H.; BASSO, A.P. Direito e Energia Renovável. Papel da Palavra, 2023.</p> <p>MME – Ministério de Minas e Energia. Proinfa – Eólica: Guia de Habilitação Eólica.</p> <p>SARLET, I.W.; WEDY, G.; FENSTERSEIFER, T. Curso de Direito Climático. Revista dos Tribunais, 2023.</p> <p>SILVA, M. D.; SZEINFELD, J. C. Uso de Políticas Públicas ao Fomento de Energias Renováveis: as Estratégias da Argentina e do Brasil no Século XXI. In: AGUILAR, S. L. C.; CORSI, F. L; PIRES, M. C. (org.). A Perspectiva sul-americana das relações internacionais. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016. p.213-238.</p>
--	--	--	--	---

				<p>SOARES, C.D.; SILVA, S.T. Direito das Energias Renováveis. Almedina, 2014.</p> <p>WWF. Além de grandes hidrelétricas – Políticas para fontes renováveis de energia elétrica no Brasil. Sumário para Tomadores de Decisão, WWF, 2012.</p>
1	Extensão e Projetos Multidisciplinares de Ensino em Energias Renováveis	30	Ensino, Pesquisa e Extensão; Concepções e Tendências da Extensão; Legislação da Extensão Universitária; Etapas para a Elaboração de Atividades e Projetos de Extensão Universitária.	<p>DINIZ, E.C.C.; GUIMARÃES, M.A. Ensino, Pesquisa e Extensão nos Institutos Federais da Amazônia Legal. Paco Editorial, 2019.</p> <p>DUTRA, D.P; MELLO, H.R. Educação Continuada: Diálogos Entre Ensino, Pesquisa E Extensão. Pontes, Letras UFMG, 2013.</p> <p>GERMANI, A.R.M.; CHIES, J.J. Experiências em extensão universitária: Uma realidade a ser compartilhada. Pimenta cultural, 2020.</p> <p>MEC – Extensão na Educação Superior Brasileira. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/pec-g/33371-cne-conselho-nacional-de-educacao/84291-extensao-na-educacao-superior-brasileira</p> <p>MELLO, C.M.; NETO, J.R.M.A.; PETRILLO, R.P. Curricularização da Extensão Universitária - Teoria e Prática. Editora Processo, UNIFAA, 2ª ed., 2022.</p> <p>SANTANA, C.C.S.; PINHO, M.J.S. Educação científica: abordagens teóricas e metodológicas na pesquisa, ensino e extensão. Crv, 2020.</p>
1	Educação e Empreendedorismo na área de Energias Renováveis	30	Empreendedorismo; Educação empreendedora; Empreendedorismo social; Desenvolvimento de competências em empreendedorismo no novo ensino médio na área de energias renováveis.	<p>ANASTACIO, M.R. et al. Empreendedorismo social e inovação no contexto brasileiro. Curitiba, PUCPRESS, 2018.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Cadernos de práticas. Ensino Médio.</p> <p>BRASIL. Guia de implementação do Novo Ensino Médio. Brasília: MEC/CONSED, 2018.</p> <p>BRASIL. Referenciais curriculares para a Elaboração dos Itinerários Formativos. Brasília: MEC, 2020.</p>

				<p>CARDOSO, G.; ALMEIDA, J.G. Empreendedorismo social e públicas na educação: possibilidades e limites. Appris Editora, 2018.</p> <p>GIMENEZ, F.A.P.; CAMARGO, E.C.; MORAES, A.D.L.; KLOSOWSKI, F. Educação para o empreendedorismo. Curitiba: Agência de Inovação da UFPR, 2014.</p> <p>HENGEMÜHLE, A. Desafios Educacionais na Formação de Empreendedores. Penso, 2014.</p> <p>LOPES, R.M.A. Educação empreendedora. São Paulo: Elsevier, 2010.</p>
1	Escrita e Investigação Científica em Energias Renováveis	30	Normas ABNT; Qualis Capes; Fator de impacto; Bases de dados (Google acadêmico; Periódicos Capes; ScienceDirect; Scopus; SciELO...); Mendeley; Currículo Lattes; Método científico; Pesquisa científica; Ensino e aprendizagem por investigação; Desenvolvimento de competências em instigação científica no novo ensino médio.	<p>BRASILEIRO, A.M.M. Como produzir textos acadêmicos e científicos. Contexto, 2021.</p> <p>CARVALHO, A.M.P. Ensino de Ciências: Unindo a Pesquisa e a Prática. Editora Cengage, 2003.</p> <p>CARVALHO, A.M.P. Ensino de Ciências por Investigação: Condições Para Implementação em Sala de Aula. Editora Cengage, 2013.</p> <p>FURASTÉ, A. Normas Técnicas Para o Trabalho Científico - ABNT. Isasul, 2012.</p> <p>PRODANOV, C. C; FREITAS, E. C. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.</p> <p>SANTOS, S.C.; CARVALHO, M.A.F. Normas e técnicas para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Editora Vozes, 2015.</p> <p>ZOMPERO, A. F; ANDRADE, M. A. B. S; MASTELARI, T. B; VAGULA, E. Ensino por investigação e aproximações com a aprendizagem baseada em problemas. Debates em Educação, v. 11, n. 25, p. 222-239, 2019.</p>
1	Formação, Escolha Profissional e Carreira na Área de Energias Renováveis	30	Orientação ocupacional; Escolha profissional; Carreiras; Modelo de negócios pessoal; Desenvolvimento de competências em escolha profissional e carreiras no novo ensino médio.	<p>ALMEIDA, C.M.; DORNELAS, R.M. Você é um modelo de negócio: guia de desenvolvimento pessoal do modelo de negócio pessoal. Belo Horizonte: Sebrae Minas, 2014.</p>

				<p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base. Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.</p> <p>BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Cadernos de práticas. Ensino Médio.</p> <p>BRASIL. Guia de implementação do Novo Ensino Médio. Brasília: MEC/CONSED, 2018.</p> <p>BRASIL. Referenciais curriculares para a Elaboração dos Itinerários Formativos. Brasília: MEC, 2020.</p> <p>TUPINAMBÁ, A. C. R; OLIVEIRA, A. B. G. Orientação profissional em grupo numa escola pública. Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 15, n. 26, p. 81 -95, jul/dez. 2006.</p> <p>LEVENFUS, R.S.; SOARES, D.H.P. Orientação Vocacional Ocupacional. 2ª ed., Porto Alegre: Artmed, 2010.</p>
--	--	--	--	---

10. CORPO DOCENTE

O corpo docente será composto, preferencialmente, por doutores especialistas no assunto, que estão envolvidos em pesquisas na área, pertencentes ao Núcleo de Estudos em Energias Renováveis da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (Fapepi) e atuantes nas melhores universidades do Piauí e região.

DOCENTE	CPF	DISCIPLINA(S)	FORMAÇÃO ACADÊMICA	VÍNCULO	CURRÍCULO LATTES
Edivania de Araujo Lima	025.755.284-70	Ciência do Clima e Impactos das Mudanças Climáticas	Graduação em Meteorologia Doutora em Meteorologia	UFPI	http://lattes.cnpq.br/6245822021636784
Rafael Rocha Matias	041.694.554-60	Energias Renováveis – Conceitos, História e Economia	Graduação em Engenharia Elétrica Doutor em Engenharia Elétrica	UFPI	http://lattes.cnpq.br/4355833675843642

Jean Claudio Santos Costa	024.468.246-17	Química do Hidrogênio de Baixo Carbono – Métodos de Obtenção e Rotas Tecnológicas	Graduação em Química Doutor em Química.	UFPI	http://lattes.cnpq.br/1306824345750868
Gilvan Moreira da Paz	877.216.353-49	Hidrogênio Verde – Conceitos, Mercado, Regulamentação e Rotas Tecnológicas	Graduação em Química Doutor em Química Inorgânica	IFPI	http://lattes.cnpq.br/2445265199339536
Raphael Lima de Paiva	069.855.226-10	Sistema de Produção do Hidrogênio Verde – Eletrolisadores, Transporte, Armazenamento e Derivados	Graduação em Engenharia Mecânica Doutor em Engenharia Mecânica	UFPI	http://lattes.cnpq.br/9916802468235933
Francisco de Assis da Silva Mota	642.784.504-97	Biocombustíveis Sólidos – Tecnologias e Processos de Conversão	Graduação em Engenharia Química Doutor em Engenharia de Teleinformática	UFRN	http://lattes.cnpq.br/9509458964109076
Francisco de Assis da Silva Mota	642.784.504-97	Biocombustíveis Líquidos – Tecnologias e Processos de Produção	Graduação em Engenharia Química Doutor em Engenharia de Teleinformática	UFRN	http://lattes.cnpq.br/9509458964109076
Edivania de Araujo Lima	025.755.284-70	Legislação e Direito em Energias Renováveis	Graduação em Meteorologia Doutora em Meteorologia	UFPI	http://lattes.cnpq.br/6245822021636784
Josenildo Souza e Silva	416.456.004-59	Extensão e Projetos Multidisciplinares de Ensino em Energias Renováveis	Graduação em Engenharia de Pesca e em Licenciatura em Ciências Agrárias Pós-Doutor em Bioeconomia	UFDP	http://lattes.cnpq.br/2111270969416733
Eliciana Selvina Ferreira Mendes Vieira	470.242.163-87	Educação e Empreendedorismo na área de Energias Renováveis	Graduação em Ciências Econômicas Doutora em Propriedade Intelectual e Inovação	UFPI	http://lattes.cnpq.br/8408433638413500
Carla Verônica Rodarte de Moura	539.001.116-34	Escrita e Investigação Científica em Energias Renováveis	Graduação em Engenharia Química Doutora em Química	UFPI	http://lattes.cnpq.br/8314351279360798
Juan de Aguiar Gonçalves	831.531.793-87	Formação, Escolha Profissional e Carreira na Área de Energias Renováveis	Graduação em Engenharia Elétrica Mestre em Engenharia Elétrica	UESPI	http://lattes.cnpq.br/9822471171990532

11. EQUIPE DE TUTORIA

TUTOR(A)	CPF	NÚCLEO/TURMA	FORMAÇÃO ACADÊMICA	CURRÍCULO LATTES
Larissa Souza Amaral	092.007.586-06	Teresina	Graduação em Ciências Biológicas e em Matemática Doutora em Bioengenharia	http://lattes.cnpq.br/2125269475429446
Kelson Fernandes Silva	618.737.213-15	Floriano	Graduação em Ciência da Computação e em Matemática Mestrado em Matemática	http://lattes.cnpq.br/7182023015519093

12. METODOLOGIA

O Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis adotará a metodologia própria da educação à distância, que contempla processos de ensino e aprendizagem baseados em princípios e características como qualidade, equidade, seletividade, interação social, comunicação intencional, colaboração, aprendizagem não-linear, responsabilidade pela autoaprendizagem, autoavaliação e acessibilidade. O processo de ensino e aprendizagem será mediado por Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), a partir de atividades assíncronas e síncronas com apoio de um conjunto amplo e diversificado de recursos e ferramentas próprios de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA). Entre as atividades assíncronas, destacam-se as que serão realizadas na turma virtual do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA):

- a) Produção e envio de sínteses, resenhas, mapas conceituais, linhas do tempo, listas de exercícios e outros trabalhos acadêmicos por meio da ferramenta tarefa *online*;
- b) Debates e discussões temáticas por meio das ferramentas *fórum* e *chat*;
- c) Questionários e provas eletrônicas realizadas diretamente na sala virtual do SIGAA;
- d) Pesquisas em bibliotecas virtuais disponibilizadas no SIGAA, com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos, *slides*, vídeos e *podcasts*;
- e) Aulas previamente gravadas, em formato de videoaulas ou em formato de áudio-aulas (*podcasts*);
- f) Roteiros de estudos e leituras comentadas por meio de *slides*, *padlets* e *handouts* disponibilizados na turma virtual do SIGAA.

Outras TDIC serão utilizadas para o desenvolvimento das atividades assíncronas, como plataformas virtuais de organização, gerenciamento e compartilhamento de conteúdo (*Google* Formulários, e-mail, *YouTube*, redes sociais e mídias em geral). As atividades síncronas serão realizadas em plataformas virtuais, externas ou integradas ao SIGAA, que possibilitam a conectividade de centenas de alunos simultaneamente, como *Google Meet*, *Zoom* e *YouTube*, entre as quais destacam-se: a) Aulas dialogadas, por meio de videoconferências; b) Seminários, palestras, encontros, simpósios e outros eventos acadêmicos e científicos por meio de *Webnários*; e c) Rodas de conversas, *workshops*, minicursos, estudos de casos, análise de situação-problema, jogos, simulações e outras atividades acadêmicas do gênero com suporte nas plataformas virtuais.

A articulação teoria-prática será viabilizada também pelos laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas do conhecimento, com recursos de simulação, experimentação, aplicação e avaliação das aprendizagens práticas, a partir da ação dos alunos sob orientação e supervisão dos professores formadores e dos tutores. O material de ensino de cada componente curricular, que engloba textos de referência, tarefas, fóruns de discussão, exercícios, videoaulas, provas, entre outros, será elaborado pelos professores formadores e disponibilizado na turma virtual do SIGAA. O acompanhamento de estudos dos alunos, que inclui orientação, esclarecimento de dúvidas quanto à organização e ao conteúdo das disciplinas, correção e devolutiva de atividades, entre outros, será feito pelos tutores sob supervisão dos professores formadores.

As metodologias ativas serão implementadas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas, apoiados por tutores que auxiliarão nas atividades de ensino/aprendizagem por meio de videoconferências. Os recursos fundamentais incluirão ambientes virtuais de aprendizagem, incorporando recursos multimídia e videoconferência. Uma equipe multidisciplinar da UFPI será responsável pelo desenvolvimento, desde a concepção da proposta pedagógica até a produção e disponibilização de materiais, tanto impressos quanto virtuais, essenciais para as atividades docentes, incluindo produção e disponibilização de vídeos, transmissão de videoconferências e outros materiais necessários.

No que diz respeito aos procedimentos de avaliação do desempenho acadêmico dos alunos, cada docente das disciplinas específicas ficará responsável pelos procedimentos específicos, sempre respeitando as normas de avaliação definidas pelas resoluções da UFPI. Os processos avaliativos poderão ocorrer ao longo do curso e no final de cada disciplina, abrangendo diversas atividades, como avaliações de conteúdo, participação em atividades assíncronas e/ou atividades propostas no ambiente virtual de aprendizagem.

13. INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA

O Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis será desenvolvido na modalidade de educação a distância, por meio dos recursos humanos e toda a infraestrutura física e tecnológica do Centro de Educação Aberta e a Distância da UFPI, construídos no decorrer de 17 anos de experiência com oferta de 20 cursos de graduação e dezenas de cursos de pós-graduação *lato sensu* nas mais diversas áreas do conhecimento, em 48 polos de apoio presencial.

O CEAD conta com Equipe Multidisciplinar completa, incluindo equipes de assessoria e orientação pedagógica, produção de material didático, revisão de texto, multimídia, tecnologia educacional, comunicação, suporte técnico, biossegurança e apoio acadêmico-administrativo. Também compõem o quadro de recursos humanos do CEAD a direção geral, secretaria administrativa, coordenação adjunta, coordenação financeira, coordenação de tecnologia da informação, coordenação de produção de material didático, assessoria de comunicação, serviço de administração acadêmica, serviço de apoio ao aluno, coordenação de ensino de graduação a distância, coordenação de pesquisa e extensão a distância, coordenações de polo e secretarias acadêmicas de polo, além de pessoal de apoio administrativo nas áreas de segurança e limpeza na sede e nos polos. Os recursos humanos diretamente relacionados à organização dos cursos do CEAD incluem: coordenações de curso de graduação, coordenações de curso de pós-graduação, coordenações de tutoria, coordenações de estágio, professores formadores, tutores presenciais, tutores à distância e pessoal de apoio administrativo-acadêmico.

O Centro dispõe de salas com recursos multimídia para aulas presenciais, espaço individualizado para coordenações de curso, sala de trabalho coletivo do corpo docente e da tutoria, auditórios, sala de reuniões e equipamentos para videoconferências, estúdios e equipamentos multimídia para produção e edição de material didático audiovisual, laboratórios de informática e de ensino e biblioteca física com acervo amplo, diversificado e atualizado. Os polos de apoio presencial, localizados em 48 municípios, sendo 46 no Piauí e dois na Bahia, são equipados com sala de coordenação administrativa e pedagógica, secretaria acadêmica, salas de aula, sala de trabalho de professores e tutoria, biblioteca física, laboratórios de informática e de ensino, espaço multimídia para reuniões presenciais e videoconferências, entre outros.

O CEAD possui seu próprio Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com condições adequadas de acessibilidade metodológica e tecnológica, hospedado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas da UFPI (SIGAA), que disponibiliza um amplo conjunto de recursos e ferramentas de apoio ao desenvolvimento de práticas de ensino, pesquisa e extensão na modalidade de educação a distância, por meio de atividades síncronas e assíncronas: tarefas *online*, fóruns de discussão, *chats*, listas de exercícios, questionários e provas eletrônicas, bibliotecas virtuais com textos acadêmicos em formato PDF, hipertextos, infográficos e vídeos, suportes de compartilhamento de videoaulas, *podcasts*, entre outros. Além disso, o Centro tem licença para utilização de salas em plataformas virtuais, com acessibilidade diretamente pelo SIGAA e capacidade de garantir a participação de centenas de alunos simultaneamente em

atividades síncronas (aulas, videoconferências, seminários *online*, eventos científicos, entre outros). O corpo docente e discente tem ainda à disposição laboratórios virtuais de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação em diversas áreas, desenvolvidos por empresa de tecnologia educacional e integrados ao próprio ambiente virtual de aprendizagem do CEAD.

14. PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem dos discentes será realizada por meio atividades síncronas e assíncronas, como tarefas *online*, fóruns de discussão, lista de exercícios, questionários e provas eletrônicas, entre outros, no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), com observância aos prazos estipulados. O processo de avaliação da aprendizagem será de natureza qualitativa e quantitativa, observando-se o cumprimento dos prazos, a participação e interação no AVA, a assiduidade, engajamento e colaboração na realização das atividades propostas, a compreensão e o atendimento dos objetivos dos trabalhos e a qualidade das produções. O pré-requisito formal para aprovação será a obtenção de média igual ou superior a 6,0 (seis) pontos em cada componente curricular.

15. REQUISITOS PARA CERTIFICAÇÃO

A certificação será conferida nos termos da Resolução CEPEX/UFPI nº 349, de 16/09/2022, podendo ocorrer de duas formas: 1) conclusão do Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis, realizado pelo CEAD/UFPI; ou 2) solicitação de aproveitamento de estudos no Curso de Especialização em Educação Climática e Energias Renováveis, realizado pelo CEAD/UFPI, restrito aos egressos de cursos de aperfeiçoamento promovidos pela Secretaria de Educação Básica/MEC, desde que haja compatibilidade de carga horária e conteúdo em relação ao referido curso do CEAD/UFPI. O Certificado de Conclusão do Curso será emitido pela Universidade Federal do Piauí, conforme suas normas internas e a legislação pertinente. O documento conferirá o título de Especialista em Educação Climática e Energias Renováveis, com todos os direitos e prerrogativas legais garantidos pela lei brasileira pertinente à formação superior em nível de Pós-Graduação *lato sensu*.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, A.P. Proposta de sequência didática de um componente curricular de energias eólica para o novo ensino médio: Uma contextualização do uso da física para o projeto de itinerário formativo em ciências da natureza. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Física, Universidade Federal de Alagoas (UFAL), 2023.
- ASSMANN, H. Reencantar a educação: rumos à sociedade aprendente. Petrópolis: Vozes, 2007.
- AZEVEDO, R.C. Uma sequência didática para o ensino do tema: “Produção e consumo de energia elétrica. Dissertação do Programa de Pós-graduação de Mestrado Profissional em Ensino de Física, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), 2021.
- BACICH, Lilian. Aprendizagem baseada em projetos: desafios da sala de aula em tempos de BNCC. Blog Inovação na Educação, São Paulo, 16 jan. 2019.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n° 02/2019, de 20 de dezembro de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Referenciais curriculares para elaboração dos itinerários formativos. Brasília, DF: MEC, 2018.
- BRASIL. Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).
- BRASIL. Lei n° 9.795, de 27 de abril de 1999 (Lei da Política Nacional da Educação Ambiental).
- BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio. Brasília, DF: Ministério da Educação. 2018.
- BRASIL. Referenciais curriculares para a Elaboração dos Itinerários Formativos.
- BRASIL. Resolução n° 3, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: CNE/MEC, 2018.
- BRASIL. Guia de implementação do Novo Ensino Médio. Brasília: MEC/CONSED, 2018.
- CACHAPUZ, A. F. Art and science: improving science teachers' interdisciplinary competences. Revista de Educación en Ciencias, Colombia, v. 14, p. 5-7, 2013.
- CHASSOT, A. A ciência através dos tempos. Moderna, 2004.
- DAY, C. A Paixão pelo Ensino. Porto: Porto Editora, 2004.
- DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. Relatório para UNESCO da Comissão Internacional sobre educação para o século XXI. São Paulo: Cortez: Brasília DF: MEC: UNESCO, 1998.
- MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: Dualidade histórica e perspectiva de integração. Holos, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007.
- PIOTROSKI, P.K. Proposta Didática para o Ensino de Energias Renováveis na Educação Básica. Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Física, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), 2017.
- PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Novo Ensino Médio: Perguntas e respostas.

SOUZA, L.M.; SANTOS, J.L.C.; PIRES, C.A.A.; LIMA, L.H.L. Energias Renováveis nas Escolas. Congresso Técnico Científico da Engenharia e da Agronomia – CONTECC, 2021.

UNESCO. A ciência para o século XXI: uma nova visão e uma base de ação - Brasília: UNESCO/ABIPTI, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ/CONSUN. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: 2020-2024 /Universidade Federal do Piauí. - Teresina, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ/CEPEX. Resolução N° 349, de 16 de setembro de 2022, que Regulamenta a criação de Cursos de Especialização, em nível de Pós-Graduação Lato Sensu, a serem realizados pelo CEAD/UFPI em parceria com as Secretarias do MEC, Teresina, 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ/CEPEX. Resolução N° 451, de 04 abril de 2023, que dispõe sobre a política de ações afirmativas para pretos(as), pardos(as), indígenas e pessoas com deficiência nos cursos de pós-graduação, Lato Sensu, da Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2023.